

ORGANIZADOR

Rubens Lacerda de Sá

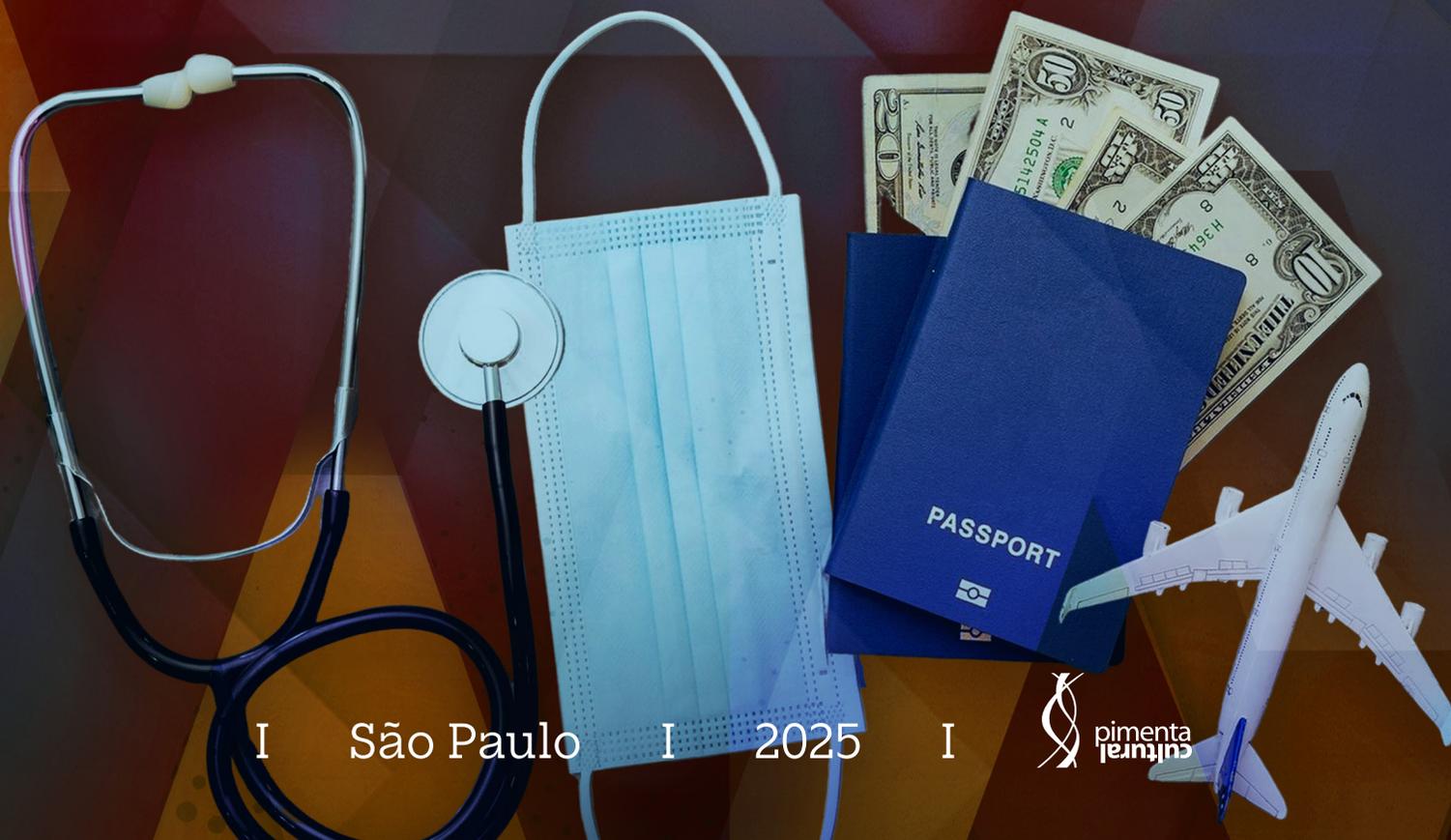
EDUCAÇÃO E SAÚDE MIGRANTE EM PERSPECTIVA ANTICOLONIAL



ORGANIZADOR

Rubens Lacerda de Sá

EDUCAÇÃO E SAÚDE MIGRANTE EM PERSPECTIVA ANTICOLONIAL



I São Paulo I 2025 I



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

E24

Educação e Saúde Migrante em Perspectiva Anticolonial /
Organização Rubens Lacerda de Sá. – São Paulo: Pimenta
Cultural, 2025.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-340-0

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-340-0

1. Migração. 2. Saúde Mental. 3. Educação. 4. Filosofia
da Migração. 5. Anticolonialidade. I. Sá, Rubens Lacerda de
(Org.). II. Título.

CDD 304.8613

Índice para catálogo sistemático:

I. Migração - Saúde Mental

Simone Sales • Bibliotecária • CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2025 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2025 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Edição eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiárias em edição	Raquel de Paula Miranda Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	pikisuperstar, Gray StudioPro - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Agenda One Compressed, Elizeth
Revisão	Os autores e os organizadores
Organizador	Rubens Lacerda de Sá

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 5

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand

Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah

Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira

Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues

Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva

Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneos
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del México, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Rubens Lacerda de Sá

Prefácio..... 11

CAPÍTULO 1

Rubens Lacerda de Sá

**Anticolonising Care, Hospitality
and Emancipation of Migrants 17**

CAPÍTULO 2

Derlís Ortiz Coronel

Elismara Vânia Figueiredo Barros

José Henrique Lima Santos

**Epistemologias Indígenas
em Perspectiva Cruzada 42**

CAPÍTULO 3

Cléia Maria Silva de Carvalho

Katia Cristina Deps Miguel

Rosemeire Rodrigues de Oliveira

**Migrantes e gestão pública:
uma práxis para o bem viver..... 65**

CAPÍTULO 4

Karyne Gleyce Zempf Oliveira

Daniilo Bonfim de Queiroz

**Cuidado integrado
em saúde do migrante 82**

CAPÍTULO 5

Rubens Lacerda de Sá

Laureen Gabriele Mallmann

Gabriela Genizele Souza dos Santos

**Higienismo, ciências
da mente e necropedagogia 98**

CAPÍTULO 6

Graziani França Claudino de Anicézio

Gabriela Cristina Monteiro de Moura

Letícia Vitória de Sousa Florentino

**Escucha activa de migrantes
y la lucha contra el bullying..... 115**

CAPÍTULO 7

Thaisy Bentes

Migrantes invisíveis?

peessoas surdas nos fluxos migratórios 136

CAPÍTULO 8

Alexandre Massashi Hirata

Karyne Gleyce Zemf Oliveira

Lilian Fuhrmann Urbini

Tecendo cuidados:

desafios e diversidade na saúde migrante 163

CAPÍTULO 9

Carlos Roberto Faustino

Débora Rocha de Abreu

Pedro Henrique Franco Becker

Soberania do Estado e direito

natural em contextos migratórios 176

CAPÍTULO 10

Ana Paula Gonçalves Pita

Roseli Rosalino Dias da Silva Angelino

Gênero, narrativas e vivências

migrantes anticoloniais..... 197

CAPÍTULO 11

Rubens Lacerda de Sá

Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos

Reflexões sobre a migração

no Brasil contemporâneo..... 221

CAPÍTULO 12

Cristiano Rodineli de Almeida

Regina Pinheiro Pereira

Ética universal no serviço social,

psicologia e socioeducação..... 238

Sobre os autores e as autoras..... 254

Índice remissivo..... 258

PREFÁCIO

HAKUNA MATATA¹



Rubens Lacerda de Sá

Hakuna Matata — o mote sugerido por esse provérbio do povo Swahili africano não se refere a uma utopia ou esperança ingênua daqueles que trabalham com a migração, na acepção mais ampla do termo, ou seja, quando nos referimos a diferentes manifestações de cuidado.

Antes, **Hakuna Matata** encontra aderência aos diferentes escopos dos textos que compõem a obra que, com prazer, entregamos ao leitor.

1

Não há problemas, não se preocupe, tradução da língua Suaili.

Essa obra parte da construção do termo pesquis-a-dor^{2 3}, parafraseando a acepção de Sá⁴, que se refere ao “cientista criativo, gerador de muitas e novas interrogações, atento à dimensão social de sua pesquisa, que pensa o mundo criticamente^{5 6 7}”, com suas lentes marxistas, foucaultianas e freireanas (p. 20). Logo, “esse cientista, em sua angústia, deve ser chamado de **pesquis-a-dor social** — assim mesmo grafado, pois **pesquisar** **a dor** alheia, o sofrimento dos que compõem a tessitura **social**, com o fito de agir profilática, curativa ou até paliativamente, mas nunca esperando para a atuação *post mortem* do objeto, do fenômeno sob suas lentes e custódia” (p. 21).

É disso que queremos tratar nesta obra! Por isso, esperamos que a escolha dos textos a seguir possam ajudar nossos leitores a pensar o fenômeno da migração em sua relação com os cuidados da saúde com uma lente mais ampliada, ou melhor dizendo, pelas lentes do pesquis-a-dor que não se escusa nem é alheio ao sofrimento do outro.

A migração e a luta dos povos originários são temáticas que atravessam a história e a organização das sociedades contemporâneas. O deslocamento de populações, motivado por razões políticas, econômicas, sociais ou ambientais, têm trazido desafios e transformações tanto para os migrantes quanto para os países e

- 2 Sá R.L. (2016), *lçando as velas: Uma jornada pro Educ-ação*. In R. L. Sá, E. M. F. Souza e G. F. Cruz (Orgs.), *Educação crítica de profissionais da linguagem para além-mar: Políticas linguísticas, identidades, multiletramentos e transculturalidade*, (pp. 7-12). Pontes Editores.
- 3 Sá R. L. (2017), *Imigrantes hispano-americanos, (inter)culturalidade crítica e língua portuguesa*. *Revista Estudos Acadêmicos de Letras*, 10(1), 63-73. DOI <https://doi.org/10.30681/real.v10i1.1826>.
- 4 Sá, R. L. (2020). *Internacionalização, hospitalidade e ideologia: Por um protocolo de acesso, acolhimento e acompanhamento* [Tese de Doutorado]. UNICAMP. DOI <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2020.112872.5>.
- 5 Assumo aqui a acepção marxista e foucaultiana do termo, ou seja, ser crítico implica transformação para além da descrição e explicação de um fenômeno social; exige, para além disso, uma orientação ontológica de si mesmo.
- 6 Marx, K. (1845). *Teses sobre Feuerbach*, (A. Pina, Trad.). Edições Avante!; Edições Progresso Lisboa.
- 7 Foucault, M. (2011). *O governo de si e dos outros*, (E. Brandão, Trad.). Martins Fontes.

comunidades que os acolhem. Esta obra é uma reflexão multifacetada sobre essas dinâmicas, reunindo perspectivas transdisciplinares que se atravessam e iluminam diferentes aspectos da experiência migratória, da educação à saúde, do direito à cultura, do acolhimento ao enfrentamento de desigualdades históricas com vistas à reversão dessa dinâmica.

Iniciamos a obra com um texto, em inglês, em que Rubens propõe um diálogo sobre a ética do cuidado de Martin Heidegger e a hospitalidade de Jacques Derrida em convergência com a emancipação social dos migrantes. Busca denunciar a invisibilidade dessas populações e combater o silenciamento imposto pela colonialidade, adotando uma perspectiva do Sul epistemológico. A reflexão visa desconstruir o mito da modernidade e suas falácias ideológicas, promovendo um pensamento anticolonial e plural.

Elis, Henrique e Derlis exploram as epistemologias indígenas e o impacto do colonialismo sobre as populações originárias das Américas. O genocídio histórico e as tentativas de apagamento cultural são contrapostos às resistências dos povos ameríndios, que, mesmo diante da violência, mantiveram suas lutas e identidades. Os conhecimentos desses grupos são analisados sob a perspectiva da educação formal, com foco na sua inserção nos currículos escolares, especialmente no Brasil e Paraguai.

O terceiro texto, assinado por Rosemeire, Kátia e Cléia, se volta para a escola qual espaço de acolhimento e inclusão. Considerando o papel da gestão escolar na criação de ambientes equitativos, discute-se o acolhimento de estudantes migrantes e as barreiras linguísticas e culturais que dificultam sua integração. As perspectivas anticoloniais, inspiradas em autores como Paulo Freire, apontam para uma educação emancipadora que rompe com estruturas hegemônicas e promove o bem viver dos estudantes.

No campo da saúde, Karyne e Danilo analisam os desafios dos migrantes sob um prisma biopsicossocial. A articulação entre Enfermagem, Nutrição e Psicologia emerge como uma resposta essencial para um cuidado integrado, considerando tanto os impactos da mudança alimentar quanto a saúde mental. A necessidade de práticas de acolhimento que levem em conta a diversidade cultural é enfatizada, principalmente na prevenção de doenças e na promoção do bem-estar.

A luta pela existência é um ato de resistência diante das estruturas coloniais que perpetuam a opressão. O ensaio assinado por Rubens, Laureen e Gabriela aborda como narrativas de poder, do higienismo às Ciências da Mente, legitimam exclusões e desigualdades, reforçando a necropolítica e a necropedagogia. A gestão do corpo e da mente, sob o mito da modernidade, sustenta um sistema que categoriza vidas como descartáveis. Para romper com essa lógica, é fundamental valorizar a diversidade e construir políticas que promovam justiça social e dignidade, superando práticas de exclusão e reafirmando a humanidade de todos os indivíduos.

A discussão sobre bullying escolar contra migrantes é trazida à baila por Graziani, Gabriela e Letícia, em um texto em espanhol, que visa reforçar a importância da escuta ativa e da construção de um ambiente educativo que valorize a diversidade. A prática de uma educação antirracista e anticolonial, que reconheça as interseccionalidades e proponha protocolos de acolhimento, é essencial para transformar a escola em um espaço inclusivo, de fato.

As experiências de migrantes surdos também são abordadas, trazendo reflexões sobre a intersecção entre mobilidade, língua e identidade. Por isso, Thaisy analisa, em seu texto, obras acadêmicas sobre as experiências de pessoas surdas em fluxos migratórios internacionais, adotando uma abordagem qualitativa e bibliométrica. As pesquisas, obtidas via Google Scholar, oferecem uma visão ampla sobre o tema no Brasil. A análise considera o conteúdo dos textos,

buscando compreender como os autores percebem os migrantes surdos, suas línguas e culturas, sob uma perspectiva anticolonial.

No texto seguinte, Lilian, Karyne e Alexandre discutem a saúde do migrante qual tema complexo, influenciado por fatores físicos, mentais e sociais, variando conforme a faixa etária. Crianças e adolescentes enfrentam desafios na adaptação escolar e social e, enquanto adultos, lidam com dificuldades de emprego e moradia. Idosos sofrem com isolamento e acesso precário a cuidados crônicos. No Brasil, o SUS assegura o direito à saúde, mas desigualdades dificultam o acesso efetivo. O estresse da migração impacta significativamente o bem-estar, tornando essencial a implementação de políticas públicas inclusivas que atendam às necessidades específicas de cada grupo etário para garantir uma atenção integral e equitativa.

No aspecto jurídico e político, a tensão entre a soberania dos Estados e os direitos dos migrantes é examinada em profundidade por Carlos, Débora e Pedro. O direito de migrar, contraposto aos interesses estatais, revela os desafios na promoção dos direitos humanos dos migrantes internacionais. Essa discussão se estende à inclusão dos migrantes nos sistemas de saúde pública, enfatizando a necessidade de evitar abordagens estereotipadas e garantir o acesso universal a serviços essenciais.

Ana Paula e Roseli refletem em seu ensaio sobre suas experiências e inquietações após a participação na disciplina “Educação e Saúde Migrante em Perspectiva Anticolonial” cujas discussões provocaram inúmeros desdobramentos conceituais e questionamentos sobre gênero na perspectiva anticolonial, enriquecidos pelas trocas entre docentes e pós-graduandos. O texto explora como esses conhecimentos reverberam nos seus cotidianos, enquanto mulheres, pesquisadoras e migrantes ou descendentes de migrantes, destacando a importância do diálogo transdisciplinar na compreensão da educação e saúde de populações migrantes.

No penúltimo texto, Douglas e Rubens buscam aprofundar a compreensão dos fluxos migratórios internacionais no Brasil, destacando sua importância para as ciências sociais e humanas, especialmente na área da saúde. O foco está na inclusão de migrantes nas instituições de saúde brasileiras, analisando essas interações à luz dos direitos humanos e dos debates contemporâneos. Além disso, propõem um debate sobre conceitos antropológicos que possam enriquecer a abordagem dos processos de inclusão, evitando estereótipos e promovendo uma compreensão mais ampla e humanizada das dinâmicas migratórias no contexto da saúde pública.

No texto que fecha a obra, Cristiano e Regina discutem a atuação do serviço social e da psicologia no contexto das Medidas Socioeducativas em São Paulo, sob a ótica da ética universal freireana. Com base em princípios éticos e normativos, analisam a prática desses profissionais na socioeducação, explorando a tensão entre teoria e prática. Sua experiência empírica contribui para a reflexão sobre o impacto da privação de liberdade, destacando a importância do acolhimento e das relações de poder. Defendem a construção de abordagens éticas e humanizadas no atendimento a esses adolescentes.

As reflexões emergidas da disciplina “Educação e Saúde Migrante em Perspectiva Anticolonial”, geradora desta obra, evidenciam a necessidade de aprofundamento teórico e prático sobre a temática migratória e sua relação com os cuidados em saúde. Neste livro, convidamos o leitor a um mergulho nas questões que perpassam a migração, a educação, a saúde e os direitos humanos.

Que estas reflexões possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e acolhedora para todos os povos em movimento!

Desejamos que esta leitura contribua para reflexões e enseje novas pesquisas!

Hi'ãite pemoñe'ẽ vy'apópe!⁸

8 *Tenhamos todos uma excelente leitura!*, na língua Guarani do Paraguai.

1

Rubens Lacerda de Sá

**ANTICOLONISING
CARE, HOSPITALITY
AND EMANCIPATION
OF MIGRANTS**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-340-0.1

OPENING WORDS¹

*What does it
mean unless a man, homo,
becomes a human, humanus?*

— Martin Heidegger

*An act of
hospitality can only be poetic!*

— Jacques Derrida

For Procrustes, order and beauty in society could only be achieved through homogeneous standards. To this end, when his visitors lay down on the model bed he had created, he checked if they were perfectly fitted. Whatever was left of the bed, feet or head, were cut off so that the body would fit the mould idealised by Procrustes. Thus, everyone in that society would be equally standardised as he dreamed of².

More like a horror script, the myth of Procrustes may well metaphors the logic that is socially imposed on us in contemporary times^{3 4}. could think of countless social groups that have their feet or

1 This chapter is a review and an expansion of the article published under <https://doi.org/doi:10.14605/PD912301>.

2 Sá, R. L. (2018). Da inversão à inovação em (e-classrooms) língua inglesa: Por uma pedagogia do rompimento. *Revista Falange Miúda (ReFaMi)*, 3(2), 6-20.

3 As I have been repeating I, epistemologically, choose to write all my papers in the first person singular, because any propositions for conceiving knowledge are subjectively constructed as well as ontologically oriented.

4 Sá, R. L. (2021). Grounded Theory em diálogo transdisciplinar com os Estudos de Linguagem. In F. J. O. Paiva, & E. D. Silva (Orgs.). *Estudos da Linguagem: Interfaces na linguística, semiótica e literatura em perspectiva* (pp. 11-32). Pedro & João Editores.

heads cut off by the myth of modernity⁵ with its mirages and fallacies, but for the purposes of this paper I will concentrate upon migrants^{6 7}.

In addition to the ethical platform in Lévinas, Dussel, Freire and others⁸, I intend to discuss Heidegger's ethics of care^{9 10} and the dynamics of Derrida's hospitality^{11 12} associated to the proposal of social emancipation of the migrant^{13 14}. This discussion invites to engage in a dialogue with researchers interested in the condition of the migrant in the relocation process¹⁵. Thus, I think it will be possible

- 5 My purpose in this paper is not to discuss modernity. However, any reference to this construct implies its constitution as a myth that materialises an undercover of progress and produces countless mirages and fallacies, for instance, imperialism, colonialism, coloniality, capitalism, globalisation, neoliberalism, so on and so forth. These alternate and camouflage themselves historically, chronologically, and diachronically.
- 6 Just as Abdelmalek Sayad (2000), I adopt the term migrant, because I am referring to the circularity of migratory processes, since any and all *i*-migration is at the same time *e*-migration. Moreover, this term values the condition of a social actor and a protagonist subject, who is not reduced to origin or destination from the point of view of the State.
- 7 Sayad, A. (2000) O retorno: Elemento constitutivo da condição do migrante. *Travessia*, 13 (núm. esp.), 7-32.
- 8 Sá, R. L. (2021). Ética, decolonialidade e migração à luz do pensamento freireano. *Práxis Educacional*, 17(47), 1-22. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i478739>.
- 9 Heidegger, M. (2002). *Ser e Tempo*, (10ª ed., M. S. C. Schuback, Trad.). Editora Vozes.
- 10 Heidegger, M. (2005). *Cartas sobre o humanismo*, (R. E. Frias, Trad.). Editora Centauro.
- 11 Derrida, J. (2003). *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*, (A. Romane, Trad., & P. Ottoni, Rev. Téc.). Editora Escuta.
- 12 Sá, R. L. (2020). *Internacionalização, hospitalidade e ideologia: Por um protocolo de acesso, acolhimento e acompanhamento* [Tese de Doutorado]. UNICAMP. DOI <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2020.1128725>.
- 13 I make no distinction of types, modes, and reasons for the migration category. I leave it to the readers to use the content of this text according to their platforms and needs.
- 14 Sousa Santos, B. (2002). Para uma Sociologia das ausências e uma Sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63(Out.), 237-280.
- 15 Sayad, A. (1998). *Imigração ou paradoxos da alteridade*, (C. Murachco, Trad.). Editora EDUSP.

for us to move forward in rejecting the hybridism that leads to silencing^{16 17} and erasing of homeland roots and *ethos* of migrants^{18 19}.

Furthermore, not only myself but also all the other authors quoted in this paper shall make an effort to denounce the invisibility of the migrant and to establish a deeply southernised dialogue^{20 21}, perhaps bathed in anticolonial onto-epistemology as an option for the dismantling of colonialities that sustain the myth of modernity, its mirages and the ideological fallacy of the *pensée unique*²². Therefore, I boost this invitation to readers as well, so that we can have a lush dialogue in way that you are feasibly able to scrutinise this paper²³.

Mwen swete ou yon lekti ekselan!

- 16 Gilligan C. (1982). *In a different voice: Psychological theory and women's development*. Harvard University Press.
- 17 Cusicanqui, S. R. (2021). *Ch'ixinakax utxiwa: Uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. n-1 Ed.
- 18 Sá, R. L. (2016). *Imigração boliviana em mares paulistanos dantes navegados: Inclusão dos (in)visíveis e (des)construção identitária*. Novas Edições Acadêmicas.
- 19 Sá, R. L. (2021). *Rasuras migratórias: Por uma gramática de inclusão*, (Relatório de Estágio Pós-Doutoral). Universidade Federal de São Paulo.
- 20 Campos, M. D. (1991). A arte de sulear-se. In T. C. Scheiner (coord.), *Interação Museu-Comunidade pela Educação Ambiental* (pp. 59-61). TACNET Cultural/UNI-RIO.
- 21 Freire, P. (1992). *Pedagogia da Esperança: Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra.
- 22 Ramonet, I. (1995). On 'la pensée unique', (L. Elven, Trad.), *Le Monde diplomatique*, Janvier. Recuperado de <https://mondediplo.com/1995/01/01pensee-unique>.
- 23 Foucault, M. (1969). *L'archéologie du savoir*. Éditions Gallimard.

FOR A VERY BRIEF PREFACE TO HEIDEGGER'S ETHICS OF CARE

Talking about ethics, gr. ἔθος, implies a direct link to the alterity relationship between the self and the other^{24 25}. Broadening the ethical question to care, as a philosophical platform for moral action, enables the revitalisation of humanity in the human being as well as adherence to Paulo Freire's anthropological conception²⁶. My focus, in this respect, is directed to the migrants to whom I apply and echo Heidegger's question "Where is 'care' directed to, if not towards bringing man back to his essence? What does it mean unless man, *homo*, becomes human, *humanus*?"²⁷.

This theme is relevant when dealing with the migrant condition, because historically the myth of modernity designed and developed from the 13th century on promotes the rejection of the different, the strange. This word derives from the Latin *eccentricus*, meaning "out of the centre, off-centre", designating a person who is off-axis, out of place, abnormal, and who, although not necessarily a criminal, is considered as an unbalancer and disrupter of the social structure. When I think of the migrant, I understand that he is often associated with this Latin connotation. His voice is different and needs to be silenced for being different and not fitting into the logic of Western dualistic thinking²⁸ that polarises the world between reason and emotion, superior and inferior, etc. This contributes to the

- 24 I differ from the more abstract Lacanian Other (1973), which refers to a place, language, the unconscious.
- 25 Lacan J. (1973). *Le séminaire, livre XI: Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Éditions du Seuil.
- 26 Freire, P. (1980). *Conscientização*. Editora Moraes.
- 27 Heidegger, M. (2005). *Cartas sobre o humanismo*, (R. E. Frias, Trad.). Editora Centauro.
- 28 I adhere to Edward W. Said's (1978) critique of the discursive inventiveness around the sign of exoticism and inferiority, which are exclusionary by ratifying the binarity between West versus East.

maintenance of submission, the prevalence of stereotypes, prejudice, and discrimination²⁹.

For this reason, thinking about an ethical moral platform of care is fundamental to establish an opposition to the idea that humans are grouped into taxonomic categories whose differences are irreconcilable and which cannot be questioned in order to maintain an ordering of life based on non-*eccentricus*. From this point of view, the ethics of care makes it possible to bring about a transformation in the model of social relations that values the other, as well as in the design of the social space that favours the human being and promotes social justice.

Before going on, however, I would like to clarify to those who are reading my text that I do not intend to discuss in depth this ethical proposal or the controversy involving different points of view about care. According to Missagia³⁰, in the field of psychology it is possible to find different formulations in reference to the works of Lawrence Kohlberg³¹, Carol Gilligan³² and Nel Noddings³³. The first, Kohlberg, seems to rest on a biased epistemological basis from the philosophical tradition whose centrality on rights, norms, and justice does not consider distinct moral conceptions. The second, Gilligan, while advancing and proposing the inclusion of different voices, especially female voices, in issues of moral care, does not deepen her considerations and does not include other social markers in the

29 Sá, R. L., & Magalhães, H. V. (2022). Rizoma e racismo: Por um ensaio. *Revista Letra Magna*, 18(30), 22-33. DOI <https://doi.org/10.47734/lm.v18i29.2052>.

30 Missagia, J. (2020). Ética do cuidado: Duas formulações e suas objeções. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, 6(3), 55-67.

31 Kohlberg L. (1981). *The philosophy of moral development: Moral stages and the idea of justice*. Harper and Row.

32 Gilligan C. (1982). *In a different voice: Psychological theory and women's development*. Harvard University Press.

33 Noddings, N. (1986). *Caring: A feminine approach to ethics and moral education*. University of California Press.

relationships between social subjects. Finally, the third, Noddings, ingenuously essentialises the theme of reciprocity in social relations. All three failed to consider the different contexts that promote inequalities and are generators of oppression and violence against minoritised groups, for example, migrants.

Well, moving forward to Martin Heidegger's proposal³⁴, he conceptualises and names the term *dasein* in opposition to the Cartesian proposal of universalisation of the self that is realised outside the world and estranged from the other. By considering the ontological perspective, the philosopher establishes a symbiotic relationship between the being, the one, and the entity, the other, in which one is constituted together with the other. In other terms, Heidegger shows us that it is not possible to conceive of the world without the human, nor the human without the world. This is the dynamic that *dasein* entails. Therefore, care is a mode-of-being as the essence of *dasein*. In his words, "the Being of *Dasein* means ahead-of-itself-Being-already-in-(the-world) as Being-alongside (entities encountered within-the-world)" (*op. cit.*, p. 257)³⁵. This is the constitution and the essentiality of caring!

Therefore, the very existence of the self presupposes full responsibility toward the other, that is, the already being-in and being-along in the constitution of shared care. For the philosopher, the denial of care represents the denial of social healing, that is, "care' does not stand primarily and exclusively for an isolated attitude of the "I" towards itself", for that would be tautological; he concludes by saying that the understanding of *dasein* presupposes "two items in the structure of care — Being-already-in and Being-alongside" (*op. cit.*, p. 257).

34 Heidegger, M. (2002). *Ser e Tempo*, (10ª ed., M. S. C. Schuback, Trad.), Editora Vozes.

35 Translations of Heidegger's words are extracted from the excellent job of John Macquarrie and Edward Robinson, Oxford UK & Cambridge USA, from Blackwell Publishers Ltd, 1962 ©.

In talking about the time in which Heidegger lived, Habermas says that from “Descartes to Nietzsche, modern rationality” resides in “the refinement of the race” and with that “man underlies all being, that is, all objectification and representability of modern times, the *subjectum*” (p. 140)³⁶. This rationality promotes having over being and, consequently, otherness relations are affected and compromise the ethics of care, Heidegger’s “Being-already-in and Being-alongside”.

This is why Heidegger warns that “we are still far from thinking, with sufficient radicalism, about the essence of acting, which is to consummate. To consummate means to unfold something to the fullness of its essence, to bring it to fullness, to *producere*” (p. 7)³⁷. Thus, to promote this radicalism in opposition to modern rationality implies acting human, that is, “to take care so that man be human and not inhuman, that is, situated outside his essence” (*op. cit.*, p. 17). To think differently means not to transcendentalise, which in the Heidegger’s conception of care has the meaning of ascending, going beyond, crossing over, and exceeding.

My claim is to point out that understanding care from this perspective and as an ethical-philosophical platform of moral action contributes to the understanding that the international migration flow is everyone’s responsibility as societies that welcome the many migrants of contemporaneity, although this flow is a direct reflection of the effects produced by the myth of modernity, its mirages and fallacies.

To exemplify such effects, I point out that according to the UNHCR³⁸ report at mid-2024, there were about 122.6 million forcibly displaced people worldwide. Of these, 37.9 million were refugees,

36 Habermas, J. (2000). *O discurso filosófico da modernidade*, (L. S. Repa, & R. Nascimento, Trad.), Martins Fontes.

37 Heidegger, M. (2005). *Cartas sobre o humanismo*, (R. E. Frias, Trad.), Editora Centauro.

38 <https://www.unhcr.org/refugee-statistics>.

8 million were asylum-seekers, 5.8 million were migrants in need of international protection, 6.2 million were Venezuelans, 6.1 million were from Ukraine, 6.2 million from Afghanistan, 6.3 million from Syrian Arab Republic, and about 68.3 million had to displace themselves internally. Out of these, about 47 million were children, below 18 years of age. 4.4 million are stateless people and 71% of migrants are hosted in low- and middle-income countries.

When we think of the total number of migrants worldwide, we face the sad statistic of 281 million people who have had to leave their roots. In 2020, the world began to face the Covid-19 pandemic. As might be expected, migrants, because of their vulnerabilised status, were among those most affected by the coronavirus. Frank Laczko³⁹ mentions that because of lack of access to health care systems, underemployment, low income, and poor housing conditions, the infection and death rates of migrants from Covid-19 in many countries were higher than native residents deaths. Therefore, this leads us to conclude that migrants are an invisible population both in life and in death.

With these few sad data, I close my short essay on the ethics of care as a moral philosophical platform. I emphasise that, although being a humanistic philosopher, Heidegger is decisive in his criticism of humanism in its strict term that lacks the full understanding of *dasein*, the being-already-in and the being-alongside. His critique is directed at the technicality and objectivity of relationships that hinders us from thinking about care. Therefore, in my perception, Heidegger' ethics of care dialogues perfectly well with another important philosophical platform, which is the hospitality of Derrida.

39

Laczko, F. (2021). COVID-19 and migration in 2020: Five key trends. *Migration Policy Practice*, XI(1), 5-9.

DERRIDA'S HOSPITALITY

It is enough to access the Internet or other mass media to realise the dimension of the migratory flow and the circulation of people in the world. Any statistical data that is provided quickly becomes obsolete and outdated⁴⁰. This is why the intense migratory flow presupposes the necessary hospitality⁴¹ as a set of actions that involve both the receivers and the received.

Thus, aiming at a definition of what I mean when I talk about hospitality, I choose to use some of Derrida's assumptions⁴². To this end, this French-Maghreb philosopher deconstructs this construct through an analytical operation starting from the lexical constitution of the term hospitality to then demonstrate its characteristically ambivalent inherence.

Jacques Derrida then turns to Émile Benveniste's⁴³ historical description of the etymology of the word. In Latin, *hospes* means "one who is settled" (pp. 89, 91). The derivative "*hostis*, on the other hand, means 'one who is in a compensatory relationship'" (p. 93) and was generally used with reference to the hosted or foreigner⁴⁴ in the

40 I invite readers to search for updated information as you read my text. I suggest sites such as www.unhcr.org and www.acnur.org in addition to other channels that are available and bring recent statistics about.

41 This section of this paper is an excerpt and an adaptation from parts of my PhD thesis.

42 Derrida, J. (2003). *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*, (A. Romane, Trad., & P. Ottoni, Rev. Téc.), Editora Escuta.

43 Benveniste, É. (1995). *O vocabulário das instituições indo-europeias*, (D. Bottmann, Trad.), Editora Unicamp.

44 I use the term foreigner out of respect for Derrida's line of reasoning, although I do not agree with the use of this word to refer to those who come from other territories. My rejection of this term is based firstly upon my philosophical stance that starts from the etymology of the word foreign [From lat. *extranēus*]: "external, that which is from outside, strange, without any connection with, elusive, improper, reprehensible, being foreign, not belonging to". Secondly, based on my epistemological and linguistic stance that understands the conception and operation of language in society from an inclusive perspective and free from any discursive marks of stereotyping, prejudice and discrimination, as well as my adherence to the anticolonial proposal found in the works by Anzaldúa, Palermo, Curiel, Castro-Gómez, Hooks, Butler, Hall, Fanon, Freire, Dussel, Foucault, Bhabha, Walsh, Eagleton, Rajagopalan, Canagarajah, Makoni, Kubota, etc.

Archaic Indo-European languages. In this case, being a hosted, for the foreigner, implied a triple obligation to give-receive-compensate.

However, Derrida⁴⁵ points out that in its etymological root the word hospitality can encompass both the meaning of hosted and hostile, enemy. From this understanding, he compacts such meanings and creates the term *hostipitality* to highlight the process of displacement and the double and ambiguous condition of both host and hosted. The first may grant the second the right to hospitality, *hospes* or his *chez-soi*, but may view him as “parasite, abusive hosted, illegitimate, clandestine, liable to arrest or expulsion” (p. 53).

Derrida considers this ambivalent stance as a kind of violence, because the hospitable and unrestricted character is accompanied by choice, election, and exclusion. He argues that, from a linguistic and cultural point of view, the host views the hosted or foreigner as a potential parasite even though the host is hostile and claims to compensate the hosted with hospitality. This is how *hostipitality* is materialised, that is, behind the good reception hides the discomfort. In the following quote, Derrida (*op. cit.*) illustrates this point:

[...] the foreigner is, first of all, a stranger to the language of law in which is formulated the duty of hospitality, the right to asylum, its limits, its rules, its police, etc. He must ask for hospitality in a language that by definition is not his own, the one imposed by the master of the house, the host, the king, the lord, the power, the nation, the State, the father, etc. They impose the translation into their own language, and this is the first violence. The question of hospitality begins here: must we ask the foreigner to understand us, to speak our language, in every sense of the word, to all extents, before we can welcome them among us? (p. 15).

The philosopher highlights the linguistic and cultural violence that is initially perpetrated through the language of the host, which

45

Derrida, J. (2000). Hostipitality. *Journal of Theoretical Humanities*, 5(3), 3-18.

represents the ambivalence and contradiction of the condition of the actors involved. About this, Gediel, Casagrande, and Kramer⁴⁶ say that “unconditional hospitality comes guided by the idea that the human who arrives is different from the other who receives him in his land. He is a stranger, a foreigner; he expects unconditional hospitality and is faced with conditioned hospitality” (p. 22). In other words, Derrida’s *hostipitality* is thus materialised because in the philosopher’s understanding there is no unconditionality in reception and welcoming.

Well, if I move my focus to migrants in general, I understand that they are also liable to be subjected to the same ambiguous process as Derrida’s *hostipitality*, the conditioned hospitality. Gediel, Casagrande, and Kramer (*op. cit.*, p. 23), thinking about this, say that “the aporias, paradoxes, and ambiguities engendered in the confrontation of conditioned hospitalities also present themselves as challenges to the unconditional [host society]”:

This reminds me of the Brazilian film, directed by Daniel Filho (2009), called *Tempos de Paz* [Times of Peace]. This cinematographic piece unequivocally portrays the hostile and conflictive relationship between a Brazilian, the host, and a migrant, the hosted, who seeks a place of peace in Brazil, far from the horrors of World War II. However, he is subjected to the same forms of violence denounced by Jacques Derrida.

When talking about the intense mobility of people in contemporary times, Pereira⁴⁷ says that this movement should instead “point, therefore, to a past of suffering that one wants to abandon and to a future in which one projects the hope of change” (p. 9). In the Freudian view⁴⁸, this implies that one reassesses mourning

46 Gediel, J. A. P., Casagrande, M. M., & Kramer, J. C. (2016). Universidade e hospitalidade: Uma introdução ou mais um esforço? In J. A. P. Gediel, & G. G. Godoy (Orgs.), *Refúgio e hospitalidade*. Kairós Edições.

47 Pereira, M. L. I. E. M. (2011). Sobre a hospitalidade e a hostilidade: Uma discussão do conflito frente ao imigrante. *Contextos Clínicos*, 4(1), 8-17.

48 Freud, S. (1996 [1917]). *Luto e melancolia*, (J. Salomão, Trad.). Editora Imago.

because of the distance from the homeland. This is exactly what the migrant, the hosted, was looking for in the film *Tempos de Paz*. He longed and dreamed of Brazilian hospitality and projected his future in hope in Brazil. However, what he received instead was the derridean *hostipitality*.

In applying this correlated situation to migrants, my wish and aim is that these should never be subjected to the violent process, to the derridean *hostipitality*. May their stay in the Brazilian scenario contribute to his re-elaboration of the mourning mentioned by Freud (*op. cit.*) and may it occur as mildly as possible through practices of unconditional hospitality free from the hostility of warned by Émile Benveniste⁴⁹.

This is such a complex task, I reckon. Such complexity brings me back to Freud⁵⁰, in another of his texts, in which he deals with the question of the ambiguity of the terms strange and familiar, *Unheimlich* and *Heimlich* in German. For the psychoanalyst, both entail equal meanings. There is always strangeness when facing the new, the unknown, and the unusual, but which becomes familiar in the very next moment when one recognises the other in his alterity. This movement is cyclical, repetitive, though it also generates conflicts and doubts. Enriquez⁵¹ helps us understand this idea by saying that “the role of the other in its pure alterity is always to question our certainties” (p. 40).

And it is exactly because of this constant movement, conflicts, and uncertainty that I see the need for the receiving society to always make sure, besides allowing access to the migrant, that they

49 Benveniste, É. (1995). *O vocabulário das instituições indo-europeias*, (D. Bottmann, Trad.). Editora Unicamp.

50 Freud, S. (1976). O estranho. In S. Freud. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, (v. 17, J. Salomão, Trad.) (pp. 275-314). Editora Imago.

51 Enriquez, E. (1998). O judeu como figura paradigmática do estrangeiro. In C. Koltai (Org.), *O estrangeiro*. Escuta.

are guaranteed decent living, not only survival, conditions without facing new traumas that contribute to the intensification of Freudian mourning. These migrants participate in events of otherness — of the *Unheimlich* and *Heimlich*, of the self and the other, when they arrive at their new destination. Allowing the arrival of these migrants requires going beyond these events; it requires the guarantee of a proper welcome, as well as accompaniment until they reach stability in the chosen land. In this way, hospitality will be unconditional and will not turn into the *hostipitality* theorised by Jacques Derrida.

Well, after talking about what I conceive as hospitality, it is providential to broaden the understanding of hospitality by establishing a relation with social emancipation⁵².

THE SOCIAL EMANCIPATION OF THE MIGRANT

Firstly, it is necessary to go back to the hegemonic neoliberal globalisation⁵³, which does not open spaces for the necessary emancipation of the migrant, since it is not guided by equality and social justice. This excluding logic creates mechanisms that prevent it from being reinvented, hinders alternatives with new possibilities, and produces limits for this globalisation. That happens because it is

52 For a consideration of another bias of an emancipatory proposal, I suggest: Sá, R. L. (2020). *Monoculturas versus ecologias: Por um protocolo internacionalizador*. *Brazilian Journal of Policy and Development*, 2(3), 339-353.

53 Sá, R. L. (2020a). *Internacionalização, hospitalidade e ideologia: Por um protocolo de acesso, acolhimento e acompanhamento* [Tese de Doutorado]. UNICAMP. DOI <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2020.1128725>.

based on a productivist and capitalist dynamic which is, for Milton Santos⁵⁴, a “perverse and unequal” logic (p. 19).

Thinking about a counter-hegemonic proposal to globalisation, Sousa Santos⁵⁵ introduces the concept of the indolent reason that started and developed in the imperialist and colonialist sociopolitical context. This reasoning continues to sustain the universal thought today, now disguised as globalisation and biased by the neoliberal platform, which aims at the production and ratification of non-existences, that is, the erasure of what is peripheral or does not contribute to the maintenance of the capitalist productivist logic whose goal is primarily profit. In this logic, what is not profitable is considered unproductive and must be subtracted, made non-existent. Hence, the idea that this logic manages is the social production of non-existences, where migrants are also made part of.

For Sousa Santos (*op. cit.*), within this logic, the indolent reason, fruit of hegemonic neoliberal globalisation, “privileges the entities or realities that extend their scope to the entire globe” (p. 248) and tries to discredit local and particular alternative experiences leading to the “waste of experience” (p. 239). For him, indolent reason prevents social emancipation and is operationalised through four other reasons supporting it. The first is impotent reason whose premise is to spread the idea that it “should not be exercised, because there is nothing that can be done” against the capitalist logic. The second is the arrogant reason that “imagines itself unconditionally free and without the need to demonstrate its own freedom”, and, therefore, there is nothing to question in this logic, because it considers itself beyond reach. There is also the metonymic reason “which claims itself as the only form of rationality and therefore does not apply itself to discovering other

54 Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Editora Record.

55 Sousa Santos, B. (2002). Para uma Sociologia das ausências e uma Sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63(Out.), 237-280.

types of rationality”, and, finally, the proleptic reason that “does not apply itself to thinking about the future, because it thinks it knows everything about it and conceives of it as a linear, automatic, and infinite overcoming of the present” (p. 140).

The latter, the proleptic reason, for the author (p. 239), is one of those responsible for creating a vision that “contracts, diminishes, and subtracts the present”. It produces a perfect, desirable, and desired image of a bright and happy future to the detriment of the present of pain and suffering that must be subtracted, left behind. Such thinking makes society dedicate itself to this capitalist logic that sees in productivism the future panacea for all the problems of the present. The idea of a future that is ambiguously abstract and concrete is promoted, but at the same time, always guided by progress, order, the unlimited and the infinite. A future that expands and expands to welcome and shelter all those who are ready to adhere to this capitalist-productivist logic.

It is within this thinking that the political interference of many countries contributes to the uprooting of migrants who, most of the time, seek only survival and dignity. This thought promotes the idea that one who is not happy with what his place offers, must migrate in order to enjoy the bright, promising and redeeming future of the present away from the troubles of the place of origin. Being affected by this logic of neoliberal hegemonic thinking also makes the migrant believe that it is more valuable to discredit and discard his own local experiences, which are seen as unnecessary for social emancipation.

To follow in the outline and relate this sociological proposal in support of Jacques Derrida’s hospitality I would like to focus a little more on metonymic reason. As a rhetorical figure, metonymy uses a word or concept outside its usual semantic context to offer a meaning that has an objective, qualitative and contiguous relationship.

In metonymic reasoning, the part is taken for the whole, resulting in a concept of totality made of small homogeneous parts. This totalising premise seeks to obfuscate the present, discrediting it as a promoter of local and particular alternatives capable of providing emancipation and social welfare, and thus reinforcing its ineffectiveness and nonexistence, as well as the waste of its experiences. This reason promotes a supposed order and peace in social rapports resulting in supposed symmetries, but which are, in fact, camouflages of what are hierarchical, totalitarian, and opposed to local knowledge.

For metonymic reason, it is only interested in what operates within the total and totalising vision of exclusionary neoliberal globalisation. It must always operate in a top down direction, from the West to the East, from the North to the South. Any and all attempts to reverse this hegemonic order are rebuffed and proleptically subtracted. A discursive dimension that originates in the South and that is bottom up is out of question.

Nevertheless, we have seen in recent years a growing worldwide movement of social groups and organisations from the South that seek to offer a counterpoint to such neoliberal globalisation that promotes migration and uprooting. This movement is called grassroots globalisation. When talking about the emergence of a “double apartheid” (p. 02), Arjun Appadurai⁵⁶ conceptualises grassroots globalisation and says:

that it is a series of social models that arise to contest, question, and reverse the advance of these forms of apartheid. This is done by creating formulas for knowledge transfer and social mobilisation independent of the actions of capitalist corporations and States and their partners and supporters. These social models are based on strategies, visions and perspectives of a globalisation from the bottom for the benefit of the poorest (p. 03).

56

Appadurai, A. (2001). Grassroots globalisation and the research imagination. In A. Appadurai (Ed.), *Globalisation*. Duke University Press.

This kind of globalisation, grassroots globalisation, operates against metonymic reason and against proleptic reason because it “allows people to resist state violence and seek to redesign their social perspectives in a more collaborative way” (p. 06). Furthermore, it enables the “participation in international forums with a sufficient theoretical basis” (p. 19) to propose and defend an “alternative globalisation”⁵⁷ (p. 237), according to and to fight, as Milton Santos⁵⁸ says, for “another globalisation, a more solidary one” (p. 141) and for a “more human globalisation” (p. 79).

So, due to this resistance to globalisation, we can call it as it seems as a counter-hegemonic, grassroots, alternative, more human, other, more solidary or bottom up, etc. Based upon such resistance movement is possible to infer that it makes sense to conceive the reversal of *hostipitality*, or conditioned hospitality, theorised and denounced by Derrida in favor of an unconditional, full hospitality contemplating migrants regardless of their place of departure or arrival. Therefore, we must counteract the metonymic-*hostipitality* reason which is part of the project of the indolent reason as the sustainer of a universal thought.

Additionally, metonymic reason is systematically organised around a reductionist, deterministic, and dualistic project in contemporary times. It is reductionist because it seeks the elimination of heterogeneities and aims at totality; it is deterministic because it is founded on causal relations and universal, immutable and inflexible laws excluding chance and indeterminacy; and, it is dualistic because in metonymic reasoning the social condition and reality are antagonistic and interdependent.

57 Sousa Santos, B. (2002). Para uma Sociologia das ausências e uma Sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63(Out.), 237-280.

58 Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Editora Record.

The first point that deserves attention, in my understanding, concerns allowing access to the host country in the case of migrants. This permission is, in my view, managed by the reductionist view of metonymic reason, that is, many host societies have the mistaken perception that allowing migrants to enter their territory can be reduced to this political act, which is often wrongly interpreted as a humanitarian action, what I discussed on the Heidegger's ethics of care that exposes the distorted view of humanity.

This reductionist logic leads to disregarding the plurality of the migrant subject, because it is conformed to the totality. In Brazil, for example, adherence to the logic of universalisation, homogenisation, and sympathy for eurocentrisation causes migrants to be considered a single, shapeless mass, without specificities that deserve attention from the public authorities as we shall transdisciplinarily discuss. Access permission actions are designed with a select and specific audience in mind, without considering migrant diversity.

This reductionist operation of metonymic reasoning also contributes to what an epistemicide, which is the systematic waste of the plural experiences and knowledge of these migrants in the place of their arrival. This waste of diverse epistemologies produces the death of these migrant experiences and plural knowledge in the effort to align them to the hegemonic model of rationality. It is an epistemic waste because the host societies fail to benefit from these diverse knowledges and, by denying migrant subjectivities, serve the interests of metonymic reason, thus failing to contemplate unconditional hospitality.

To combat and neutralise such logic, we ought to develop a critical sense^{59 60 61} capable of opposing the paradigms that dominate contemporary society. Luna⁶² says that this “questioning arises from non-conformism with the reduction of all knowledge to a single paradigm”, which is decontextualised from a social, political, economic, and other point of views (p. 35). For Sousa Santos⁶³, this implies “showing that any totality is made of heterogeneity and that its parts have a life of their own outside it” (p. 246).

Another characteristic of metonymic reason is determinism. This view influences the host societies in order to prevent them from seeing that human phenomena are not interconnected and that their subjective behaviour is not totally predetermined. Thus, the assumption that migrants, once received, do not need planned and coordinated actions for the maintenance of their stay is unreal. This might be assumed to be a causal relationship governed by unchanging universal laws. In other words, there is the assumption that, once they have been received, migrants already have the conditions for accommodation. The blessing of reception is already sufficient in itself. Therefore, Derrida’s *hospitality* and a non-ethics of care is clearly put into practice.

In order to escape from this deterministic vision of metonymic reason, the implementation of a moral and ethical frame of reference in relation to migrants is fundamental. This implies helping them to establish social relations from their arrival in the host country. Strey

59 I assume here the Marxist and Foucauldian meaning of the term. Being critical implies transformation beyond the mere description and explanation of a social phenomenon; it requires, above all, an ontological orientation of oneself.

60 Marx, K. (1845). *Teses sobre Feuerbach*, (A. Pina, Trad.). Edições Avante!; Edições Progresso Lisboa.

61 Foucault, M. (2011). *O governo de si e dos outros*, (E. Brandão, Trad.). Martins Fontes.

62 Luna, J. M. F. (Org.) (2016). *Internacionalização do currículo: Educação, interculturalidade e cidadania global*. Pontes Editores.

63 Sousa Santos, B. (2002). Para uma Sociologia das ausências e uma Sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63(Out.), 237-280.

and Rodrigues⁶⁴ talk about the abandonment of the migrant when they arrive at ports, bus and train terminals, and airports. They are not, of course, welcomed, nor do they have any concrete possibilities of accommodation. In most cases they do not know the language of the country they entry. Thus, they go through a distressing and uncertain period, because there is no welcome since this is presumed. There is, then, an abyss between the migrant who arrives and the society that should welcome them.

Gediel, Casagrande, and Kramer⁶⁵ say “hospitality challenges us daily to remind us of the possibilities of relying on the other to seek creative convergences and divergences” (p. 34) which, in turn, will allow the relationships between the hosts and the hosted to enable the “full enjoyment of social life”. For the authors, a hospitably unconditional reception will show that the host does not see the migrant as someone without a past and whose otherness and subjectivity do not deserve consideration and attention.

Spyros Franguiadakis⁶⁶ names it as “politics of hospitality” (p. 203) when the alterity relations and the subjectivities of the migrants are considered when hosting them. He adds that “in this perspective, the relationship with the other and the issue of alterity are covered by a more managerial logic insofar as it makes it possible to stimulate the issue of living together” (p. 202). It is, therefore, a solidary hospitality, because it thinks about the arrival, the meeting, and the stay of the migrant.

Therefore, it is important to emphasise that this solidary and unconditional hospitality is an undertaking involving countless

64 Strey, M. N., & Rodrigues, R. A. (2006). A perspectiva do gênero e da sexualidade no processo de aculturação de estudantes estrangeiros latino-americanos. *Práxis*, 1, 59-65.

65 Gediel, J. A. P., Casagrande, M. M., & Kramer, J. C. (2016). Universidade e hospitalidade: Uma introdução ou mais um esforço? In J. A. P. Gediel, & G. G. Godoy (Orgs.). *Refúgio e hospitalidade*. Kairós Edições.

66 Franguiadakis, S. (2016). A pragmática do asilo: Política de acolhimento e os limites do espaço público. In J. A. P. Gediel, & G. G. Godoy (Orgs.). *Refúgio e hospitalidade*. Kairós Edições.

partnerships among the different actors engaged in the actions of welcoming the migrant, although it is recognised that there are innumerable obstacles to the materialisation of these acts. Jacques Rancière⁶⁷ points out that in this scenario, or in this politics of hospitality, these actors cannot be forgotten. Aligned to this, Isaac Joseph⁶⁸ reminds us that “before being citizens, we are contiguous and in this distant proximity to the migrant we learn to give a common sense to the notion of world” (p. 216). Finally, I remind Bonny Norton⁶⁹ when she helps us not to forget that we all crave recognition, belonging, stability, and security.

The last organising mark of metonymic reason is its dualistic platform. In the Cartesian dualist philosophical view, the elementary principle of the human condition in different contexts is antagonistic and independent, marked by dissimilarity. Thus, the migrant alone and exclusively, is responsible for the success of his journey through other lands and for the construction of his emancipation in society.

For Suresh Canagarajah⁷⁰, the stance that focuses only on capital accumulation, antagonism, and the absence of cooperativism leads to the “ghettoisation of minorities or their intellectual ostracism” (p. 15) by considering the members of these minoritised as incapable of producing proper and acceptable knowledge, of contributing to the construction of new epistemologies in the place of arrival, being useless meanwhile.

In short, I want to say that thinking about a process of unconditional hospitality aimed at the social emancipation of migrants, the host societies must continue to do this and allow their

67 Rancière, J. (2004). *Aux bords du politique*. Éditions Gallimard.

68 Joseph, I. (2007). Le migrant comme tout venant. In I. Joseph, (Ed.). *L'athlète moral et l'enquêteur modeste*. Éditions La Découverte.

69 Norton, B. (2013). *Identity and language learning: Extending the conversation*. Multilingual Matters.

70 Canagarajah, A. S. (Ed.), (2005). *Reclaiming the local in language policy and practice*. Lawrence Erlbaum Assoc.

entry, because this means the full understanding of *dasein*, of the being-already-in and being-alongside. Nevertheless, these societies must take due care so that this access is not carried out only through a reductionist bias. Moreover, the design and implementation of hospitality and care policies and actions cannot be left to determinism and dualism.

ANTICOLONISING AND CONCLUDING OUR DISCUSSION

Modernity is a myth⁷¹ that produces fallacious mirages. Among some of these mirages I can mention imperialism, colonialism, capitalism, colonialities, globalisation, neoliberalism, etc. Throughout history, these and other mirages are redesigned and reconfigured to serve as instruments used by the myth of modernity to veil its true goals, although its axiom is always the claim of advancement and progress. However, for these mirages to function properly, they need to architect rather ingenious ideologies to camouflage their true fallacious face and thus sustain this myth. With this machine in action, modernity has, since the 13th century, invaded one territory after another and extirpated peoples, dominated many others and violated all of them by means of the expropriation of their material resources, cultural, linguistic, territorial, historical riches, subjectivities and, finally, their own lives. Another task of these fallacious ideologies cleverly architected by this myth of modernity is to justify and validate their criminal actions throughout the ages, as well as to prevent, postpone or weaken any insurgencies of the peoples who are systematically humiliated and deprived of their goods and humanity.

71

Dussel, E. (1994). *1492, El encubrimiento del otro: Hacia el origen del mito de la modernidad*. Plural Editores.

Faced with this picture of horror, literally speaking, I align my thinking with what Andreotti, Silva, and Jordão⁷² suggest when they talk about the need to think of ways to “heal the trauma woven by the instruments of colonialism” but at the same time to be attentive to refuse to “engage in processes that reproduce old evils, even if in new ways” (p. xv)⁷³. It is true that we are all immersed in the coloniality and its many nuances in contemporary times, but we need to design new modes of *dasein*, the being-there, as a propositional essence maintained and renewed throughout innovative narratives, without moving away from the “being-already-in and the being-alongside” that Heidegger⁷⁴ invite us to think about (p. 257). It is necessary to conceptualise ways to neutralise and eliminate the operational dynamics of “race refining” that modern rationality wants to impose on the being-there by making it *subjectum*, which in scholastic Latin means “one who is subordinate”, or in its neuter substantivised form of *subjectus*, meaning “submissive to”. This *dasein*, as a propositional movement, is the same dynamic that Derrida⁷⁵ calls *pharmakon*, that is, dealing with both the poison and the cure of the social structure.

Adhering to the proposal of Heller and McElhinny, Andreotti, Silva and Jordão (*op. cit.*, p. 597) invite us to “imagine futures differently”. The good news is that the myth of modernity, metaphorically compared to a house by them, is collapsing and crumbling and, with it, revealing the real face of contemporary society that is “backward, conservative, intolerant and cruel” (p. 597). I cannot disagree with them when I think about the condition of the migrant throughout history and around the world. They are cruelly submitted to this

72 Andreotti, V. O., Silva, J. E., & Jordão, C. M. (2021). Nossa casa está caindo... e agora, Vanessa? Capitalismo, decolonialidade e futuros re-imaginados. *Trab. Ling. Aplic.*, 60(2), 595-607. DOI doi.org/010318131002971620210510.

73 Heller, M., & McElhinny, B. (2017). *Language, capitalism, colonialism: Toward a critical history*. Univ. Toronto Press.

74 Heidegger, M. (2002). *Ser e Tempo*, (10ª ed., M. S. C. Schuback, Trad.). Editora Vozes.

75 Derrida, J. (1972). *La pharmacie de Platon*. Éditions du Seuil.

objectifying rationality in the departure and in the arrival, in their origin and in their destination, and it deprives them of goods and rights, their subjectivities and humanity.

Sá⁷⁶ ⁷⁷ theorises about the social researcher⁷⁸ and concludes⁷⁹ that this is “the scientist who, in his anguish, researches the suffering of those who make up the social structure, with the aim of acting prophylactically, curatively or even palliatively, but never waiting for the *post-mortem* action of the object, of the phenomenon under his lenses and custody” (p. 21). For me, to have this clear understanding of my social role as a scientist is to be this researcher of the migrants’ condition, it is the propositional *dasein*, the “being-already-in and being-alongside” migrant population. It is the *producere* of Heidegger’s moral ethics of care that acts to extirpate the *hostipitality* denounced by Jacques Derrida and convert it into unconditional, solidary, and human hospitality.

This may be a path or part of the *pharmakon* whose anti-colonising movement may contribute so as to achieve significant changes in the migrants’ *status quo*!

- 76 Sá, R. L. (2016). *Içando as velas: Uma jornada pro Educação*. In R. L. Sá, E. M. F. Souza, & G. F. Cruz (Orgs.). *Educação crítica de profissionais da linguagem para além-mar: Políticas linguísticas, identidades, multiletramentos e transculturalidade* (pp. 7-12). Pontes Editores.
- 77 Sá R. L. (2017). Imigrantes hispano-americanos, (inter)culturalidade crítica e língua portuguesa. *Revista Estudos Acadêmicos de Letras*, 10(1), 63-73. DOI <https://doi.org/10.30681/real.v10i1.1826>.
- 78 The word for ‘researcher’ in Portuguese is ‘pesquisador’. In an attempt to highlight the relevance and deepness of our job as researchers and social scientists, I propose a wordplay as *pesquis-a-dor*, literally meaning “the one who researches pains”. The last syllable ‘dor’ meaning, as a single word, ‘pain’. Thus, in an analysis of the wordplay, the word ‘researcher’ could be read as ‘someone who researches feeling pains of others’.
- 79 Sá, R. L. (2020). *Internacionalização, hospitalidade e ideologia: Por um protocolo de acesso, acolhimento e acompanhamento*. [Tese de Doutorado]. UNICAMP. DOI <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2020.1128725>.

2

Derlís Ortiz Coronel
Elismara Vânia Figueiredo Barros
José Henrique Lima Santos

**EPISTEMOLOGIAS
INDÍGENAS EM
PERSPECTIVA
CRUZADA**

DOI: [10.31560/pimentacultural/978-85-7221-340-0.2](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/978-85-7221-340-0.2)

“DESCOBRIMENTO” OU INVASÃO: DESCONFIGURAÇÃO DAS TERRITORIALIDADES INDÍGENAS NAS AMÉRICAS

Ainda hoje não é difícil encontrarmos em livros didáticos o termo “descobrimento” para se referir ao início do processo de colonização nas Américas. Mesmo que nas últimas décadas tenha havido um esforço notável por parte de pesquisadores e de organizações indígenas em questionar tal nomenclatura, a disputa terminológica se mantém acesa¹.

E não se trata de mero preciosismo conceitual por parte de intelectuais e acadêmicos. Afinal, só se realiza uma “descoberta” daquilo que está “perdido” ou “encoberto”. Se para comerciantes, aristocratas e religiosos europeus o chamado Novo Mundo surgiu como um horizonte de angariar metais preciosos, obter riquezas e converter almas infiéis ao cristianismo, para as populações ameríndias tratava-se de um território habitado por seus ancestrais há milhares de anos.

Considerando que a presença de populações indígenas no continente americano remonta a um período de pelo menos 18.000 anos², não é possível considerar que essa porção do globo terrestre estivesse perdida antes da chegada dos europeus. A própria imagem projetada sobre a Amazônia como uma floresta imponente e intocável pelo ser humano deve ser revista. Estudos arqueológicos na região vêm demonstrando que esse rico bioma presenciou por milhares de anos a domesticação de diferentes culturas por grupos

- 1 Santos, F. L.; Milanez, F. (2021). *Guerras da conquista: Da invasão dos portugueses até os dias de hoje*. Harper Collins Brasil.
- 2 Quintero, P. (2022). Populações originárias e Migrações: história, cultura e mobilidade. Em S. D. Dantas, C. L. A. Santana, & M. Zaia (Orgs.). *Guia em saúde mental e atenção psicossocial para população migrante e refugiada no Brasil*, (pp. 95-100). Organização Internacional Para as Migrações.

indígenas³. Segundo os autores, a configuração dessa floresta é resultado dos fluxos de diferentes povos pela região há milhares de anos. Obviamente que esse tipo de interação das populações indígenas com a fauna e a flora é diametralmente oposta da relação estabelecida a partir da colonização por fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e outros representantes de setores econômicos. De fato, com o início da invasão de europeus nas territorialidades indígenas nas Américas, os grupos foram sistematicamente obrigados a deixarem seus lugares tradicionais. Sobre o conceito de territorialidade, deve-se atentar que “que nenhuma sociedade existe sem imprimir ao espaço que ocupa uma lógica territorial”⁴ (p. 40). No caso da territorialidade indígena, cada grupo étnico desenvolve sua lógica espacial própria, não sendo esta “natural ou de origem”, mas sim o resultado de processos históricos que remetem a diferentes experiências de territorialidade, principalmente a depender das características do território e do nível de contato com a sociedade envolvente.

Além dessa ressalva, também é preciso pontuar que a desconfiguração das territorialidades indígenas não foi um processo implacável, havendo muitas disputas e nuances históricas em cada uma das diferentes regiões. Considerando os processos de colonização nas Américas portuguesa e espanhola, há inúmeros casos que mostram as lutas das populações indígenas em garantirem seus interesses, desde o início da invasão, passando pelas guerras de independência no século XIX e permanecendo até os dias atuais.

Assim, mesmo que de fato um processo de genocídio tenha sido iniciado contra as populações indígenas com o início da colonização nas Américas, muitos destes povos permaneceram atuantes

3 Clement C. R. *et al.* (2015). The domestication of Amazonia before European conquest. *Proc. R. Soc. B*, 282: 20150813. <http://dx.doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>.

4 Gallois, D. T (2004). Terras ocupadas? Territórios? Territorialidade?. Em F. Ricardo (Org.), *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: O desafio das sobreposições*, (pp. 37-41). Instituto Socioambiental.

na luta dos seus direitos de acordo com as condicionantes históricas de cada período. Deste modo, pelo menos duas “imagens cristalizadas”⁵ pelas sociedades nacionais sobre os povos indígenas podem ser desconstruídas. A primeira é a de que as populações indígenas foram todas dizimadas ao longo do processo de colonização. Não só no Brasil, mas em diversos países da América, inclusive nos Estados Unidos e no Canadá, tem havido não só o crescimento populacional desses grupos como uma articulação entre essas lideranças para além das fronteiras nacionais⁶.

Outro estereótipo que não se sustenta acerca dos povos ameríndios é o de que tais grupos não acompanham o curso da história, das transformações da sociedade, ficando presos a um passado atemporal. Contudo, atualmente, a participação de indivíduos indígenas em cargos políticos e em universidades públicas demonstra que a manutenção das identidades indígenas não implica em uma vida isolada da sociedade envolvente. Na própria dinâmica colonial, não era incomum determinadas lideranças indígenas mobilizarem dispositivos da máquina metropolitana em prol interesses coletivos.

Constatado que o termo invasão é o mais apropriado para se referir ao processo de colonização iniciado em fins do século XV, pretendo demonstrar nos parágrafos seguintes como as epistemologias indígenas foram essenciais para a sobrevivência dos invasores europeus no continente americano. Distante da retórica de “coragem” e “bravura” depositada sobre agentes das coroas ibéricas, argumento que o conhecimento e o trabalho de indígenas foram vitais para a consecução do projeto colonizador.

5 Monteiro, J. M. (2001). *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de história indígena e do indigenismo*. [Tese de Livre Docência, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/343676>.

6 Red Eclesial Panamazônica. (2023, abril). *Indígenas del Sur y Norte de América relataron sus historias de lucha y alternativas para la salud del planeta*. <https://www.repam.net/es/category/noticias>.

De acordo com Tzvetan Todorov⁷, os interesses religiosos e materiais das coroas ibéricas na colonização da América nunca divergiram. Contudo, especialmente no caso da América espanhola, quando os invasores constaram a abundância de metais preciosos houve uma mudança de prioridades. O que era um objetivo: a propagação da fé cristã entre os indígenas, tornou-se um método e legitimação para a exploração da mão de obra indígena na extração de ouro e prata (*op. cit.*, p. 60-62). Conforme as ações das metrópoles europeias avançavam sobre as territorialidades indígenas, novos colonos viam no chamado Novo Mundo a oportunidade de ascender socialmente a partir da submissão de um outro que não fosse branco nem católico⁸.

A despeito da desestruturação causada pela colonização nos modos de produção de vida das populações indígenas, estes grupos souberam, dentro das condições materiais existentes, compreender a dinâmica imposta e fazer a melhor escolha, ou a menos prejudicial. Obviamente que muitas vezes essas “escolhas” implicavam na mera sobrevivência do grupo, com suas territorialidades bastante desconfiguradas. Contudo, em um cenário de profundas transformações e com elevado grau de violência, não se deve desconsiderar as leituras políticas das populações nativas em resistir ou se apropriar dos mecanismos da colonização.

É bastante conhecida a política dual lançada pelas coroas ibéricas em relação aos povos indígenas na América, entre “índios aliados” e “índios inimigos”. Para além da visão binária e reducionista reproduzida por tal política, cabe destacar como os grupos indígenas compreendiam esse dispositivo e buscavam tirar proveito em benefício de interesses próprios. Esta política de aliança aos “índios mansos” e de guerra aos “índios bravios” tinha como um dos principais objetivos derrotar grupos étnicos resistentes ao avanço colonizador e obter escravos a partir da captura desses “inimigos”.

7 Todorov, T. (1993). *A conquista da América: A questão do outro*. (B. P. Moisés, Trad.). Martins Fontes.

8 Ferreira, J. L. (1992). *Conquista e colonização da América Espanhola*. Ática.

No caso da América espanhola, a obtenção de indígenas escravizados foi vital para a realização de diversas atividades, tanto na extração de metais, em atividades agropastoris, na construção de vias de comunicação, entre outras. De acordo com Neumann⁹, já havia cativos na América antes da colonização, mas sem a finalidade de serem comercializados. A criação da modalidade de escravização indígena se deu justamente com o início da invasão europeia. O ponto central desse mecanismo é que as ações bélicas já existentes entre grupos indígenas rivais foram agravadas a partir das demandas do “colonialismo nascente” (*op. cit.*).

Diante desse novo cenário, determinados grupos étnicos buscaram se valer das ações bélicas colonizadoras para derrotar inimigos antigos e ainda estabelecer acordos com agentes da coroa espanhola. Inclusive, a aliança com colonizadores poderia ser uma maneira de garantir a sobrevivência do grupo. Assim, com esse fator externo atuando entre as guerras interétnicas, o apresamento de cativos foi intensificado e inserido na lógica colonial-mercantil. Os relatos jesuíticos daquele período demonstram que o apresamento de cativos ocorria sem a participação de colonos, havendo uma articulação entre os indígenas para abastecer a demanda dos europeus por escravizados indígenas. Esse novo direcionamento das ações indígenas aponta para a formação de novas identidades, “resultado das trocas culturais diante da constante necessidade de adaptabilidade e de sobrevivência” (*op. cit.*, p. 27).

O Tratado de Madrid (1750), firmado entre Portugal e Espanha com o intuito de evitar o contrabando de nações estrangeiras ao sul do continente americano, exigiu um amplo controle territorial por parte das coroas ibéricas. Com a nova configuração cartográfica resultante do acordo, houve um drástico impacto na dinâmica dos guarani dos Trinta Povos das Missões, aldeamentos fundados por

9 Neumann, E. (2020). Antes da escravização: Apresamento e captura de indígenas na América Meridional. Em H. A. Ré, L. A. M. Saes, & G. Velloso (Orgs.). *História e historiografia do trabalho escravo no Brasil: Novas perspectivas*, (pp. 19-42). Publicações BBM.

jesuítas espanhóis na região do Rio Uruguai no início do século XVII¹⁰. Com o acordo entre as coroas, dos Trinta Povos que viviam em território espanhol, mas gozavam de certa autonomia, Sete Povos seriam inseridos dentro do domínio português e considerados vassallos do monarca. A luta guarani dos Sete Povos das Missões resistiu por pelo menos três anos, até a morte de sua principal liderança, Sepé Tiaraju, em 1756. Diferente do que se costuma projetar, de que a resistência indígena ocorria somente por meio de ações de guerra, o caso acima contesta tal visão. Em conjunto com as ações de defesa dos seus territórios, os indígenas dos Sete Povos das Missões enviaram cartas para o rei da Espanha e para a Companhia de Jesus reivindicando a permanência em suas terras e marcando posição contrária aos interesses estratégicos das coroas ibéricas (*op. cit.*).

Já na dinâmica da presença da Família Real portuguesa na América, outro acontecimento permite vislumbrar a real compreensão que alguns grupos étnicos tinham daquele cenário. Em 1814 um grupo de indígenas do Ceará se deslocaram até a Corte, no Rio de Janeiro, e foram recebidos por dom João. Entre os pertences que traziam, destaca-se uma carta patente datada de 1721. O documento guardado por quase um século por aquele grupo foi apresentado ao monarca buscando embasar o pedido pelo fim da política do Diretório Pombalino, vigente naquela província até o período regencial¹¹. O fato desses indivíduos terem sido recebidos pelo representante máximo da Coroa portuguesa mostra a importância que os povos indígenas tinham dentro do projeto colonizador. Além disso, a mobilização de um documento escrito expressa como esses povos tinham compreensão política daquele cenário e se apropriavam dos novos elementos inseridos com a invasão europeia.

10 Correa, J. A. (2021). *A resistência guaraníca na formação territorial do Brasil: o massacre das coroas ibéricas contra os Sete Povos das Missões (1753-56)*. [Dissertação de Mestrado em Geografia]. Universidade de São Paulo. BDTD <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01072021-125150/pt-br.php>.

11 Costa, J. P. P. (2016). *Na Lei e na Guerra: Políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1789-1845)*. [Tese de Doutorado em História]. UNICAMP. Repositório <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/977245>.

Na seção a seguir, pretendemos mostrar como a colonização não resultou em uma dizimação por completo dos povos indígenas, embora inúmeras vidas tenham sido perdidas em decorrência desse processo. Pelo contrário, a ideia é apontar as articulações entre diferentes grupos étnicos contemporâneos na defesa dos seus direitos e garantias. Considerando as áreas de atuação dos autores, serão analisadas os casos do Brasil e do Paraguai.

AS CONJUNTURAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS

O CASO DO BRASIL

Atualmente, com a consolidação dos símbolos nacionais introjetados no imaginário coletivo, torna-se difícil vislumbrar um elo comum entre os diferentes Estados nacionais, sobretudo no caso da América Latina. Contudo, o passado de exploração colonial fomentado pelos Estados europeus, mais recentemente, as ditaduras empreendidas com apoio do governo estadunidense e o histórico de luta das populações ameríndias são elementos que unem a história das diferentes nacionalidades na América.

No caso do Brasil, somente a partir da promulgação da Constituição Federal¹² é que os povos indígenas tiveram sua organização social reconhecida pelo Estado brasileiro. A partir dessa data, tornou-se dever do governo federal demarcar, proteger e fazer respeitar os bens dos povos originários situados no território nacional (Artigo 231).

12 Brasil. (1988). Constituição da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Como dito anteriormente, os povos indígenas não foram todos dizimados durante o processo de colonização – embora muitas mortes tenham decorrido desse processo. De fato, quando do processo de formação do Estado nacional brasileiro, iniciado no século XIX, o território contava com milhares de grupos indígenas espalhados por diferentes regiões^{13 14 15}. Assim, diferente do que boa parte da sociedade nacional ainda acredita, não só os indígenas continuaram existindo após a colonização, como foi exatamente a partir da formação do Estado nacional que o avanço sobre suas territorialidades se agravou ainda mais.

Sobretudo na virada para o século XX, com a expansão de ferrovias e a criação dos SPI's (Serviço de Proteção ao Índio), o futuro dos indígenas foi sendo cada vez mais controlado pelo Estado por intermédio de agentes pouco ou nada comprometidos com a questão. Ou seja, até 1988, na perspectiva da política indigenista brasileira, todo e qualquer grupo indígena estava condenado ao desaparecimento.

Caso apresentassem resistência contra as frentes de expansão que avançavam sobre o interior do país, seriam mortos pelo contágio de doenças e a ação de homens armados. Foi o caso do estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, onde funcionários da Companhia da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, denominados “bugreiros”, literalmente “caçavam” indígenas que impediam a construção dos trilhos pelo interior paulista¹⁶.

13 Cunha, M. C. (org.) (1992). *História dos índios no Brasil*. Cia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP.

14 Monteiro, J. M. (1994). *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. Cia das Letras.

15 Amoroso, M. R. (1998). *Catequese e Evasão: Etnografia do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara, Paraná*. [Tese de Doutorado, não publicada]. Universidade de São Paulo.

16 Pinheiro, N. S. (1992). *Os nômades: Etno-história Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912*. [Dissertação de Mestrado]. UNESP. Repositório <https://repositorio.unesp.br/items/6a041447-0b7e-4d45-977d-cc937ad7f9a9>.

Porém, mesmo que os grupos étnicos contatados fossem “coniventes” com a desconfiguração de suas territorialidades para a construção de rodovias, usinas hidrelétricas e outras obras do tipo, seriam então alocados nos órgãos governamentais do SPI. Como o Estado não reconhecia o direito desses povos de manterem suas práticas e costumes tradicionais, a lógica desses núcleos era preparar os indígenas para o mercado de trabalho nacional. Ou seja, mesmo que não fossem mortos, deveriam “deixar” de ser indígenas. Tal situação demonstra que além do extermínio físico, práticas de extermínio cultural foram lançadas duramente contra esses grupos ao longo do século XX.

Ainda sobre as violações cometidas no decorrer do século passado, o Relatório Figueiredo é um importante (e triste) registro das atrocidades do Estado brasileiro contra os povos originários. Encontrado pelo pesquisador Marcelo Zelic em 2012, o documento possui mais de sete mil páginas e relata o funcionamento dos órgãos do SPI¹⁷. Além das menções ao esbulho das terras indígenas e da exploração dos seus braços, com diversos casos citados como “trabalho escravo”, o documento relata casos de tortura e o envolvimento de setores do empresariado local nessas práticas.

No entanto, a despeito de uma série de medidas lançadas visando exterminar suas existências, os povos indígenas do Brasil e de povos situados em outras nacionalidades, surgem na virada para o século XXI cada vez mais numerosos e articulados, mesmo que tentativas de explorar suas terras continuem ocorrendo (e às vezes com forças de atuação mais severas do que em períodos anteriores).

Ainda na dinâmica do processo de redemocratização em torno da Constituinte, a organização dos povos indígenas demonstrou uma ampla rede de articulação. O discurso de Ailton Krenak na

17

Beltrão, J. F. (2018). Ser trabalhador/a entre povos indígenas: O relatório Figueiredo sobre trabalhos espúrios em tempos ditatoriais. *Revista Trabalho Necessário*, 16 (31), 69-84.

Assembleia Constituinte de 1987 é emblemático do nível de consciência política mobilizado pelos indígenas¹⁸. Inclusive, a mobilização de pesquisadores acadêmicos e setores da sociedade civil na luta pela demarcação de terras indígenas foi sucessor dessa articulação entre grupos étnicos a nível nacional¹⁹.

Se até a década de 1970 o desaparecimento das populações indígenas parecia inevitável, foi a partir do período de mobilização descrito acima que a tendência demográfica desses povos começou a mudar. No Censo de 2010, os povos indígenas somavam um total de 896.917 pessoas. Já o Censo de 2022 apontou a existência de 264 povos indígenas totalizando 1.693.535 pessoas²⁰. O aumento populacional em pouco mais de uma década é significativo, quase 90%.

Obviamente que tal fenômeno não se reflete na melhora generalizada das condições das populações indígenas no Brasil. Contudo, indica que cada vez mais esses povos permanecem atentos às transformações contemporâneas e inovando seus instrumentos de luta. A eleição de Mário Juruna como primeiro político indígena, eleito em 1981 como deputado federal pelo Rio de Janeiro²¹, pavimentou o caminho para a atuação de outros atores. Atualmente, a criação do Ministério dos Povos Indígenas é um passo significativo no processo de “aldear” a política brasileira. Embora muitas perdas continuem ocorrendo, ninguém melhor que os povos indígenas (que lutam contra o processo colonizador há 524 anos) para guiarem as diretrizes mais condizentes com seus interesses.

- 18 O discurso pode ser acessado na plataforma de vídeos YouTube em índio Cidadão? Grito 3 - Ailton Krenak. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=kWMHiwdbM_Q. Acesso em 20 jan. 2024.
- 19 USP, Canal. (2019, set. 20). *Desafios Terras indígenas: Por que tanta resistência?* [Video]. YouTube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UFmXlbttdEw>.
- 20 Povos Indígenas no Brasil (2024). Quantos são? https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F.
- 21 Levy, M. S. F. (2008). Perspectivas do crescimento das populações indígenas e os direitos constitucionais. *Rev. bras. estud. popul.* 25(2), 387-397.

O CASO DO PARAGUAI

No mundo, de acordo com a organização Anistia Internacional, existem mais de 5.000 povos indígenas em mais de 90 países, onde são utilizadas mais de 4.000 línguas para comunicação. Nesse contexto, embora existam diferenças em suas tradições e culturas, eles compartilham desafios comuns como o deslocamento forçado de suas terras ancestrais, a baixa expressão de suas culturas, a discriminação e a exclusão sistemática na vida política de seus países²².

Atualmente, com a declaração da Década Internacional das Línguas Indígenas proclamada pela Organização das Nações Unidas, menciona-se como um aspecto importante a necessidade de estabelecer mecanismos de cooperação "a sensibilizar sobre un tema o asunto concreto de interés o preocupación mundial, y a movilizar a los diferentes actores para una acción coordinada en todo el mundo"²³. Analisar a realidade linguística da maioria dos povos indígenas do Paraguai é uma preocupação sobre como as mudanças sociais estão afetando a dinâmica dessas línguas, o que pode ser agravado pela qualidade insuficiente no ensino da língua nas escolas, o que poderia acelerar a perda²⁴.

A realidade indígena do Paraguai, como em vários outros contextos da América Latina, apresenta grandes desafios não apenas desde a perspectiva educativa, mas também pela incompreensão de uma grande maioria da sociedade não indígena sobre sua cosmovisão, território e sua conexão com a natureza, direitos humanos, integração e exclusão social, entre outros.

22 Amnistia Internacional (s/d). *Los derechos de los pueblos indígenas son derechos humanos*. <https://www.amnesty.org/es/what-we-do/indigenous-peoples/>.

23 ONU. (2022). *Decenio Internacional de las Lenguas Indígenas 2022-2032. 2022 - 2032 International Decade of Indigenous Languages*. <https://es.idil2022-2032.org/about-2022-2032>.

24 Ortiz Coronel, D. (2020). El Diseño Bilingüe guaraní-castellano en el sistema educativo paraguayo. Una reflexión sobre su desarrollo curricular en 25 años de ejecución. *El Toldo de Astier, 11*, 10-30.

No Paraguai, existem 19 povos indígenas que pertencem a cinco grupos linguísticos, que são: guarani, maskoy, matabo mataguayo, zamuco e guaicurú. Eles estão distribuídos quase em igual proporção na região oriental e na ocidental ou Chaco²⁵. Atualmente, existem 140.206 indivíduos, dos quais 137.450 pessoas vivem em comunidades localizadas em 14 departamentos e na capital do país, Assunção.

A existência de um contexto pluricultural e plurilíngue oferece uma oportunidade única ao país para crescer conjuntamente, onde o respeito profundo a cada um dos saberes próprios dos povos e desta forma integrar profundamente estes aspectos no denominador comum que é a educação escolar indígena intercultural.

Historicamente, a situação dos povos indígenas do Paraguai apresentou grandes injustiças, principalmente desde o século XIX com o Decreto promulgado por Carlos A. López²⁶, que eliminou o *tava*²⁷ comunal, impactando os direitos à terra e oferecendo em troca uma cidadania que negava sua realidade pluriétnica. As leis e a Constituição Nacional de 1870 continuaram esta tendência que buscava a conversão dos indígenas ao cristianismo e à cultura dominante²⁸.

Apesar de algumas leis no século XX que reconheciam direitos indígenas, a política estatal concentrou-se na integração, tratando as comunidades indígenas como sobreviventes destinados a se assimilar, sem priorizar o reconhecimento de suas terras ancestrais²⁹.

25 INE. *El Instituto Nacional de Estadística (INE) dio a conocer los resultados preliminares del octavo Censo Nacional de Población y viviendas 2022 (CNPV 2022), y el cuarto Censo Indígena este jueves 31 de agosto.*

26 Carlos Antonio López Ynsfrán nasceu em Assunção em 4 de novembro de 1792 e faleceu em 10 de setembro de 1862. Foi pai do Marechal Francisco Solano López Carrillo.

27 Tava, palavra em guarani que significa povo.

28 Melià, B.; Telesca, I. (1997). Los pueblos indígenas en el Paraguay: conquistas legales y problemas de tierra. *Horizontes Antropológicos*, 3, 85-110.

29 Melià, B.; Telesca, I. (1997). Los pueblos indígenas en el Paraguay: conquistas legales y problemas de tierra. *Horizontes Antropológicos*, 3, 85-110.

O Instituto Paraguaio Indígena (INDI) como órgão do estado paraguaio que busca garantir o cumprimento das políticas sociais vigentes, desenhou um documento com um marco estratégico dentro do Plano Nacional de Povos Indígenas (PNPI) onde os líderes das comunidades visam a melhorar as condições de vida dos mesmos³⁰.

Este plano reconhece e protege os direitos dos povos indígenas, dando ênfase na necessidade de políticas públicas que abordem temas como terra, educação, saúde e o respeito aos seus costumes e organização comunitária.

Este PNPI inclui uma amplitude de temas buscando a inclusão e participação, além de sua conformidade com os padrões internacionais sobre os direitos dos povos, mas em contrapartida pode enfrentar desafios significativos na sua implementação, dada a complexidade dos temas e a necessidade de coordenação entre várias instituições, como também a falta de indicadores claros e mecanismos de acompanhamento para avaliar o progresso e a efetividade do plano. Apesar do esforço para ser inclusivo, o risco de simplificar a diversidade e complexidade pode ser um fator contra este processo de implementação e monitoramento.

Compreender a visão do mundo e do universo a partir da perspectiva indígena pode, invariavelmente, contribuir para uma série de debates e ações que buscam o desenvolvimento intercultural nos contextos educativos, neste sentido *"planteado aspectos importantes desde la configuración decolonizadora, principalmente observada los fundamentos epistemológicos, en donde la conexión espiritual con la naturaleza, los bosques, el agua, la tierra"*³¹.

30 INDI. (2022). *Plan Nacional de Pueblos Indígenas*. https://www.indi.gov.py/application/files/8716/1903/8084/Plan_Nacional_Pueblos_Indigenas_-_version_digital.pdf.

31 Ortiz Coronel, D. (2022). Educación indígena del pueblo Mbya Guaraní: Perspectivas y desafíos desde la mirada descolonizadora. *Revista Letra Magna*, 18, 61-71.

Segundo Broda, a cosmovisão é a "*visión estructurada en la cual los miembros de una comunidad combinan de manera coherente sus nociones sobre el medio ambiente en que viven y sobre el cosmos en que sitúan la vida del hombre*"³². Esta visão adquire um marco integrado de crenças e percepções que os indivíduos de uma comunidade compartilham, onde os povos indígenas possuem uma riqueza incomparável.

Nesse sentido, quando se analisa a cosmovisão indígena é fundamental destacar sua relevância compreendendo sua própria dinâmica, e reconhecer "*el masivo epistemicidio en los últimos cinco siglos, el que una inmensa riqueza de experiencias cognitivas ha sido perdida*"³³ (p. 57). Isso implicou uma grande perda para a diversidade do conhecimento humano.

Portanto, "*hablar de un orden de conocimiento es importante [...] nos posibilita ir más allá de las políticas educativas o la propuesta curricular, y considerar cómo la institución ha contribuido a la colonización de las mentes*"³⁴.

A reflexão oferecida por Sá e Ortiz Coronel³⁵ traz uma concepção detalhada da importância dos aspectos epistemológicos dentro do currículo educativo dos povos indígenas do Paraguai:

la ineficiencia de aplicación de políticas de atención integral que mejoren su calidad de vida, como también el respeto a la cosmovisión, a los saberes colectivos como medios fundamentales para la transmisión epistémica de generación a generación, reflejada en la falta de diseños curriculares ya sean la educación inicial, escolar básica y media, construidos por los propios actores indígenas.

32 Villela Flores, S. L. (2009). *Cosmovisión indígena*. Universidad Nacional Autónoma de México.

33 Sousa Santos, B. (2010). *Descolonizar el Saber, reinventar el poder*. Trilce.

34 Walsh, C. E. (2007). Interculturalidad, colonialidad y educación. *Revista educación y pedagogía*, XIX, 1-32.

35 Sá, R.; Ortiz Coronel, D. (2023). Un vistazo anticolonial de la cosmovisión indígena del currículum en Paraguay. *Interterritorios*, 9(18), 1-19. <https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.258772>.

Outro ponto indica Zanardi, na mitologia indígena antigamente nos primeiros tempos primordiais as plantas e animais eram pessoas, então isso explica que o indígena tem um respeito profundo pela natureza porque eram pessoas, que depois evoluíram e conservam um espírito³⁶. Essas crenças animistas refletem-se em como os povos indígenas interagem com seu entorno, respeitando e adorando a natureza e seus elementos como seres vivos ou entidades espirituais.

O que devemos fazer? A resposta não é fácil, mas existem máximas que devem nortear o processo. Uma delas relaciona-se à concepção da medicina tradicional e a ocidental onde Zanardi menciona “é preciso promover um diálogo profundo e certamente que vai ser fecundo entre as duas medicinas com uma parte insistir para que os jovens não percam a medicina tradicional e estimular sistemas mais eficazes da medicina ocidental”³⁷.

Outro ponto fundamental nesta dinâmica é o fortalecimento da educação intercultural onde se assegure o fortalecimento da língua, como também a proteção de terras e recursos naturais onde se garanta a proteção do território ancestral, e por último, a participação política efetiva para a tomada de decisões que lhes afete.

36 Indígenas del Chaco. (2016). *Indígenas del Paraguay*. <https://www.youtube.com/watch?v=x4VAB1NN7nY>.

37 Indígenas del Chaco. (2016). *Indígenas del Paraguay*. <https://www.youtube.com/watch?v=x4VAB1NN7nY>.

O RESPEITO AOS DIREITOS SOCIAIS E CULTURAIS DOS ESTUDANTES INDÍGENAS: NENHUM A MENOS

Todas as pessoas possuem o direito à educação e à construção de sua vida no meio em que escolhe viver. A adaptação não pode ser uma barreira, mas sim uma aprendizagem mútua. A Educação deve ser vista como um direito inerente a todos e defende o pressuposto de que é fundamental a igualdade e a equidade entre as pessoas, para a construção de uma sociedade justa e democrática. De acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis a Meta 4. É preciso Assegurar a Educação Inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O que na verdade aprendemos sobre os Povos indígenas no Brasil? O que é sensato entender sobre as diversas manifestações culturais de toda a diversidade que vivemos? Será que não perceberemos o erro ao reproduzir preconceitos e estereótipos sem compreender e aprender sobre a diversidade em que estamos atuando? Como educar a si próprio e as crianças com diferentes olhares sem discriminação e sim com compreensão? O que eles tem ao nos ensinar e o que temos que aprender?

A diversidade pode atrair muitos ganhos em conhecimento, e os povos indígenas tem muito a contribuir. A cultura Indígena precisa ser respeitada, conhecida e reconhecida, além de valorizada. Haja vista todas as escolas em principal de Educação Infantil possuem um papel muito importante na construção da identidade dos estudantes que os espaços educacionais precisam trazer as práticas e contribuições dos povos à extensão de todos, a fim de construir uma postura

positiva das diferenças. A organização dos ambientes, os ensinamentos culinários e saudáveis, as materialidades e as experiências abrangem a cultura escolar.

Partindo da premissa que toda história tem suas versões, o que fora nos ensinado sobre o “descobrimento” do Brasil, foram narrativas equivocadas e reducionistas advindas de povos europeus e o adjetivo índio veio instigado de estereótipos negativos. Posto que não podemos reduzir a uma única cultura, e sim várias culturas de vários povos indígenas. É preciso mudar o termo para mudar nossas concepções, o indígena nunca quis deixar de ser indígena, nunca quis que seus valores fossem perdidos, eles possuem sua própria cultura, constituída através do grupo que pertence, esse pertencimento fora tirado deles através das intervenções a fim de domesticá-los ao processo colonizador.

“Pois todo dia era dia de índio, todo dia era dia de índio, mas agora eles só tem o dia 19 de Abril.” Jorge Bem Jor.

O dia 19 de abril, “Dia do índio” não pode ser resumido a cocar e pintura facial, ou apenas o “folclore” na perspectiva colonizadora. É preciso ser repensado, pois as memórias dos primeiros Brasileiros, devem ser lembradas sempre, como herança significativa da contribuição dos povos indígenas para a sociedade. Aliás que contribuem até hoje com seus ensinamentos culturais.

É preciso nos libertarmos deste conceito que desvaloriza nossa diversidade. Precisamos entender que não existem “índios” no Brasil. Precisamos aprender como chamá-los, como festejá-los, como conhecê-los, como valorizá-los. Precisamos encontrar um lugar para eles dentro de cada um de nós. A melhor maneira de fazer isso é conhecendo-os da melhor maneira que pudermos³⁸.

38

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. (2019). *Currículo da Cidade: Povos Indígenas: Orientações Pedagógicas*.

No que diz respeito aos compromissos de caráter pedagógico a Rede Municipal de Ensino da Prefeitura de São Paulo, vem realizando as escutas dos territórios a fim de promover um olhar sobre as questões Étnicos Raciais. Nesse enfoque em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que tornaram obrigatório o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígenas nas escolas Públicas, tornou-se importante a construção de ações formativas voltadas para ressignificação da Cultura Indígena na constituição da identidade do povo Brasileiro.

A Supervisão Escolar, a Divisão Pedagógica – DIPED, através do Núcleo de Educação Para as Relações Étnico-Raciais da Diretoria Regional de Educação Guaianases, DRE-G e dos documentos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, incluindo Currículo da Cidade dos Povos Indígenas, vem promovendo espaços de discussões e vivências com possibilidades pedagógicas para que os docentes trabalhem na perspectiva assertiva, a valorização da cultura dos povos indígenas no Brasil e em São Paulo, bem como, contextualizar as ações no intuito de promover o respeito a diversidade, trazendo nesse viés, novas formas de refletir sobre as especificidades de cada povo, suas construções e constituições diferenciadas, afim de transformar as relações humanas, através da conscientização e atitudes positivas, contando, respeito, solidariedade e compromisso étnico. É preciso transcender os acontecimentos e ir além.

Nesse contexto, fora oferecido o curso na DRE-G conhecendo o Brasil Indígena, e a resolutiva faz com que as questões indígenas sejam trabalhadas o ano todo, bem como o currículo antirracista, questões de gênero entre outros. É importante incluir no Projeto Político Pedagógico o multiculturalismo, pois temos crianças indígenas na rede e por muitas vezes essas crianças são vítimas de preconceitos e racismos dentro da escola, fato que não considera a capacidade do indígena de viver de acordo com suas tradições, desqualificando suas características culturais. O fato de cultivar hábitos muito diferentes da maioria, faz com que elas se tornem alvo de

exclusão, tendo que suportar o preconceito presente nas brincadeiras³⁹. É valioso que o educador conheça as características de cada povo, no intuito de barrar qualquer ação discriminatória dentro da escola e que não venha permear fora também.

É preciso que em todos os ambientes escolares, o respeito ao multiculturalismo exista, de tal forma que o conhecimento se torne prática, e prevaleça o compromisso com a educação em sua diversidade, considerando à cultura, à dignidade, o respeito e à liberdade, propiciando que todos tenham o seu lugar como sujeito e cidadão⁴⁰.

Quando uma criança seja ela indígena, ou migrante chega ao ambiente, é preciso ter o olhar acolhedor a essa, respeitando sua forma de ser, seu histórico de vida e suas peculiaridades. Ao receber um estudante indígena na escola, é muito importante que façam uma conversa com os familiares, para que sejam acolhidos da melhor forma, a fim de conhecer mais sobre a cultura e as necessidades, pois muitas vezes podem temer estigma ou discriminação, dado ao fato da barreira linguística, cultural e econômica. Cada estudante vem com seu histórico constituído, e a aculturação é um processo moroso e singular, perpassa além. A adaptação ao meio é muito subjetiva, requer atenção.

A Integração Social é parte inerente da escola, e com ajuda das equipes transdisciplinares torna-se possível o oferecimento de ações de fortalecimento do tecido social. O estabelecimento de vínculos pode melhorar demais a acessibilidade. O diálogo e o respeito mútuo são fundamentais para promover uma convivência harmoniosa entre as comunidades indígenas e a sociedade. Isso requer empatia e uma sensibilidade cultural.

39 Castro, M. da P. (2019). *Diversidade e Discriminação: Educação em Direitos Humanos*. Vlado Educação.

40 Lei Nº 9.394/1996, de 20 de dezembro. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No acompanhamento às Unidades Escolares e nas formações setoriais são difundidas algumas orientações e compartilhadas práticas sobre a adaptação do currículo no que tange:

Propiciar ambientes acolhedores com elementos da natureza, materiais educativos que represente a cultura indígena e que possa ser incluída de forma valorizada.

Conhecer e compartilhar a cultura, envolvendo a família no processo educativo, a fim de entender as necessidades específicas, incentivando a participação nos projetos e na vida escolar da criança. Embora a forma de comunicação seja diferente do costume, os gestos e o corpo também fala e pode ajudar a entender, tanto a expressar como facilitar a compreensão.

Incentivar a interação, a relação de amizade e troca de experiências. Envolver e formar os demais funcionários sobre a individualidade da criança indígena para que suas necessidades sejam atendidas e respeitadas.

Cada criança é única, cada situação é preciso ser abordada de forma individualizada, o ambiente escolar se torna educativo quando todos são acolhidos e respeitadas suas singularidades, independentemente de sua origem cultural.

A medida que realizamos a Ação Supervisora, dia a dia, pudemos perceber que as Unidades de Educação Infantil da DRE-Guaianases, trabalham com muita constância e contextualização o tema Povos Indígenas. As orientações e formações que a equipe gestora recebe e assegura com os professores, torna-se a prática favorável e enriquecedora. Desde a escuta ativa, observações, seleção das materialidades, até o olhar atencioso das diversas manifestações culturais que ocorrem no ambiente educativo. As propostas vem de acordo com o reconhecimento da diversidade.

Uma data muito importante e rica para os encontros e trocas é o Dia da Família na Escola, consta em calendário e se faz homologado.

No ano de 2023, foram convidados para participarem em uma das unidades de Educação Infantil da Diretoria de Educação Guaianases, os Povos Indígenas da Aldeia Wassús, por meio dos espaços contextualizados com as materialidades, culinária e artesanatos construídos e relacionados a cultura. A proposta fora de tornar a cultura Indígena valorizada e respeitada, além de fortalecer uma postura positiva das diferenças em sua proposta ressaltando o protagonismo na escola, onde se torna um espaço privilegiado e favorável a essa construção. As discussões e o pensamento crítico-reflexivo precisam ser norteados por quem a história pertence, no entanto é preciso romper e superar padrões persistentes.

Ao obter acesso e análise ao Projeto Político Educacional do CEU Jambeiro, constatamos em seu contexto histórico, a escrita sobre os indígenas Guaianás. O Bairro onde o CEU se encontra chama-se Guaianases, em memória dos que ali contribuíram para sua expansão. No documento enfatiza que os povos indígenas eram nômades e viviam de caça e pesca, quando todos os recursos se esgotavam na região, eles se deslocavam para outra, mas com a chegada dos “Homens Brancos” se apossando das terras, tomavam se essas privadas, ocasionando a extinção dos povos indígenas da região. Vale ressaltar que no documento a narrativa considera o grupo étnico, e que foram história, porém cabe lembrar que eles existem!

É necessário desfocar parcialmente da cultura em que vivemos, refletindo com criticidade as histórias que nos foram contadas. Trazer os povos do Brasil como protagonistas, ir além do conhecimento, aprender as diversas manifestações das originalidades, abstraído o que há de melhor. Engrandecer as culturas que podemos aprender e nela passarmos a conviver.

A reparação histórica está bem atrasada, se não for algo a ser pensado tendemos a ratificar o etnocentrismo que segundo Laraia, é a tendência a observar o mundo desde a perspectiva particular do povo e cultura a que se pertence, conduzindo a tendência da intolerância, do desrespeito e desconhecimento, ou seja, de continuarmos a cometer estruturalmente os erros colonialistas sem conhecimento

e empatia por aqueles que tiveram sua existência manipulada, desconsiderando seu pertencimento⁴¹.

Os povos indígenas estão por aqui buscando traçar um caminho para manter suas culturas apesar de tantas dificuldades e incompreensão porque ainda passam. No entanto, mantêm viva sua dignidade mostrando que é possível outro caminho de convivência e respeito com a natureza e com as pessoas que as cercam no contexto urbano em que vivem⁴² (p. 87). Possuem genuinamente uma forte relação com a natureza e com os seus. Detém uma rica herança cultural, possuindo conhecimento tradicional sobre a biodiversidade e os ecossistemas locais. Tais conhecimentos são cruciais para a preservação ambiental, o respeito e o cuidado com a terra, a conservação solo, para a manutenção da vida se faz presente em cada um. Os recursos naturais são condições para produzirem alimentos adequados às suas necessidades do ponto de vista da cultura alimentar além de ser saudáveis. A medicina natural, os artesanatos, esses são conhecimentos e práticas que precisamos para manter uma sociedade com características sustentáveis do ponto de vista da biodiversidade. Nessa acepção para a educação, esses saberes tornam-se potência, os ensinamentos de como viver harmonicamente, o cuidado de si e do outro, a busca por uma condição de vida melhor, não ter apego pelos bens materiais, tudo se torna um aprendizado. É uma troca riquíssima quando temos por perto pessoas que possuem conhecimentos inspiradores e práticas que podem contribuir para melhorar a formação cultural e humana de todos nós brasileiros.

“Ser plural é olhar para dentro de nós mesmos; é encontrar e reconhecer que somos mais que uma afirmação. É entender que somos a confirmação de uma humanidade nova que nasce com a capacidade de convivemos com os diversos mundos que habitam nossa brasilidade”

— Daniel Munduruku e Cristino Wapichana

41 Laraia, R. B. (2005). *Cultura: um conceito antropológico*. Jorge Zahar.

42 São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica (2022). *Currículo da Cidade: Educação Antirracista: Orientações Pedagógicas*.

3

*Cléia Maria Silva de Carvalho
Katia Cristina Deps Miguel
Rosemeire Rodrigues de Oliveira*

**MIGRANTES
E GESTÃO PÚBLICA:
UMA PRÁXIS PARA O BEM VIVER**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-340-0.3

PARA INÍCIO DE CONVERSA

O conceito de política e políticas públicas, de acordo com Rúa¹, é melhor compreendido pelo termo em inglês “public policy”, uma vez que na língua portuguesa uma mesma palavra pode abranger diversos significados. O termo “policy” refere-se à formulação de propostas e sua implementação, englobando uma série de ações e decisões; por outro lado, “politics” refere-se às atividades políticas, ou seja, às ações e negociações realizadas pelos políticos, que também influenciam as políticas públicas. Neste contexto, abordaremos a “public policy”, enfatizando as tomadas de decisões e as políticas que direcionam as ações, a fim de atingir os objetivos desejados. Tais decisões resultam em “normas ou ações que afetam a sociedade, ou parte dela” (*op. cit.*, p. 15-19).

Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório (Saravia, 2006, p. 24-25)².

De acordo com o dicionário Aurélio, o termo “público”, quando utilizado como adjetivo, é definido como “o que pertence ao povo”, “o que é de todos” e “o que está aberto ou acessível a todos”. Origina-se do latim “publicare”, que significa “tornar público” ou “tornar para todos”, configurando-se através da construção do reconhecimento social. Nesse contexto, a política pública é entendida como uma construção social. Ao abordarmos esse conceito, referimo-nos ao processo de tomada de decisões e às ações que emergem das interações sociais.

1 Rúa, M. G. (2014). *Políticas públicas*. (3ª ed., rev. e atual.). CAPES; UAB.

2 Saravia, E., & Ferrarezi, E. (Orgs.),(2006). Introdução à teoria da política pública. Em E. Saravia & E. Ferrarezi (Orgs.), *Políticas públicas*. ENAP.

Isso nos leva a incluir, em tais estudos, a escola e seus protagonistas, como os estudantes migrantes e a gestão escolar; além de considerar as condições e formas de interação desses atores - incluindo normas, leis, rotinas e procedimentos - e os produtos resultantes dessa interação, que englobam políticas, programas, ações e demais decisões.

Uma das questões que se encontram profundamente relacionadas à Educação é a Política, entendida como uma atividade específica do governo e do profissional político, representando uma forma de organização de uma instituição, como, por exemplo, a *política da escola* e a maneira como ela se estrutura. Isso abrange tudo o que um governo realiza ou deixa de realizar, incluindo todos os efeitos de suas ações e omissões.

Quando as decisões e ações são fundamentadas em ideais hegemônicos, podem reforçar desigualdades sociais, promover exclusão e incentivar violências, afetando comportamentos e práticas que refletem os interesses de uma classe dominante e colonizadora, que consolida significados e interpretações de mundo, estabelece padrões e delimita fronteiras contribuindo assim para a perpetuação de estruturas que favorecem determinados grupos em detrimento de outros.

Entendemos que a escola reflete esses ideais por meio de seu currículo, da prática pedagógica e da estrutura administrativa, expressando uma visão de mundo que valoriza certos conhecimentos, histórias e culturas. Não podemos abordar temas como gestão pública, a escola e os migrantes sem antes estabelecer uma compreensão aprofundada sobre esses conceitos, uma vez que esses processos estão interligados e impulsionam políticas e práticas presentes nas dinâmicas sociais, e, educacionais.

Nosso objetivo é abordar a importância do acolhimento e da inclusão social na vida dos estudantes migrantes, explorando as políticas e práticas de gestão pública e escolar, bem como o pensamento anticolonial, que busca desmantelar as estruturas hegemônicas

norte-eua-eurocentradas. A partir de nossas experiências, convidamos à reflexão sobre estereótipos, estigmas e preconceito em relação aos migrantes, que geram processos de exclusão e violência, especialmente quando essas perspectivas impactam a língua, a cultura e o papel da escola na sua educação.

ESCOLA, A QUEM SERVE?

No contexto escolar, os ideais mencionados moldam as estruturas e práticas educacionais, influenciando tanto o funcionamento das escolas quanto a construção das narrativas culturais. Conforme Goffman³, a escola se organiza de maneira a estigmatizar e deteriorar a identidade dos estudantes migrantes, desconsiderando sua diversidade cultural, étnica e linguística. Essa dinâmica se reflete na crença de que esses estudantes só terão pleno acesso ao currículo se dominarem o português. A supervalorização do português como língua hegemônica silencia outras vozes, enquanto um currículo fechado, arbitrário e inflexível negligencia a inclusão social, negando a esses alunos a oportunidade de pertencimento. Tal estrutura exclui experiências que não se alinham aos padrões dominantes, rotulando os estudantes migrantes como “alunos-problema”. Esse cenário nos instiga a refletir sobre as questões estruturais subjacentes, que espelham ideais que afetam a língua, a cultura, a escola e seus processos pedagógicos. Além disso, a escola reflete e reproduz as dinâmicas da própria sociedade, levando-nos a questionar a legitimidade de uma “educação para todos”⁴, já que, de forma encoberta, contribui para a perpetuação de valores e ideais que mantêm as desigualdades

3 Goffman, E. (2008). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4ª ed.). LTC.

4 Padilha, A. M. L., & Oliveira, I.M. (Orgs.).(2013). *Educação para todos: As muitas faces da inclusão escolar*. Papyrus.

sociais e culturais, revelando umas das faces da inclusão escolar em sua relação com os processos de exclusão social.

A presença do migrante na escola evidencia questões não superadas, que foram apenas revestidas de novas formas sob o disfarce de uma pseudo-hospitalidade para a igualdade nas diferenças. Conceitos como democracia e inclusão são usados de maneira equivocada para definir a escola contemporânea. Isso aponta como a escola se embrutece diante da violência étnico-racial e higienista, refletindo a construção estrutural de um modelo único de sociedade. Nesse processo, a escola não apenas silencia, mas também se torna cúmplice, antes de se colocar como vítima — “chama seu Hitler”⁵. Nosso papel, portanto, é dismantelar essa lógica historicamente e culturalmente reproduzida.

A escola que deveria ser um espaço democrático para todas as diferenças de nacionalidades, etnias, cores, etc., abriga atitudes que se manifestam por meio de piadas sobre as dificuldades de repetir as palavras no idioma português, finge que compreende, “fala mal”, as “focacas” na sala dos professores, supõe que é conhecedora da cultura do migrante, há até os que desejam uma escola exclusiva para esses estudantes, mecanismos esses que os mantêm de fora dos processos e das apostas pedagógicas⁶. Cria barreiras, uma vez que os migrantes não se enquadram nas normas estabelecidas, de tal forma que estudantes migrantes enfrentam desafios em termos de acesso, oportunidades, participação plena e permanência na escola. Políticas e práticas que deveriam atuar contra o preconceito, estereótipos e estigmas para o bem viver, os excluem no interior da escola, produzem vulnerabilidades e os colocam na condição de desacreditáveis/desacreditados⁷.

5 Césaire, A. (1978). Discurso sobre o colonialismo. *Cadernos Livres*, 15, 18-21.

6 Elias, N., & Scotson, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*. (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar.

7 Goffman, E. (2008). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. (4ª ed.). LTC.

Sendo a escola o lugar social por excelência, onde as relações se estabelecem, onde se apreende as dinâmicas de poder e as diferenças sociais, evidenciam-se os mecanismos de segregação e exclusão, de origem social-étnica-racial e/ou econômica, e não está desvinculada da realidade em que se acha inserida⁸. É preciso estarmos atentos para que a escola não represente apenas os valores do grupo dominante, o senso colonizador que habita em si.

Pensamos, na escola, por e para os estudantes migrantes e sua família, nós, escola, pretensiosamente decidimos, planejamos e organizamos todo o processo sabidos do que fazer. Não há como se falar em acolhimento e inclusão social, quando há um modelo único, pronto e imposto, ao qual se busca submeter os estudantes, tão diversos, sendo eles migrantes ou não. É urgente que a escola vá se tornando espaço acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir o outro, de respeitá-lo, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria, e que não falte, contudo, o direito de quem exprimir sua contrariedade⁹.

Acolher com empatia é se colocar no lugar do outro - ir até o outro -, gerar o encontro, em que o [...] sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História (p. 98)¹⁰.

Compartilhamos, a título de exemplo, uma experiência de queixas escolares ligada às dificuldades de aprendizagem que os estudantes migrantes vinham apresentando e que foram apontadas pelos professores no Conselho de Classe/série e encaminhadas ao Departamento de Educação Especial, do município de Francisco Morato (SP). No esforço para lidar com o desafio, foram propostas

8 Bourdieu, P. (2012). *A miséria do mundo*. Vozes.

9 Freire, P. (1997). *Professora sim, tia não*. Editora Olho d'Água.

10 Freire, P. (2017). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.

oficinas aos educadores/as, em uma parceria formalizada com o Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e Adolescência da Universidade Federal de São Paulo.

As oficinas, tiveram como foco preponderante a Língua sob a perspectiva da fonética, fonologia, a estrutura do português, os sons e articulação, os falsos amigos e “pitadas de cultura”. Esses encontros contribuíram para que entendêssemos que, para além da língua e cultura, é preciso falar sobre processos estruturantes e determinantes advindos do processo de colonização, seus aspectos mais profundos e necessários.

Reduzir os processos de inclusão social e educacional desses migrantes apenas a questões vinculadas à aquisição de língua com pitadas de saberes culturais generalizantes é ingênuo e até, diríamos nós, desrespeitoso com o migrante, pois reduziria as ontologias a um punhado histórico a partir do olhar do outro e não do eu (p. 138)¹¹.

Segundo Sá¹², a hospitalidade condicional é excludente, marginaliza e é violenta:

Essa postura ambivalente é um tipo de violência, pois o caráter hospitaleiro e irrestrito é acompanhado de escolhas, eleição e exclusão. Argumenta que, do ponto de vista linguístico e cultural, o anfitrião encara o hóspede ou estrangeiro como um parasita em potencial ainda que este seja *hostis* e o compense pela hospitalidade. É assim que se materializa a hospitalidade, ou seja, por traz da boa recepção esconde-se o incômodo (p. 92).

11 Sá, R. L., & Oliveira, R. R. (2023a). Migração, docência e práxis anticolonial. *Revista Letra Magna*, 19(33), 132-142. DOI <https://doi.org/10.29327/2206789.19.33-9>.

12 Sá, R. L. (2020a). *Internacionalização, hospitalidade e ideologia: Por um protocolo de acesso, acolhimento e acompanhamento* [Tese de Doutorado]. UNICAMP. DOI <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2020.1128725>.

Desconstruir esse dualismo entre os anfitriões e o migrante-hóspede é um chamado que nos faz Jacques Derrida¹³. É preciso superarmos a aparência benigna dessa relação, essa ambiguidade e instabilidade nas fronteiras entre o familiar e o estranho que o autor denuncia, essa lógica colonial-imperialista do cuidado como estratégia de controle, revestido de coisa boa.

Quando ideias absolutas continuam operando, reafirmam as práticas excludentes. Jacques Derrida pergunta: “A hospitalidade consiste em interrogar quem chega? [...] Ou será que a hospitalidade começa pela acolhida inquestionável?” (*op. cit.*, p. 27-28). É mister que o condicionante existente, revestido de hospitalidade seja rompido, revelado, desconstruído para ser justo e anular a intolerância camuflada. Neste sentido, ecoando Paulo Freire, Sá¹⁴ nos diz que “Freire (2020) nos convida a gentificar-se, a gostar de ser gente, gente que se posiciona contra toda e qualquer forma de desgentificação ou de esvaziamento do ser humano, a gostar de ser gente que “se insere e não é apenas objeto, mas também sujeito [e ator protagonista!] da história” (p. 06).

Portanto, uma práxis anticolonial de educação visa a provocar uma nova posição da escola e de quaisquer outros espaços na esfera pública.

UMA PRÁXIS PARA O BEM VIVER

(...). Somos una especie en viaje no tenemos pertenencias, sino equipaje. Vamos con el polen en el viento.

13 Derrida, J. (2003). *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida para falar da hospitalidade* (A. Romane, Trad.; P. Ottoni, Rev. Téc.). Escuta.

14 Sá, R. L. (2021). Ética, decolonialidade e migração à luz do pensamento freireano. *Revista Práxis Educativa*, 17(47), 1-22. DOI <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i478739>.

Estamos vivos porque estamos en movimiento. Nunca estamos quietos. Somos trashumantes, somos Padres, hijos, nietos y bisnietos de inmigrantes (...) Yo no soy de aquí, pero tú tampoco (...). De ningún lado del todo y, de todos Lados un poco (...)¹⁵.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, residiam no Brasil cerca de 268.295 imigrantes¹⁶. Passados 10 anos, o Observatório das Migrações (OBMIGRA) registrava a presença de mais de 1,3 milhão de imigrantes residindo no país¹⁷. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (2021)¹⁸, em dez anos ocorreu um aumento de 24,4% no número anual de novos imigrantes registrados no Brasil, sendo as migrações venezuelanas, haitianas e colombianas as principais responsáveis pelo aumento. No período de 2011 a 2020, os maiores fluxos foram da Venezuela, Haiti, Bolívia, Colômbia e Estados Unidos.

Olhando para a Educação, o número de estudantes imigrantes matriculados na rede básica passou de 41.916, no início da década de 2010, para 122.900 em 2020. Como interpretar esses dados? Como explicá-los?¹⁹. De fato, expressam o contingente de população migrante com acesso à educação? “Qualquer dado estatístico que se forneça torna-se rapidamente obsoleto e desatualizado” (p. 86)²⁰.

- 15 Dexter, J. (2017). *Álbum Salvavidas de Hielo* Disponível em <https://www.letras.mus.br/jorge-drexler/movimiento>.
- 16 Oliveira, A. T. (2013). Um panorama da migração internacional a partir do Censo Demográfico de 2010. *Revista Internacional de Mobilidade Humana*, 40, 195–210.
- 17 Cavalcanti, L., Oliveira, T., & Silva, B. G. (2021). *Imigração e refúgio no Brasil: Retratos da década 2010*. OBMigra.
- 18 Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). (nd). *2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil*. Ministério da Justiça e Segurança Pública & Universidade de Brasília.
- 19 Saviani, D. (2018). *Escola e democracia* (43ª ed.). Autores Associados.
- 20 Sá, R. L. (2020a). *Internacionalização, hospitalidade e ideologia: Por um protocolo de acesso, acolhimento e acompanhamento* [Tese de Doutorado]. UNICAMP. DOI <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2020.1128725>.

RETOMAMOS AQUI O INÍCIO DA CONVERSA

A política, em sua origem etimológica grega, vem de polis, a cidade e os cidadãos, então, tem relação com a (con)vivência. Deveria ser a versão moderna da Ágora, outra palavra grega que quer dizer “espaço público comum”, no qual os estudantes, professores e toda a comunidade escolar começam a (con)viver democraticamente e a exercer seus direitos. Assim, a escola tem o compromisso ético de não deixar ninguém para trás. Contudo, a autonomia da escola não a exime e nem exime o Estado de sua responsabilidade de garantir uma educação de qualidade, adequada e suficiente para atender às demandas da sociedade. Ao contrário, “quão violenta é a política da Cidade, como Estado, que interdita ou limita ou minimiza o direito das gentes, restringindo-lhes a cidadania ao negar educação para todos” (p. 13)²¹.

Segundo a Organização Internacional para Migrações, a política migratória local, aqui consideramos os municípios, devem estabelecer as bases para a sua atuação governamental em temas como migrações, definindo princípios, objetivos e diretrizes que orientam o governo e seus servidores. Todas as questões relacionadas à migração devem ser pautadas por essa política, garantindo coerência, previsibilidade e estabilidade. Idealmente, orienta, que uma política deve ser formalizada em lei ou decreto. Ao indicar alguns caminhos, a Organização Internacional para as Migrações destaca que “a política local para migrantes se caracteriza como transversal, representando a adoção de um novo olhar que integra as necessidades específicas dos migrantes às políticas já existentes” (p. 22)²². De acordo com

21 Freire, P. (2001). *Política e educação: Ensaios* (5ª ed.). Cortez.

22 Torelly, M., Anschau, A.L., & Dias, A. (Orgs.).(2023). *Governança migratória local: Ferramentas e métodos* (2ª ed.). Agência ONU Migrações (OIM).

Torelly (*op. cit.*), as políticas setoriais para migrantes são projetadas para atender às especificidades desse grupo, integrando diretrizes e políticas já existentes, e podem ser institucionalizadas por meio de Portarias Ministeriais, Secretarias ou Resoluções Normativas dos colegiados envolvidos. Já o plano local de ação da política migratória especifica ações, metas e prazos, tornando-se uma estratégia de governo local concreta. Nesse plano, as ações são quantificadas, facilitando o monitoramento dos resultados dentro do prazo estipulado, e, geralmente, os planos são incorporados a decretos municipais (ou estaduais).

Reconhecemos que as medidas e políticas setoriais destinadas aos migrantes representam uma parte significativa das boas práticas necessárias para garantir o bem-estar dessa população, incluindo os estudantes migrantes. Contudo, a implementação dessas políticas e práticas nem sempre é eficiente, podendo gerar efeitos ético-sociais complexos, com repercussões irreparáveis. A efetividade das políticas e práticas só pode ser assegurada quando são projetadas, como salienta Torelly (*op. cit.*), com “desenhos próprios e que contemplam as especificidades das pessoas migrantes” (p. 22). Para isso, é indispensável o respeito à diversidade e uma compreensão aprofundada do lugar do ser humano no mundo — um reconhecimento do sentimento de viver entre-lugares, da possibilidade de manter laços com as origens enquanto se constrói pertencimento.

A ausência de política pública pensada por e com os migrantes, os colocam em maior situação de vulnerabilidade, intensifica os processos excludentes, uma vez que não necessariamente corresponde às suas necessidades. Dessa feita, como articular a construção de política pública para migração, hospitalidade e bem viver de modo a considerar o deslocamento entre línguas, culturas e memórias?

Segundo a Organização Internacional para as Migrações, é importante a participação social do migrante como atores estratégicos na construção de políticas públicas para que de fato sejam

efetivas e adequadas à população a que se destinam. Diríamos que uma práxis para o bem viver, seja na escola ou qualquer espaço da esfera pública, deve tecer coletivamente os desafios a enfrentar, o que, e, o como mudar nesse contexto.

Na discussão empreendida, chamamos a atenção para uma práxis anticolonial, na qual os espaços de fala são uma das maneiras mais assertivas de implementar políticas e práticas, seja na escola ou quaisquer espaços da esfera pública. Pela realização de conselhos, de representação das comunidades reunidas, o encontro com as famílias e educadores, enfim, a construção de espaços importantes para darem opinião, falarem sobre suas necessidades e interesses, denunciarem, sugerirem as mudanças que possam fazer sentido. Esses encontros se realizam na práxis - ação + reflexão - no engajamento e no compromisso com a transformação social. "A democracia demanda estruturas democratizantes e não estruturas inibidoras da presença participativa da sociedade civil no comando da república" (p. 38)²³. Foi uma experiência no município de Francisco Morato com famílias migrantes que nos levou à reflexão de que "é bom porque em parte a comunidade pode saber como a escola é por dentro" (*op. cit.*, p. 38).

Não foram poucas, porém, as resistências que enfrentamos por parte de Diretoras, de Coordenadoras Pedagógicas, de Professoras, "hospedando" nelas a ideologia autoritária, colonial, elitista. "Que isso? indagavam às vezes, entre surpresas e feridas, será que vamos ter que aturar palpites e críticas dessa gente ignorante, que nada sabe de Pedagogia?" (*op. cit.*, p. 38-39).

O encontro com as famílias retratou e reviveu a experiência citada por Freire. O tempo todo interditados, censurados em suas falas-denúncia, invisibilizados pelas diretrizes-regras estabelecidas, não claras, pela escola, na esfera pública. Em relação às ques-

tões levantadas, as políticas públicas voltadas para a inclusão de migrantes, tanto nas escolas quanto em quaisquer serviços da esfera pública, devem promover a equidade étnico-racial e aprimorar as políticas de ações afirmativas. Para isso, é fundamental atentar-se à ocorrência de discriminação e violação de direitos; às migrações e à inclusão de estudantes migrantes de diferentes etnias ou nacionalidades; bem como às temáticas transversais.

Conforme a análise de Sá²⁴, “o fluxo migratório intenso pressupõe a necessidade de demonstração de hospitalidade enquanto conjunto de ações que envolve tanto os acolhidos como os acolhedores” (p. 104), contemplando questões essenciais para a formação de espaços equitativos e para a promoção de ações afirmativas, uma vez que o conceito de equidade está intrinsecamente ligado à criação de espaços coletivos de pertencimento, afetividade, acolhimento, sociabilidade e fortalecimento de vínculos, identidades e expressões culturais. Para se hospedar é preciso bem-estar, é um compromisso ético, e segundo Sá (*op. cit.*), “o processo inclusivo apenas será viável se balizado no tripé: vontade e consciência política, profissionais qualificados e envolvimento da sociedade civil”.

É preciso pensar um processo de inclusão dos migrantes por meio da educação que não se converta em mera retórica de igualdade e cidadania, mas que, ao mesmo tempo, não passa de uma caricatura que encontre privilégios tidos como tácitos e que contribuem para a manutenção de estruturas coloniais de opressão (p. 138)²⁵.

Uma práxis embebida e impulsionada pela reflexão se pergunta: que inclusão social e\ou educacional é essa que não modifica o sistema para que o outro faça parte? Que perpetua um modo de

24 Sá, R. L., & Chaves, J. S. (Orgs.). (2023b). *Decolonialidade & Educação: Esperançar em tempos de perplexidade*. Universidade Federal de São Paulo; Editora Pontes.

25 Sá, R. L., & Oliveira, R. R. (2023a). Migração, docência e práxis anticolonial. *Revista Letra Magna*, 19(33), 132-142. DOI <https://doi.org/10.29327/2206789.19.33-9>.

funcionamento que produz sofrimento e violência e não reconhece a procedência do outro?

Em seus estudos, Saviani²⁶ traz um entendimento da educação como “instrumento de discriminação social” e, portanto, ela própria se caracteriza como fator de marginalização, fundamentalmente política, cumprindo a função de reforçar e reproduzir desigualdades sociais (*op. cit.*, p. 17). Esse autor nos adverte que a própria educação, que está dentro (e não fora) da sociedade, está condicionada, sem necessariamente estar paralisada. Ela própria, aponta Saviani (*op. cit.*), compreende-se socialmente condicionada, determinada objetivamente, materialmente, daí seu caráter segregador, excludente, violento. O autor denuncia o “engodo” e nos convoca a um movimento de resistência em defesa do desenvolvimento da educação pública e do atendimento às necessidades educacionais da população, quiçá da população migrante. E nos provoca: “é possível uma teoria da educação que capte criticamente a escola como um instrumento capaz de contribuir para a superação do problema da marginalidade?” (*op. cit.*, p. 25). Continua ele ao dizer que “Quando a vara está torta, ela fica curva de um lado e se você quiser endireitá-la, não basta colocá-la na posição correta. É preciso curvá-la para o lado oposto” (*op. cit.*, p. 30).

É necessário “abalar as certezas, desautorizar o senso comum, demonstrar a falsidade daquilo que é tido como obviamente verdadeiro demonstrando ao mesmo tempo a verdade daquilo que é tido como obviamente falso” (*op. cit.*, p. 48). É preciso falar da contraposição em relação à hegemonia da língua e da cultura, do currículo e da avaliação, das regras da escola, da falta de relevância social e adequação, da falta de acesso aos serviços. “É sobre quando, como e

por que agir contra procedimentos ou diretrizes estabelecidas” (p. 19)²⁷, que trazem consequências ao bem viver. Diríamos, atrevidamente:

(...) ações de rupturas assumidas diante às normas ou regras institucionais visando um melhor atendimento às necessidades das pessoas às quais se prestam serviço. No caso da educação são considerados subversivamente responsáveis os gestores e professores que criam alternativas criativas para obterem melhores resultados para o bem comum da comunidade escolar constituída por seus colegas, alunos e pais como uma ação de oposição e, geralmente, de desafio à autoridade estabelecida quando esta se contrapõe ao bem do outro, mesmo que não intencional, por meio de determinações incoerentes, excludentes e/ou discriminatórias (*op. cit.*, p. 18)²⁸.

É necessária uma mobilização no sentido de fazer reverter as medidas retrógradas, excludentes, discriminatórias, segregadores e hegemônicas dentro de diretrizes e políticas existentes, das institucionalizadas Portarias Ministeriais ou Secretariais, das Resoluções Normativas, da Base Nacional Comum e dos desenhos, supostamente próprios e específicos para as pessoas migrantes.

É sobre ousadia pedagógica, conforme aponta Garnica²⁹ que implica uma aposta no novo, no diferente e na insatisfação com relação tanto ao que é quanto ao que pode ser, aquilo que, tendo sido criado por ações insubordinadas, não pode ser aceito como natural e permanente. Uma pedagogia que transgrida a norma tanto para o oprimido quanto para quem oprime, um exercício de libertação

27 D'Ambrósio, B. S., & Lopes, C.E. (2015). Insubordinação criativa: Um convite à reinvenção do educador matemático. *Bolema*, 29(51), 1-17.

28 D'Ambrósio, BS, & Lopes, CE (2015). Insubordinação criativa: Um convite à reinvenção do educador matemático. *Bolema*, 29(51), 1-17.

29 Garnica, A.V. M. (2014). Insubordinar-se criativamente: Inícios, continuidades e (re)inícios. In B. S. D'Ambrósio & C. E. Lopes (Orgs.), *Trajetórias profissionais de educadoras matemáticas* (1ª ed.). Mercado de Letras.

que reorienta a própria identidade e a autopercepção do opressor³⁰. Nesse contexto, complementa Saviani (2018), “é pressuposto de toda e qualquer relação educativa que o educador está a serviço dos interesses do educando” (p. 66)³¹. Operar nas gretas se apresenta como uma oportunidade para construir novas formas de viver de modo a superarmos os vestígios coloniais dessa relação bancária entre a implementação de políticas e práticas, entre a escola e o migrante³².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos o papel crucial das cidades e dos municípios na gestão para a migração como para estratégias e iniciativas que promovem boas práticas, no exercício de fomentar o diálogo e aprender uns com os outros, daquelas atitudes pronunciadas pela e da prática condensada com a teoria, que transforma a realidade vivida³³. É preciso que haja apoio e avaliação linguística sensível à cultura com oportunidades para praticar a língua em contextos reais e que se pense nos processos pedagógicos como estratégias em que a flexibilização das disciplinas e das atividades devam advir de currículos multiculturais. É preciso reconhecer, nas experiências dos migrantes, nas suas tradições, costumes e cultura, recursos valiosos para a promoção da inclusão social e bem viver.

30 Freire, P. (2017). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

31 Saviani, D. (2018). *Escola e democracia* (43ª ed.). Autores Associados.

32 Sá, R. L. (2023). Rasuras migratórias e de inclusão: Por uma gramática e uma agenda social. Em S. S. Fidalgo, M. F. Carvalho, & F. M. Cruz (Eds.), *Vulnerabilidades, resistências e inclusão* (1ª ed., vol. 7, pp. 98–114). UNIFESP.

33 Torelly, M., Anschau, A.L., & Dias, A. (Orgs.).(2023). *Governança migratória local: Ferramentas e métodos* (2ª ed.). Agência ONU Migrações (OIM).

O papel da gestão escolar, nesse contexto, ultrapassa as barreiras burocráticas que envolvem a matrícula e documentação necessária para que ela se concretize. Seu olhar deve transcender ao óbvio e encontrar estratégias que tornem a escola (toda ela) um lugar de acolhimento e boa convivência. O âmbito pedagógico deverá sofrer mudanças, as quais garantam o aprendizado e também a interação social desses estudantes permitindo ao migrante ser pertencente àquele espaço, visto que é pelo modo como atuamos que mudamos a escola; a partir dela mudamos as pessoas, a sociedade e quiçá o mundo.

Nesse sentido nos cabe, enquanto Sociedade e Escola, trazer à baila o tema da migração que já faz parte do nosso cotidiano e não há como fingir que não vemos. Precisamos unificar e democratizar os espaços, a fim de recebermos essas pessoas de forma respeitosa, acolhedora e verdadeiramente humana. Não é de compaixão que elas precisam, mas de políticas públicas eficazes que as atendam.

Assim enxergamos nessa temática uma forma de unirmos forças e lutarmos em prol dos nossos alunos migrantes e, junto com a questão educacional, também fortalecermos a luta social, na qual suas famílias precisam estar inseridas para que todos se sintam seguros e parte de algo maior, livrando-os assim, da sensação de abandono a que são submetidos bem como a de que estão sempre sendo deixados de lado.

4

*Karyne Gleyce Zempf Oliveira
Danilo Bonfim de Queiroz*

CUIDADO INTEGRADO EM SAÚDE DO MIGRANTE

O CUIDADO EM SAÚDE PARA MIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL

Para compreender o processo de cuidar para pessoas migrantes e refugiadas, inicialmente iremos distinguir esses dois termos, visto que para refugiado iremos adotar o significado para as pessoas que saíram do seu habitat devido a perseguições e/ou conflitos e migrantes para pessoas que saíram do seu local de origem em busca de qualidade de vida. Pensando nisso, tanto migrantes como refugiados necessitam de cuidados, visto que o processo de mudança territorial é capaz de impulsionar gatilhos tanto para sua saúde física, como a mental.

A jornada migratória é um processo complexo que frequentemente expõe os indivíduos a desafios psicológicos significativos. Ao enfrentarem a transição para um novo ambiente, os migrantes vivenciam estresse considerável devido à mudança cultural e à necessidade de se adaptarem a um contexto totalmente diferente¹.

A Saúde brasileira é organizada em níveis de atenção, sendo ela a primária (unidades básicas de saúde) e especialização (média e alta complexidade)², e que pessoas que são migrantes ou refugiadas podem buscar por atendimentos de forma gratuita para possíveis soluções de sofrimentos, visto que o processo migratório é capaz de desenvolver diversas consequências para o corpo e mente, o que pode impactar diretamente na qualidade de vida desse indivíduo.

Entretanto, a busca por serviços de saúde, muita das vezes torna-se a segunda opção para essas pessoas, onde isso ocorre por diversos motivos, entre eles a falta de informação, medo ou a dificuldade no diálogo para buscar atendimentos em saúde, ou até

1 Rodrigues, J. M. (2023). *Desafios à inclusão da mulher migrante no cenário de trabalho formal brasileiro*.
2 Brasil. (2022). *Atenção primária e atenção especializada*. Ministério da Saúde.

o despreparo dos centros de saúde que os recebem³. Com isso, constitui-se um desafio para pessoas que necessitam de cuidados. Barreiras morais, culturais, experiências prévias de traumas, preconceito, racismo, dificuldade de acesso e xenofobia são alguns dos problemas encontrados pelos migrantes e refugiados quando se procura por saúde⁴.

Portanto, um dos grandes pilares para um gerenciamento de saúde eficaz para migrantes e refugiados, é ultrapassar essas barreiras. A orientação e conscientização da equipe de saúde para desmitificar o atendimento com o foco em compreender o universo em que esse indivíduo está inserido, tende a tornar esse momento mais leve para um cuidado eficaz.

CUIDADO DO ENFERMEIRO PARA MIGRANTES E REFUGIADOS

O enfermeiro é o profissional que geralmente possui o primeiro contato com migrantes e/ou refugiados dentro dos serviços de saúde, sendo o processo de comunicação uma das ferramentas essenciais para o cuidado em saúde desse indivíduo. Contudo, esse profissional possui entre suas atribuições a função de um cuidado centrado no indivíduo, sendo este direcionado por um cuidado sistematizado, que é uma forma de organização do trabalho de enfermagem por meio de método, instrumentos e pessoal, com o objetivo

3 Silva, F. R., Prado, P. F., Carneiro, J. A., & Costa, F. M. (2014). Implementação da sistematização da assistência de enfermagem: Dificuldades e potencialidades. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 12(2), 580-590.

4 Ruffier, L. C. (2020). *Frente a um novo mundo: Impactos das relações escolares na integração de crianças imigrantes involuntárias*.

de uma operacionalização eficiente do cuidado (Sistematização da Assistência de enfermagem - SAE)⁵.

Dentro disso, o enfermeiro executa o Processo de enfermagem (PE), que deve ser realizado em todos os locais em que haja cuidado dessa categoria profissional e constitui-se em cinco etapas interdependentes, inter-relacionadas e recorrentes, sendo elas: coleta de dados (histórico), diagnóstico de enfermagem, planejamento de enfermagem, implementação e avaliação de enfermagem, conforme informação a seguir⁶.

O Processo de Enfermagem deve estar baseado num suporte teórico que oriente a coleta de dados, o estabelecimento de diagnósticos de enfermagem e o planejamento das ações ou intervenções de enfermagem; e que forneça a base para a avaliação dos resultados de enfermagem alcançados (*op. cit.*, art. 3º).

Quando se aplica o PE com migrante e/ou refugiados, o caminho torna-se desafiador, devido as diversas facetas em que ele está envolvido. A primeira etapa do PE em que trata da coleta de dados é um ponto que se torna muita das vezes comprometida, e que ocorre devido as diferenças culturais e dificuldades de comunicação entre profissional de enfermagem e o migrante e/ou refugiado, que tendem a tornar o cuidado de enfermagem complexo, uma vez que a falta de comunicação eficiente entre ambas as partes pode gerar mal entendimento no processo. Outro ponto a ser debatido é a recusa de atendimento por profissionais do sexo oposto, que ocorre devido as questões culturais, conforme Nkulu Kalengayi *et al.*⁷.

- 5 Santos, G. L. A., Santana, R. F., Sousa, A. R., & Valadares, G. V. (2021). Sistematização da assistência de enfermagem: Compreensão à luz de seus pilares e elementos constituintes. *Enfermagem em Foco*, 12(1).
- 6 COFEN (2009). Resolução COFEN-358/2009. *Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências [Internet]*. COFEn.
- 7 Nkulu Kalengayi, F. K., Hurtig, A. K., Nordstrand, A., Ahlm, C., & Ahlberg, B. M. (2015). Perspectives and experiences of new migrants on health screening in Sweden. *BMC health services research*, 16, 1-13.

Quando essa primeira etapa do PE não é feita com qualidade, as demais etapas estão comprometidas, o que gera um cuidado fragilizado e muitas das vezes errôneo. Uma das formas de minimizar os dados se dá pela confirmação da troca de informação, que pode ser através de software desenvolvido para ajudar no entendimento das partes.

Respeitar a decisão do migrante ou refugiado em não ser atendido por pessoas do sexo oposto, pode trazer um elo de confiança entre o serviço de saúde e o usuário, ajudando assim nessa construção de coleta de dados.

Vale ressaltar que migrantes que necessitam de asilos possuem dificuldades em aceitar ajuda por profissionais enfermeiros, pois, segundo Nkulu Kalengayi *et al.* (*op. cit.*), muitos veem esse agente de saúde como uma autoridade e que podem reportar para o governo e que por isso omitem informações do seu estado de saúde, o que dificulta uma eficiência na aplicação da PE.

Uma forma de amenizar essa conduta, é mostrando que não se trata de uma deportação, mas uma forma em compreender o estado de saúde do migrante ou refugiado, e que o objetivo é ajudar no gerenciamento do estado de saúde, através de prevenção, por meio de vacinas e outros cuidados para o seu bem-estar. Ademais, durante a aplicação do PE, o enfermeiro pode realizar etapas com equívocos, que pode ocorrer desde a dificuldade para compreender a queixa principal até o momento de repasse de orientações de saúde⁸. Cabe ressaltar que o diagnóstico de enfermagem eficaz depende diretamente de uma coleta de dados eficiente e correta, e que quando não realizada adequadamente, compromete todo o processo de cuidado desse indivíduo.

A etapa de implementação de cuidados de enfermagem exige uma colaboração direta do indivíduo envolvido no processo e que depende da compreensão do profissional de saúde sobre as barreiras culturais do indivíduo que está sob seus cuidados, visto que elas estão associadas na forma de aceitação do cuidado para com ele⁹.

As diversas formas de entendimento sobre os sinais e sintomas, estilo de vida e tratamentos está diretamente relacionada com a cultura desse migrante e que deve ser envolvida e respeitada quando se fala em cuidar. Portanto, o cuidar em saúde do migrante e/ou refugiado inicia desde a construção de confiança entre o profissional enfermeiro, para que assim, ele possa atuar com eficiência no gerenciamento do cuidado desse indivíduo. A imagem abaixo ilustra isso.

Figura 1 - Cuidado em saúde migrante



Fonte: Gerada pelos autores com o uso de IA, 2024.

9

Pissaia, L. F. *et al.* (2018). Impacto de tecnologias na implementação da sistematização da assistência de enfermagem hospitalar: Uma revisão integrativa. *Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção*, 8(1), 1-9.

Representação visual do cuidado em saúde para migrantes e refugiados no Brasil, evidenciando o papel essencial do enfermeiro ao proporcionar cuidado compassivo e atencioso a uma diversidade de indivíduos nesse contexto.

DESAFIOS DA SAÚDE MENTAL NA JORNADA MIGRATÓRIA

A experiência de estresse é notoriamente evidenciada por Lazarus e Folkman¹⁰, que destacam a importância de avaliar o estresse percebido no contexto da adaptação psicológica. A perda cultural, um dos fatores-chave nesse processo, também contribui para a carga psicológica enfrentada pelos migrantes¹¹. O confronto com a perda de valores culturais, identidade e pertencimento pode desencadear impactos significativos na saúde mental deles.

A influência desses desafios psicológicos na saúde mental durante a transição migratória é um campo de estudo crítico. A literatura destaca que o estresse da mudança e a perda cultural podem resultar em sintomas de ansiedade, depressão e até mesmo transtornos de estresse pós-traumático¹². Nesse contexto, a intervenção precoce e eficaz de profissionais de saúde mental, torna-se crucial para mitigar esses impactos adversos.

- 10 Folkman, S., & Lazarus, R. S. (1980). An analysis of coping in a middle-aged community sample. *Journal of Health and Social Behaviour*, 21(3), 219-239.
- 11 Real, G. M. M. B. (2024). *"O que nos restou": Fatores psicossociais de risco no trabalho de imigrantes*.
- 12 Brunnet, A. E. (2016). *Prevalência e fatores associados a sintomas de estresse pós-traumático, depressão e ansiedade em imigrantes haitianos no Rio Grande do Sul*. [Dissertação de Mestrado]. PUC-RS.

O papel na identificação e enfrentamento dos desafios psicológicos enfrentados pelos migrantes é vital. O modelo ecológico oferece uma estrutura útil para entender a interação entre o indivíduo e o ambiente, destacando a necessidade de considerar fatores micro e macroambientais na avaliação e intervenção psicológica¹³.

Profissionais da saúde mental, como por exemplo, psicólogos podem utilizar técnicas baseadas na terapia cognitivo-comportamental para abordar padrões de pensamento negativos associados à mudança e à perda cultural¹⁴. Além disso, estratégias de apoio social, como aquelas fundamentadas na teoria do apoio social podem ser incorporadas para fortalecer os laços sociais durante o processo migratório. Sendo assim, a compreensão mais aprofundada dos desafios psicológicos na jornada migratória é essencial para o desenvolvimento de intervenções eficazes¹⁵.

RESILIÊNCIA PSICOLÓGICA E ADAPTAÇÃO POSITIVA

A resiliência psicológica desempenha um papel crucial na promoção da adaptação positiva durante a jornada migratória, sendo essencial compreender e fortalecer os recursos psicológicos dos migrantes. A resiliência como a capacidade de se recuperar de adversidades, superar desafios e desenvolver-se de maneira adaptativa. No contexto da migração, onde os indivíduos enfrentam

- 13 Mourão, A. R. T., & Bomfim, Z. A. C. (2011). Identidade social urbana. *Temas básicos de Psic. Ambiental*, 217-226.
- 14 Neufeld, C. B., & Rangé, B. P. (2017). *Terapia cognitivo-comportamental em grupos: Das evidências à prática*. Artmed Editora.
- 15 Sateila, I. S. (2019). *"Families who Love and Care for Each Other": Processo de desenvolvimento e percepção dos intervenientes num programa dirigido à população refugiada* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Católica Portuguesa, Portugal.

mudanças significativas e potencialmente estressantes, a resiliência psicológica emerge como uma ferramenta fundamental para facilitar uma transição suave¹⁶.

O papel da equipe de saúde mental é fundamental na promoção da resiliência emocional dos migrantes e/ou refugiados. Intervenções baseadas na terapia cognitivo-comportamental, a implementadas para modificar padrões de pensamento negativos e fortalecer estratégias de enfrentamento. Além disso, a abordagem centrada na pessoa, fundamentada nas teorias de Carl Rogers, destaca a importância do apoio emocional e da empatia na construção da resiliência durante períodos desafiadores¹⁷.

A jornada migratória e/ou de refugiados frequentemente envolve enfrentar o desconhecido e lidar com situações adversas. A resiliência é um processo dinâmico que se desenvolve ao longo do tempo e é influenciado por fatores individuais e ambientais. Dessa forma, as intervenções psicológicas podem ser direcionadas para fortalecer os fatores de proteção individuais, como autoestima e autoeficácia, além de promover o suporte social, reconhecido como um fator essencial na resiliência¹⁸.

A abordagem preventiva e de fortalecimento da resiliência, adotada pelos profissionais de saúde mental, pode contribuir para a construção de recursos psicológicos que ajudam os migrantes e ou refugiados a enfrentar os desafios com uma perspectiva mais positiva. Ao investir na resiliência psicológica, os profissionais de saúde mental podem não apenas mitigar os impactos negativos do estresse migratório, mas também promover uma adaptação positiva e um bem-estar duradouro.

16 Araya, E. C. (2023). *Adaptação e Inclusão Acadêmica de Alunos Estrangeiros Hispano-falantes: Para além da (Inter) compreensão de Línguas* [Dissertação de Mestrado]. Instituto Politécnico de Leiria, Portugal.

17 Sebastião, Z. (2023). *Avaliação dos Riscos Psicossociais dos Imigrantes*. (Tese de Doutorado).

18 Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: Promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25, 405-416.

COMPETÊNCIA CULTURAL EM INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS

A competência cultural nas intervenções psicológicas para migrantes e ou refugiados é um componente essencial para garantir uma abordagem eficaz e sensível às diversas necessidades culturais desses indivíduos em processo de adaptação. As práticas psicológicas usadas para incorporar as considerações culturais específicas é fundamental para promover a eficácia das intervenções e melhorar os resultados terapêuticos. Berry¹⁹ argumenta que a competência cultural envolve a capacidade de entender e respeitar as diferenças culturais, integrando-as de maneira significativa no processo terapêutico.

A importância de adaptar práticas psicológicas para atender às necessidades culturais específicas dos migrantes que tem a relevância da competência cultural na prestação de cuidados psicológicos culturalmente competentes²⁰. A adaptação das intervenções para considerar valores, crenças e práticas culturais dos migrantes não apenas fortalece a relação terapêutica, mas também melhora a eficácia das estratégias utilizadas²¹.

A abordagem centrada na cultura na psicoterapia, conforme proposta por Pussetti *et al.*²², incentiva os psicólogos a compreendem as experiências culturais dos migrantes, reconhecendo a influência da cultura na formação de identidade e na expressão de sofrimento psicológico. Adotar uma postura culturalmente competente

19 Berry, J. W. (1997). Acculturation: Living successfully in two cultures. *International Journal of Intercultural Relations*, 21(3), 291-296.

20 Carneiro, S. I. G. (2018). *Despertar para um cuidar culturalmente competente*. (Tese de Doutorado).

21 Hwang, W. C. (2006). The psychotherapy adaptation and modification framework: Application to Asian Americans. *American Psychologist*, 61(7), 702-715.

22 Pussetti, C., Ferreira, J. F., Lechner, E., & Santinho, C. (2009). *Migrantes e saúde mental. A construção da competência cultural*. Observatório da Imigração, ACIDI, IP.

permite uma exploração mais profunda das questões emocionais e mentais dos migrantes e refugiados, considerando suas perspectivas culturais únicas.

Por fim, a competência cultural nas intervenções psicológicas para migrantes é um elemento crucial para garantir que a prática clínica seja sensível, respeitosa e eficaz. A incorporação ativa da cultura no processo terapêutico não apenas fortalece a aliança terapêutica, mas também contribui para resultados mais positivos e significativos para os migrantes e refugiados em busca de apoio psicológico durante sua jornada adaptativa.

Figura 2 - Desafios Psicológicos



Fonte: Gerada pelos autores com o uso de IA, 2024.

A imagem acima sintetiza os desafios psicológicos na jornada migratória, ressaltando a resiliência psicológica, adaptação positiva e a importância da competência cultural nas intervenções psicológicas.

O IMPACTO DA TRANSIÇÃO ALIMENTAR: DESAFIOS E ADAPTAÇÕES NA NUTRIÇÃO DO MIGRANTE

A migração, muitas vezes, implica em uma mudança significativa não apenas no ambiente físico, mas também no cultural, o que inevitavelmente influencia as escolhas alimentares dos migrantes. Essa transição alimentar pode ser acompanhada por desafios nutricionais substanciais, conforme destacado Pop e Iorga²³, a exposição a novos alimentos e práticas alimentares pode resultar em deficiências nutricionais, desequilíbrios dietéticos e até mesmo impactos na saúde mental do migrante.

A pesquisa de Berggreen-Clausen *et al.*²⁴ corroboraram essas descobertas, enfatizando que a adaptação a uma nova dieta muitas vezes envolve a superação de barreiras linguísticas e culturais, que podem complicar a compreensão das necessidades nutricionais específicas do migrante. A falta de familiaridade com os alimentos disponíveis no novo ambiente pode levar a escolhas inadequadas, exacerbando os desafios nutricionais.

Segundo a American Dietetic Association²⁵, os nutricionistas desempenham um papel crucial na orientação e no suporte aos migrantes durante o processo de transição alimentar. Eles fornecem informações personalizadas, considerando as preferências culturais e promovendo a educação nutricional para facilitar uma adaptação mais suave. Além disso, intervenções nutricionais culturalmente sensíveis,

23 Pop, L.M., & Iorga, M. (2021). Hábitos alimentares e problemas relacionados à saúde na população migrante. *Professores e alunos em ambientes multiculturais*.

24 Berggreen-Clausen, A., *et al.* (2022). Interações alimentares e ambientais após a migração: uma revisão de escopo sobre imigrantes de países de baixa e média renda em países de alta renda. *Nutrição em Saúde Pública*, 25(1), 136-158.

25 American Diabetes Association. (2020). Standards of medical care in diabetes. *Diabetes Care*, 43 (Suppl. 1).

como as propostas por Reddy e Van Dam²⁶, demonstraram ser eficazes na promoção de hábitos alimentares saudáveis entre populações migrantes. Essas intervenções reconhecem a importância de incorporar elementos culturais na abordagem nutricional, aumentando a probabilidade de aceitação e adesão por parte dos migrantes.

Ainda, o impacto da transição alimentar durante o processo de migração destaca a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, na qual os nutricionistas desempenham um papel crucial. A compreensão das complexidades envolvidas nesse fenômeno contribui não apenas para a promoção de uma alimentação saudável entre os migrantes, mas também para a preservação de sua saúde mental durante esse período de mudança significativa, pois podem influenciar nas escolhas alimentares dessas pessoas.

O estudo de Elshahat *et al.*²⁷, destaca que o estresse cultural, o isolamento social e as pressões emocionais associadas à migração podem afetar diretamente os padrões alimentares, muitas vezes resultando em hábitos menos saudáveis.

A influência do ambiente de acolhimento também desempenha um papel fundamental na adaptação nutricional dos migrantes. Vilar-Compte *et al.*²⁸ sugere que políticas públicas e acesso limitado a alimentos específicos podem criar obstáculos adicionais, aumentando a vulnerabilidade nutricional. Esses fatores complexos ressaltam a importância de abordagens holísticas e personalizadas para garantir a saúde nutricional e mental dos migrantes durante esse período de transição.

26 Reddy, G., & Van Dam, R. M. (2020). Alimentação, cultura e identidade em sociedades multiculturais: Insights de Cingapura. *Appetite*, 149, 104633.

27 Elshahat, S., *et al.* (2023). A relação entre dieta/nutrição e a saúde mental dos imigrantes nas sociedades ocidentais através de uma lente bio-psico-sócio-cultural holística: Uma revisão de escopo. *Appetite*, 106463.

28 Vilar-Compte, M., *et al.* (2021). Pobreza urbana e desafios nutricionais associados à acessibilidade a uma dieta saudável: uma revisão sistemática global da literatura. *Revista Internacional para Equidade em Saúde*, 19(1).

No que diz respeito ao papel do nutricionista, Elshahat *et al.*²⁹ enfatizam a necessidade de uma abordagem colaborativa entre profissionais de saúde mental e nutricionistas. A integração de estratégias de apoio psicossocial, aliada à educação nutricional, pode criar sinergias benéficas para enfrentar os desafios únicos que os migrantes enfrentam durante a transição alimentar.

Essa abordagem integrada reconhece a interconexão entre a saúde mental, a adaptação alimentar e, conseqüentemente, o bem-estar global do migrante. Portanto, ao considerar o impacto da transição alimentar, é imperativo adotar uma perspectiva ampla, incorporando aspectos emocionais, sociais e econômicos. A criação de políticas inclusivas, a promoção da diversidade alimentar e a colaboração entre profissionais de saúde são elementos essenciais para garantir uma transição alimentar saudável e sustentável para os migrantes.

Sendo assim, a relação intrínseca entre saúde mental e nutrição se destaca como uma área de pesquisa vital, especialmente ao considerar os desafios enfrentados pelos migrantes durante sua jornada de adaptação a novos ambientes. Vale ressaltar que a qualidade da dieta desempenha um papel significativo no estado emocional e na saúde mental³⁰. A deficiência de nutrientes essenciais pode contribuir para sintomas de ansiedade e depressão, destacando a necessidade crítica de uma abordagem holística que incorpore tanto aspectos nutricionais quanto psicológicos no cuidado dos migrantes.

Estratégias nutricionais específicas têm sido identificadas como ferramentas promissoras para melhorar o bem-estar mental

29 Elshahat, S., *et al.* (2023). A relação entre dieta/nutrição e a saúde mental dos imigrantes nas sociedades ocidentais através de uma lente bio-psico-sócio-cultural holística: Uma revisão de escopo. *Appetite*, 106463.

30 Wu, X. Y., *et al.* (2019). The influence of diet quality and dietary behaviour on health-related quality of life in the general population of children and adolescents: A systematic review and meta-analysis. *Quality of Life Research*, 28, 1989-2015.

dos migrantes. A pesquisa de Appleton *et al.*³¹ demonstram a influência positiva de uma dieta rica em ácidos graxos ômega-3, encontrados em peixes, no alívio de sintomas depressivos. Ademais, intervenções baseadas em uma abordagem de dieta mediterrânea têm mostrado efeitos benéficos, como evidenciado por estudos de Adan *et al.*³², que enfatizam os impactos positivos dessa dieta não apenas na saúde física, mas também na saúde mental.

Figura 3 - Transição Alimentar



Fonte: Gerada pelos autores com o uso de IA, 2024.

Impacto da transição alimentar em migrantes, explorando os desafios na nutrição, as adaptações necessárias, e estratégias de bem-estar que conectam saúde mental e nutrição durante o processo migratório.

- 31 Appleton, K. M., *et al.* (2021). Omega-3 fatty acids for depression in adults. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, 11.
- 32 Adan, R. A. H., *et al.* (2019). Nutritional psychiatry: Towards improving mental health by what you eat. *European Neuropsychopharmacology*, 29(12), 1321-1332.

Portanto, a implementação da colaboração multiprofissional, como a criação de programas de aconselhamento nutricional, workshops educativos e intervenções personalizadas que levem em consideração as necessidades específicas dos migrantes. A interconexão entre saúde mental, enfermagem nutrição é um aspecto crucial da jornada de bem-estar dos migrantes.

Por isso, a realização de uma sistematização eficaz de enfermagem para um cuidado eficiente, somado às estratégias nutricionais específicas, integradas a abordagens colaborativas entre profissionais de nutrição e saúde mental, pode fornecer um suporte abrangente, promovendo não apenas a adaptação nutricional, mas também a resiliência emocional dos migrantes durante períodos desafiadores de transição, o que poderá influenciar positivamente na qualidade de vida dos migrantes.

5

*Rubens Lacerda de Sá
Laureen Gabriele Mallmann
Gabriela Genizele Souza dos Santos*

HIGIENISMO, CIÊNCIAS DA MENTE¹ E NECROPEDAGOGIA

1

Neste ensaio nos ocuparemos brevemente apenas da Psicologia e da Psiquiatria quais Ciências da Mente embora reconheçamos que essas envolvam outros campos científicos como Neurociência, Filosofia da Mente, Ciência Cognitiva, Linguística, Antropologia, Sociologia, e mais recentemente a Inteligência Artificial, etc.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-340-0.5

COMECEMOS O BATE-PAPO

Antes de resistir, precisamos existir! É verdade, parece clichê, porém precisa ser repetido e repetido exaustivamente até que não seja mais necessário ser lembrado e haja verdadeira justiça social em todas as sociedades. E, para tanto, continua sendo urgente transformar a realidade inicialmente pelo conhecimento, sobretudo histórico.

A história da humanidade é marcada por episódios de genocídio, escravização, colonização e inúmeras outras formas de opressão, violência, expropriação, etc., que buscaram negar a existência de povos inteiros, reduzindo-os a meros objetos ou obstáculos a serem superados. Silvia Federici², ecoando outros pensadores latino-americanos, ressalta que, findo o período de colonização político-administrativo aberto e direto, é mantida a colonialidade³ como “um padrão de poder que emergiu como resultado da colonização europeia, mas que persiste após o fim do colonialismo formal” (p. 12), e, porém, segue perpetuando a negação da existência e a desumanização de grupos marginalizados. Isso significa que a necessidade de luta pela existência qual ato de resistência em si mesmo, ainda continua. A meta derradeira deve ser a afirmação da humanidade de cada indivíduo, bem como sua reivindicação do direito de ocupar espaço, ser ouvido e ser reconhecido em sua dignidade sem que seja silenciado, invisibilizado ou apagado. Para tanto tanto é preciso pensar estratégias para “o poder criativo”⁴ como formas de existência e resistência.

2 Federici, S. (2004). *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e a acumulação primitiva*, (Sycorax, Trad.). Autonomedia.

3 Quijano, A. (1991). Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *Revista del Inst. Indigenista Peruano*, 13(29), 11-29.

4 hooks, b. (2000). *All about love: New visions*. William Morrow.

Registramos, reconhecemos e nomeamos, em diferentes momentos da história humana, movimentos como a colonização, capitalismo, liberalismo, neoliberalismo, higienismo, eugenismo, necropolítica, etc. etc. etc. O que todas têm em comum é que as práticas que os sustentam sempre envolvem segregação e extermínio como parte de um projeto mais amplo de governamentalidade⁵ e controle de instituições e corpos através de procedimentos e estratégias disciplinares para manutenção de poder. Assim, convém ensaiar sobre esse tema sempre visando à mudanças globais.

O Estado, enquanto braço de poder controlador, tem existido desde tempos imemoriais. Mas, para os fins deste ensaio, talvez pudéssemos sugerir o Absolutismo na Idade Média como ponto de partida, pois os resquícios de como o poder se estruturou e tem se mantido desde então apontam para consequências até os nossos dias. Muito se deve, a partir dessa época, à consolidação do mito da modernidade com suas miragens e falácias, embora não seja este o objetivo a ser abordado neste texto. Não obstante, sempre que pensamos e nos referimos ao constructo modernidade enquanto mito⁶, entendemos que este “se concretiza sob o manto do progresso e produz inúmeras miragens e falácias, como por exemplo, o imperialismo, o colonialismo, a colonialidade, o capitalismo, a globalização, o neoliberalismo, que se alternam e se camuflam histórica, cronológica e diacronicamente” (p. 6)⁷.

Uma das miragens desse mito, o colonialismo, foi simbioticamente acoplado a ele para justificar a invasão e expropriação de territórios de forma violenta. A produção da narrativa de um suposto novo mundo foi feita às custas do sangue e dos corpos escravizados

5 Foucault, M. (2008). *Segurança, Território, População*. (E. Brandão, Trad.). Martins Fontes.

6 Dussel, E. (1992). *1492: El encubrimiento del outro hacia el origen del mito de la modernidad*. Nueva Utopia.

7 Sá, R. L. (2023). Dall'Etica della cura all'Ospitalità incondizionata: Per una filosofia della migrazione. *Rivista Pedagogia più Didattica*, 9(1), aprile, 4-21. doi 10.14605/PD912301.

de milhares de seres humanos que não pertenciam ao velho continente. Esse novo mundo, narrativizado pelo colonizador, teve sua história e cultura autóctones dizimadas uma vez que não se enquadrou nos ditames e parâmetros do invasor. Logo, o binômio colonização-invasão é fundante à racialização⁸ da humanidade, usado como marcador de classificação social de raça, etnia, gênero, etc.

Some-se a esse processo colonizante de racialização e classificação social as estratégias de desumanização e coisificação utilizadas nas engrenagens genocidas de exploração, que se perpetuam nas bases da própria contemporaneidade. Essa herança colonialista produz, nas sociedades colonizadas, injustiças, desigualdade, miséria e exclusão de corpos desviantes⁹, logo, indesejáveis, pois escapam ao sistema disciplinar e, assim, não aderem à política do corpo imposta pelo mito da modernidade.

O ressurgimento, a reorganização, o fortalecimento e a ascensão de movimentos de extrema direita mundo afora, são uma evidência inequívoca de que os ideais colonialistas continuam a ser perpetuados. Permanece extremamente atual um projeto político e pedagógico de poder que se constitui na rejeição à alteridade¹⁰, na desumanização e negação das diferenças, calcadas no sentimento de superioridade em relação ao outro¹¹, ao subalternizado, ao periférico e oprimido.

8 Quijano, A. (2010). Colonialidade do poder e classificação social. In B. Sousa Santos & M. P. Meneses (Orgs). *Epistemologias do Sul*, (pp. 84-130). Cortez.

9 Pagni, P. A. (2023). *Retratos foucaultianos da deficiência e da ingovernabilidade na escola: Do governo das diferenças a outro paradigma de inclusão*. Oficina Universitária; Cultura Acadêmica.

10 Lévinas, E. (1972). *Humanisme de l'autre homme*. Fata Morgana.

11 Diferimos do Outro lacaniano, mais abstrato, que se refere a um lugar, a linguagem, ao inconsciente. Consultar Lacan, J. (1973). *Le séminaire, livre XI: Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Éditions du Seuil.

Um exemplo de práticas colonizantes, residuais da colonização, pautadas na anti-humanidade são as práticas higienistas, que discorreremos sucintamente a seguir.

HIGIENISMO

Nos primórdios, o higienismo surgiu como um movimento social e político no século XIX, focado na saúde pública e na melhoria das condições sanitárias das cidades. Nessa época, o Brasil era cenário de inúmeras transformações, que incluía o crescente desejo da elite de modernizar o país e superar inúmeros problemas de ordem social. Desse modo, seria possível alçar o Brasil de uma condição bárbara, impura e incivilizada para o seu oposto modernizador. Entretanto, a superpopulação e a insalubridade tornavam-se cada vez mais incômodos e fortaleciam discursos higienistas cujo intuito inicial era buscar combater doenças e epidemias como a cólera e a febre amarela, através de medidas como quarentenas e cordões sanitários para promover a saúde e aumentar a expectativa de vida da população à época.

Desse modo, para alcançar esse objetivo, inúmeras ações e estratégias higienistas foram concebidas e implementadas com fito de romper com o suposto atraso do país em relação ao restante do mundo e, assim, converter o Brasil no país do futuro. No entanto, no bojo de tais práticas e medidas higienistas, a exemplo do período colonial, escondia-se uma dinâmica de segregação de pessoas, tidas como males sociais, pois eram consideradas como destoantes da plataforma higienista.

Com a consolidação da narrativa de que o Brasil chegaria ao palco das nações civilizadas somente se a saúde plena do povo fosse obtida por meio de práticas higienistas e pela segregação dos

que não se enquadrassem, teorias que defendem a superioridade de determinadas raças¹² em detrimento de outras acharam um solo mui fértil para germinar. Destarte, no bojo dessas muitas práticas e medidas higienistas, acoplou-se todo um aparato racista aos moldes do sistema colonial¹³. Em outros termos, “a higienização do território e de seus habitantes representava uma tentativa de superar a imagem de que raça impura condenava o Brasil ao fracasso” (p. 23)¹⁴.

É evidente, portanto, que essa lógica carregava no seu interior a normatização e a disciplinarização de corpos e suas cidades como ferramentas de redenção. Embora aparentemente tão distantes no espaço-tempo-imaginário social, essa lógica é, ao mesmo tempo, atual e presente nas estruturas de controle da sociedade e no modo como esta ainda é organizada tanto discursiva¹⁵ quanto politicamente¹⁶. Logo, trata-se, da forma como o poder se exerce sobre a vida e a população, como é feita a gestão dessas vidas, da saúde, da natalidade, da mortalidade e dos corpos dessas pessoas.

Ao inaugurar esse constructo, a biopolítica, e discorrer sobre ele, Michel Foucault (2005) nos ajuda a refletir e a entender que o poder na sociedade moderna não se exerce mais principalmente por meio da força física, *e.g.* por meio de guerras, ou da ameaça de violência, mas sim pela gestão e controle da vida. Esse controle se concentra na população como um todo, utilizando mecanismos para

12 Munanga, K. (2003). *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação, Universidade de São Paulo, 5 de nov.

13 Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: Racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 24-49.

14 Costa, R. (2021). *Eugenia & higienismo: Educação como suporte, remédio do estado, efeitos colaterais para a infância*. Appris Editora.

15 Foucault, M. (2014). *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France — pronunciada em 2 de dezembro de 1970*, (24 ed., L. F. A. Sampaio, Trad.). Edições Loyola.

16 Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade*, (M. E. Galvão, Trad.). Martins Fontes.

regular, controlar e otimizar a vida das pessoas. Faz isso, por exemplo, por meio do controle de natalidade, pelo acesso à saúde pública, pela educação e pelo planejamento urbano.

Ressalte-se que o biopoder não é necessariamente negativo de partida, pois pode ser usado para melhorar a saúde e o bem-estar da população. Entretanto, uma vez tendo sido compreendido e apropriado pelo mito da modernidade, suas miragens e falácias e, por conseguinte, sua lógica anti-humanizante, esse biopoder tem sido sistematicamente usado para fins opressivos, como as teorias e práticas higienistas de controle social. Esse modo de gerir a vida da população, moldar comportamentos, corpos e até mesmo desejos, tem tido consequências nefastas em parcela significativa da população uma vez que essa ferramenta tem sido sistematicamente aperfeiçoada.

O filósofo e cientista político camaronês, Achile Mbembe¹⁷, amplia nossa visão sobre esse controle de corpos quando inaugura seu conceito de necropolítica e nos mostra que, nas sociedades contemporâneas, já não basta vigiar e punir, mas também é preciso aniquilar aqueles corpos que são considerados, pela elite dominante, como males sociais. Para essa elite, a sustentação da reprodução das relações capitalistas, é imprescindível para promover uma verdadeira “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações inteiras” (p. 11). Esse dismantelamento e destruição material e imaterial necropolítica dos corpos e das relações são racionalmente estruturados através de medidas e estratégias que desprezam certas vidas que não merecem ser vividas. No horizonte necropolítico contemporâneo a política de extermínio, enquanto exclusividade, passa a ser o *modus operandi* operado no interior do mito da modernidade. Naturaliza-se o que é disfuncional, desencaixado na lógica de operação dominante da sociedade atual.

17

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Editora n-1.

Estabeleçamos agora uma relação entre as práticas higienistas e a psicologia e psiquiatria quais campos científicos que se ocupam da mente humana.

CIÊNCIAS DA MENTE: PSICOLOGIA E PSIQUIATRIA

Nada tenho que ver com a ciência; mas, se tantos homens em quem supomos são reclusos por dementes, quem nos afirma que o alienado não é o alienista?¹⁸

Em *O Alienista*, Machado de Assis, relata a história da população da Vila de Itaguaí, jogados à própria sorte, ou quiçá, à objetividade, ao positivismo, à frieza e à rigidez da ciência. No conto, o médico chamado Dr. Bacamarte, dedicou sua vida aos estudos da ciência e acreditava que esta era capaz de curar todas as moléstias do corpo e desgraças da alma. Estava convencido de que era possível encontrar um limite entre a razão e a loucura, e um tratamento que levasse à cura das mais diversas transgressões e insurgências da moral e da razão.

Publicado pela primeira vez em 1882, esse conto sofreu inúmeras críticas e interpretações literárias, sobretudo quando o autor critica a ciência e as práticas psiquiátricas da época. Machado misturou elementos satíricos e ácidos para fazer com que os personagens demonstrassem como a influência política, de caráter oportunista, poderia se apropriar da ciência para legitimar seus próprios interesses. Desse modo, seu questionamento se ampliou e se aprofundou para o que se podia considerar como normal e anormalidade, ao mesmo tempo satirizou as instituições sociais, o poder médico e o conhecimento científico.

18

Assis, M. (1994). *O Alienista*. FTD.

No período em que foi escrito esse conto, o mundo estava em ebulição. A ciência passa atender aos anseios e demandas do processo de industrialização em curso, a fé como fonte de conhecimento e da moral era colocada em xeque com as teorias evolucionistas de Charles Darwin, etc. Com isso, o conhecimento científico ganha cada vez mais espaço e credibilidade e passa a arbitrar e cancelar assuntos diversos, desde que passíveis de testagem, validação e assegure rigor científico e neutralidade.

Tais conhecimentos e práticas científicas incluem os estudos sobre a mente humana e fenômenos como correspondência dos estímulos orgânicos. Sob a tutela de Wilhelm Wundt¹⁹, a psicologia, enquanto disciplina científica, surge na Universidade de Leipzig, Alemanha. No entanto, será nos Estados Unidos²⁰ que esse campo de estudos científicos florescerá apesar das muitas contribuições alemãs em seus primórdios. Ademais, os muitos eventos mundiais que se seguiram, *e.g.* guerras mundiais, expansão e contração de mercados, modelos econômicos em ascensão e outros em queda, o advento da globalização, reconfiguração geopolítica mundial, questões ambientais e climáticas, etc. compõem um enredo e espaço de atuação da psicologia.

Com relação e imbricações em outros campos científicos, *i.e.* filosofia, educação, etc., a psicologia passa a exercer um papel fundamental para a compreensão de fenômenos relacionados à organização do tecido social e suas implicações na saúde mental das populações envolvidas. Sobre isso, Michel Foucault²¹ amplia nossa lente e olhar ao destacar que a psiquiatria, campo científico correlato à psicologia, se tornou um instrumento de poder que define o que é normal e o que é patológico, excluindo e controlando aqueles que

19 Araújo, S. F. (2009). Uma visão panorâmica da psicologia científica de Wilhelm Wundt. *Sci. stud.*, 7(2), 209-220.

20 Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. D. L. T. (1999). *Psicologias: Uma introdução*. Saraiva.

21 Foucault, M. (2017). *História da loucura na idade clássica*, (J. T. Coelho Neto, Trad.). Perspectiva.

não se encaixam nas normas sociais. Desse modo, esse saber-poder toma para si, na figura do médico, o conhecimento das anomalias que julgava pertinentes para sanar o corpo social. Foucault critica esse posicionamento, argumentando que a experiência humana é reduzida a categorias diagnósticas em que as dimensões sociais e culturais são ignoradas.

Esse trabalho de M. Foucault e sua crítica são relevantes na medida em que a medicalização e o controle social persistem na contemporaneidade, embora há que serem reconhecidos os inúmeros avanços nos estudos no campo da psiquiatria e da psicologia no tratamento de doenças mentais. Os estudos científicos no campo da saúde não devem ser responsáveis apenas pela conservação da vida, através do controle de epidemias, vacinação e combate às patologias, como por seu papel estratégico na manutenção do poder sobre a vida. Tampouco devem servir apenas verificar e validar a caracterização de corpos patológicos que representem qualquer tipo de perigo a vida social²². É preciso valorizar a diferença como categoria que não tem condições de representar a pessoa em toda sua complexidade e unicidade²³.

Seguindo com nosso ensaio, relembramos que na lógica higienista o objetivo era um tecido social saudável. O mesmo se aplica para a psicologia e a psiquiatria. No entanto, é preciso cautela com os limites e as apropriações que se fazem dessas dinâmicas e ferramentas. M. Foucault²⁴ alerta que o objetivo do controle do corpo social passa pela docilização desses corpos, que são minuciosamente talhados assim pela coerção ininterrupta, pela delimitação espacial e temporal, pela mecanização gestual e atitudinal, etc.

22 Zorzanelli, R. T. (2018). *Biopolítica e educação: Entre a gestão da vida e a produção da morte*. Cortez Editora.

23 Orrú, S. E. (2021). Genius loci: ensaio sobre o lugar da Diferença na educação para todos. *Acta Scientiarum. Education*, 44(1), e52072. DOI <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v44i1.52072>.

24 Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*, (42 ed., R. Ramalhete, Trad.). Editora Vozes.

Enfim, pela configuração e conformação de um corpo-máquina. Com essa operacionalização é possível a plena gestão da vida da população excedente.

O psiquiatra italiano Cesáre Lombroso²⁵ oferece-nos um exemplo do acima, pois com sua teoria racista, ele afirmava ser possível identificar padrões comportamentais, físicos, psicológicos e sociais em sujeitos propensos à criminalidade a partir de suas características físicas. O curioso é que para esse psiquiatra, tais padrões nunca seriam compatíveis com a descrição de um homem branco europeu. Portanto, para uma higiene ampla e profunda do tecido social seria necessário, para esse psiquiatra, retirar de circulação todos aqueles cujo biotipo não se encaixasse em sua teoria.

Há ainda outras evidência de como as Ciências da Mente, das quais estamos tratando neste ensaio, contribuíram como aliadas das práticas higienistas. Henrique Roxo²⁶ apontou em seus estudos, enviesados!, que o fim do processo de escravização resultou em desamparo social e, conseqüentemente, em sofrimento mental aos da raça negra. Para ele, sua condição racial agudizava os eventos sociais e, por conseguinte, comprometiam seu desenvolvimento cognitivo que seria herdado por outras gerações.

Essa mesma linha de raciocínio, está relacionada à problematização dos processos de miscigenação que, segundo a perspectiva psiquiátrica de Nina Rodrigues²⁷, estão intrinsecamente relacionados a psicopatologias, alcoolismo, delinquência, tendências

25 Almeida, C. R., & Marino, A. S. (2019). Minority Report da Negritude: Um levantamento histórico sobre a exclusão social da população negra no Brasil. In S. A. S. Kunz, A. A. Silva, J. C. F. Antunes, & D. K. F. Lima (Orgs.). *Direitos humanos e emancipação*, (pp. 11-24). Culturatrix. DOI <https://doi.org/10.4322/978-85-94325-11-2>.

26 Roxo, H. (1904). Perturbações mentais nos negros do Brasil. *Brazil Médico*, 15(17), 156-192.

27 Rodrigues, N. (1899). Métissage, dégénérescence et crime. *Archives d'Anthropologie Criminelle*, 14(83). Tradução de Mariza Corrêa: Mestiçagem, degenerescência e crime. *História, Ciência e Saúde*, 15(4), 1151-1180.

melancólicas, histeria, delírios, entre outras. Para esse autor, a miscigenação da população resultou em um “produto desequilibrado e de frágil resistência física e moral” (p. 1161), o que dificultaria, em última instância, os anseios higienistas vigentes, bem como o objetivo do país em ser civilizado.

Resta demonstrado, portanto, que as Ciências da Mente abordadas neste ensaio, contribuíram para a consecução de práticas e medidas higienistas cujo objetivo e interesse claro e inequívoco das elites era, e continua sendo!, o de “controlar, higienizar, diferenciar e categorizar interesses esses necessários à manutenção ou incremento do lucro e produção do capital²⁸” (p. 16). Lamentavelmente, essa lógica que prima pela biologização segundo os ditames da ciência positivista distanciou a possibilidade de construir uma psicologia e uma psiquiatria comprometidas com um projeto e olhar social e subjetivo para o ser.

NECROPEDAGOGIA

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-la sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda²⁹.

Após ensaiarmos brevemente sobre a relação entre a plataforma higienista com suas práticas excludentes e discriminatórias, bem como essas encontraram guarida na psicologia e psiquiatria, quais Ciências da Mente, convém discorrermos igualmente de forma sucinta sobre o que entendemos por necropedagogia.

28 Bock, A. M. B. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In A. M. B. Bock (Ed.), *Psicologia e o Compromisso Social*, (pp. 15-28). Editora Cortez.

29 Freire, P. (2000). *Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos*. UNESP.

Trata-se, como a concebemos, da descrição de práticas educacionais que perpetuam a morte, seja ela física, social ou simbólica e que podem se manifestar de maneiras bem variadas. Para começar, é importante ressaltar que esse projeto necropedagógico faz parte do projeto necropolítico mais amplo, de caráter higienista, cuja gestão não é mais somente da vida, mas também das diferentes formas de se permitir a morte, ou seja, de deixar morrer³⁰ corpos indesejáveis da sociedade.

Para que funcione, esse projeto necropedagógico precisa assentar-se na "desigualdade social e desigualdade espacial [que] se apoiam mutuamente³¹" (p. 12) e que produzem pobreza, qual problema social. Em segundo lugar, são necessárias estruturas e processos que produzem irregularidades e contribuem para a manutenção de marcadores sociais da exclusão. Segue-se, então, a existência de uma política administrativa de Estado, que no seu horizonte, categoriza uma parcela da sociedade em indesejáveis e os vincula a um conjunto de normas e dispositivos de diferenciação.

Ainda falando sobre o Estado soberano, este pode produzir um estado de exceção³² para o controle social através do gerenciamento da morte, estigmatização de corpos e segmentação de existências. Giorgio Agamben³³, filósofo italiano, diz que para o Estado soberano a vida higienizável "é uma vida humana matável e insacrificável: o *Homo Sacer*. Se chamamos vida nua ou vida sacra a esta vida que constitui o conteúdo primeiro do soberano (...) justamente a sujeição da vida a um poder de morte" (p. 91). Embora pareça paradoxal, esse Estado soberano, legislador e guardião das leis, tem "o poder legal de suspender a validade da lei, colocar-se legalmente fora dela" (p. 23); e é esse paradoxo que mantém e garante seu poder qual soberano.

30 Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade*, (M. E. Galvão, Trad.), Martins Fontes.

31 Santos, M. (2012). *Por uma economia política da cidade: O caso de São Paulo*. EDUSP.

32 Agamben, G. (2004). *Estado de exceção*, (I. D. Poleti, Trad.), Boitempo.

33 Agamben, G. (2007). *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*, (H. Burigo, Trad.), UFMG.

Pensando em uma dinâmica necropedagógica, é igualmente paradoxal que o mesmo Estado que regule sobre a morte de “vidas matáveis”, também legisle sobre o processo educacional que, em tese, deveria incluir a esses matáveis. Nossa Lei de Diretrizes e Bases³⁴, da Educação Brasileira, diz que a “educação é direito universal” e que o Estado deve garantir um “padrão de qualidade, igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (art. 3), ou seja, para todos os brasileiros, inclusive os indesejáveis e matáveis!

Lamentavelmente, no Brasil, há pelo menos dois projetos educacionais diferentes, a saber, aquele destinado à classe dominante e outro para os higienizáveis. Por essa razão, Paulo Freire³⁵ emitiu o alerta sobre isso ao dizer que, “do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades” (p. 99). Pelos motivos discurridos até aqui, que entendemos que o processo educacional na atualidade é necropedagógico, pois adere à lógica higienista amparada pela ciência positivista cujas técnicas e ferramentas visam à construção de corpos dóceis, disciplinados, prontos e úteis somente se para servir ao capital.

O processo necropedagógico é mecanizado, é organizado em estágios, é fragmentado em etapas de saber a serem alcançadas e vencidas, é positivista, é analítico, é hierarquizado e é útil para docilização e seleção. Tanto Charles Chaplin³⁶, ao retratar a rotina da linha de produção mecanizada de uma fábrica, quanto Pink Floyd³⁷, ao cantar o sucesso do processo necropedagógico em produzir exclusões com efeitos nefastos, servem de alerta para os educadores em todas as partes.

34 Brasil (1996), *LDB*. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

35 Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.

36 Chaplin, C. (1936). *Tempos modernos*. EUA.

37 Floyd, P. (1982). *The Wall*. Dir.: A. Parker, Anim.: G. Scarfe, Prod.: A. Marshall. MGM/UA Entert. Company.

Michel Foucault³⁸ também discorreu sobre o processo necropedagógico, embora o filósofo não use esse termo, quando trata da escola enquanto dispositivo disciplinar para controle, docilização e seleção de corpos. Argumenta que a escola, assim como outras instituições como prisões e hospitais, funciona como um mecanismo de controle do corpo e da mente dos indivíduos, moldando-os de acordo com as normas sociais vigentes. Desse modo, a escola produz corpos dóceis que se ajustam às expectativas da sociedade. Sua crítica infere como o potencial criativo, emancipatório e autônomo do educando é morto por esse processo educacional necropedagógico.

A educação necropedagógica é consubstanciada através de inúmeras técnicas disciplinares como: i. o exame; ii. a vigilância hierárquica; iii. a normalização; iv. as sanções diversas; v. as operações de classificação; vi. o controle do tempo e do ócio; vii. a promoção da competição e do individualismo em detrimento da cooperação e da coletividade; viii. a inquietação como sinônimo de indisciplina e rebeldia; ix. a administração de micro-penalidades, *e.g.* do tempo (atrasos, ausências e interrupções de atividades), do modo de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (falar fora de hora, insolência), do corpo (atitudes incorretas, posicionar-se inadequadamente, sujeira), da atividade (desatenção, falta de zelo, negligência); etc. Todo esse conjunto disciplinar produz um ambiente escolar pautado por relações de poder assimétricas, controle e exclusão de corpos desviantes.

Entendemos que essa compreensão sobre a necropedagogia é fundamental para um revisão crítica^{39 40 41} do papel da escola,

38 Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*, (42 ed., R. Ramalhete, Trad.). Editora Vozes.

39 Assumimos aqui a acepção marxista e foucaultiana do termo, ou seja, ser crítico implica em transformação para além da descrição e explicação de dado fenômeno e exige uma orientação ontológica de si mesmo.

40 Marx, K. (1845). *Teses sobre Feuerbach*, (A. Pina, Trad.). Edições Avante!; Edições Progresso Lisboa.

41 Foucault, M. (2011). *O governo de si e dos outros: Curso dado no Collège de France de 1982-1983*, (E. Brandão, Trad.). Martins Fontes.

bem como de outras instituições disciplinares, com o fito de identificar o esquadramento da vida e compreendermos as causas que orientam a sociedade moderna a este lugar de exclusão e vulnerabilizações que vivemos hoje. É através de um ideal sociológico de normalidade que se produzem os discursos de verdade da sociedade em que vivemos, e são nesses processos de produção que se forjam violências por exclusão. Embora a escola seja vista como lugar de ensinar “a moral e os bons costumes” para discentes vistos como “selvagens”, a fim de transformá-los em “adultos promissores”, é nessa mesma escola necropedagogicamente orientada que, infelizmente, o ser é conduzido e exerce pouca ou nenhuma resistência às forças sociais que lhe são impostas⁴².

FECHANDO O BATE-PAPO

Neste ensaio, envidamos esforços de percorrer diferentes dinâmicas históricas e contemporâneas que perpetuam a exclusão, a desumanização e o controle de corpos e mentes, com o objetivo de consolidar e expandir sistemas de poder opressivos. Esses sistemas, alicerçados no mito da modernidade e na lógica colonial, moldaram práticas sociais, políticas e científicas que sustentam a desigualdade e o sofrimento de grupos marginalizados.

Desde o colonialismo e suas narrativas racializadoras até a instrumentalização da ciência, como nas práticas higienistas e nas Ciências da Mente, ressaltamos a continuidade de projetos que naturalizam a exclusão e a opressão em nome de um suposto progresso ou bem-estar social. Essa herança colonial, evidenciada em práticas como o higienismo e nas apropriações enviesadas da psicologia e psiquiatria, legitima políticas de controle e categorização que persistem no imaginário e nas estruturas contemporâneas.

Ao aprofundar a discussão sobre necropolítica e necropedagogia, procuramos evidenciar a interseção entre a gestão da morte e a perpetuação de desigualdades por meio de processos educacionais excludentes e opressivos. O Estado, enquanto instrumento de controle e disciplinarização, muitas vezes atua paradoxalmente, promovendo leis que aparentam garantir direitos universais, mas que, na prática, mantêm a lógica de exclusão e marginalização de corpos considerados indesejáveis.

Essa realidade, conforme buscamos demonstrar, exige reflexões e ações urgentes para desconstruir as estruturas que normalizam a violência e a opressão, transformando-as em plataformas de justiça e emancipação social. Para tanto, é imprescindível não apenas reconhecer e resistir a essas dinâmicas, mas também promover estratégias criativas de existência e resistência, valorizando a diferença e a alteridade como elementos fundamentais para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e democrática.

Em síntese, a luta pela existência, enquanto ato de resistência, é central para alcançar justiça social e reconhecer a humanidade de todos os indivíduos, superando narrativas e práticas opressivas herdadas da colonialidade e do mito da modernidade. Esse cenário demanda uma reavaliação crítica de projetos políticos, pedagógicos e científicos que, historicamente, perpetuaram exclusões e desumanizações. Desde o higienismo e suas implicações racistas, passando pelas contribuições enviesadas das Ciências da Mente, até práticas educacionais que reproduzem desigualdades, emerge a necessidade de romper com padrões de poder que legitimam o controle e a morte de corpos considerados indesejáveis. Um futuro mais inclusivo requer valorizar a diversidade humana, resgatar a dignidade dos marginalizados e construir políticas que celebrem a vida e a diferença, ao invés de sustentar sistemas de exclusão e opressão.

Que possamos, através do conhecimento e da crítica ontologicamente orientada, romper com a lógica anti-humanizante e construir uma sociedade pautada pela dignidade, pelo reconhecimento da humanidade de todos os indivíduos e pela promoção de um futuro onde nenhuma vida seja descartável ou silenciada.

6

*Graziani França Claudino de Anicézio
Gabriela Cristina Monteiro de Moura
Letícia Vitória de Sousa Florentino*

ESCUCHA ACTIVA DE MIGRANTES Y LA LUCHA CONTRA EL BULLYING

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-340-0.6

EL *BULLYING* ESCOLAR Y SUS ASPECTOS GENERALES

El *bullying*, fenómeno que empezó a estudiarse en Suecia en los años 60 y ahora es uno de los temas más urgentes en las escuelas, es un término inglés que viene de *bully*. En ese sentido, como verbo, significa utilizar la fuerza o el poder para herir (*hurt*) o humillar (*humiliate*) a alguien percibido como más débil. Además, el Ministerio de Educación de Brasil clasifica el *bullying* escolar como:

bullying sistemático, cuando hay violencia física o psicológica en actos de humillación o discriminación. La clasificación también incluye agresiones físicas, insultos, amenazas, comentarios despectivos y apodos despectivos, entre otros (Nuestra traducción)¹.

Según la Encuesta Nacional de Salud Escolar realizada por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística, IBGE, en 2015², ha habido un número creciente de casos en las escuelas brasileñas. Se entrevistó a 13 millones de jóvenes y el 46,6% de ellos ya había sufrido *bullying* escolar. Con tantos casos, se hizo necesario crear una ley, que está en vigor desde 2016, la Ley nº 13.185³, conocida como ley *antibullying*, que también se ocupa del *ciberbullying*, que es la intimidación sistemática que se hace a través de dispositivos tecnológicos. La ley detalla los tipos de *bullying* sistemático que van desde el moral, verbal, psicológico hasta el físico. Dos años más tarde, la Ley 13.663⁴ de 14 de mayo de 2018 añadió los siguientes párrafos al artículo 12 de la Ley 9.394⁵, de 20 de diciembre de 1996:

- 1 Ministério da Educação (2017, abril). *Especialistas indicam formas de combate a atos de intimidação*.
- 2 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016, agosto). *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2015*.
- 3 Decreto-Lei nº 13.185/2015, de 6 de novembro. *Programa de combate à intimidação sistemática*.
- 4 Decreto-Lei nº 13.663/2018, de 14 de maio. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)*. MEC.
- 5 Decreto-Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)*. MEC.

IX - promover medidas de concientización, prevención y lucha contra todo tipo de violencia, especialmente el *bullying*, dentro de las escuelas;

X - establecer acciones para promover una cultura de paz en las escuelas (Ley 13.663, 2018, nuestra traducción).

La adición a la Ley de Directrices y Bases de la Educación (LDB) de los párrafos que tratan del *bullying* escolar muestra la adaptación a esa realidad en la que la violencia y la intimidación están constantemente presentes en el entorno escolar, algo no tan latente en 1996, año en que se creó la ley.

Hay muchos factores detrás de la aparición del *bullying* escolar, entre ellos el género, la discapacidad, el estatus social y las diferencias étnicas, culturales y lingüísticas que están muy presentes cuando se trata de migrantes⁶ y refugiados. La cuestión del *bullying* escolar también se abordó en una encuesta de opinión U-Report/SRSG-VAC realizada por United Nations Children's Fund, UNICEF⁷, en 2016, a la que respondieron 100.000 jóvenes de 18 países. En esa encuesta, el 25% de los jóvenes entrevistados dijeron que habían sido intimidados debido a su origen étnico y nacionalidad.

A partir de la definición y de un breve panorama del *bullying* escolar en Brasil, pasaremos a discutir las principales razones por las cuales esa práctica está anclada. A continuación, abordaremos el prejuicio, que podemos decir que es la raíz de la cuestión.

Los elementos específicos del prejuicio son el establecimiento de atribuciones moldeadas por la distorsión de la realidad y la disociación de componentes históricos como características, comportamientos y juicios;

6 Basado en los estudios de Abdelmalek Sayad (2000), los términos "emigración" e "inmigración" se componen de dos dimensiones indisolubles, es decir, que no pueden reducirse a una idea de origen o destino del sujeto, según la mirada del otro. Por eso, utilizamos aquí el término "migrante", con el fin de ofrecer una perspectiva más humana y que coloque al migrante como protagonista.

7 UNICEF Brazil. (2023, julho). *Bullying e Violência Escolar: Suas consequências e como combatê-las*.

la generalización de la personalidad y las características del objeto; la suspensión de la experiencia y el contacto; el establecimiento y la conservación de estereotipos fijos y la sustitución y el mantenimiento de tipos de dominación (p. 66, nuestra traducción)⁸.

Según Crochík (*op. cit.*), hay prejuicio cuando existe una distorsión de la realidad y una disociación del componente histórico. Eso significa que existe como forma de mantener tipos de dominación que han perdurado durante siglos. La mentalidad colonialista permanece y sus reflejos se ven en los niños y adolescentes en las escuelas en forma de prejuicios y discriminación. En cuanto a la discriminación, Donatella Di Cesare afirma que:

El gesto discriminatorio reclama exclusivamente el lugar para sí. La persona que realiza ese gesto se eleva a la categoría de sujeto soberano que, al fantasear una supuesta identidad con ese lugar, reclama derechos de propiedad. Como si el otro, que ya le había precedido en ese lugar, no tuviera derecho alguno, ni siquiera hubiera existido (p. 16, nuestra traducción)⁹.

Esa afirmación nos lleva a reflexionar sobre la fragilidad de los migrantes¹⁰, su extrema vulnerabilidad y cómo funcionan las relaciones humanas en esa situación. Hay mucho que decir sobre esa realidad que viven los migrantes y también quienes los acogen. Es una relación dialógica que debe avanzar, porque aún hoy existe aversión a los extranjeros; xenofobia. A menudo es posible ver en los medios de comunicación casos de xenofobia en los que la violencia física es tan extrema que conduce a la muerte de migrantes. La existencia de xenofobia es a menudo sutil en palabras y acciones, y otras veces es clara, especialmente en las redes sociales, donde son cada vez más evidentes.

8 Crochík, J. L. (1996). Preconceito, Indivíduo e Sociedade. *Temas em Psicologia*, 3, 47-70.

9 Di Cesare, D (2020). *Estrangeiros residentes: Uma filosofia da migração*. (C. Tridapalli, Trad.). Ed. Âyné.

10 Sayad, A. (2000) O desenraizamento feito lucidez. *Revista Travessia*, 13 (Especial).

EL MIGRANTE EN EL CONTEXTO ESCOLAR

El movimiento migratorio consiste en “el desplazamiento de cualquier persona fuera de su lugar habitual de residencia, dentro de un país o a través de una frontera internacional, de forma temporal o permanente” (International Organization for Migration, nuestra traducción)¹¹. También puede ser espontánea o forzada, estacional o permanente. Las razones por las que las personas emigran son diversas y están asociadas a factores económicos, políticos, culturales, sociales o naturales. La situación migratoria en sí es compleja porque el traslado a otro lugar conlleva cambios en cuanto al idioma, la alimentación, las costumbres, el tipo de vivienda, el clima y los aspectos geográficos.

En ese contexto, es necesario reflexionar sobre los deseos y necesidades del migrante. Es importante recordar que los cambios, esperados o no, tienen un gran impacto en ellos, en sus sentimientos, estructura psicológica e incluso física, y les dejan en una situación de fragilidad y vulnerabilidad. Cuando los migrantes no reciben una acogida adecuada, orientación y la ayuda que realmente necesitan, el proceso de adaptación se hace aún más difícil de lo que ya es. Una acogida adecuada marca la diferencia en ese punto, por eso la escucha activa es una herramienta clave en el protocolo de acogida.

En lo que respecta a la inmigración internacional en Brasil, cerca de 19 millones de personas se registraron en los pasos fronterizos brasileños en 2022, según datos del Portal de Inmigración del Ministerio de Justicia y Seguridad Pública¹². De ellos, más de 50.000 tienen menos de 15 años, la mayoría proceden de Venezuela, Haití, Cuba, Bolivia y Angola, y están en edad escolar. Integrar esos niños

11 International Organization for Migration (2019, julho) *Definição de la OIM del término “Migrante”*.
12 Observatório das Migrações Internacionais (2023, junho). *Dados Consolidados da Imigração no Brasil 2022*.

en el ambiente escolar es un gran desafío, por lo que las políticas y acciones de acogida son esenciales.

En Brasil, los artículos 5¹³ y 6¹⁴ de la Constitución Federal establecen que los extranjeros tienen los mismos derechos de acceso a la educación que los niños y adolescentes brasileños, lo que se reafirma en el Estatuto del Niño y del Adolescente, ECA, en los artículos 53^o a 55^o ¹⁵, y en la LDB, en los artículos 2^o y 3^o. Además de esas leyes, están las que garantizan que la falta de documentos no puede impedir el acceso de esa población a la escuela, que son la Ley de Migración en los artículos 3^o y 4^o ¹⁶ y la Estatuto de Refugiados en los artículos 43^o y 44^o ¹⁷. En ese sentido, se entiende que los migrantes tienen garantizado el acceso a la escuela, pero muchos no están matriculados y los que sí lo están se enfrentan a diversas barreras como la falta de materiales adaptados, dificultades lingüísticas y culturales, además de tener que lidiar con la discriminación, los prejuicios y el *bullying* escolar.

El 17^o Anuario Brasileño de Seguridad Pública¹⁸ publicó una encuesta realizada por el Foro Brasileño de Seguridad Pública, según la cual más de 28.000 escuelas brasileñas registraron incidentes de intimidación en 2023, una cifra considerable ya que representa el 38% de las escuelas del país. En ese contexto, hay niños y jóvenes migrantes que componen esos datos porque son el blanco directo de la intimidación y el *bullying* dentro de las escuelas, ¿y por qué? Son varios los factores vinculados a ello, empezando por el colonialismo, que ha dejado su huella hasta nuestros días, trayendo consigo

13 Decreto-lei nº 5º. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.*

14 Decreto-Lei nº 6. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.*

15 Decreto-Lei nº 8.069/1990, 13 de julho. *Estatuto da Criança e do Adolescente.* Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

16 Decreto-Lei nº 9.199/2017, 20 de novembro de 2017. *Lei de Migração.*

17 Decreto-Lei nº 9.474/97, de 22 de julho. *Estatuto dos Refugiados.*

18 Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023, julho). *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.*

el racismo, la no aceptación de lo diferente, la xenofobia, las diferencias étnicas, culturales y religiosas.

Por ello, decimos que es la escuela la responsable de intentar erradicar los prejuicios y las diversas formas de violencia vinculadas al *bullying* escolar, proporcionando conocimientos e información sobre el respeto a las diferencias y la inclusión. Además de proporcionar información, también es responsable de llevar a cabo acciones que impliquen a alumnos y profesores en la acogida de migrantes.

Por lo tanto, son necesarias políticas de acogida que tengan en cuenta “las configuraciones interseccionales de desigualdades que experimentan, su diversidad étnico-racial, cultural, lingüística, de las geografías y de historias de sus países de origen” (Nuestra traducción)¹⁹. En ese sentido, “La escuela es, sin duda, el lugar donde la diversidad adquiere mayor protagonismo porque coloca lenguas (o variedades de lenguas) y culturas distintas una al lado de la otra [...]” (Nuestra traducción)²⁰. Es en ese espacio de tantas interseccionalidades donde a menudo se olvida que somos humanos y que necesitamos humanizarnos para transformar el mundo (Nuestra traducción)²¹.

19 Observatório de Migrações Internacionais (2023). *Obmigra 10 anos: Pesquisas, dados e contribuições para políticas públicas*.

20 Silva, S. S., & Mello, H. A. B. (2018). Estigma e preconceito na escola: Relatos de imigrantes. *Revista Polifonia*, 25, 171-310.

21 Freire, P. (1985). *The politic of education: Culture, power and liberation*. Bergin & Garvey.

INCLUSIÓN ESCOLAR DE MIGRANTES CON SUS VULNERABILIDADES LIBRES DE VIOLENCIA

Este capítulo parte del principio constitucional de la dignidad de la persona humana y se basa en la referencia freireana del diálogo emancipador, ya que los migrantes no están excluidos de ese enfoque. El objetivo es destacar la participación del profesor en la clase de forma más democrática, elogiando el diálogo entre profesor y alumno migrante, ya que el profesor es un agente activo en la construcción del individuo. Al mismo tiempo, el texto no excluye la responsabilidad de otros miembros de la escuela en el aprendizaje del alumno. De esa forma, el énfasis textual estará en evitar el sufrimiento psicológico de los alumnos migrantes debido a discursos y acciones violentas en las escuelas, así como en elogiar el reconocimiento de sus vulnerabilidades dentro de la escuela y el respeto como medidas preventivas contra el *bullying* escolar. Por consiguiente, un espacio que se pone en el lugar del otro y promueve la escucha activa debilita los actos agresivos.

Desde el principio, es posible observar esa sensibilidad pedagógica citada por Paulo Freire²² en los agradecimientos de su obra "La educación como práctica de la libertad":

Mientras el autor estudió y realizó las experiencias relatadas en este ensayo fue un tiempo de deudas que contrajo con innumerables personas, que a veces no sabían que estaban en deuda con él. Observaciones que casi siempre abrieron al autor nuevas perspectivas y le llevaron a rectificaciones. Estas observaciones no siempre las sacadas de los libros, ni de conversaciones con expertos, incluidos los equipos universitarios con quienes trabajaba, sino que también las obtenía de constantes encuentros con

gente sencilla. Personas analfabetas de las que el autor aprendió tanto. A todos ellos, cuyos nombres sería difícil enumerar, el autor expresa ahora su reconocimiento (p. 33, nuestra traducción).

Ya desde las primeras páginas de su obra, se percibe la visión de Paulo Freire de un profesor mediador e interlocutor. De esa forma, queda claro que existe una necesidad real de preparar a los profesores no sólo con conocimientos técnicos objetivos, sino también con conocimientos subjetivos, para tratar mejor la violencia en las escuelas brasileñas, especialmente con clases llenas de interseccionalidades y prejuicios. Para ello, Freire (*op. cit.*) enfatiza la libertad en la educación como proceso de desalineación, desintroducción a la opresión, educación emancipadora, conciencia crítica y justicia social.

Teniendo en cuenta el reconocimiento del dolor ajeno, es posible señalar que la escuela es a menudo un lugar violento, ya que los profesores necesitan crear desequilibrios y dejar que los alumnos los resuelvan por su cuenta o entre compañeros, lo que puede llevar al *bullying* escolar. Respecto a esa lógica, es posible aludir a Freud²³ cuando destaca que “la llamada ética natural no tiene nada que ofrecer aquí, salvo la satisfacción narcisista del individuo al poder considerarse mejor que los demás” (p. 91, nuestra traducción).

Un ejemplo de eso, desde la perspectiva pedagógica, es cuando un profesor con personalidad autoritaria aplica pruebas estandarizadas, fomenta la evaluación de los alumnos sin subjetividad y la promoción de ese alumno se da por reflejo de la calificación. Desde el punto de vista del alumno migrante, una prueba de ese tipo es algo delicado, porque el uso de cierto lenguaje en una herramienta de evaluación estandarizada puede contribuir a crear un ambiente poco acogedor, ya que puede hacer daño por no estar familiarizados con el lenguaje de la prueba o desconocer los términos más técnicos

que contiene. Por lo tanto, la escuela debe tener cuidado con el lenguaje subjetivo que pueda utilizar un alumno migrante.

En vista de ello, se sugiere que el entorno escolar sea más acogedor, tratando de respetar las singularidades de su público objetivo, especialmente porque los migrantes aportan un contexto de vida, cultura y/o aprendizaje muy singular. Por consiguiente, aplicar una herramienta de evaluación estandarizada que se imponga a toda la clase podría resultar en un fracaso en la educación de los estudiantes migrantes, ya que podría crear un punto vulnerable en la estructura de evaluación que podría enfatizar un enfoque antidemocrático que ya no es coherente con el contexto escolar actual y promover espacios para la inferiorización de los demás. Por lo tanto, faltan políticas públicas para la convivencia escolar con los migrantes, ya que son necesarias en la ética del cuidado.

Adorno y Horkheimer²⁴ reflejan bien esa dominación del hombre en el fragmento:

El precio de la dominación no es sólo el alejamiento de los hombres de los objetos dominados; con la objetivación del espíritu, las relaciones mismas de los hombres han sido hechizadas, incluidas las relaciones de cada individuo consigo mismo (p. 35, nuestra traducción).

Así pues, aplicar una prueba con esa falta de subjetividad en ella es perjudicial para la maduración del alumno, porque su espontaneidad será dejada de lado simplemente para alcanzar una puntuación satisfactoria. Sin embargo, cabe destacar que ese contexto se ve potenciado a los ojos de un alumno migrante, pues puede aportar experiencias escolares diferentes de las vividas en las escuelas brasileñas. Como resultado, se potenciará la competitividad, en lugar de la solidaridad que la escuela debería promover. Así, desde la

perspectiva de un migrante víctima de *bullying* escolar que no goza de buena salud mental, por ejemplo, la proporción negativa que eso puede tomar puede verse magnificada.

En definitiva, la autorreflexión y la incorporación de conductas responsables por el bienestar de los demás se sugieren como elementos importantes en la construcción del sujeto. Por ello, es necesario que la escuela priorice actitudes que promuevan la emancipación de todos los alumnos y no sólo de algunos de ellos. Sin embargo, cabe destacar que la reflexión destacada en este capítulo no se dirige exclusivamente a la posición del profesor en la clase, sino también a reflexionar sobre la violencia escolar y destacar la necesidad real de comprender las especificidades de los alumnos migrantes para promover el respeto en la escuela, destacando la escucha activa en el ambiente escolar como posibilidad de prevención del *bullying* escolar.

Por eso, al hablar de la escucha, hay que destacar que ya existen orientaciones sobre el lenguaje inclusivo, disponibles gratuitamente en Internet, en diferentes manuales de comunicación, como el del Instituto Federal de Alagoas. Después de todo,

El lenguaje es una construcción social e histórica que varía de una cultura a otra, que se aprende y se enseña, que moldea la forma en que pensamos y percibimos la realidad. Al mismo tiempo, también es un instrumento sutil capaz de transmitir distintas formas de discriminación. En otras palabras, a través del lenguaje también reproducimos prejuicios, transmitimos estereotipos y reforzamos papeles que se consideran propios de mujeres y hombres. Esta práctica es un error! Las mujeres y los hombres pueden y deben estar y ocupar los lugares que quieran y/o elijan (p. 5, nuestra traducción)²⁵.

25

Instituto Federal de Alagoas (2018, março). *Manual para linguagem inclusiva para editais de concurso público (seleção pública) do IFAL*.

Es imposible dejar de pensar en la inclusión escolar y en las vulnerabilidades libres de violencia sin preocuparse por el lenguaje utilizado en las relaciones humanas, ya que es fundamental para respetar y acoger a los demás. Hacer uso de la escucha activa se vuelve esencial para reconocer el dolor ajeno. Partiendo de esa premisa, la preocupación por enseñar a los migrantes es que:

En las primeras etapas del desarrollo, el comportamiento está regulado en gran medida por dictados externos y sanciones sociales. En el curso de la socialización, las personas adoptan normas morales que sirven de guía y de base principal para las autosanciones relativas a la conducta moral (p. 20, nuestra traducción)²⁶.

De ese modo, las normas morales regulan nuestro comportamiento, pero no son normas fijas. Pensando en el futuro, una persona puede considerar las posibles consecuencias negativas de un determinado comportamiento que no es socialmente aceptable y hacerlo de todos modos. Al contrario de lo que ocurre con las expectativas sociales, “que en un proceso de autorregulación del comportamiento tienden a inhibir la acción antisocial” (p. 199, nuestra traducción)²⁷, puede ocurrir el desentendimiento moral. Desde esa perspectiva, es cuando existe la intención de hacer personal y socialmente aceptables prácticas nocivas, mediante la realización de acciones no morales, con un propósito válido y autoevaluaciones libres de culpa. En otras palabras, se puede inferir que la persona naturaliza lo que debería causar indignación y, en el caso del alumno migrante, ser pasivo ante los actos de violencia.

26 Bandura, A., Azzi, R. G., & Tognetta, L. R. P. (2015). *Desengajamento moral na perpetração das desumanidades*. Em *Desengajamento moral: teoria e pesquisa a partir da Teoria Social Cognitiva*. Editora Mercado das Letras.

27 Bandura, A., Azzi, R. G., & Corrêa, W. G. (2015). *Mecanismos de desengajamento moral em ação: discussão a partir de exemplos brasileiros*. Em *Desengajamento moral: Teoria e pesquisa a partir da teoria social cognitiva*. Editora Mercado das Letras.

Como la escuela tiene una función social, puede reconocer el *bullying* escolar presente en el espacio académico y buscar formas de combatirlo. Entonces, “esta forma de pensar Brasil como sujeto condujo a una necesaria integración con la realidad nacional” (p. 99, nuestra traducción)²⁸, convirtiendo a los profesores en colaboradores en el proceso de identificación de sus alumnos como sujetos libres. De esa forma, se propone una educación que priorice el respeto a los diferentes ritmos de aprendizaje, inteligencias y/o intereses de sus alumnos, pero haciendo al sujeto consciente y activo en la construcción de la ciudadanía; sin ignorar la presencia de diferentes culturas en el ambiente escolar.

[...] Por eso el papel del educador es fundamentalmente dialogar con el analfabeto sobre situaciones concretas, ofreciéndole simplemente las herramientas con las que puede alfabetizarse. Por eso la alfabetización no puede hacerse de arriba abajo, como un regalo o una imposición, sino de dentro afuera, por los propios analfabetos, con la sola colaboración del educador. Por eso buscábamos un método que fuera también un instrumento para el educando y no sólo para el educador, y que identificara, como observó tan lúcidamente un joven sociólogo brasileño, el contenido del aprendizaje con el propio proceso de aprendizaje (*op. cit.*, p. 110-111, nuestra traducción).

Desde la perspectiva de Freire (1967), la enseñanza basada en la educación para todos, centrada en el respeto y la valoración de las especificidades de cada individuo, es un gran desafío para los educadores, debido a la falta de información o conocimientos específicos. Por eso, para empezar, podemos apoyar la idea del alumno protagonista y fomentar el desarrollo de una conciencia crítica para esta búsqueda de la educación con libertad. Así, se enfatizará una propuesta pedagógica vinculada a las necesidades no sólo de los estudiantes migrantes, sino de todos, promoviendo una transformación de la realidad social y fortaleciendo una ética emancipadora.

Después de todo, con este acceso al conocimiento, de forma crítica-reflexiva, tendremos una forma de liberación intelectual y la posibilidad de debilitar el *bullying* escolar.

A partir de este panorama de dilemas y desafíos en la escuela pública brasileña, la profesión docente, ante el avance de las políticas neoliberales, muestra una realidad de control, exigencia y presión por determinados resultados académicos. Así, idealizar y minimizar los problemas que enfrentan los profesores sólo aumentará la dificultad de construir una identidad docente unificada, la pérdida de autonomía docente, el índice de abandono de la profesión o el desencanto con la enseñanza. Es más, cuando se trata de violencia escolar contra alumnos migrantes, es un problema de la comunidad escolar y no puede ser responsabilidad exclusiva del profesor afrontarlo. Eso requiere una responsabilidad colectiva.

Por ello, este texto busca contribuir positivamente a enriquecer esa reflexión, al tiempo que aborda el impacto que la violencia escolar puede tener en la construcción de ese individuo. Después de todo, Adorno²⁹ dilucidó su preocupación por un ambiente antidemocrático con elementos fascistas al decir que “el carácter potencialmente fascista debe ser considerado como producto de la interacción entre el clima cultural del prejuicio y las respuestas ‘psicológicas’ a ese clima” (p. 530, nuestra traducción). A partir de esa preocupación, es posible asociar que las personas se dirigen a otras por la representación que se les da y son esas relaciones las que forman su ser. Por eso, es un problema dejar que alguien actúe de forma autoritaria con un alumno, obligándolo a hacer lo que no le conviene en ese momento o deshumanizándolo.

A pesar de existir el término oficial “formación” en el ámbito pedagógico, las autoras de este capítulo optaron por la sustitución

“construcción colectiva”³⁰. El propósito de esa elección es evitar la idea implícita en el uso de la terminología “formación”, que sugiere que el conocimiento puede ser moldeado o introducido en una forma fija, como si fuera un objeto determinado. De modo que es fundamental hacer hincapié en el respeto a las inquietudes formativas de los profesores, así como en su autonomía, para tener una mirada más sensible en la clase. De esa forma, con una mejor construcción colectiva del profesorado y siguiendo la reflexión de Freud³¹, se puede minimizar el malestar o sentimiento de culpa del alumno migrante en el entorno escolar:

La renuncia instintiva ya no tiene un efecto completamente liberador, la abstención virtuosa ya no se ve recompensada con la certeza del amor; una desgracia que amenaza desde el exterior - la pérdida del amor y el castigo de la autoridad externa - se cambia por una infelicidad interna permanente, la tensión de la conciencia de culpa (p. 74, nuestra traducción).

Los profesores no pueden permanecer ajenos al sufrimiento psicológico que pueden experimentar los alumnos migrantes cuando son víctimas de *bullying* escolar. Como en la escuela hay personas y elementos represivos que llevan al superego a sentirse angustiado o culpable, es conveniente que el profesor ayude en esa construcción del individuo, para que haya un equilibrio e interacción entre Id, Superego y Ego.

Si bien las políticas públicas educativas están orientadas a mejorar el desarrollo social, como la promoción de programas, exámenes, planes o fondos para erradicar el analfabetismo, el enfoque

30 “Construcción colectiva” implica un proceso dinámico y colaborativo en el que cada participante del encuentro pedagógico participa activamente en la creación de conocimiento, a través del intercambio de experiencias y perspectivas. Así, este cambio etimológico refuerza una idea de encuentro con intercambios inclusivos y democráticos que conciben el aprendizaje con un proceso co-constructivo continuo.

31 Freud, S. (2011). *Mal-estar na civilização e outros trabalhos*. (P. C. Sousa, Trad.), Editora Cia. das Letras.

de esas políticas depende del criterio subjetivo del gestor público de turno. Y aún faltan políticas públicas que aborden la prevención de la violencia en las escuelas y una mejor acogida de los alumnos migrantes. Por esa razón, los responsables de las políticas públicas deben promover actualmente un cambio urgente, especialmente para mejorar la calidad de la construcción colectiva de los profesores y formar a otros miembros de la comunidad para que escuchen más activamente, incluidos los alumnos.

Por complejo que sea, urge transformar la escuela existente, tanto financiera como actitudinalmente, para responder a las nuevas exigencias que traen los tiempos contemporáneos. Sin embargo, este desafío cotidiano de reflexión y discernimiento en las instituciones educativas no puede dejar de tener en cuenta los abusos que pueden sufrir los estudiantes migrantes. Davis³² también trae a colación esta cuestión:

Así, frente a las tendencias individualistas de formación continua, centradas en la figura del profesor, existen modelos en los que la formación continua se concibe siempre en términos colectivos, implicando una serie de actividades de grupo. Esa perspectiva se denomina aquí colaborativa. En ella, los profesores se reúnen para estudiar, para analizar el currículo y proponer cambios en los contenidos trabajados en cada año y nivel, para elaborar y llevar a cabo investigaciones y evaluaciones internas, y así sucesivamente. Ese tipo de formación continúa supone que los profesores cuestionan constantemente su práctica pedagógica, por lo que favorece la interacción en el propio lugar de trabajo. Aquí es donde el profesorado debe definir conjuntamente el tipo de formación que desea, especificando su finalidad y cómo se llevará a cabo. De ese modo, la formación continua debería tener lugar principalmente en los centros de enseñanza o en otras partes del sistema educativo (p. 92, nuestra traducción).

Luego, los profesores necesitan autonomía para asociar el conocimiento pedagógico a su realidad escolar. Sin embargo, desde el punto de vista asistencial, esta comprensión del significado del saber profesional docente sigue siendo escasa y poco promovida por las instituciones responsables de la construcción inicial y continua del profesorado. Para el resto del personal escolar, como vigilantes, secretarías o cocineras, es aún más raro.

Teniendo en cuenta que “reconstruir el lenguaje es una forma de buscar la transformación del pensamiento colectivo - garantizando una forma de expresión que no sea ofensiva para individuos o grupos y que represente la igualdad entre los ciudadanos”³³ (p. 10, nuestra traducción), sería conveniente garantizar el inicio de medidas preventivas para evitar el *bullying* escolar. Principalmente porque las frases con términos discriminatorios y vinculadas a reforzadores de ese comportamiento afectan el psicológico y el comportamiento de la otra persona.

Adorno³⁴ explica que “las marcas de la represión social quedan en el alma individual” (p. 521, nuestra traducción). De ese modo, los recuerdos reprimidos de los estudiantes migrantes no desaparecen a lo largo de sus vidas. Pueden tener un efecto acumulativo y reaparecer como ansiedad no atribuible o comportamiento disfuncional, por ejemplo. Un alto nivel de represión puede provocar un alto grado de ansiedad o disfunción, aunque eso también puede deberse a la represión de un incidente especialmente traumático. Desde ese punto de vista, el respeto de las especificidades de los demás es necesario en la escuela. Pues, el ataque al otro, en el ámbito escolar, no puede permitirse y puede abordarse con un movimiento de clarificación y aceptación; evitando la opresión y la segregación en la escuela.

33 Instituto Federal de Alagoas (2018, março). *Manual para linguagem inclusiva para editais de concurso público (seleção pública) do IFAL*.

34 Adorno, T. W. (2019). *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Editora UNESP.

En vista del anterior, también es necesario reconocer que toda la comunidad escolar tiene una responsabilidad en la lucha contra el *bullying*. Es necesario fomentar la adopción de prácticas actitudinales que contribuyan al pleno ejercicio de la ciudadanía de forma justa y democrática, favoreciendo la dignidad humana en todos los ámbitos sociales, educativos y culturales, así como sensibilizando y fomentando la emancipación de los alumnos, como medida preventiva ante situaciones intimidatorias y promoviendo una mejora de la convivencia.

Por último, en la tribu zulú de Sudáfrica, el término africano "Sawubona", que en español significa "te respeto, te valoro y eres importante para mí", aporta una idea que debe practicarse más en las escuelas. En el contexto escolar, el autoritarismo y la violencia no pueden tolerarse. Por eso, necesitamos más demandas de mejores políticas públicas dirigidas a la ética del cuidado, así como la necesidad de promover espacios comunes de enseñanza de la praxis, es decir, reflexión, acción y reflexión todo el tiempo. De esa forma, se proporcionará un espacio de convivencia más respetuoso y acogedor para los migrantes, lo que consecuentemente llevará a una prevalencia del afecto entre los miembros de la comunidad escolar. Así, la escuela colaborará más positivamente en la formación humana de sus alumnos y en la convivencia ética.

LA PRÁCTICA DE LA ESCUCHA ACTIVA Y DEL PROTOCOLO DE ACOGIDA

Según el Diccionario de la Lengua Española³⁵, protocolo es un "Conjunto de reglas que se establecen en el proceso de comunicación entre dos sistemas". Aunque esa definición está más orien-

35

Real Academia Española. Diccionario de la lengua española, 23ª ed., [versión 23.7 en línea].

tada a la tecnología, puede considerarse un conjunto de normas y especificaciones reguladoras que ayudan a detectar y corregir errores. Siendo así, un protocolo de acogida sería un conjunto de acciones y especificaciones que pueden servir de guía y contribuir a detectar y cambiar una situación, en la que un alumno migrante que se siente fuera de lugar empiece a sentirse acogido y aceptado en el entorno escolar.

Veamos el Documento guía y protocolo de acogida de alumnos migrantes en el sistema escolar municipal, elaborado conjuntamente por el ayuntamiento de Foz de Iguaçu y la Universidad Federal de Integración Latinoamericana (UNILA), que dice así:

La implementación de estas orientaciones y del protocolo permitirá reconocer a los alumnos migrantes que se matriculan en el sistema escolar municipal y posibilitará que la escuela diseñe, en colaboración con el SMED, planes de acogida específicos de acuerdo con el perfil de los alumnos. En este sentido, los objetivos generales de este documento de orientación y protocolo de acogida son: a) Reconocer el proceso socio-histórico de las migraciones internacionales en el municipio de Foz do Iguaçu; b) Orientar la acogida (inicial y permanente) de los alumnos migrantes en las escuelas municipales e incentivar a las escuelas a elaborar protocolos específicos, de acuerdo con sus necesidades y posibilidades (p. 6, nuestra traducción)³⁶.

De ese extracto se desprende que el protocolo de acogida no debe ser una medida rígida y fija, sino que debe adaptarse en función de las necesidades y singularidades de cada alumno. De manera que, es importante escuchar al alumno de forma empática y atenta, con voluntad de emprender acciones que puedan cambiar una realidad

36

Universidade Federal da Integração LatinoAmericana (2020). *Protocolo de acolhimento de estudantes imigrantes na rede municipal de ensino*.

escolar violenta, entendiendo la realidad y el contexto socio-histórico del alumno migrante sin estereotipos ni prejuicios.

Para eso, entendemos la necesidad de una escucha activa para que esa realidad pueda ser transformada de forma concreta y efectiva, no sólo para que podamos comprender las necesidades reales de ese alumno, sino sobre todo, para que haya una comprensión de que ese alumno es un ser humano y parte de esa comunidad escolar. Según Paulo Freire³⁷:

Tampoco es posible formar profesores indiferentes a la belleza y la decencia que nos exige sustantivamente estar en el mundo, con el mundo y con los demás. No hay verdadera práctica docente que no sea en sí misma un ensayo estético y ético, si se me permite la repetición. (p. 51, nuestra traducción).

Vale la pena señalar que, aunque Paulo Freire no pensó específicamente en los estudiantes migrantes en ese pasaje, el foco de este trabajo son los estudiantes migrantes. Por lo tanto, con esa cita, se enfatiza la importancia de la escucha activa, para que este protocolo de atención no se convierta en un conjunto de reglas fijas, sino que pueda adaptarse en función de las necesidades y la realidad de cada alumno migrante, y se entienda este lado humano como fundamental a la hora de enseñar y acoger.

En la práctica, los profesores necesitan desarrollar proyectos, investigaciones y actividades con sus alumnos que contribuyan no sólo al contenido, sino también a la reflexión y a la construcción de un ser crítico, empático y, sobre todo, humano. Según Paulo Freire (*op. cit.*): "Si respetamos la naturaleza del ser humano, la enseñanza de contenidos no puede darse aislada de la formación moral del educando. Educar es sustantivamente formar" (p. 33, nuestra traducción).

37

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Editora Paz e Terra.

En ese sentido, sugerimos trabajar en la investigación sobre el país de origen del alumno migrante, que aporta conocimientos sobre el país, ayudándole a conocer su cultura y su realidad, alejándose de una visión estereotipada y acercándose a un conocimiento más teórico y crítico. Además de la investigación, la lectura de las obras literarias del país también puede contribuir a una comprensión más profunda de la cultura y la visión del mundo de un pueblo concreto. Eso permite abordar la diversidad cultural de una forma rica que abre debates y opiniones, evitando, también, construir un repertorio literario eurocéntrico.

Sin embargo, hay que tener en cuenta que para que los alumnos migrantes se integren efectivamente en el ambiente escolar, es necesario contar con una política pública y proyectos que se centren en esos alumnos, por ejemplo, ofreciendo clases de portugués para extranjeros, si no conocen el idioma o aún tienen dificultades con él. Es el caso de las universidades UNILA y Unioeste de Foz do Iguaçu, que, de acuerdo con el Documento Guía y Protocolo de Acogida de Estudiantes migrantes en la Red Municipal de Enseñanza, ofrecen cursos de portugués para extranjeros de forma gratuita. Prestar atención al factor comunicativo es esencial para acoger eficazmente a los alumnos. También se pueden facilitar materiales y documentos importantes en la lengua materna del alumno, para que no se sienta perdido e incapaz de participar en el entorno, dada la importancia de la comunicación para la socialización humana.

A la vista de todo lo expuesto, se entiende que es necesario que los centros educativos dispongan de un protocolo de acogida para los alumnos migrantes, de forma que puedan incluirlos y hacer que se sientan no sólo respetados, sino también acogidos y parte de la comunidad escolar.

7

Thaisy Bentes

MIGRANTES INVISÍVEIS?

PESSOAS SURDAS
NOS FLUXOS
MIGRATÓRIOS

DOI: [10.31560/pimentacultural/978-85-7221-340-0.7](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/978-85-7221-340-0.7)

INTRODUÇÃO: TECENDO REFLEXÕES PRELIMINARES

Um tecido fiz de vida:
fios subindo, fios descendo.
Um tecido fiz de vida:
fios atados,
fios cortados.
Um bordado fiz no tecido de vida:
linhas grossas, linhas finas, cores claras, cores minhas.
Uma vida fiz tecida, bordada, quase rendada.
Relevos de altos e baixos,
formas de todo jeito,
que trago aqui no peito.
E agora, trabalho pronto,
até aquele ponto, que não tinha lugar,
deu um jeito de se encaixar,
fez textura sem par.

— **Vida Tecida**, de Rosaly Stefani

O poema que abre este ensaio, desvela a vida como um tecido intrincado, onde cada evento, experiência e emoção são entrelaçados por diferentes fios. Esta metáfora servirá como bússola para tecer este texto. Distante de simplificar ou explicar o poema, busco inspiração na imagem que ele evoca: um tecido longo onde os fios ascendem e descem, simbolizando as alternâncias dos ciclos que enfrentamos ao longo da vida, fios que podem (ou não) nos conduzir a uma alteridade.

Nessas tessituras, reverbera o texto “¡Sordos también migran!: a invisibilidade de migrantes surdos e o papel do intérprete humanitário”, de Bentes e Araújo¹, cuja ilustração, já explícita no título, aponta diretamente para a problemática aqui abordada. Segundo os autores,

1 Bentes, T., & Araujo, P. J. P. (2021). *¡Sordos también migran! A invisibilidade de migrantes surdos e o papel do intérprete humanitário*. CBEAL: Memorial da América Latina/ACNUR.

as pessoas surdas continuam invisíveis nos documentos oficiais e nas discussões sobre políticas migratórias. Uma rápida investigação nos sites oficiais de agências como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) evidencia a escassez de informações sobre a presença e as condições das pessoas surdas migrantes no Brasil².

Abre-se aqui um parêntese para destacar que, neste trabalho, adota-se o termo “migrante/migrantes” para nos referirmos aos deslocados ambientais, migrantes econômicos, migrantes provenientes de fluxos migratórios mistos, imigrantes por questões humanitárias, refugiados e solicitantes de refúgio³, incluindo também os asilados e apátridas.

Em outro texto, os mesmos autores questionam: o que as pessoas surdas migrantes oferecem como problemática para que se ocupe de um caso aparentemente tão particular?

Nesse arranjo, nos últimos anos, no Brasil, tem sido observado um crescente interesse na literatura sobre a presença de pessoas surdas migrantes⁴. Um marco significativo dessa propensão é a recente publicação da coletânea “Migrantes Surdos”, lançada pela editora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em 2023.

Destarte, desde 2016, estudos acadêmicos têm sido conduzidos nas fronteiras do Brasil sobre pessoas surdos provenientes do Uruguai, Paraguai, Bolívia e Venezuela. Esses estudos foram

2 Bentes, T., & Araujo, P. J. P. (2021). *¡Sordos también migran!* A invisibilidade de migrantes surdos e o papel do intérprete humanitário. CBEAL: Memorial da América Latina/ACNUR.

3 Oliveira, G. M., & Silva, J. I. (2017). Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos? *Revista Gragoatá*, 22(42), 131-153, jan-abr.

4 Bentes, T., & Araújo, P. J. P. (2021). *¡Sordos también migran!* A invisibilidade de migrantes surdos e o papel do intérprete humanitário. CBEAL: Memorial da América Latina/ACNUR.

realizados por Figueira⁵ e Vaz⁶ na fronteira Brasil-Uruguai e Brasil-Bolívia, por Loubert⁷ na fronteira do Brasil com o Paraguai, e por Florenciano e Lambert⁸ na fronteira do Brasil com o Paraguai.

Uma análise rápida dessas publicações e outras facilmente encontradas em sites de buscas acadêmicas revela que as pessoas migrantes surdas têm sido descritas como invisíveis, invisibilizadas, marginais, marginalizadas, vulneráveis, vulnerabilizadas, minorias e excluídas^{9 10 11}.

A partir dessas primeiras observações, surge a indagação que conduz este ensaio: O que tem impulsionado a crescente demanda por publicações sobre o tema? Tendo isso como contexto, este trabalho visa analisar e refletir sobre as produções acadêmicas relacionadas às pessoas surdas nos fluxos migratórios internacionais, buscando responder a uma outra questão: as pessoas surdas migrantes são/estão invisíveis na agenda da produção científica?

Para tentar responder a essas perguntas, adota-se uma abordagem qualitativa com análise bibliométrica. As obras selecionadas

- 5 Figueira, P. C. M. (2016). *Comunidade Surda da Fronteira, Experiência "Compartida"*. [Dissertação de Mestrado em Educação]. Universidade Federal de Santa Maria.
- 6 Vaz, C. P. (2017). *Educação de surdos na fronteira de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai)*. [Dissertação de Mestrado em Educação]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 7 Loubert, M. (2017). *Surdos brasileiros e bolivianos em destaque: Processo inclusivo em uma escola no município de Corumbá - MS*. [Dissertação de Mestrado em Educação Social]. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- 8 Florenciano, K. A. B., & Limberti, R. C. P. (2016). As Implicações Linguísticas na Aprendizagem dos Alunos Surdos Fronteiriços de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY. *Revista EaD & Tecnologias Digitais na Educação*.
- 9 Bentes, T., & Araújo, P. J. P. (2021). *¡Surdos también migran!* A invisibilidade de migrantes surdos e o papel do intérprete humanitário. CBEAL: Memorial da América Latina/ACNUR.
- 10 Arja, A. P. R. L. L., & Lemes, T. O. (2020). A educação de Surdos refugiados em território brasileiro: Relatos de um caso de sucesso. In Sansão, W. V. S. (Orgs.). *Educação de Surdos: Olhares multidisciplinares*. Editora Dialética.
- 11 Bentes, T.; Albano, A. H. O. (2022). Migrantes Surdos e acesso aos serviços públicos no Brasil: Contribuições do Programa MiSordo. *Revista Conexão ComCiência*.

foram obtidas na plataforma *Google Scholar*, com o propósito de fornecer uma visão das produções relacionadas a pessoas surdas em contextos migratórios internacionais. Nas análises dos trabalhos encontrados, são tecidas reflexões na tentativa de compreender os enredos teórico-metodológicos e experiências contidas em cada trabalho em relação a uma perspectiva anticolonial^{12 13}.

Dessa forma, após esta breve introdução, apresenta-se rapidamente sobre a legislação brasileira com enfoque nas pessoas com deficiência. Em seguida, são detalhadas a metodologia, as análises provenientes do levantamento bibliométrico e uma seção dedicada às produções do Programa de Extensão Migrantes Surdos (MiSordo). Por fim, são expostas as considerações finais e as referências.

EMARANHADOS HISTÓRICOS DOS EXCLUÍDOS E INDESEJADOS

A chegada de pessoas surdas, sejam falantes ou não de línguas de sinais, ao Brasil, tanto por mobilidades voluntárias quanto forçadas, acarreta uma série de desafios. Esses indivíduos buscam se estabelecer no país, enfrentando questões que vão desde o acesso a necessidades básicas, como alimentação e moradia, até problemas psicoafetivos e questões judiciais. Estes desafios são ampliados quando o Estado não inclui em suas políticas migratórias garantias explícitas que considerem as necessidades específicas desse público - como é o caso das pessoas surdas -, resultando na invisibilidade e marginalização desses grupos em relação aos benefícios e direitos no país¹⁴.

12 Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. (R. Silveira, Trad.). EDUFBA.

13 Freire, P. (2013). *Pedagogia del Oprimido*. Siglo Veintiuno Editores.

14 Bentes, T.; Albano, A. H. O. (2022). Migrantes Surdos e acesso aos serviços públicos no Brasil: Contribuições do Programa MiSordo. *Revista Conexão ComCiência*.

Para uma compreensão mais aprofundada dessa dinâmica, tanto em seu contexto político quanto na prática cotidiana, procuro, neste trabalho, integrar uma visão do debate acadêmico global com as nuances invisíveis da experiência de ser surdo/a, com base na literatura. Isso requer uma análise dos princípios subjacentes ao processo histórico de colonização de corpos considerados imperfeitos. Desde tempos antigos, pessoas com deficiência têm tido seus direitos inalienáveis negados, sendo subjugadas à tutela de terceiros e, em alguns casos, sujeitas a atos extremos de violência, como serem lançadas ao fogo ou precipitadas de penhascos¹⁵.

Os efeitos devastadores desse tipo de colonialismo os marginalizaram, privando-os de poder e validade de sua palavra, suprimindo qualquer tentativa de emancipação¹⁶. Na atual sociedade, a descolonização do colonizador é uma exigência incontestável¹⁷. Mais do que tudo, é essencial unir essas compreensões ao avanço do pensamento decolonial, a fim de estabelecer uma plataforma verdadeiramente anticolonial¹⁸.

Entendendo que essa realidade é uma decorrência do percurso histórico do Brasil colono, em consonância com ideias de eugenia e purificação nacional desde os primórdios da colonização. As ideias de aversão ao que estava fora do considerado normal foi consolidada de forma brutal, refletindo inclusive na compreensão sobre aqueles que chegavam ao país. Porém, isso não acontecia somente no Brasil¹⁹ (Ribeiro et al., 2019).

15 Jannuzzi, G. M. (2004). *A Educação do deficiente no Brasil: Dos primórdios ao início do século*. Campinas, SP: Autores Associados.

16 Freire, P. (2013). *Pedagogia del Oprimido*. Siglo Veintiuno Editores.

17 Miranda, J. P. R. (2020). *Contato linguístico da modalidade espaço-visual: Língua brasileira de sinais e língua de sinais boliviana na fronteira*. [Dissertação de Mestrado em Comunicação e Expressão]. UFSC.

18 Sá, R. L. (2023). *Por uma filosofia da migração em perspectiva anticolonial*. UNIFESP.

19 Ribeiro, C. S. G., Moio, P. P., Bovkalovski, E. C., Chemin, M. R. C., & Corradi-Perini, C. (2019). *Pessoas com deficiência: Eugenia na imigração do início do século XX*. Bioética.

Até 1910, a imigração era vista como solução para a falta de mão de obra após a abolição da escravatura. No entanto, nos anos 1920, após a Primeira Guerra Mundial, o Brasil aderiu ao nacionalismo global, opondo-se à entrada de estrangeiros e promulgando leis para regular a imigração (Ribeiro et al., 2019, p. 5).

Dessa forma, várias leis foram promulgadas para restringir a entrada de migrantes, especialmente aqueles considerados indesejáveis devido à deficiência. Sobre isso, Ribeiro²⁰ advoga que

Era patente a influência das políticas raciais dos regimes nazista e fascista, bem como da legislação imigratória norte-americana: dessa forma, vários argumentos foram reunidos em favor de uma política de imigração mais seletiva juntamente com um discurso que pregava a defesa do trabalhador nacional (Ribeiro et al., 2019, p. 6).

Assim, a partir de 1921, o Brasil investiu em uma política de repressão à entrada de migrantes considerados não aptos para o trabalho. Como exemplo, o Decreto 16.300, de 1923, estabelecia penalidades rigorosas para navios que permitissem o embarque desses imigrantes com destino ao Brasil²¹.

Foi somente a partir de 1850, com o estabelecimento do Imperial Instituto de Meninos Cegos em 1854, do Instituto dos Surdos-Mudos em 1857 e do Asilo dos Inválidos da Pátria em 1866, que o Estado passou a direcionar sua atenção para este público. No entanto, a legislação brasileira considerava as pessoas migrantes surdas e com deficiência como ameaça ou não aptos ao trabalho.

Como dito anteriormente, a exclusão de pessoas com seus corpos imperfeitos foi uma prática comum, naturalizada e praticada

20 Ribeiro, C. S. G., Moio, P. P., Bovkalovski, E. C., Chemin, M. R. C., & Corradi-Perini, C. (2019). *Pessoas com deficiência: Eugenia na imigração do início do século XX*. Bioética.

21 Ribeiro, C. S. G., Moio, P. P., Bovkalovski, E. C., Chemin, M. R. C., & Corradi-Perini, C. (2019). *Pessoas com deficiência: Eugenia na imigração do início do século XX*. Bioética.

em toda parte. Durante séculos, essas pessoas foram confinadas em asilos e instituições, privadas da interação social e marginalizadas da sociedade^{22 23}.

A década de 1960 marca o surgimento do debate sobre a exclusão social e o início da luta internacional pelos direitos das pessoas com deficiência. Foi nessa mesma época que os estudos sobre as línguas de sinais tiveram seu início nos Estados Unidos, incentivando diversos países a conduzir pesquisas nesse campo.

Enquanto isso, o Brasil, no contexto da migração, continuava a promulgar normas técnicas especiais para o ingresso e a fixação de estrangeiros no país, como o Decreto do Conselho de Ministros nº 967, de 7 de maio de 1862. O Artigo 3º desse decreto define que não será permitida a entrada e a fixação, em território nacional, de estrangeiros portadores de doenças, afecções ou deficiências físicas listadas no Artigo 4º dessas normas.

Art. 4º Constituem motivo de impedimento de desembarque no país, se o alienígena portador de: II - Doença mental, de qualquer natureza e grau; III - Doença hereditária ou familiar; IV - Defeito físico ou mutilação grave que determine incapacidade superior a 40% de acôrdo com a discriminação das tabelas oficiais do Ministério do Trabalho; V - Doença dos aparelhos circulatório, respiratório, digestivo, renal, locomotor e sistema nervoso, quando elas possam acarretar incapacidade igual ou inferior a 40%; VIII - Invalidez (BRASIL, 1862).

Até a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, essa perspectiva persistiu e influenciou as jornadas das pessoas migrantes surdas e com deficiência até os dias atuais. Apesar de o Estatuto do Refugiado ter sido estabelecido em 1951, foi apenas em

22 Jannuzzi, G. M. (2004). *A Educação do deficiente no Brasil: Dos primórdios ao início do século*. Campinas, SP: Autores Associados.

23 Jönsson, T. (1994). *Inclusive education*. THPI.

1997 que o Brasil promulgou a Lei 9474, a qual estabelece mecanismos para a implementação das premissas do Estatuto dos Refugiados e determina outras providências.

Antes da ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2009, a perspectiva da deficiência estava majoritariamente centrada em abordagens assistencialistas, que a viam como uma patologia. Com a ratificação desta convenção, a perspectiva da deficiência baseada nos direitos humanos foi firmemente estabelecida²⁴.

A convenção reconhece a deficiência como uma condição que não deve impedir a plena participação da pessoa em igualdade de condições na sociedade, segundo Nogueira²⁵.

A Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência impulsionou políticas voltadas para migrantes com deficiência. No entanto, devido às divergências de interpretação entre os países-membros, o Comitê Executivo do ACNUR emitiu a Conclusão n. 110 em 2010, dirigida aos Estados signatários da Convenção. Esta conclusão ofereceu recomendações e instou os países a adotarem políticas que promovam a igualdade de oportunidades entre refugiados com e sem deficiência (Nogueira, 2017, p. 8).

A mudança significativa na perspectiva sobre os migrantes ocorreu em âmbito nacional somente em 2017, com a aprovação da Lei nº 13.445, conhecida como Lei de Migração. Esta legislação trouxe uma abordagem mais humanizada ao tratamento dado aos estrangeiros, que anteriormente eram frequentemente vistos como uma ameaça à segurança nacional.

24 Nogueira, A. J. A. (2017). *Pessoas com deficiência refugiadas: Um problema invisível*. 6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Campus Coração Eucarístico da PUC Minas, Belo Horizonte, MG.

25 Nogueira, A. J. A. (2017). *Pessoas com deficiência refugiadas: Um problema invisível*. 6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Campus Coração Eucarístico da PUC Minas, Belo Horizonte, MG.

Em relação à legislação direcionada à comunidade surda, nos últimos vinte anos, houve avanços fundamentais, reflexo dos movimentos políticos e das lutas das comunidades surdas. Como marcos primordiais, destaca-se a oficialização da Libras em 2002, por meio da Lei nº 10.436, e o Decreto nº 5.626 de 2005, que regulamenta, entre outros aspectos, a formação de professores.

Além disso, destacam-se as contribuições do Instituto Nacional de Surdos (INES), da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), estabelecida em 1985, e do Inventário Nacional da Língua Brasileira de Sinais. Mais recentemente, a inclusão da Educação Bilíngue como modalidade de ensino na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada pela Lei nº 14.191 de 3 de agosto de 2021, representa um avanço significativo.

No que diz respeito ao direito à tradução e à interpretação, e à profissão de Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais, a regulamentação do exercício da profissão ocorreu em 2010, por meio da Lei nº 12.319, seguindo as recomendações da Federação Nacional de Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Libras (FEBRAPILS).

TRANÇADO METODOLÓGICO

No que diz respeito aos métodos utilizados, a análise bibliométrica foi selecionada devido à sua habilidade de identificar, de forma quantitativa, as tendências de pesquisa e de medir indicadores associados ao aumento da produção científica em uma área temática específica²⁶.

26

Cil, L. R. (2017). *Interface educação musical e educação especial: Estudo bibliométrico na produção científica de dissertações e teses*. [Dissertação de Mestrado em Metodologias Para o Ensino], UniversidadAe Norte do Paraná.

Nesse sentido, adotamos uma abordagem qualitativa, elegendo a análise bibliométrica como procedimento. Os dados empregados nesta pesquisa são oriundos dos trabalhos relacionados à temática migração/refúgio de pessoas surdas, encontrados na plataforma *Google Scholar*. Todos os trabalhos encontrados foram incluídos e analisados sem restrições quanto a um período temporal pré-determinado para que assim se pudesse verificar certa exatidão quanto ao período inicial de publicações feitas. Assim, os dados bibliométricos foram coletados em janeiro e fevereiro de 2024, utilizando as palavras-chave: “Migrantes Surdos”, “Pessoas migrantes surdas”, “Imigrantes Surdos” e “Refugiados Surdos”.

Os trabalhos estão listados contendo informações sobre o ano, título e tipo. Não foram incluídos resumos, resumos expandidos ou trabalhos publicados em anais de eventos. É importante observar que encontramos várias citações sobre a presença de pessoas surdas nas fronteiras; no entanto, essas citações não foram incorporadas a este trabalho, pois não estão diretamente relacionadas ao tema em questão.

TEXTOS E TEXTURAS

Com os descritores selecionados, foram encontrados ao todo um conjunto de 17 trabalhos, sendo sete artigos, três relatos de experiência, quatro capítulos de livro, uma dissertação de mestrado e um Trabalho de Conclusão de Curso e um livro, no intervalo de 2018 a 2023, como apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Trabalhos Encontrados

Ano	Título	Tipo
2018	Contatos linguísticos e bilinguismos uni e bimodal entre Libras e LSV	Artigo
2019	O papel da tradução e da interpretação para grupos vulneráveis no acesso à justiça.	Artigo
2020	Migrantes e Refugiados Surdos em Roraima	Capítulo
2020	A promoção da acessibilidade a comunidade surda migrante em tempos de pandemia	Relato
2020	Tradução comentada (português-libras) do verbete sobre refúgio/refugiado (a) do dicionário crítico de migrações internacionais	TCC
2020	A fronteira que nos une: a reconstrução linguístico-identitária de imigrantes surdos venezuelanos residentes em Boa Vista-RR	Capítulo
2020	Codeswitching entre línguas de sinais e as escolhas linguísticas de surdos venezuelanos no Brasil	Artigo
2021	A língua de acolhimento como recurso inclusivo aos surdos estrangeiros no Brasil	Capítulo
2021	Os processos inclusivos de estudantes migrantes surdos em escolas da fronteira seca Brasil/Paraguai	Dissertação
2021	(Des)encontros entre línguas de sinais contato das e nas fronteiras	Artigo
2021	¡Sordos también migran! A invisibilidade de migrantes surdos e o papel do intérprete humanitário	Capítulo
2022	Migrantes Surdos e acesso aos serviços públicos no Brasil	Relato
2022	Surdos migrantes na escola: questões de inclusão e direitos humanos linguísticos	Artigo
2023	Atividades de formação para migrantes e refugiados Surdos em Roraima: experiências do Programa de extensão MiSordo	Relato
2023	Imigrantes Surdos: o contexto do plurilinguismo e cursos de Línguas na Itália	Artigo
2023	Práticas translinguísticas na educação de imigrantes adultos surdos.	Artigo
2023	Migrantes Surdos: línguas de sinais, tradução e direitos humanos	Livro

Fonte: A autora

Os resultados da pesquisa bibliométrica, conforme indicado no Quadro acima, revelam que o tema começou a ser discutido recentemente, com o primeiro trabalho datado de 2018. Sob o título “Contatos linguísticos e bilinguismos uni e bimodal entre Libras e LSV”, Paulo Jeferson Araújo e Thaisy Bentes despontam as primeiras reflexões sobre o contato entre as línguas de sinais na fronteira por brasileiros e venezuelanos surdos.

Em 2019, Silvana Aguiar dos Santos e Aline Vanessa Poltroniere-Gessner, em “O papel da tradução e da interpretação para grupos vulneráveis no acesso à justiça”, discutem a importância da tradução e interpretação para comunidades linguisticamente vulneráveis. O texto destaca a presença de pessoas surdas migrantes e a urgência de políticas de tradução voltadas para esse grupo.

Em 2020, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Danielle Crescencio Neves, intitulado “Tradução comentada (Português-Libras) do verbete sobre refúgio/refugiado(a) do dicionário crítico de migrações internacionais”, foi elaborado no âmbito do curso Letras Libras, da Universidade Federal de Santa Catarina. No mesmo ano, foram publicados o relato das primeiras ações voltadas exclusivamente para pessoas surdas migrantes intitulado “Migrantes e Refugiados Surdos em Roraima”, escrito por Thaisy Bentes, Beatriz Teófilo e Anderson Paiva, e “A promoção da acessibilidade à comunidade surda migrante em tempos de pandemia”, escrito por Thaisy Bentes, Adriana Albano e outros quatro bolsistas de extensão do Programa MiSordo. Além desses, há o capítulo escrito por Alessandra Cruz e Felipe Aleixo sobre “A fronteira que nos une: a reconstrução linguístico-identitária de imigrantes surdos venezuelanos residentes em Boa Vista-RR”.

Em 2021, a dissertação de Maria Elena Aquino Dutra, intitulada “Os processos inclusivos de estudantes migrantes surdos em escolas da fronteira seca Brasil/Paraguai”, e o texto de Angela Corrêa Ferreira Baalbaki, “(Des)encontros entre línguas de sinais no contato

das e nas fronteiras". O texto de Baalbaki traz reflexões a partir do quadro teórico da Análise de Discurso materialista.

Em 2021, o capítulo escrito por Ana Paula Arja Ribeiro Leônidas Leite e Thiago Lemes de Oliveira, intitulado "A língua de acolhimento como recurso inclusivo para surdos estrangeiros no Brasil", relata a experiência de aulas de Português como Língua de Acolhimento e aulas de Libras oferecidas pela UFRR. Este texto levanta questões significativas relacionadas às reflexões sob a perspectiva anticolonial desejada, na qual os ouvintes estabelecem um conjunto de representações nas quais as pessoas surdas são compelidas a se ver e se descrever como se fossem ouvintes. Isso coloca os ouvintes em uma posição de superioridade ao impor sua cultura e sua língua as pessoas surdas. Ao longo do documento, os autores enfatizam repetidamente que o problema reside nas pessoas surdas migrantes, como evidenciado no trecho abaixo:

A **comunicação precária** que os imigrantes Surdos possuem no território novo ao qual fazem parte, faz com que eles sejam postos à margem da sociedade, sendo muitas vezes silenciados no que diz respeito a sua identidade. Além disso, no que concerne a vida em sociedade, **a barreira comunicacional impossibilita e/ou dificulta seu acesso aos serviços básicos** como a educação, saúde, moradia e emprego. Diante dessa situação de "marginalização" que essa população vive, surge a necessidade de se discutir o ensino de Língua de Acolhimento (Leite e Oliveira, 2021, p. 85, grifos meus).

Para Leite e Oliveira²⁷, a decisão de oferecer o curso decorreu da percepção de que as línguas, Libras e Português, são idiomas "a serem ensinados para imigrantes que têm a necessidade de se integrar à sociedade." Outro trecho escrito pelos autores pode exemplificar uma visão que considera que os recém-chegados devem se

27

Leite, A. P. A. R. L., & Oliveira, T. L. A. (2021). Língua de acolhimento como recurso inclusivo aos surdos estrangeiros no Brasil. In A. R. S. Campello, D. S. Lira, & L. C. Andrade (Orgs.). *Educação das pessoas surdas: Práticas e reflexões*. Schreibern.

adaptar e se ajustar à nova realidade, e que, caso contrário, correm o risco de perder sua identidade, conforme afirmam os autores:

Uma das maiores barreiras enfrentadas pelos imigrantes Surdos ao adentrar um novo país é a **falta de conhecimento e fluência da língua** que é falada pela maioria populacional. Dessa forma, compreendemos que **sem o aprendizado dessa língua**, há um revés na inserção social e conseqüentemente um **prejuízo na ressignificação da sua identidade**, já que esses Surdos muitas vezes **“deixam de ser”** quem eram em seu país (Leite e Oliveira, 2021, p. 81, grifos meus).

Ao apontar a “falta de conhecimento e fluência da língua” entre as pessoas migrantes surdas, especialmente em relação à língua nacional, surge uma expectativa implícita de que os indivíduos forçados a migrar, como é o caso da população venezuelana, deveriam possuir um domínio prévio da língua do país para onde estão se dirigindo. Isso revela a imperícia em relação à realidade da migração global.

O artigo “Codeswitching entre línguas de sinais e as escolhas linguísticas de surdos venezuelanos no Brasil”, de Rodrigo Mesquita e Alessandra Cruz, resume a dissertação de mestrado da segunda autora orientada pelo primeiro autor. O estudo investiga como os surdos migrantes venezuelanos bilíngües realizam codeswitching entre línguas de sinais. Uma conclusão importante trazida no texto é que as escolhas linguísticas dos imigrantes são influenciadas pela busca por uma adaptação mais eficaz a um ambiente novo e pela aspiração por melhores padrões de vida. Apesar disso, os autores defendem que as pessoas migrantes surdas devem aprender Libras para se integrarem à comunidade surda de Boa Vista, Brasil, apesar da LSV ser produtiva como língua de circulação local²⁸.

O estudo realizado por Janaina Tunussi, Paulo Sofiato e Cássia Geciauskas Oliveira, intitulado “Imigrantes surdos: o contexto do plurilinguismo e cursos de línguas na Itália”, publicado em 2023, visa destacar as experiências vivenciadas em dois cursos de língua italiana destinados a imigrantes surdos adultos, ministrados em Roma e Nápoles. Este artigo é interessante para fins de contraste, pois aborda os surdos sob a perspectiva de pessoas com deficiência, sem enfatizar o viés sociopolítico e antropológico discutido nos Estudos Surdos, ao contrário das outras produções encontradas, que reconhecem as pessoas surdas como uma minoria linguisticamente e culturalmente distinta.

Nesse contexto, é desanimador perceber que a literatura atual muitas vezes conduz os pesquisadores a uma generalização simplista. Pessoas surdas, frequentemente negligenciadas em diversas discussões, carecem de recursos teóricos que as integrem nas importantes conversas em curso. Elas permanecem distantes, negligenciadas, invisíveis e silenciadas, enquanto teorias excludentes prevalecem, perpetuando uma abordagem superficial que não leva em consideração as especificidades de cada comunidade surda ou de outras minorias.

Facilmente são encontrados exemplos de textos que concebem uma perspectiva anticolonial, mas que generalizam afirmações e argumentos comuns, parecendo ignorar as complexidades linguísticas envolvidas nas subjetividades de grupos minoritários, como o caso das pessoas surdas ou indígenas. Um exemplo é a seguinte afirmação: “os migrantes no Brasil precisam ter competência no português brasileiro para superar os desníveis sociais em que, na maioria das vezes, se encontram”²⁹. Essa afirmação contribui para reafirmar o país como monolíngue e condicionar o aprendizado da língua como meio de alcançar ascensão social, ignorando o plurilinguismo trazido por esses migrantes.

No caso das pessoas surdas, elas não são reconhecidas (não existem) até que atravessem o caminho de outros. Sem esse atravessamento, eles não têm presença no mundo. Não habitam, não têm palavra, não têm lugar. Da mesma forma, nas produções acadêmicas, o mesmo padrão se repete: não são mencionados, não são considerados, desconhecem-se suas línguas e culturas. Isso ecoa os silogismos de Fanon³⁰.

O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a um outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade humana (Fanon, 2008, p. 180).

As simplificações generalizadas nos fazem lembrar das imagens do poema “A dor do silêncio³¹”, criado por Renata Freitas em Libras. O poema visualmente poderoso representa os complexos esforços da sociedade para tornar uniforme o que é diferente, tentando curar as pessoas surdas, homogeneizá-las e torná-las iguais. Para reforçar esse ponto, citamos Pena³², que afirma que toda dominação implica em uma invasão, muitas vezes camuflada como ajuda amigável. No entanto, meus argumentos não buscam atribuir vilania ao ouvinte, mas sim compreender que, como Miranda³³ discute sobre a branquitude, os ouvintes nascidos nesse contexto aprendem a reproduzir o sistema de poder da colonização.

Nesse sentido, mesmo para aqueles comprometidos com uma abordagem anticolonial, as especificidades linguísticas e

30 Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. (R. Silveira, Trad.). EDUFBA.

31 Disponível em https://youtu.be/y_4sEh9PixE

32 Penna, C. (2014). Paulo Freire no pensamento decolonial: Um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana. *Revista de Estudos e Pesquisas Sobre As Américas*, 8(2), 164-180.

33 Miranda, J. P. R. (2020). *Contato linguístico da modalidade espaço-visual: Língua brasileira de sinais e língua de sinais boliviana na fronteira*. [Dissertação de Mestrado em Comunicação e Expressão]. UFSC.

culturais das comunidades surdas (e outras minorias/minoritizadas) muitas vezes são desconhecidas, perpetuando-as na literatura como invisíveis.

Numa direção oposta aos trabalhos mencionados até aqui, as pesquisas na plataforma Google Scholar revelam trabalhos como o escrito por Nora Duggan e Ingela Holmström, “Práticas translinguísticas na educação de imigrantes adultos surdos”, publicado em 2023. As autoras apresentam a realidade da migração de pessoas surdas para a Suécia, onde se espera que todos aprendam a Língua Gestual Sueca (STS) e o Sueco. Contudo, o desenvolvimento das práticas translinguísticas nesse cenário indica que a transferência linguística é uma ocorrência frequente e natural em salas de aula multilíngues.

Os trabalhos do Programa MiSordo (apresentado com mais detalhes na próxima seção), na UFRR e na UFOPA, têm uma abordagem de acolhimento e aprendizado da língua da pessoa migrante. Por exemplo, no texto “Migrantes surdos na escola: questões de direitos humanos linguísticos”, Araújo e Bentes³⁴ destacam que as ações do programa e a postura adotada no atendimento inicial refletem os princípios dos direitos humanos linguísticos. Eles argumentam que é essencial respeitar a língua de sinais do outro, surdo/a e migrante, e estar disposto a aprender a língua de sinais daquele/a que chega, buscando inicialmente a comunicação na língua de migração.

Aprender a língua do outro tem sido o prisma de uma compreensão efetiva de acolhimento. Acolher o surdo em sua língua materna significa sair da zona de conforto e tem sido encarado como eficaz para uma melhor inclusão, conduta esta que vai na contramão das ações que primam apenas por ensinar a língua de sinais nacional, no caso a Libras, ou o português como língua de acolhimento (PLAc) aos migrantes surdos (Araújo e Bentes, 2022, p. 8).

No mesmo texto, com foco centrado na perspectiva educacional de crianças e adolescentes surdas migrantes, os autores consideram duas perspectivas opostas e possíveis para a inclusão nesses espaços.

A primeira direcionada para uma alegada “inclusão” pautada na assimilação do surdo à cultura do país acolhedor, desdobrando-se em duas outras situações apontadas como formas de sanar ou amenizar a (não) inclusão do aluno surdo migrante na escola, quais sejam, o ensino da língua de sinais nacional como língua de acolhimento (Libras como língua de sinais de acolhimento ou LibrasAc) e a formação e atuação de tradutores e intérpretes de língua de sinais-TILS no contexto humanitário. A segunda abordagem é aquela centrada nos direitos humanos linguísticos e as implicações de respeitar a língua de sinais materna e a cultura surda que constitui a identidade dos migrantes e refugiados surdos (Araújo e Bentes, 2022, p. 9).

Concernente a isso, os autores advogam que “as barreiras são decorrentes da comunicação baseada na ideia de que a língua escrita do país, o português, pode ser compreendida por todos, homogeneizando linguisticamente uma sociedade plural por excelência”³⁵. De modo que direcionam a problemática para as agências humanitárias envolvidas no processo de acolhimento de migrantes, não mais para a pessoa surda que chega fragilizada e sem o conhecimento da língua porque foi forçada à mobilidade³⁶.

Confirmando que o problema reside na configuração atual, ou seja, no modo como as políticas foram planejadas e estão sendo executadas para acolher a população migrante, os autores chamam a atenção, baseados em relatos de atendimento, para o fato

35 Bentes, T., & Araújo, P. J. P. (2021). *¡Sordos también migran!* A invisibilidade de migrantes surdos e o papel do intérprete humanitário. CBEAL: Memorial da América Latina/ACNUR.

36 Bentes, T., & Araújo, P. J. P. (2021). *¡Sordos también migran!* A invisibilidade de migrantes surdos e o papel do intérprete humanitário. CBEAL: Memorial da América Latina/ACNUR.

de que o ACNUR (assim como outras instituições envolvidas no acolhimento de migrantes) não compreende as dificuldades que a comunidade surda migrante enfrenta para acessar qualquer tipo de serviço no Brasil. Informações simples, como por exemplo, entender o que é um conselho tutelar (pois esse tipo de instituição não existe na Venezuela) e como buscar esse tipo de proteção, não estão acessíveis em língua de sinais. Esses são problemas enfrentados também pela comunidade surda do Brasil^{37 38}.

Por fim, os textos de Araújo e Bentes³⁹ e Duggan e Holmström⁴⁰ buscam uma abordagem diferente ao olhar para as necessidades das pessoas surdas, sejam elas linguísticas, econômicas ou sociais, visando promover e discutir estratégias que provoquem uma mudança nas políticas locais. Assim, essas produções direcionam-se para uma perspectiva centrada nos direitos humanos linguísticos, desafiando o colonialismo imposto as pessoas surdas como uma prática de imposição de línguas.

Em conformidade a essas publicações, merecem destaque as produções feitas pelo Programa universitário MiSordo, apresentados na seção a seguir.

- 37 Bentes, T., & Araújo, P. J. P. (2021). *¡Sordos también migran!* A invisibilidade de migrantes surdos e o papel do intérprete humanitário. CBEAL: Memorial da América Latina/ACNUR.
- 38 Araújo, P. J. P., & Bentes, T. (2022). Surdos migrantes na escola: questões de inclusão e direitos humanos linguísticos. *Revista Teias*, 23(69), 35-49. DOI <https://doi.org/10.12957/teias.2022.66089>
- 39 Araújo, P. J. P., & Bentes, T. (2022). Surdos migrantes na escola: questões de inclusão e direitos humanos linguísticos. *Revista Teias*, 23(69), 35-49. DOI <https://doi.org/10.12957/teias.2022.66089>
- 40 Dugaan, N., & Holmström, I. (2023). *Práticas translinguísticas na educação de imigrantes adultos surdos*.

UMA REDE TECIDA POR MUITAS MÃOS

Consoante as ideias discutidas na seção anterior e à luz dos resultados obtidos em relação às produções que abordam o tema pessoas surdas e migração, torna-se necessário apresentar brevemente as obras geradas no âmbito deste Programa de apoio a migrantes e refugiados surdos, vinculado à Universidade Federal de Roraima desde 2020 e à Universidade Federal do Oeste do Pará desde 2021. O objetivo é investigar como essas produções podem apontar caminhos para diminuir a invisibilidade das pessoas surdas.

As atividades formativas do Programa são direcionadas principalmente aos três grupos mais envolvidos nas ações do programa: os TILS, os agentes humanitários (profissionais das agências humanitárias, OSC e instituições religiosas que prestam serviços a migrantes) e, evidentemente, a própria comunidade surda venezuelana (e, de certa forma, a brasileira).

Os projetos e ações do Programa têm como objetivo destacar a importância de adotar uma perspectiva decolonial ao possibilitar a tradução e interpretação em mais de uma língua de sinais, visando atender às necessidades de uma comunidade linguística específica⁴¹. Vejamos:

Quadro 2 - Publicações do Programa MiSordo

Ano	Título	Local
2018	Contatos linguísticos e bilinguismos uni e bimodal entre Libras e LSV	Revista Letra Magna
2020	Línguas de Sinais de fronteiras: O caso da LSV no Brasil	Humanidades & Inovação

41 Zambrano, C. E. G. (2021). *Acolher entre línguas: Representações linguísticas em políticas de acolhimento para migrantes venezuelanos em Roraima*. [Tese de Doutorado em Est. Linguísticos]. Universidade Federal de Minas Gerais.

Ano	Título	Local
2020	Migrantes e Refugiados Surdos em Roraima	Editora UFRR
2020	A promoção da acessibilidade a comunidade surda migrante em tempos de pandemia	Revista Caex
2020	Perspectivas de Formação de professores no contexto da migração venezuelana no estado de Roraima	Editora UFRR
2020	Migrantes e Refugiados Surdos em Roraima: experiências do programa de extensão MiSordo	Revista Limiares
2021	Extensão universitária e o acesso de surdos migrantes aos direitos humanos	Revista Caex
2021	¡Sordos también migran! A invisibilidade de migrantes surdos e o papel do intérprete humanitário	CBEAL
2022	Migrantes Surdos e acesso aos serviços públicos no Brasil	Revista Conexão ComCiência
2022	Surdos migrantes na escola: questões de inclusão e direitos humanos linguísticos	Revista Teias
2022	Programa de extensão Migrante Surdo-MiSordo: Língua e interação comunitária	Revista Caex
2022	Programa de apoio a migrantes surdos - MiSordo: desafios e perspectivas de implementação e atuação no Oeste do Pará	Editora da UFOPA
2023	Atividades de formação para migrantes e refugiados surdos em Roraima: experiências do Programa de extensão MiSordo	Revista da Extensão
2023	Migrantes Surdos: Línguas de Sinais, tradução e direitos humanos (vol 1)	Editora UFOPA
2024	Migrantes Surdos: Educação, tradução e direitos humanos (v. 2)	Editora UFOPA
2024	Reflexões sobre Tradução e Interpretação para pessoas surdas em contextos de migração e fronteira.	Revista Saber Incluir
2024	Ações de Atenção e Escuta para Pessoas Migrantes Surdas em Roraima	Revista Extensão Tecnológica

Ano	Título	Local
2024	Promoção da saúde da pessoa surda migrante: ações educativas desenvolvidas pelo Programa MiSordo	Revista UFF & Sociedade
2024	Atendimento humanizado aos surdos brasileiros e venezuelanos: um estudo de caso sobre relato de experiência de atendimento na SETRABES de Roraima	PROFID-UNIFAP

Fonte: Dados cedidos pelo Programa MiSordo (2024)

No Quadro acima, podemos observar que a primeira publicação sobre a LSV ocorreu em 2018, antes da institucionalização do Programa, indicando o interesse prévio dos pesquisadores membros do Programa na temática. Após sua institucionalização, foram registrados um total de cinco trabalhos somente em 2020, três em 2021, quatro em 2022, dois em 2023 e cinco em 2024, totalizando 19 trabalhos ao longo de seis anos. Destes 19, doze são artigos, cinco são capítulos e dois livros. Dos doze artigos, nove consistem em relatos de experiência das ações desenvolvidas pelo programa publicados em revistas de extensão universitária. Todos os trabalhos englobam pelo menos uma das áreas: Linguística, Educação e Estudos da Tradução.

Dos trabalhos listados no Quadro 3 (Produções do MiSordo), apenas oito foram encontrados nas buscas no Google Scholar, apresentados no Quadro 2. Os arquivos fornecidos pelo programa também indicam um total de dez resumos publicados em anais de eventos de 2017 a 2024, abordando a temática da migração de pessoas surdas e da LSV como língua de migração. Uma questão importante já mencionada é o foco dado à LSV. Esta língua tem sido objeto de estudo na pesquisa científica, sendo considerada uma língua de fronteira e migração por Araújo e Bentes⁴² ou ainda língua de sinais fronteiriça que circula no Brasil⁴³.

42 Araújo, P. J. P., & Bentes, T. (2020). Línguas de sinais de fronteiras: O caso da LSV no Brasil. *Revista Humanidades & Inovação*, 7(26), 125-135.

43 Baalbaki, A. C. F. (2021). (Des)encontros entre línguas de sinais contata das e nas fronteiras. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, 15(32), 29-48, DOI <https://doi.org/10.47456/cl.v15i32.35736>

Ao valorizar a língua do sujeito que chega, no caso a LSV, o Programa, marca, talvez, um novo olhar para os migrantes e conduz uma perspectiva de aprendizagem de outras línguas de sinais pelos agentes que acolhem, evidenciando e valorizando o multilinguismo das comunidades surdas. Além disso, o programa adota uma postura centrada nos direitos humanos linguísticos ao utilizar a língua de sinais dos surdos migrantes para o atendimento inicial⁴⁴.

Por fim, é importante ressaltar a publicação da Coletânea “Migrantes Surdos” como uma significativa contribuição à literatura sobre o tema. Os livros compilam artigos, traduções, entrevistas, depoimentos e experiências de trabalhos com/para a comunidade surda migrantes e com/de línguas de sinais nas fronteiras e contextos urbanos. A Coletânea promove uma perspectiva de visibilidade e presença dessas comunidades nos fluxos migratórios e nas pautas acadêmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: (DES)ATANDO NÓS

Trançamos ao longo deste texto uma trama de ideias sobre a intersecção entre surdos/as e migração. Para responder à pergunta central que norteou essas reflexões, “As pessoas surdas estão invisíveis na pauta acadêmica que aborda a migração?”, delineamos as seguintes considerações:

No que se refere aos dados das agências de migração, todos os estudos analisados convergem para afirmar que não há registros em sites oficiais do governo ou das organizações humanitárias

44

Araújo, P. J. P., & Bentes, T. (2022). Surdos migrantes na escola: questões de inclusão e direitos humanos linguísticos. *Revista Teias*, 23(69), 35-49. DOI <https://doi.org/10.12957/teias.2022.66089>

internacionais disponíveis. Isso dificulta a formulação de políticas públicas específicas que levem em consideração as questões peculiares relacionadas às línguas de sinais de pessoas migrantes surdas.

Quanto às publicações na área da migração, identificamos apenas o trabalho intitulado “Migrantes e Refugiados Surdos em Roraima: experiências do Programa de Extensão MiSordo”, publicado na Revista Limiares: migração vista pelo Sul. Os demais estudos estão concentrados em revistas especializadas na área da linguística e educação.

O conjunto de textos podem ser categorizados em três visões distintas em relação a comunidade surda: uma que a enxerga como um problema a ser resolvido, sustentando a ideia de monolinguismo em língua de sinais como condição para inclusão; outra que os considera sob o viés patológico da deficiência; e uma terceira que os reconhece como sujeitos de direitos, tendo sua língua materna respeitada.

É relevante destacar que trabalhos produzidos por pesquisadores da mesma instituição, como é o caso da UFRR, apresentam abordagens diferenciadas. Enquanto os estudos vinculados ao Programa de Extensão MiSordo valorizam a língua materna dos migrantes, desafiando seus membros a aprenderem essa nova língua para se comunicarem, outros pesquisadores veem as pessoas surdas como passíveis de serem ensinados a língua local, vinculando essa ideia como única para a inserção social.

Os estudos sobre a inclusão de pessoas surdas nas fronteiras do sul do país, mencionados por Bentes⁴⁵, conduzidos por

45

Bentes, T. *et al.* (2020). A promoção da acessibilidade à comunidade Surda em tempos de pandemia. *Revista Cadernos de Extensão da UFRR*.

Custódio⁴⁶, Figueira⁴⁷ e Vaz⁴⁸ na fronteira Brasil-Uruguai e Brasil-Bolívia, por Loubert⁴⁹, Miranda⁵⁰ e Santos⁵¹, na fronteira do Brasil com o Paraguai por Florenciano e Lambert⁵², não foram encontrados nas buscas da pesquisa. No entanto, reconhecemos a relevância desses estudos para o entendimento do sistema educacional e dos desafios enfrentados pelas pessoas migrantes surdas na escola, apontando caminhos para futuras pesquisas.

O texto citado por Arja e Lemes⁵³, “A educação de Surdos refugiados em território brasileiro: relatos de um caso de sucesso”, disposto no livro “Educação de Surdos: Olhares multidisciplinares”, não foi analisado por não estar disponível gratuitamente.

Em síntese, foram encontrados, por meio da busca no Google Scholar, um conjunto de 17 trabalhos no intervalo de 2018 a 2023. No âmbito das publicações do Programa MiSordo, ao longo de seis anos, iniciando em 2018, tem-se o total de 19 trabalhos.

- 46 Custódio, L. M. (2015). *Aquisição da LIBRAS e LSU: Narrativas surdas de fronteira entre Brasil e Uruguai*. [Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Especial]. Universidade Federal de Santa Maria.
- 47 Figueira, P. C. M. (2016). *Comunidade Surda da Fronteira, Experiência “Compartida”*. [Dissertação de Mestrado em Educação]. Universidade Federal de Santa Maria.
- 48 Vaz, C. P. (2017). *Educação de surdos na fronteira de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai)*. [Dissertação de Mestrado em Educação]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 49 Loubert, M. (2017). *Surdos brasileiros e bolivianos em destaque: Processo inclusivo em uma escola no município de Corumbá – MS*. [Dissertação de Mestrado em Educação Social]. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- 50 Miranda, J. P. R. (2020). *Contato linguístico da modalidade espaço-visual: Língua brasileira de sinais e língua de sinais boliviana na fronteira*. [Dissertação de Mestrado em Comunicação e Expressão]. UFSC.
- 51 Santos, L. A. A. (2020). *Educação Bilingue para Surdos e Identidade Surda na Fronteira Brasil-Bolívia*. [Dissertação de Mestrado em Estudos Fronteiriços]. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
- 52 Florenciano, K. A. B., & Limberti, R. C. P. (2016). As Implicações Linguísticas na Aprendizagem dos Alunos Surdos Fronteiriços de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY. *Revista: EaD & Tecnologias Digitais na Educação*.
- 53 Arja, A. P. R. L. L., & Lemes, T. O. (2020). A educação de Surdos refugiados em território brasileiro: Relatos de um caso de sucesso. In Sansão, W. V. S. (Orgs.). *Educação de Surdos: Olhares multidisciplinares*. Editora Dialética.

Nessa senda, propomos que se reconheçam os esforços da academia, especialmente na interseção entre extensão e pesquisa, como ilustrado no exemplo dado sobre o Programa MiSordo, para uma compreensão abrangente e, simultaneamente, particular das nuances que permeiam as comunidades, grupos, suas línguas e culturas. Somente então, o pensamento decolonial poderá ser um catalisador eficaz para uma luta genuína, transformando-se em uma plataforma anticolonial, onde ser surdo não é subalterno ao ser ouvinte, onde encontram e ocupam espaços para existir, onde os corpos não são ditados pelas normas da perfeição, mas sim pela capacidade inata das diferenças que nos tornam humanos. Como no poema que inaugura esta jornada: “fios atados, fios cortados, um bordado fiz [...] até aquele ponto, que não tinha lugar, encontrou um jeito de se encaixar...”.

8

*Alexandre Massashi Hirata
Karyne Gleyce Zempf Oliveira
Lilian Fuhrmann Urbini*

**TECENDO
CUIDADOS:
DESAFIOS E DIVERSIDADE
NA SAÚDE MIGRANTE**

PANORAMA ATUAL

De acordo com dados divulgados na última edição do relatório “Refúgio em Números”, do Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2023), apenas em 2022, no Brasil, foram feitas 50.355 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, provenientes de 139 países. As principais nacionalidades solicitantes foram venezuelanas (67%), cubanas (10,9%) e angolanas (6,8%)¹.

Em 2022, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) reconheceu 5.795 pessoas como refugiadas. Os homens corresponderam a 56% e as mulheres a 44%. Além disso, 46,8% das pessoas reconhecidas como refugiadas eram crianças, adolescentes e jovens com até 24 anos de idade.

Esse crescente populacional impacta e resulta na transição demográfica do Brasil, a qual reverbera na busca por diversos serviços, sendo um deles a saúde. A atenção básica, ou atenção primária à saúde (APS), composta principalmente por unidades básicas e postos de saúde, é a primeira e principal porta de acesso público do migrante e do refugiado à rede de ações e de serviços públicos de saúde no Brasil².

De acordo com o artigo 1º da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB):

A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância

- 1 Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (2023). Dados sobre refugiados no Brasil. ACNUR.
- 2 Martin, D., Inoue, S. R. & Silveira, C. (2022). Atenção em saúde para migrantes internacionais em São Paulo, Brasil: Acesso e universalidade no contexto da pandemia de Covid-19. *Revista del CESLA*, 29, 49-68.

em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária³.

A PNAB destaca ainda que os serviços de saúde devem ser ofertados de forma integral, atendendo aos princípios e diretrizes da Lei sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes⁴, considerando os determinantes e condicionantes da saúde do indivíduo. Isso traz à tona a complexidade do atendimento em saúde ao migrante considerando o contexto em que essas pessoas estão inseridas. Vale ressaltar que “[...] é proibida qualquer exclusão baseada em idade, gênero, raça/cor, etnia, crença, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, estado de saúde, condição socioeconômica, escolaridade, limitação física, intelectual, funcional e outras” (*op. cit.*).

A atenção básica no atendimento aos migrantes e refugiados desempenha um papel crucial na promoção da saúde e no enfrentamento das complexas demandas desses grupos em situação de vulnerabilidade. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a atenção primária à saúde é essencial para garantir o acesso equitativo e abrangente aos serviços de saúde⁵. Nesse sentido, “[...] serão adotadas estratégias que permitam minimizar desigualdades/iniquidades, de modo a evitar exclusão social de grupos que possam vir a sofrer estigmatização ou discriminação, de maneira que impacte na autonomia e na situação de saúde” (*op. cit.*).

3 Brasil (2017). Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Ministério da Saúde.

4 Brasil (1990). Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Câmara dos Deputados.

5 Organização Mundial da Saúde (2008). Declaração de Alma-Ata: Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde. (OMS) Recuperado de https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_ata.pdf.

A Declaração de Cartagena sobre Refugiados⁶ destaca a necessidade de garantir que os refugiados tenham acesso aos serviços de saúde em condições equivalentes aos nacionais, sem discriminação. Isso implica a remoção de barreiras administrativas, como exigências documentais para o acesso aos serviços de saúde, assegurando assim a equidade no atendimento.

A capacitação dos profissionais de saúde na atenção básica é, portanto, um fator crucial para a implementação eficaz dessas diretrizes. Programas educacionais que abordem as especificidades das condições de vida dos migrantes e refugiados podem contribuir significativamente para a melhoria da qualidade do atendimento⁷. Desenvolver habilidades interculturais e promover um ambiente acolhedor são passos fundamentais para garantir a eficácia dos serviços prestados⁸.

MIGRANTES E REFUGIADOS: ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL

A universalidade, um dos princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS), deveria assegurar aos migrantes e aos refugiados o direito à saúde e o exercício da cidadania. Como as desigualdades sociais, frequentemente presentes no contexto da imigração, estão diretamente associadas às iniquidades no acesso à saúde, supõe-se que as ações de cuidado em saúde possam ser dificultadas nessa população.

- 6 Alto Comissariado das Nações Unidas a Refugiados (1984). Declaração de Cartagena sobre Refugiados. ACNUR.
- 7 Betancourt, T. S., Abdi, S., Ito, B. S., Lilienthal, G. M., Agalab, N., & Ellis, H. (2017). We left one war and came to another: Resource loss, acculturative stress, and care-seeking among war-affected Congolese refugee. *Community Mental Health Journal*, 53(3), 323-333.
- 8 Priebe, S., Sandhu, S., Dias, S., Gaddini, A., Greacen, T., Ioannidis, E., & Bogic, M. (2011). Good practice in health care for migrants: Views and experiences care professionals in 16 European countries. *BMC Public Health*, 11(1), 1-11.

Para tentar minimizar essa aresta, no Brasil foram criados os Centros de Referência e Atendimento a Imigrantes e Refugiados (CRAIs) com o objetivo de fornecer assistência adequada a imigrantes e refugiados. Eles são programas específicos que oferecem acolhimento, assistência médica, apoio psicossocial, orientação legal e integração social, “[...] mas sua disponibilidade não é uniforme, o que pode criar disparidades”⁹.

Conforme observado, o acesso aos serviços de saúde por migrantes e refugiados no Brasil é permeado de desafios complexos que envolvem diversos fatores, desde questões culturais e socioeconômicas até barreiras legais. De acordo com o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, dentre os principais problemas apontados pelos refugiados estão os obstáculos ao acesso à saúde e a medicamentos¹⁰.

As barreiras legais, por sua vez, emergem como um dos principais obstáculos ao acesso aos serviços de saúde. A falta de regularização migratória muitas vezes resulta em dificuldades para obter atendimento nos serviços de saúde, uma vez que alguns serviços são condicionados à posse de documentos específicos¹¹.

A dificuldade de acesso pode se dar, portanto, pela exigência, primeiramente, do preenchimento de campos referentes ao Registro Geral (RG) e ao título de eleitor no CNS, não permitindo a possibilidade de cadastro a partir de documentos do país de origem ou proto-

- 9 Nogueira, M.V. S., Melo, B. R., Vilanova, J. C., Veras, I. S., Hipólito L. C., Sousa L. G. S. & Oliveira V. C. C. A. (2023). Panorama do acesso de refugiados à saúde no Brasil: Revisão de literatura. *Research, Society and Development*, 12(13), 1-9. DOI <https://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i13.44169>.
- 10 Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (2020). *Voices das Pessoas Refugiadas no Brasil. Diagnósticos Participativos do ACNUR 2020*. Organização das Nações Unidas (ONU).
- 11 Oliveira, R. B., *et al.* (2018). Acesso à saúde por refugiados e migrantes em São Paulo, Brasil. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 22(Supl. 2), 1361-1373. DOI <https://doi.org/10.1590/1807-576220170577>.

colos migratórios, além de não assegurar o cadastro de jovens desacompanhados dos pais, fato comum entre populações deslocadas¹².

À exceção ao que se refere à internação hospitalar de estrangeiros, não existem dados sólidos sobre a atenção primária à saúde de migrantes e refugiados na esfera nacional. O Cadastro Nacional de Saúde (CNS) auxilia na quantificação do acesso aos serviços público de saúde no Brasil, porém os dados consistentes sobre o acesso dos migrantes e refugiados registrados nesse sistema de informação são escassos, o que pode refletir as dificuldades de acesso principalmente de migrantes em situação migratória irregular.

Assim como os brasileiros, os migrantes também se deparam com a ineficiência do serviço público, enfrentando problemas com fila de espera e falta de atendimento para serviços especializados que não sejam de emergência¹³. Muitos não conseguem acessar alguns serviços especializados, como de saúde sexual e reprodutiva, por falta de informação. Fica evidente que o desconhecimento sobre o sistema de saúde brasileiro e a falta de informação sobre os direitos à saúde também contribuem para as dificuldades de acesso.

As condições socioeconômicas precárias comumente observadas entre os migrantes e refugiados afetam negativamente o acesso a cuidados de saúde de qualidade. A localização geográfica, por exemplo, parece desempenhar um papel significativo, uma vez que a disponibilidade de serviços de saúde varia em diferentes regiões, dificultando a mobilidade dos pacientes, seja no custo do transporte, seja no tempo de deslocamento.

Em síntese, as dificuldades enfrentadas pelos migrantes e refugiados para acessar os serviços de saúde no Brasil são multifa-

12 Ventura, D.F.L., & Yujra, V.Q. (2019). *Saúde de migrantes e refugiados*. Editora Fiocruz.

13 Silva, B. V., & Silva, T. M. (2022). O acesso de refugiados à saúde baseado nas políticas públicas no Brasil com ênfase na atenção primária: Revisão sistemática. *Brazilian Journal of Development*, 8(7), 50580-97.

cetadas, abrangendo questões legais, informativas, culturais e socio-demográficas que exigem a implementação de políticas e práticas que promovam a inclusão e a equidade no sistema de saúde.

A BARREIRA DO IDIOMA

O idioma é uma das primeiras barreiras enfrentadas tanto pelo próprio migrante quanto pelo trabalhador da saúde. Em torno de 25% dos recém-chegados no Brasil apontam a língua como uma barreira à compreensão das instituições públicas.

O enfrentamento das barreiras linguísticas no acesso aos serviços de saúde é um desafio significativo que afeta a qualidade e a equidade na prestação de cuidados. A comunicação eficaz entre profissionais de saúde e migrantes e refugiados é essencial para garantir um entendimento mútuo sobre questões de saúde, tratamentos e procedimentos. Estudos têm destacado que as barreiras linguísticas podem levar a diagnósticos incorretos, prescrições inadequadas e uma compreensão limitada das instruções de tratamento¹⁴.

A falta de serviços de interpretação qualificados contribui para a persistência desse problema. Pesquisas indicam que a presença de intérpretes profissionais está associada a uma melhoria significativa na qualidade da comunicação e na satisfação dos pacientes migrantes¹⁵. A ausência desses serviços, portanto, pode resultar em lacunas na compreensão do histórico do paciente e na transmissão de informações cruciais sobre saúde, bem como aumentar a evasão e uma baixa eficácia das intervenções na atenção primária à saúde.

14 Flores, G. (2008). Language barriers to health care in the United States. *The New England Journal of Medicine*, 359(9), 856-867.

15 Kuo, D. Z., et al. (2007). Association between use of professional interpreters and quality of health care for limited English Proficient patients. *Pediatrics*, 120(2), e324-e330.

Nesse sentido, políticas de inclusão linguística têm sido apontadas como estratégias eficazes para superar essa barreira. A implementação de serviços de interpretação, tradução de materiais de saúde e treinamento culturalmente sensível para profissionais de saúde são aspectos cruciais para abordar as disparidades linguísticas e promover um acesso equitativo aos cuidados de saúde¹⁶.

De acordo com Ventura & Yujra¹⁷, o trabalhador deve “também sentir-se corresponsabilizado por oferecer ferramentas ao usuário para se comunicar e garantir o seu acesso à saúde”, além de indicar algumas ações como:

- Identificação de profissionais bilíngues dentro dos equipamentos de saúde como referências em situações de primeiro acesso ou urgência para uma interlocução e, quando necessário, criação de fluxos específicos de acolhimentos nos quais, antes do atendimento propriamente dito, o paciente receba informações de rotina em seu idioma materno verbalmente ou por escrito;
- Busca e recrutamento de intérpretes comunitários para acompanhamento nos casos mais agudos;
- Elaboração de banners e cartilhas informativas em outros idiomas para divulgação de fluxos da unidade e de promoção da saúde;
- Encorajamento do uso de comunicação escrita [...] e uso de dispositivos tecnológicos de tradução simultânea para as orientações mais difíceis;

16 Gany, F., Kapelusnik, L., Prakash, K., Gonzalez, J., Orta, L.Y., Tseng, C.H., & Changrani, J. (2007). The impact of medical interpretation method on time and errors. *Journal of General Internal Medicine*, 22(2), 319-323.

17 Ventura, D.F.L., & Yujra, V.Q. (2019). *Saúde de migrantes e refugiados*. Editora Fiocruz.

- Elaboração e disponibilização (na sala de espera) de infografias multilíngues que auxiliem a comunicação objetiva sobre sinais e sintomas durante os primeiros atendimentos;
- Contratação de trabalhadores migrantes e/ou refugiados nos territórios com maior população dessas comunidades;
- Mapeamento e divulgação de equipamentos gratuitos de ensino de português [...] para os usuários, e de outros idiomas para os trabalhadores de saúde.

A contratação de trabalhadores migrantes na atenção básica tem se mostrado muito bem-sucedida tanto no impacto da assistência a essas comunidades quanto na sensibilização da população nacional e das equipes. Além disso, pode contribuir para a quebra de estereótipos arraigados na população local, sendo surpreendida ao ser atendida por profissionais de saúde migrantes e/ou refugiados.

A presença de agentes comunitários de saúde migrantes nos serviços municipais de saúde na cidade de São Paulo proporcionou uma comunicação mais fluida com as comunidades e uma maior compreensão do processo migratório em suas especificidades.

Na Unidade Básica Sé, parte da rede de APS na cidade de São Paulo, importante porta de entrada no SUS para migrantes, foram relatadas estratégias utilizadas para comunicação pelos profissionais de saúde com os migrantes tais como “Google Tradutor, mímicas, ajuda de pessoas da mesma nacionalidade e fluência no idioma do paciente, uso de imagens, entre outros”.

DIFERENÇAS CULTURAIS

Durante qualquer tipo de tratamento, deve-se atentar às demandas surgidas, considerando as semelhanças e as diferenças culturais entre o usuário e o trabalhador, respeitando as diferentes formas de pensar sobre a saúde, bem como a realidade de cada indivíduo e de sua família.

É comum o estranhamento e a desconfiança iniciais de comunidades migrantes e refugiadas quando buscam atendimento de saúde, o que muitas vezes provém do fato de que, em muitos países do mundo, os sistemas de saúde não são universais e gratuitos. Desse modo, as práticas de medicina popular e de cuidados alternativos são amplamente difundidas nessa população.

Na comunidade haitiana, por exemplo, o uso da agulha na prática da religião vodu adquire um significado diferenciado, tornando a coleta de sangue e a vacinação aspectos muito sensíveis para essa população, visto que, por vezes, o acesso ao cuidado ocorre apenas no âmbito religioso, e algumas doenças acabam sendo associadas à feitiçaria.

Adicionalmente, a prática de curandeirismo através de sacerdotes é comum na população indígena e na comunidade boliviana, especialmente entre os provenientes das zonas rurais, o que representa uma grande parcela dessa comunidade no Brasil. Tal população faz uso de ervas e emplastros e, mesmo quando estão em tratamento tradicional, tendem a interromper esse tratamento prematuramente devido ao uso do tratamento alternativo.

Outro desafio é a luta das mulheres bolivianas pelo parto normal, o tipo de parto mais realizado em seu país, enfrentando a prática da cesariana pelos médicos no Brasil sob o argumento [falacioso] de que a média de estatura das mulheres dessa população está entre as mais baixas do mundo.

As histórias de vida da comunidade Síria incluem casos de extrema violência e traumas, fatos que geram demanda nos atendimentos em saúde mental. As crianças e as mulheres são as que mais acessam os serviços de saúde, geralmente acompanhadas por seus maridos que, muitas vezes, realizam o papel de intérpretes. Por adotarem comumente a religião islâmica, alguns códigos de conduta interferem na interação com o trabalhador da saúde: “a impossibilidade de atender as usuárias desacompanhadas; o casamento prematuro de mulheres; e a impossibilidade de mostrar os cabelos e permitir o exame clínico total, inclusive na gestação”.

Na comunidade chinesa, apenas as gestantes procuram o SUS e, dentre as práticas culturais, respeitam a tradição de não lavarem o cabelo durante um mês após o parto. Mães andinas, por sua vez, têm o hábito de não banhar diariamente os bebês, embrulhando-os em diversas mantas para protegê-los do frio.

O tema planejamento familiar exige grande sensibilidade, lidando com diversos valores e crenças relativas à maternidade e paternidade. Em diversos países, em especial nos africanos, a fertilidade é considerada uma bênção divina e, em outros, os filhos são vistos como uma forma de fortalecimento da família.

Em muitas culturas ainda existem mitos a respeito do uso de hormônios na contracepção, além de uma forte influência dos homens, entre os quais o uso da camisinha é considerado necessário apenas para relações sexuais eventuais, havendo grande resistência quando é recomendado por parceiras fixas. Além disso, muitas famílias migrantes veem a formação de uma prole como uma possibilidade de facilitar e acelerar a sua regularização migratória.

Entre as adolescentes meninas migrantes, a saúde sexual e reprodutiva enfrenta resistência em certas comunidades, inclusive relacionada à resistência da família para agendamento de consultas ginecológicas.

ESTIGMAS, PRECONCEITOS E XENOFOBIA

Discriminação racial, racismo sistêmico e intolerância cultural acometem o acesso à saúde e o tratamento igualitário de migrantes e refugiados no sistema de saúde brasileiro. Tratamentos desrespeitosos, atitudes de preconceito, racismo e xenofobia permeiam as relações dos migrantes com os trabalhadores de saúde.

A estigmatização de migrantes e refugiados é uma das condições mais perversas dos deslocamentos humanos, como a suspeita de que refugiados possuem antecedentes criminais em seu país de origem ou a associação de muçulmanos com organizações terroristas.

Não se deve também esquecer da patologização das comunidades deslocadas e sua responsabilização por problemas de saúde, como a tuberculose na população boliviana, onde há uma ideia equivocada de que viriam ao país já doentes para usufruir do tratamento gratuito no SUS. Além disso, existe a percepção errônea de que o deslocamento de membros da etnia Warao seria responsável pelo ressurgimento do sarampo nas cidades de Boa Vista e Manaus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Migrantes e refugiados geralmente vivenciam situações extremas como guerras, perseguições e situações de miséria. De modo geral, também são frequentes situações menos extremas, mas ainda assim impactantes e potencialmente traumáticas, como o abandono de suas casas, a separação familiar, o deslocamento, a chegada ao novo território, a adaptação ao novo idioma, cultura e costumes. Soma-se a esse complexo contexto a falta de acolhimento e de regulamentação nacional específica para o acesso à saúde

por migrantes e refugiados. Apesar da lei que definiu mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, possibilitando a criação do Comitê Nacional para Refugiados (Conare) (Lei nº 9.474,1997), percebe-se que ainda existem diversas barreiras, deixando-os à margem e não sendo vistos como sujeitos de direitos¹⁸.

Dessa forma, verifica-se a necessidade de desenvolvimento de ações desde os aspectos administrativos e burocráticos, com o fim de realizar levantamentos quanto às necessidades e demandas da população específica e, conseqüentemente, desenvolvimento de políticas públicas adequadas. Além disso, é necessário reconhecer as responsabilidades de agentes públicos e privados, bem como dos profissionais de saúde e de toda a população, a fim de que se possam tecer, de fato, os cuidados necessários aos quais todos têm direito.

18

Adelson, M. I., Silveira, L. M. & Assis, S. G. (2023). Nas margens da insegurança: investigações sobre crianças em situação de migração e refúgio. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 33, 1-23.

9

*Carlos Roberto Faustino
Débora Rocha de Abreu
Pedro Henrique Franco Becker*

**SOBERANIA DO ESTADO
E DIREITO NATURAL
EM CONTEXTOS
MIGRATÓRIOS**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-340-0.9

INTRODUÇÃO

Sim, porque não foi Júpiter que a promulgou; e a Justiça, a deusa que habita com as divindades subterrâneas jamais estabeleceu tal decreto entre os humanos; nem eu creio que teu édito tenha força bastante para conferir a um mortal o poder de infringir as leis divinas, que nunca foram escritas, mas são irrevogáveis; não existem a partir de ontem, ou de hoje; são eternas, sim! e ninguém sabe desde quando vigoram (p. 30)¹.

O excerto com que abrimos essa discussão é a resposta de Antígona, ao ser questionada por Creonte, se ela teve a audácia de desobedecer, de forma deliberada, uma determinação do Rei. A supracitada obra de Sófocles é frequentemente referenciada nas disciplinas introdutórias ao Estudo do Direito, evidenciando, de maneira ilustrativa, uma discussão fundamental para o entendimento das bases filosóficas do direito, sobretudo no que diz respeito à dicotomia entre o direito natural e o direito positivo.

Neste cenário, Antígona desafia as ordens do rei Creonte, o qual proibiu que o falecido Polinices - seu sobrinho e irmão de Antígona - recebesse as honrarias fúnebres por meio do devido sepultamento. A tragédia destaca o conflito entre ética individual, princípios morais e a autoridade estabelecida pelo Estado.

O propósito deste capítulo é introduzir ao leitor uma discussão altamente relevante, especialmente nos tempos contemporâneos, centrada no migrante internacional. Este ator principal, por diversos motivos, encontra-se compelido a deixar seu país de origem e estabelecer residência em uma nação estrangeira, enfrentando dicotomias e contradições em uma sociedade estadocêntrica. O capítulo explora o direito de migrar, considerando as dicotomias entre o direito natural e positivo, bem como a filosofia da migração.

1 Sófocles (c. 496 AC-406 AC). *Antígone*, (J. B. Mello e Souza, Trad.). Editora eBooksBrasil.

Essa análise busca lançar luz sobre um fenômeno de extrema importância no contexto mundial.

Na atualidade, a temática da migração emerge como um desafio complexo e global, instigando reflexões profundas relacionadas ao direito de migrar e do migrante. A dicotomia entre o direito natural e o direito positivo se torna particularmente pertinente diante das questões migratórias, pois suscita debates acerca da justiça inerente à condição humana e das leis estabelecidas pelos diferentes Estados. A reflexão e a apropriação da discussão sobre as aludidas correntes *jus* filosóficas demonstra-se necessária para, na sequência, entendermos a condição do migrante frente ao Estado.

Conforme afirma Nader, o anseio pela justiça que acompanha o homem corresponde ao motivo fundamental que direciona ao pensamento do direito natural. Assim, a exclusividade da ordem jurídica institucionalizada não satisfaz plenamente os anseios e as segurança do ser humano em sociedade, pois, a norma instituída pelo Estado – expressão do direito positivo – pode servir tanto à causa do gênero humano quanto ratificar os valores negativo que obstam o pleno desenvolvimento da pessoa. Sobre a essência do direito natural, Nader² descreve:

O raciocínio que nos conduz à ideia do Direito Natural parte do pressuposto de que todo ser é dotado de uma *natureza* e de um *fim*. A natureza, ou seja, as propriedades que compõem o ser, define o fim a que este tende a realizar. Para que as potências ativas do homem se transformem em ato e com isto ele desenvolva, com inteligência, o seu papel na ordem geral das coisas, é indispensável que a sociedade se organize com mecanismos de proteção à natureza humana. Esta se revela, assim, como a grande condicionante do Direito Positivo. O adjetivo *natural*, agregado à palavra *direito*, indica que a ordem de princípios não é criada pelo homem e que expressa algo espontâneo, revelado pela própria natureza (p. 344).

Na passagem supracitada, destaca-se, na perspectiva do direito natural, que os princípios que asseguram os direitos fundamentais dos seres humanos não dependem da criação humana, pois são intuitivos, sendo descobertos a partir da observação de fatos concretos que envolvem o próprio homem. Assim, tem-se como princípios essenciais o direito à vida, à liberdade, à participação social e a igualdade de oportunidades.

Siciliano corrobora com esse entendimento, ao descrever que os teóricos do jus naturalismo destacavam a acessibilidade do conteúdo desses direitos, afastando a necessidade de qualquer revelação divina ou a legitimidade por meio de codificação de leis. Nesta esteira argui que a perspectiva dos direitos naturais forma potente referência para a proteção dos direitos humanos e funcionou como suporte filosófico para eventos históricos na sociedade como a queda da monarquia absolutista na Inglaterra (1688), declaração de independência dos estados Unidos (1776) e Revolução Francesa (1789)³.

Em contrapartida, o positivismo jurídico, nas palavras de Nader:

rejeita todos os elementos abstratos na concepção do Direito, a começar pela ideia do Direito Natural, por julgá-la metafísica e anticientífica. Em seu afã de focalizar apenas os dados fornecidos pela experiência, o positivismo despreza os juízos de valor, para se apegar apenas aos fenômenos observáveis (p. 352)⁴.

Para essa corrente de pensamento a ciência do direito tem como objetivo precípuo estudar as normas jurídicas instituídas pelo órgão competente, as quais compõem o ordenamento jurídico vigente. Nesta concepção a preocupação é com o direito existente expresso

3 Siciliano, A. L. (2019). *Direito à migração – A defesa de um direito humano subjugado* [Tese de Doutorado em Direito Internacional]. Universidade de São Paulo. DOI <https://doi.org/10.11606/T.2.2019.tde-14082020-005035>.

4 Nader, P. (2014). *Introdução ao Estudo do Direito*, (36. ed.). Editora Forense.

na norma, utilizando, a fim de investigação, apenas os juízos de constatação, não considerando o juízo de valor. Assim, somente existe uma ordem jurídica: a que é comandada pelo Estado, o qual é soberano.

Em síntese preliminar, constatamos marcantes distinções entre as abordagens do direito natural e do direito positivo. Enquanto o primeiro decorre da condição inata da humanidade, o segundo só entra em vigor mediante a instituição de autoridade competente. Essas perspectivas delineiam não apenas diferentes fundamentos, mas também refletem a dualidade intrínseca entre princípios universais e normas estabelecidas pelo poder institucional. É com essa base que passamos a discutir sobre o direito de migrar, com fundamento na filosofia da migração, frente a relação do migrante com o Estado.

O *JUS MIGRANDI*

Em análise, o ato de migrar revela-se como um fenômeno social de extrema complexidade, uma vez que está intrinsecamente ligada e exerce influência sobre diversos elementos da sociedade e dos indivíduos que a compõem. Neste contexto preliminar, torna-se essencial compreender a definição do termo migração e suas implicações. Para isso, recorreremos à definição de Sá, que conceitua a migração como “a mudança de residência de pessoas dentro do mesmo país ou para outro país” (p. 23)⁵. Ao reconhecer que esse termo pode ser desdobrado em emigração e imigração, percebemos que essa segmentação terminológica decorre da perspectiva daquele que a utiliza.

O direito de migrar, discutido neste capítulo, refere-se à possibilidade do indivíduo estabelecer-se em um Estado diferente daquele de seu nascimento, com a garantia dos demais direitos

5 Sá, R. L. (2016). *Imigração boliviana em mares paulistanos dantes navegados: Inclusão dos (in)visíveis e (des)construção identitária*. Novas Edições Acadêmicas.

inerentes à sua condição humana. Contudo, esse direito encontra resistência por parte do Estado, seja através do fechamento de fronteiras ou da negligência em proporcionar oportunidades para uma subsistência digna. Nesse contexto, torna-se evidente a complexa relação entre o migrante e o Estado.

A relação do Estado com o direito de migrar foi habilmente descrita por Di Cesare ao relatar a chegada de migrantes provenientes de diversas partes do mundo àquilo que é conhecido como *Golden Door*, a Porta de Ouro da fabulosa América. Após uma jornada extenuante, esses indivíduos, ainda a bordo de suas embarcações, avistavam a Estátua da Liberdade, símbolo dos valores europeus e garantidora do acolhimento aos condenados do Velho Continente, explorados, vítimas de guerras, miséria e ódio. O ingresso no aludido território, onde aqueles indivíduos puderam ser pioneiros em uma terra virgem, construindo e edificando uma sociedade justa, permaneceu acessível até aproximadamente 1875. A partir de então, alguns lugares estratégicos foram utilizados como posto de triagem e, gradualmente, medidas restritivas foram implementadas, até que em janeiro de 1892 foi inaugurado o centro de Ellis Island, assim, a migração, antes sem restrições, foi institucionalizada⁶.

O referido centro de Ellis Island, conforme aponta Di Cesare (*op. cit.*) era “um lugar de trânsito, onde tudo ainda estava em jogo, aonde quem tinha partido não tinha chegado, onde quem tinha deixado tudo não tinha ainda encontrado nada” (p. 22). Neste espaço o migrante era inicialmente submetido a um exame médico e, caso aprovado, passava por uma entrevista composta por 29 perguntas, procedimento denominado de *legal desk*. Assim, aquele que obtivesse êxito nos processos de admissão conquistava o passaporte para o que acreditavam ser a “Porta de ouro”. No entanto, àquela altura, ao se instalarem percebiam que a América não era tão livre

6

Di Cesare, D. (2020). *Estrangeiros residentes: Uma filosofia da migração*, (C. Tridapalli, Trad.), Editora Âyné.

quanto se tinha sonhado, pois os que chegaram primeiro se apropriaram de quase tudo e como consequência, havia pouco a partilhar.

O governo americano efetivou o fechamento da estação de triagem – Ellis Island – em 1954, porém fortaleceu a política de controle migratório, utilizando-se de outros mecanismos para reduzir drasticamente o ingresso de migrantes e fechar as fronteiras. Sob essas condições, Di Cesare (*op. cit.*) chama a atenção para as contradições do modelo instituído, pois, neste caso, as leis de migração se afastam dos ideais da Constituição americana. Surge, assim, a dissonância entre alguns serem rejeitados e indesejados em um local onde o principal documento normativo, a Declaração da Independência, preconiza a igualdade de todos.

Essa ilustração, tendo como base dados históricos, mostra um movimento em que se identifica a abertura das fronteiras em um momento inicial apoiado por um amplo consenso, seguido da introdução de critérios restritivos quando os primeiros nativos, ou seja, aqueles nascidos no âmbito do novo território, acreditaram ter adquirido, por meio desse nascimento, o direito de selecionar e decidir quem são dignos ao título de cidadão daquele lugar, constatando que nem todos são adequados. Assim, o estabelecimento de fronteiras reafirma a soberania do Estado, ao passo que vigiar essas fronteiras revela-se fundamental para consolidar a unidade homogênea do Estado-nação. Este contexto revela a intrincada complexidade que envolve o direito de migrar.

No cenário acima descrito, Di Cesare (*op. cit.*) destaca dois atores protagonistas: o Estado e o migrante. Ambos estão envolvidos na relação com o direito, uma vez que a liberdade de ir e vir do migrante colide com a soberania nacional e o domínio territorial do Estado. Dessa forma, estabelece-se um inevitável conflito entre os direitos humanos universais e a organização do mundo em divisão de Estados-nação. Sob essa perspectiva, aos olhos do Estado, o migrante configura-se como uma anomalia, desafiando a soberania

do mesmo. Sua existência confronta as bases sobre as quais o Estado foi erigido, minando a concepção do monopólio do poder estatal. Ato contínuo, o migrante aponta para a possibilidade de um mundo configurado de outra maneira, enfatizando a desterritorialização e a hibridação da identidade.

Como estratégia para reafirmar o poder soberano, o Estado controla o trânsito do migrante por meio das fronteiras, admitindo-o após os controles previstos ou rejeitando-o. Nesse contexto, as fronteiras materializam-se como obstáculos construídos contra o direito de migrar, gerando um dilema que compromete significativamente o modelo democrático liberal. Esse dilema se manifesta na tensão entre a soberania do Estado e a adesão aos direitos humanos ou aos direitos naturais. Portanto, refletir sobre a migração inevitavelmente implica repensar o Estado, que, por sua vez, utiliza a discriminação como meio para se constituir e manter-se estabilizado, estabelecendo-se como detentor do direito à exclusão, o qual é bem ilustrado por Di Cesare (*op. cit.*) quando descreve que:

O poder soberano de dizer <<não>> surge inequívoco e incontestável. Os Estados-nação reivindicam a escolha de estabelecer quem pode entrar em seus limites e quem, ao contrário, é parado na fronteira. Em uma ordem global estadocêntrica, ameaçada pela migração, o direito a exclusão torna-se assim a contraprova e a marca da soberania estatal. Porque desse modo o Estado se afirma e mede a sua força. Quem os ultrapassa corre o risco de ser detido, aguardando ser expulso. Caso seja aceito, caberia novamente à autoridade estatal decidir reconhecê-lo como novo membro da comunidade ou rejeitá-lo (p. 29).

Nessa perspectiva, a autora mencionada questiona se o direito à exclusão, mesmo sendo legal, pode ser considerado legítimo. Esse questionamento suscita uma série de reflexões importantes, destacando-se, entre elas, a legitimidade do Estado em negligenciar diversos direitos humanos sob a justificativa do exercício de sua competência soberana.

Assim, a política de fronteira torna-se um domínio reservado pelos próprios Estados, fortalecidos pela legislação internacional. Isso reflete normas excludentes que eles próprios estabelecem. No entanto, surge a indagação sobre a legitimidade desses Estados para tal ação, especialmente ao exercerem o poder de impedir ou limitar a migração, o que pode violar diversos direitos naturais inerentes ao ser humano.

No presente contexto, observa-se que o direito de migrar não se apresenta de maneira inequívoca, uma vez que, ao longo do tempo, este tema tem suscitado inquietações e conflitos em diversas esferas. O reconhecimento contemporâneo desse direito de migrar é parcial, visto que a faceta do emigrar, isto é, sair do território de um Estado, é assegurada, enquanto o reconhecimento do imigrar, correspondente à entrada nos domínios de outro Estado, tem sido limitado, variando de acordo com a origem e o destino da pessoa. Di Cesare (*op. cit.*) destaca que o *jus migrandi* – o direito de migrar – apresenta-se como um dos grandes desafios desse século.

Com base na intrincada reflexão filosófica acerca do direito de migrar e na relação estabelecida entre o migrante e o Estado, procedemos à análise desse fenômeno no contexto da migração no território brasileiro.

O MIGRAR NO CONTEXTO BRASILEIRO

A história do Brasil é marcada por uma rica diversidade cultural, e parte significativa desse mosaico é composta pelas migrações que moldaram a nação ao longo dos séculos. Desde os primeiros movimentos indígenas até as migrações internacionais mais recentes, o ato de migrar desempenha um papel crucial na formação da identidade brasileira.

A era colonial no Brasil foi marcada por uma complexa teia de movimentos populacionais que moldaram profundamente a sociedade e a cultura da época. A chegada dos colonizadores portugueses no ano de 1500 desencadeou um processo migratório que envolveu não apenas europeus, mas também africanos e indígenas, criando um caldeirão étnico e cultural único.

Os primeiros colonos portugueses enfrentaram desafios significativos ao estabelecerem-se na nova terra. A necessidade de explorar recursos naturais, como o pau-brasil, levou à expansão da colonização para além do litoral, incentivando a migração para o interior e a conquista de territórios antes ocupados pelos povos indígenas.

Com a transferência da família real portuguesa para o Brasil em 1808 e a elevação da antiga colônia para a condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e a perspectiva da redução do tráfico negreiro ante tratados assinados entre Portugal e Inglaterra, combinado com a peculiar situação da crise Suíça em razão do acometimento de mudanças climáticas que provocaram grande penúria em suas colheitas, D. João VI assina um contrato, que ficaria conhecido como Tratado de Colonização, estabelecendo a vinda, a título de experiência, de 100 famílias, as quais, de acordo com Ferreira “todas de religião católica apostólica romana, para as terras da antiga fazenda do Morro Queimado, onde seria erguida uma vila que o próprio soberano chamou de Nova Friburgo” (p. 43)⁷.

Inaugurava-se, assim, uma nova etapa do processo migratório no Brasil, que, alinhado com a consolidação do capitalismo, que promoveu excedentes populacionais na Europa, combinava, de um lado, a busca por melhores condições de vida e de terras para plantio, e de outro, a busca por mão-de-obra para ocupação e exploração das terras produtivas. Desta forma, segundo Fernandes e Costa

7

Ferreira, M. M. (2020). Nova Friburgo: A invenção da Suíça brasileira. In L. Reznik (Ed.), *História da Imigração no Brasil*, (pp. 39-64). FGV Editora.

“nesse período, imigração e colonização tornaram-se duas faces de uma mesma moeda para a administração estatal” (p. 66)⁸.

Segundo os supracitados autores, o Brasil do século XIX, com inúmeras porções de terras devolutas, incentivou e criou programas de subsídios do Estado para que imigrantes viessem estabelecer-se como agricultores, custeando viagem, hospedaria, porções de terra, viveres, sementes e outros insumos, dependendo da província (depois Estado), do período e dos interesses da Coroa (ou República) ao longo dos anos 1800.

Dentre tantos aspectos do processo migratório é latente a motivação de cunho financeiro. O aumento da produção agrícola, a ocupação territorial e o conseqüente aumento da arrecadação, combinados com as pressões internacionais contra o escravagismo e o aumento populacional nos centros urbanos Europeus, convergiram para, de um lado, a busca por melhores condições de vida, e de outro, pela tendência eurocêntrica de branqueamento da população, aliada aos benefícios de substituição da mão-de-obra africana mediante subsídios estatais.

A realidade, entretanto, era bem diferente. Ao longo do período pré-republicano, as nuances internacionais afetavam diretamente a saúde econômica das colônias. Em 1830, por oposição parlamentar, ocorreu a suspensão da política nacional de imigração e o impedimento de gastos com a colonização estrangeira, o que fomentou a criação de empresas privadas de imigração.

Assim, os colonos, na condição de migrantes, passaram a ser objeto de negociação destas empresas. A promulgação da Lei Eusébio de Queiróz, a qual determinava que a aquisição de cativos passasse a ser feitas apenas de forma interprovincial, encareceu e

dificultou a aquisição dessa espécie de mão de obra⁹. Desta forma, a mão-de-obra imigrante europeia surgia como alternativa, como oportunidade mercantil. Neste contexto, combinada com a falta de braços nas lavouras cafeeicultoras, além das questões étnicas e raciais, logo após a Lei Eusébio de Queiróz foi promulgada a Lei de Terras¹⁰, a qual determinava que, a partir de então, as terras não mais poderiam ser ocupadas, mas sim adquiridas por meio de compra. Assim, limitava-se o acesso às terras.

Com base em tendencioso respaldo científico da época, os negros eram caracterizados como atrasados, bárbaros, brutos e inaptos ao trabalho livre na condição de proprietários rurais. As elites intelectuais consideravam que o emprego de africanos seria o mesmo que restabelecer o tráfico e a africanização da sociedade brasileira, indo na contramão da ambição brasileira de tornar-se mais civilizado por meio da defesa de imigrantes Europeus¹¹.

Neste sentido, em síntese, enquanto a primeira metade do século XIX foi marcada pela expansão da cafeeicultura, da mão de obra africana e pelo incentivo estatal direcionado à colonização, como exemplificado no Tratado de Colonização de D. João VI (Colonos Suíços), na segunda metade em diante, após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, buscou-se mão-de-obra para alimentar a lavoura da cafeeicultura, a substituição da mão de obra africana e o desenvolvimento da ideia de embranquecimento da população.

Apesar da propaganda migratória do governo brasileiro na Europa, a promessa de que após algum tempo trabalhando na lavoura poderiam guardar dinheiro suficiente para adquirir sua própria porção de terra não era condizente com a realidade, conforme

9 *LIM581*. ([s.d.]). Recuperado 15 de novembro de 2024, de <https://encurtador.com.br/CGBmV>.

10 *L0601-1850*. ([s.d.]). Recuperado 15 de novembro de 2024, de <https://encurtador.com.br/VnXW9>.

11 Fernandes, R. A., & Costa, J. C. O. (2020). História da imigração (1830-1880). In L. Reznik (Ed.), *História da Imigração no Brasil*, (pp. 65-90). FGV Editora.

ficou evidenciado com as narrativas de Thomas Dalvatz, um colono Suíço, professor em sua terra natal que chegou ao Brasil para trabalhar na fazenda Ibicaba.

Em companhia de numerosos outros emigrantes embarquei na primavera de 1855 para essa terra, mas não tardei em chegar às convicções que de tantos outros arrancaram aqueles lamentos: “Desta vez estou perdido!” O mais triste é quando se chega a descobrir isso, quando percebemos que uma nova escravidão nos submergiu e que dessa escravidão é mais difícil escapar-se do que à tradicional, que de há longa data jungiu os negros africanos (p. 45)¹².

Fernandes e Costa, nos contam que Dalvatz, após inúmeros desentendimentos com o proprietário das terras, o então Senador Vergueiro, conseguiu voltar para sua terra natal e escreveu um livro chamado “Memórias de um colono do Brasil”, onde narra a existência de um regime de trabalho semelhante à escravidão em que primeiramente endividava-se o colono, de tal forma que não mais conseguiria “libertar-se” do fazendeiro¹³. Como consequência da repercussão de seu livro, foi suspenso o agenciamento de emigrantes da Prússia e medidas restritivas à imigração de Ingleses e Franceses para o Brasil.

Os eventos narrados por Dalvatz, a criação das companhias de imigração e os subsídios patrocinados pelas províncias, explicitam a identificação dos imigrantes como ativos financeiros, como mercadorias a serem negociadas. A necessidade de substituição da mão de obra africana, considerada propriedade e cujo comércio foi parcialmente vetado pela Lei Euzébio de Queiróz, encontra na mão de obra europeia e nos colonos iludidos com a propaganda migratória, uma nova forma de arregimentar trabalhadores que, endividados, assim como os escravos, delinearam os latifúndios brasileiros.

12 Davatz, T. (1972). *Memórias de um colono no Brasil*, (S. B. Holanda, Trad.), Editora Lebooks.

13 Fernandes, R. A., & Costa, J. C. O. (2020). História da imigração (1830-1880). In L. Reznik (Ed.), *História da Imigração no Brasil*, (pp. 65-90). FGV Editora.

Diante das repercussões internacionais e do fracasso dos esforços para atrair mais imigrantes, em 1870, após a promulgação do Decreto 4.574 de 9 de julho de 1870¹⁴, foi criada a Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos, (chamados de *coolies*) que, assim como os africanos, eram considerados inferiores.

O Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro em 1878, trouxe à tona a discussão das dificuldades agrícolas da época, a questão da escassez da mão de obra e a questão dos migrantes:

O momento era particularmente difícil porque a grande agricultura se achava numa encruzilhada, sem saída à vista. De um lado, a libertação dos nascituros, feita em 1871, definira prazo fatal para o fim da mão-de-obra escrava; de outro, as experiências com a imigração europeia, espeladamente pek> sistema de parceria, não se mostrara ainda viável. Se todos estavam convencidos de que não se podia contar mais com os escravos a médio prazo, muitos também achavam que o trabalhador europeu não poderia ser a solução, por não se adaptar, ou se adaptar mal, ao trabalho na grande lavoura e por exigir altos salários, além de aspirar a tomar-se proprietário ele próprio. Restavam como solução o uso mais intensivo do trabalhador nacional e a importação de trabalhadores asiáticos, os *coolies* e chins. Grandes debates travavam-se em tomo dessas alternativas sem que se chegasse a consenso, nem dentro do governo, nem entre os próprios fazendeiros. À incerteza quanto ao futuro gerava o ambiente algo nervoso que transparece nos debates¹⁵.

Tal era o preconceito aos não europeus que, a questão dos asiáticos no cenário agrícola brasileiro foi discutida no referido Congresso, com posicionamentos extremos como o encaminhamento, pelos organizadores do Congresso, de um questionário ao

14 *Portal da Câmara dos Deputados*. ([s.d.]). Recuperado em 15 nov. 2024, de <https://encurtador.com.br/IArtU>.

15 Congresso Agrícola (with Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro). (1988). *Congresso Agrícola. Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro em 1878. Introdução de José Murilo de Carvalho*. Fundação Casa de Rui Barbosa. <https://encurtador.com.br/ZelI>.

representante dos lavradores da cidade de Silveiras, Sr. Eduardo A. Pereira de Abreu, Médico, membro da Junta Central de Higiene Pública, membro titular da Academia Nacional de Medicina, e que assim se manifestou:

Uma calamidade para a atual lavoura a introdução dos coolies em nosso país. A experiência tem demonstrado a negativa mais completa e os resultados perigosos, insuficientes e nulos que essa classe de homens, eivados de maus costumes e corruptos por natureza e princípios de educação tem acarretado consigo em todos os lugares em que como colonos se apresentam [...] Fracos e indolentes por natureza, alquebrados pela depravação dos costumes e hábitos que desde o berço adquirem, narcotizados física e moralmente pelo ópio, não poderão nunca no Brasil suportar o árduo e penoso trabalho da cultura do café. Seria um erro grave introduzir e estabelecer em nosso país uma raça inferior, quando a nossa já se resente muitíssimo pelos variados efeitos ocasionados pelo clima, alimentação e educação (*op. cit.*).

Assim, Fernandes e Costa concluem que ao longo de grande parte de nossa história, vimos a presença do eurocentrismo e a busca pela equiparação de padrões europeus. O preconceito enraizado contra os africanos e indígenas pode também ser constatado contra os asiáticos por meio da promulgação de leis e decretos, privilégios para imigrantes brancos, europeus, cristãos latinos ou germânicos, na busca do branqueamento da sociedade¹⁶.

Apesar de todas as medidas adotadas para estimular a entrada de imigrantes no território brasileiro, somente na década de 1880 ocorreu o fortalecimento do fluxo migratório, dando início ao

16

Fernandes, R. A., & Costa, J. C. O. (2020). História da imigração (1830-1880). In L. Reznik (Ed.), *História da Imigração no Brasil*, (pp. 65-90). FGV Editora.

período da Grande Imigração. A Lei Provincial nº 28, em 1884, voltava a abrir créditos financeiros para a introdução de imigrantes¹⁷.

O século XX foi marcado por movimentos migratórios distintos. Após a crise cafeeira, em 1907, com o aumento da demanda por mão-de-obra nos cafezais, foi celebrada com a Companhia Imperial de Emigração de Toquio a vinda de imigrantes japoneses com o apoio de seu governo. A Primeira Guerra Mundial também trouxe significativos reflexos, diminuído o fluxo migratório, que voltou a crescer após 1920 com a chegada de japoneses, alemães, sírios, libaneses, austríacos, russos, eslavos e poloneses, além de portugueses e espanhóis (*op. cit.*).

Neste momento, a motivação da migração decorria do flagelo gerado pela grande Guerra, onde a América passou a ser o principal destino das correntes migratórias. A migração urbana para o Brasil cresce significativamente neste momento, em parte pelo fato da política excludente de imigração dos Estados Unidos com o advento da lei americana “Lei de Origem Nacional” de 1924, que estabeleceu cotas e praticamente impediu a entrada de japoneses, indianos e europeus orientais católicos e judeus naquele País¹⁸.

O início da era Vargas no Brasil traz à tona, novamente, a questão da eugenia, desta vez de forma acintosa. No texto, “Manifesto à nação” lido em sessão solene no edifício da Câmara dos Deputados em 14/05/1932 e publicado na íntegra no DOU de 16/05/1932 com o título “A nação brasileira”, Getúlio Vargas assim disse: “Pelo aperfeiçoamento eugênico da raça, apressar o progresso do país” (p. 76)¹⁹.

17 Gonçalves, P.C. (2020). A Grande imigração no Brasil (1880-1930): números e conjunturas. In L. Em: Reznik (Ed.), *História da Imigração no Brasil*, (pp. 91-132). FGV Editora.

18 Ribeiro, P. (2020). A década de 1920 e aspectos da imigração urbana para o Brasil. Em Reznik, L. (Ed.), *História da Imigração no Brasil*, (pp. 133-158). FGV Editora.

19 Koifman, F. (2020). Política Migratória no primeiro governo Vargas (1930-1945). Em Reznik, L. (Ed.), *História da Imigração no Brasil*, (pp. 159-206). FGV Editora.

O primeiro ato de Vargas com relação a imigração foi dado pelo Decreto nº 19.482 de 1930 com a seguinte ementa: “Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais e dá outras providências”²⁰.

A Constituição de 1934, traz em seu artigo 121, § 6º e 7º, tratamento discriminatório aos imigrantes com a previsão de restrições às garantias étnicas, imposição de cotas e a expressa proibição de concentração destes, assim denominados “alienígenas” em qualquer ponto do território da União²¹.

O estudo desenvolvido por Koifman nos traz uma valiosa explanação da motivação de Francisco Campos, então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, autor do Decreto Lei nº 3.175/41 intitulado “Restringe a Imigração e dá outras providências”. Dentre elas verifica-se o caráter discriminatório e preconceituoso:

Para o ministro da Justiça, a tarefa a ser desempenhada pelo governo não estava relacionada exatamente “ao incremento da imigração [...] uma doutrina abandonada há meio século”, mas, sim, ao controle a ser exercido sobre o estrangeiro que tentava entrar no Brasil, que, a princípio, deixava de ser encarado como um potencial imigrante para ser observado como potencial refugiado, suspeito de estar tentando burlar as restrições impostas pela nova lei de imigração (p. 101)²².

Segundo Koifman até o final do Estado Novo, no início de 1945, mais de 250 normas, em sua maioria decretos, foram publicadas sob o tema “estrangeiros”, deixando claro a política discrimi-

20 *Base Legislação da Presidência da República—Decreto nº 19.482 de 12 de dezembro de 1930.* ([s.d.]). Recuperado 15 de novembro de 2024, de <https://encurtador.com.br/R6CeB>.

21 *Constituição34.* ([s.d.]). Recuperado 15 de novembro de 2024, de <https://encurtador.com.br/BulSX>.

22 Koifman, F. (2015). *Imigrante ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*, (1ª Edição do Kindle). Editora Civilização Brasileira.

minatória e eugênica da época²³. Tomemos por exemplo o art. 2º do decreto 24.215/34:

Art. 2º. Não será permitida a entrada de estrangeiro imigrante, sem distinção de sexo, estando em alguma das condições seguintes:

I - Aleijado ou mutilado, salvo si tiver íntegra a capacidade geral de trabalho, admitida, porém, uma redução desta até vinte por cento, tomando-se por base o grau médio da tabela de incapacidade para indenização de acidentes no trabalho, verificada nos moldes dos dispositivos legais sobre o assunto;

II - Cego ou surdo-mudo;

III - Atacado de afecção mental, nevrose ou enfermidade nervosa;

IV - Portador de enfermidade incurável ou contagiosa grave, como lepra, tuberculose, tracoma, infecções venéreas e outras referidas nos regulamentos de saúde pública;

V - Toxicômano;

VI - Que apresente lesão orgânica com insuficiência funcional, verificada conforme preceitua a legislação em vigor;

VII - Menor de 18 anos e maior de 60;

VIII - Cigano ou nômada;

IX - Que não prove o exercício de profissão lícita ou a posse de bens suficientes para se manter e às pessoas que o acompanhem na sua dependência, feitas tais provas segundo os preceitos do regulamento que será expedido para melhor execução da presente lei;

X - Analfabeto;

XI - Que se entregue á prostituição, ou a explore, ou tenha costumes manifestamente imorais;

XII - De conduta manifestamente nociva à ordem pública ou à segurança nacional;

XIII - Já anteriormente expulso do Brasil, salvo si o ato de expulsão tiver sido revogado;

XIV - Condenado em outro país por crime de natureza que determine a sua extradição segundo a lei brasileira²⁴.

Assim, notemos que as leis que trataram da questão do imigrante, do estrangeiro ou de qualquer outro nome que se atribua ao não nativo no Brasil, precisava ser recepcionado pela Constituição Federal então vigente, de 1934²⁵, O Estatuto do Estrangeiro²⁶, de 1980, dava, na verdade, nova redação e preenchia lacunas das normas consideradas em branco a respeito da questão, mas, sempre e de acordo com os princípios Constitucionais então vigentes.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988²⁷, assim chamada de Constituição cidadã, alinhada com as principais Leis e Tratados Internacionais sobre o tema, como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Convenção Internacional para a Proteção de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias (2003), Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966) e Protocolo de Palermo, ratificado pelo Brasil em 2004, foi promulgada, em 2017, a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), que representa um marco na proteção dos direitos dos migrantes no Brasil, em que prioriza a dignidade humana e os direitos fundamentais, em contraste com o Estatuto do Estrangeiro até então vigente.

A referida Lei reforça princípios fundamentais de não discriminação, da igualdade de direitos e da não criminalização da imigra-

24 *Portal da Câmara dos Deputados.* ([s.d.]). Recuperado em 15 nov. 2024, de <https://encurtador.com.br/ptbzF>.

25 *Constituição34.* ([s.d.]). Recuperado em 15 nov. 2024, de <https://encurtador.com.br/BuLSX>.

26 *L6815.* ([s.d.]). Recuperado 15 de novembro de 2024, de <https://encurtador.com.br/HilfD>.

27 *Constituição.* ([s.d.]). Recuperado 15 de novembro de 2024, de <https://encurtador.com.br/l6vNG>.

ção, reconhecendo a importância da migração para o desenvolvimento econômico e social do País²⁸.

Como destaques relevantes, a referida lei, garante o acesso dos migrantes a serviços essenciais, como saúde, educação e assistência social; simplifica o processo de regularização migratória, oferecendo diferentes categorias de visto para atender às diversas situações dos migrantes; assegura o direito ao trabalho digno e à livre escolha da profissão, sem distinção por nacionalidade; assegura o direito ao trabalho digno e à livre escolha da profissão, estabelece medidas específicas para a proteção de migrantes vulneráveis, como crianças, mulheres e idosos; garante o acesso à justiça, possibilitando que migrantes exerçam plenamente seus direitos; define critérios para aquisição de nacionalidade brasileira por meio da naturalização; promove a integração cultural, reconhecendo a diversidade e o enriquecimento proporcionado pelos migrantes e enfatiza a cooperação internacional para enfrentar desafios migratórios globais.

Com base nessa descrição histórica, podemos identificar as transformações na abordagem do migrante no contexto nacional, destacando as motivações e interesses do Estado que impactam diretamente no direito de migrar e na tratativa dispensada ao migrante residente no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo ofereceu uma explicação complementar sobre a dicotomia entre o direito natural e o direito positivo, evidenciando que o conflito entre a justiça inerente à condição humana e as leis internas estabelecidas pelos diferentes Estados apresenta-se como um dos maiores desafios ao direito de migrar. Assim, estabelece-se

28

L13445. ([s.d.]). Recuperado 15 de novembro de 2024, de <https://encurtador.com.br/1a4jx>.

a política de fronteiras o exemplo mais didático para ilustrar o poder da soberania dos Estados e a implementação de uma política que legaliza o direito de excluir.

Neste vértice, o direito de migrar vem ganhando notoriedade global a partir das discussões no campo da filosofia da migração e do direito internacional, o que pode alertar para a mudança de concepção dos Estados sobre o tema e as devidas alterações normativas de proteção ao migrante internacional.

No cenário brasileiro, ao examinarmos a trajetória histórica, constatamos que, ao longo de mais de cinco séculos, o direito positivo e as determinações estatais predominaram, suprimindo, assim, a liberdade de migrar. Nesta esteira somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que passamos a avançar com as discussões sobre o tema, e, em consonância com as principais Leis e Tratados Internacionais, no ano de 2017 foi promulgada a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017).

Na mencionada legislação, observa-se o progresso e o reconhecimento da proteção ao migrante no âmbito nacional. Contudo, ainda há uma carência de estudos acerca de sua eficácia no contexto prático social. Portanto, pode-se concluir que este estudo evidencia que a tensão entre o Estado e o migrante internacional é manifesta, ressaltando que o direito de migrar está submetido aos interesses e políticas estatais e que a migração, como um fenômeno social, apresenta um elevado grau de complexidade e emerge como um desafio multidimensional, instigando reflexões profundas e urgentes para a criação de efetivos mecanismos de proteção voltados ao migrante internacional e ao direito de migrar.

10

*Ana Paula Gonçalves Pita
Roseli Rosalino Dias da Silva Angelino*

GÊNERO, NARRATIVAS E VIVÊNCIAS MIGRANTES ANTICOLONIAIS

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-340-0.10

SITUANDO CONCEITOS E PENSAMENTOS

Ao iniciar um projeto em nossas vidas sempre colocamos variadas expectativas e nos envolvemos com essas empreitadas em busca do alcance dos objetivos esperados. A matrícula na disciplina *Educação e Saúde do Migrante: perspectiva anticolonial* foi, para cada uma das autoras, motivada por diferentes aspectos (acadêmico, profissional e pessoal). De acordo com a ementa, a disciplina tem como objetivo:

Pensar, a partir dos campos da Educação e da Saúde, em um movimento filosófico da migração, que implicaria abrir mão de desenhos de soluções simplistas para o fluxo de pessoas em situação de vulnerabilidade na contemporaneidade e que os impede de atuarem como sujeitos protagonistas contemplados por uma ética migratória fundada na justiça e inclusão social. Para tanto, é igualmente necessário entender as bases históricas do processo colonizador, o subsequente colonialismo e sua relação simbiótica com o patriarcado e o capitalismo, que promovem e, ao mesmo tempo, recriam com veemência a errância, além de aliar essa compreensão ao pensamento decolonial sem deixar de avançar a uma plataforma anticolonial.

As experiências que nos atravessaram foram além das expectativas, perspectivas e motivações, uma vez que mudaram nosso fluxo e nossa forma de pensar, pois deu sentido ao que somos e ao que nos acontece, modificando “o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos” (p. 21)¹.

Essa relação entre experiências e mundo, entre corpo e alma, entre osso e medula, entre interno e externo ensinou-nos sobre as condições humanas e nossa visão dessas condições mantendo um

1 Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Bras. de Educação*, 19, 20-28. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003...>

movimento entre pensar, refletir e estar no mundo. Assim sendo, compreendemos o ensaio como forma de escrita e reflexões profundas e verdadeiras do nosso eu, saindo alguns momentos da pesquisa científica e acadêmica, pois “no ensaio a orientação é dada não pela busca das respostas e afirmações verdadeiras, mas pelas perguntas que orientam os sujeitos para as reflexões mais profundas” (p. 321)². Para Polatto³, ensaio é uma forma de escrita proporcionalmente ordenada entre “interno e externo, como uma melhor maneira de lidar com a inescapável condição humana” (p. 24).

Compreendemos que nossas narrativas podem oferecer uma base para explorar as maneiras ordenadas que podemos pensar sobre condições humanas lidando com nosso interno-externo pelas quais o presente é concebido e o futuro é visto. Assim, traremos nossas narrativas, pois entendemos como Bolívar, Domingo e Fernández⁴ os quais definem “narrar” como as relações das pessoas com os outros e consigo mesmo sendo um modo básico de pensar e de organizar o conhecimento e a realidade. Além do mais, nós, as autoras do presente estudo, ao narrarem essas experiências com as discussões e os conteúdos trabalhados, foram transformadas nas dimensões intuitiva, pessoal, profissional, social e política sobre migrante, colonialidade, decolonialidade, refugiados e mulheres. Narrar sobre algo que nos aconteceu ou nos passou gera experiência e compreendemos “experiência” como o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca⁵.

- 2 Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 320-332. DOI <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>.
- 3 Polatto, D. M. (2018). *A útil forma de os ensaios de Michel de Montaigne*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- 4 Bolívar, A., Domingo, J., & Fernández, M. (2001). *La investigación biográfico-narrativa en educación: Enfoque y metodología*. La Muralla.
- 5 Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Bras. de Educação*, 19, 20-28. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>.

Assim, quando nos foi proposto pensar sobre um possível capítulo de livro, ao término da disciplina *Educação e Saúde do Migrante* na qual estavam presentes *médicas, enfermeiras, psicólogas, terapeutas ocupacionais e professoras*, decidimos realizar uma escrita sobre como as leituras e as discussões do grupo nos alavancou para uma postura ainda mais humanizada às questões dos migrantes e dos refugiados e, em especial, das mulheres nestas condições e, ainda, nosso papel como mulher, mãe, professora, amiga, filha nessa sociedade ainda preconceituosa na contramão de uma igualdade de direitos.

Mas o leitor deve estar se perguntando: havia somente mulheres neste curso? A resposta é: não. Porém, indicamos todas as profissões no feminino para causar estranheza e iniciarmos reflexões. Sabemos que é difícil se desvencilhar de algumas amarras de uma sociedade patriarcal, pois desde muito cedo já nos é imposto o gênero masculino para as tratativas gerais. Para Gonçalves⁶, o patriarcado colabora com a forma de organização das relações sociais impedindo o fim das desigualdades e, nesse sentido, pretendemos levantar questões norteadoras baseadas em opiniões, vivências e narrativas amparadas por literaturas as quais tivemos acesso no decorrer do curso.

Nesse viés, tratamos neste ensaio, sobre subjetividades e experiências que nos aconteceram durante e após a disciplina e que, de certo modo, paramos para observar em nosso dia a dia, mas não somente uma parada para olhar os acontecimentos e, sim uma pausa em nossa rotina, um olhar crítico e reflexivo em moradores de rua, em mulheres subjugadas, no trabalho das pessoas, nos migrantes, nas pessoas de outros grupos ou subgrupos. Portanto, nosso objetivo principal é trazer entrelaçamentos entre os conhecimentos suscitados na disciplina e os imbricamentos em nossos cotidianos como enquanto representantes de gênero: mulheres, mães, filhas, irmãs, amigas, professoras, pesquisadoras e, especialmente, migrantes e/ou descendentes de migrantes.

O olhar e a escuta ativa durante a disciplina nos fez sentir as dores e as angústias e nos tocou, transpassou-nos e nos colocou no lugar da experiência da forma descrita por Bondía⁷. O autor dispõe que antes que a experiência nos aconteça, precede um gesto de interrupção no sentido de:

[...] parar para pensar; para olhar; parar para escutar; para pensar mais devagar; olhar mais devagar e escutar mais devagar; parar para sentir, para sentir mais devagar; demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar, ter paciência e dar-se tempo e espaço (p. 24).

Diante do exposto, discutimos nossa transposição de visão ingênua para visão crítica sobre práticas e conceitos dentro dos seguintes temas:

- **gênero**, não identidade de gênero, pois entendemos como Gonçalves⁸ gênero não é uma “identidade”, mas uma “posição social e atributo das estruturas sociais;
- **migração**, deslocamento de pessoas do seu local habitual de residência, dentro de um país ou cruzando uma fronteira internacional, temporária ou permanentemente, por várias razões⁹;
- **mulheres**, que de acordo com Dantas e Brito (*op. cit.*) são quase metade da população migrante no mundo;

7 Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Bras. de Educação*, 19, 20-28. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>.

8 Gonçalves, R. (2014). Prefácio. In L. F. Miguel & F. Biroli (2014). *Feminismo e política: Uma introdução*. Boitempo.

9 Dantas, S. (2022). Introdução. In S. D. Dantas, C. L. A. Santana & M. Zaia (Org.). (2022). *Guia em saúde mental e atenção psicossocial para população migrante e refugiada no Brasil*. OIM.

- **pensamento decolonial**, o qual sugere “uma tomada de posição a favor da identificação, visibilização, transgressão e reconstrução por meio de alternativas locais da lógica colonial agora expressa pelas colonialidades” (p. 53)¹⁰.

Na próxima seção, iniciamos discussões com nossas narrativas a respeito de gênero e de qual forma a disciplina, já referida, trouxe experiências em nossas atividades laborais, além de trazer reflexões sobre vivências pessoais que ampliaram nossa visão de mundo a respeito do assunto.

EXPERIÊNCIAS E MUNDO: GÊNERO

Nesta seção, nossas narrativas se direcionam para as questões de gênero que foram discutidas na disciplina *Educação e Saúde Migrante em Perspectiva Anticolonial* e, ainda, leituras que orientaram essas discussões fomentando o pensamento crítico sobre o assunto.

Uma das leituras orientadas e discutidas foi *Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI* de autoria de Domenico Losurdo, a qual trouxe contribuições para nossa postura anticolonial perante as questões de gênero e as formas positivas que este movimento se enquadra dentro do anticolonialismo.

Assim, pensando questões de gênero como movimento de classe, após a leitura crítica da obra citada, passamos a compreender que o marxismo e o comunismo estão imbricados e compõem ideias para um real entendimento sobre o feminismo e os preconceitos que envolve temáticas ligadas à gênero.

10

Sá, R. L. (2021). Ética, decolonialidade e migração à luz do pensamento freireano. *Revista Práxis Educacional*, 17(47), 44-65. DOI <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i47.8739>.

Não devemos nos deixar enganar por certos trocadilhos. Se nós hoje, por exemplo, insistimos no fato de que a condição feminina tem sua própria peculiaridade – no sentido de que as mulheres, além da exploração que caracteriza a sociedade capitalista burguesa como um todo, também são forçadas a sofrer opressão de gênero –, não é por isso que nós devemos renegar o universalismo. Não. Digamos que é preciso entender as diferentes configurações da opressão, de classe, de gênero, dos povos. Compreender também as diferentes configurações de opressão feminina. Nosso universalismo não pode ser aquele que, exaltando a universalidade, depois esquece as formas concretas que a opressão e a humilhação da universalidade podem assumir. O movimento feminista, cuja importância e relevância devemos sublinhar, não pode ser entendido sem a contribuição do marxismo e do comunismo (p. 200)¹¹.

Esse esclarecimento sobre a condição feminina e a universalização deste movimento sem entender suas peculiaridades é libertador no sentido de que cada mulher dentro de seu contexto, raça, cor, opção sexual, sofrem de maneiras diversas. E, sim, universalizar essa discriminação é desdenhar de tantas mulheres que sofrem agressões e preconceitos dentro de seus contextos.

Em uma das comunicações realizadas no decorrer da disciplina por uma das autoras deste ensaio foi explanado e discutido sobre *A democracia como superação de três grandes discriminações* (*op. cit.*), emergindo um pensamento crítico sobre a necessidade de superação de três grandes áreas de preconceito, sendo uma delas o preconceito de gênero conforme figura abaixo.

11

Losurdo, D. (2020). *Colonialismo e luta anticolonial*. Boitempo.

Figura 1 - Democracia e discriminações

A democracia como superação de três grandes discriminações

A democracia, assim como hoje a entendemos, pressupõe o sufrágio universal: independentemente do sexo (ou gênero), da riqueza e da raça, cada indivíduo deve ser reconhecido como titular de direitos políticos, do direito eleitoral ativo e passivo, do direito de votar nos seus próprios representantes e de ser eventualmente eleito nos organismos representativos.

Fonte: Autoras.

A apresentação sobre a obra *Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI* pôde esclarecer sobre como o capitalismo é uma forma de opressão e aprofundamento das diversas formas de discriminação. Essa leitura crítica e reflexiva serviu para catalisar um novo pensamento como podemos verificar na narrativa da autora Ana Paula:

Como professora, ainda podemos ver e sentir nas escolas, nas universidades, nas atividades laborais, enfim, no cotidiano que há uma inferiorização de subgrupos por terem ausência de características impostas pelo capitalismo regido pelas redes sociais ou por não estarem enquadradas nas formas ditadoras deste capitalismo. As mulheres são vítimas dessa opressão por ainda serem vistas como inferiores ou submissas aos homens.

A figura 2, parte da apresentação da autora, espelha o que muitas vezes fica encoberto sobre um olhar ingênuo.

Figura 2 - Democratização

Um incompleto processo de democratização

As três discriminações estão hoje completamente desaparecidas?

É evidente que, arrogando-se o direito de declarar superada a soberania de outros Estados, os países ocidentais se atribuem uma soberania dilatada e imperial, a ser exercida além do próprio território nacional, enquanto, para os países por eles tomados como alvo, o princípio da soberania estatal é declarado superado ou destituído de valor.

Sob uma nova forma, reproduz-se a dicotomia (nações eleitas e realmente providas de soberania versus povos indignos de se constituírem em Estado nacional autônomo) que é própria do imperialismo e do colonialismo.

Estamos bem longe da democracia!

Fonte: Autoras.

Alguns assuntos tratados durante os encontros virtuais e no emergir das leituras já eram sabidos, mas o debruçar, discutir e pensar sobre esses temas traz reflexões, conforme figura 3, sobre nossas vivências e experiências, pois nos atravessa e toca em saberes e fatos que estão no dia a dia do trabalho e na convivência com as pessoas.

Figura 3 - Reflexões

E hoje...minhas reflexões

- Ainda há um pensamento colonial com forte tendência ao capitalismo e **não existe colonialismo sem capitalismo.**
- O capitalismo constantemente se atualiza e se disfarsa.
- Há expressão de formas bárbaras de racismo diretamente proporcional à configuração mundial, territorial...
- A leitura aligeirada da quarta parte e de alguns trechos do livro me fez refletir sobre a existência da questão colonial para fazer um balanço histórico do século XX e a luta na atualidade.
- Ainda podemos ver e sentir que há uma inferiorização de povos, grupos ou subgrupos por terem ausência de características impostas ou por não estarem enquadradas nas formas mais opressoras do capitalismo.
- Liberdade-Direitos Humanos-Democracia-Respeito. (((Desafios da revolução no século XXI)))

Fonte: Autoras.

Para Ana Paula, responsável pela apresentação da quarta parte desta obra:

Após essa leitura, houve um deslocamento da minha visão, um deslocamento do meu ser. Sai de um pensamento ingênuo sobre o colonialismo, o capitalismo e a importância de fazermos um balanço histórico destas questões para não sermos retificadores de um processo que continua e que devemos compreender que continuamos em uma guerra contra qualquer tipo de discriminação.

As leituras viabilizaram o entendimento da realidade que cerca as pessoas e que, de certa forma, dominam nosso ser. Por esse motivo, é importante se transportar da consciência ingênua para a consciência crítica. Para Freire,¹² esse trânsito da ingenuidade para uma postura crítica é a autonomia emancipadora e libertadora, uma vez que as pessoas criticamente conscientes não são manipuladas e ou alienadas.

[...] distinção entre sexo e gênero, que se tornou central para o feminismo, com o primeiro termo se referindo ao fenômeno biológico e o segundo, à construção social. O par sexo/gênero codifica o “não se nasce mulher, torna-se mulher” de Simone de Beauvoir: o que aceitamos como “a feminilidade” não é a expressão de uma natureza, mas o resultado do trabalho de pressões, constrangimentos e expectativas sociais. Para citar uma formulação que se tornou canônica, o gênero “é a organização social da diferença sexual”, o que não significa que reflita algo fixo; ao contrário, “gênero é o conhecimento que estabelece sentidos para as diferenças físicas”¹³.

Ao ensaiar sobre nossas vivências, transitei por minhas memórias plurais constituindo junto com as discussões da disciplina analogias entre as leituras, as vivências e outros estudos/leituras realizadas no decorrer do semestre. Escrever sobre o que nos acontece

12 Freire, P. (1979). *Conscientização: Teoria e prática da libertação*. Cortez & Moraes.

13 Gonçalves, R. (2014). Prefácio. In L. F. Miguel & F. Biroli (2014), *Feminismo e política: Uma introdução*. Boitempo.

me faz reviver algumas conversas com colega ao longo do ano letivo, conversa essa geminada principalmente pela disciplina em questão. Nesse contexto, importa entender o fenômeno histórico de imposição de padrões de gênero e sexualidade de modo intercultural¹⁴.

Como professora de Educação Infantil, experienciar essa transformação me fez perceber a possibilidade de agir sobre elas abrindo os olhos e os ouvidos, concedendo tempo e espaço para cultivar a arte do encontro a fim de entender mais sobre o tema, ampliando a percepção sobre mim e o outro. Encorajada por uma postura de atenção e delicadeza de quem singelamente compartilhou comigo suas histórias, seus saberes. Algumas vezes calei querendo perguntar. Mas, a voz acolhedora se manifestava:

Pergunte.

Eu dizia: receio ser descortês (calava novamente).

Um silêncio, um sorriso, um olhar cordial, uma voz:

Se você pergunta é porque se importa.

Se você se importa então, pergunte.

Pergunte do seu jeito.

Luz, é desse modo carinhoso que vou me reportar a pessoa que compartilhou algumas vivências e saberes, que por não corresponder às expectativas sociais enfrentou pressões e ainda as encara em diferentes configurações (Roseli).

Sentimos esse processo de inferiorização de subgrupos segregados por terem ausência de características impostas pela sociedade. Fica em nossos corações que precisamos suplantar o pensamento ingênuo, sabendo que ainda estamos em guerra contra qualquer tipo de discriminação.

14

Dantas, S., & Brito, G. (2022) Gênero e migração. In S. D. Dantas, C. L. A. Santana & M. Zaia (Orgs). *Guia em saúde mental e atenção psicossocial para população migrante e refugiada no Brasil*. OIM.

Auscultando as narrativas e diante dessas vivências ocasionalmente nos percebemos suspendendo a opinião, pensando bem devagar para sentir mais devagar e aprender com lentidão a experiência que nos atravessava modificando o modo de ser, agir e pensar diante do outro e do mundo como Bondía¹⁵ nos faz meditar. Na próxima seção, tratamos sobre abordagens vivenciadas sobre migração provocadas a partir das leituras realizadas na disciplina.

CORPO E ALMA: MIGRAÇÃO

Ao pensarmos na migração (figura 4), lembramos dos nossos antepassados e o quanto sofreram migrando e tentando erguer um novo lar em uma nova terra. São tantos fatores e inconvenientes que viveram em busca de um novo lugar para criar os filhos e tentando conduzir a família em um multiculturalismo ou transculturamento para bem conviver no novo lugar. Essas reflexões reverberaram o tempo todo durante o desenvolvimento da disciplina justificando algumas ações de nossos antepassados.

Eu fiquei curiosa e fui buscar as origens de minha família, que por parte de pai vieram de Portugal e acabei descobrindo que eram de Ponta del Sol, distrito da Ilha da Madeira e, do lado materno, vieram de Paraty, cidade do Rio de Janeiro, e que meu bisavô era um pequeno japonês. Nunca tinha parado para pensar sobre as condições de meus antepassados e o quanto sofreram ao saírem de suas casas distanciando-se da família e dos amigos. Não deve ter sido fácil! E nessa busca por um novo lugar para criar e educar seus filhos como ficaram as mulheres? Fico pensando nisso... (Ana Paula).

15

Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Bras. de Educação*, 19, 20-28. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>.

Figura 4 - Apresentação dos Estudantes

22. Nem êxodo, nem deportação, nem tráfico de seres humanos



- Antes de se interrogar sobre o significado de migrar, é necessário antes de tudo enfatizar quão redutora é a equivalência com a fuga, até mesmo com o êxodo.
- Ainda mais grave é recorrer à ignóbil formulação “tráfico de seres humanos”.
 - Trata-se de um alibi cômodo para negar quaisquer responsabilidades, ou fugir delas.
 - Isso permite chamar a política de exclusão, de guerra aos traficantes.

Fonte: Carlos Faustino e Cristiano Rodineli.

Como mencionado pela narrativa anterior, nosso grande questionamento sobre a migração concentrou-se em: como ficariam as mulheres nesse contexto para criar seus filhos, para começar um novo lar, para ser submissa? Para Assis¹⁶, os pesquisadores sobre a temática migratória, não davam visibilidade à participação de mulheres, essas eram vistas como acompanhantes ou seguidoras dos homens. No presente, mais precisamente nas últimas décadas, a migração está cada vez mais feminina dado que quase metade da população migrante no mundo é composta por mulheres.

A árvore genealogia era uma curiosidade latente, não sei bem explicar o porquê, mas aposto minhas fichas que concatena da história de minha mãe, mulher, nordestina, migrante sozinha que ao bater em retirada em busca de um lugar melhor para viver, chegou em Santos-SP, perdeu totalmente o contato com a família (irmãos).

16

apud Dantas, S., & Brito, G. (2022) Gênero e migração. In S. D. Dantas, C. L. A. Santana & M. Zaia (Orgs). *Guia em saúde mental e atenção psicossocial para população migrante e refugiada no Brasil*. OIM.

Em minha infância vivenciei inúmeras tentativas de contato sem êxito, como se todos tivessem sumido do mapa. Apesar de ser criança, sentia a frustração de minha mãe, ela não falava sobre o elo perdido, uma interrupção em sua história de vida. No decorrer da disciplina, o desejo de ir em busca do elo perdido reacendeu. Sim, o elo também é meu, sempre foi! Dei continuidade utilizando um programa mais atual, me deparei com as dificuldades de recolher informações, pausei novamente, um trabalho complexo. Penso agora, como foi difícil para minha mãe em uma época que não havia o aparato tecnológico de hoje, não sei se fatos como estes entram nas estatísticas, reflexiono quantos migrantes do passado e do presente passam pelo mesmo desconsolo e as consequências emocionais que advêm (Roseli).

Atualmente, de acordo com o United Nations General Assembly (p. 61)¹⁷, dos 272 milhões de migrantes internacionais, 47,79% são mulheres que migram sozinhas e por diversos motivos, mas um deles é destacado pelo como mais comum pelo relatório em questão: questões de gênero e orientação sexual.

Entendemos que as mulheres buscam por uma libertação do subjugamento ou da imposição da submissão. Como mulheres, passamos a compreender que não é uma libertação dos afazeres ou das obrigações que uma mulher leva no âmago do ser, mas o desvencilhamento do subjugamento.

Nesse sentido, um outro olhar passamos a ter para as mulheres transgêneras que sofrem ainda mais como mulheres por conta de todos os preconceitos e por serem transgênero. No Brasil, um levantamento realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para refugiados junto ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) aponta que

17

apud Dantas, S., & Brito, G. (2022) Gênero e migração. In S. D. Dantas, C. L. A. Santana & M. Zaia (Orgs). *Guia em saúde mental e atenção psicossocial para população migrante e refugiada no Brasil*. OIM.

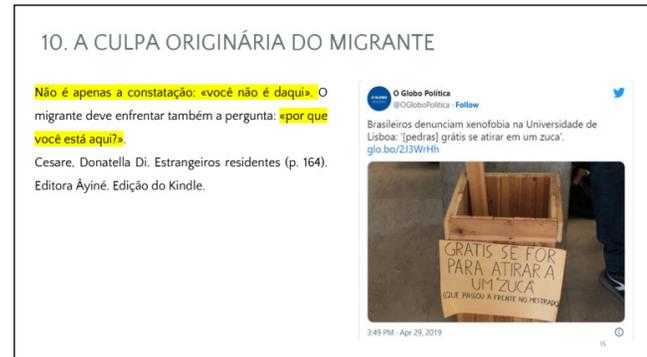
de 2010 a 2018, houve 369 solicitações de refúgio por parte de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo (LGBTQIA+), motivadas por temor de perseguição relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero (ACNUR, s.d.) (*op. cit.*, p. 61).

Perante essa realidade, Ávila¹⁸ nos oferece a visão de Di Cesare, prevenindo a respeito dessa nova comunidade que pode se tornar negadora das diferenças em proveito da construção do senso de pertencimento dos “Estrangeiros Residentes”.

Além dessas conjecturas sobre ser mulher nos dias de hoje que abarca a sobrecarga de cuidar da casa, da família, dos filhos, dos pais e do trabalho, a mulher se vê assumindo responsabilidades e culpabilidade se alguma falha acontecer nesses diversos vetores.

Ainda, dialogamos muito sobre as condições dos migrantes brasileiros que enfrentam as barreiras e os preconceitos de estarem buscando condições melhores para viver com respeito e se deparam com violências como as da figura/apresentação dos estudantes da disciplina. Nesse encaminhamento, o slide seguinte, apresentado em uma aula da disciplina, traz um caixote (figura 5) disponibilizado em uma universidade de Portugal com a seguinte frase: “Grátis se for para atirar em um brazuca”, brazuca é o termo utilizado para se referir aos brasileiros.

Figura 5 - Apresentação dos Estudantes



Fonte: Matriculados na disciplina.

Para finalizar essa seção, também refletimos sobre o senso de pertencimento, ou seja, a culpa originária do migrante nos reportou a uma realidade que coexiste em alguns ambientes de trabalho, em nosso caso as escolas, que de certa forma fazem as pessoas migrarem de uma para outra escola, por vezes em comunidades diferentes, é a hospitalidade derridiana que, como esclarece Sá¹⁹, se trata de uma hospitalidade condicionada que contribui para a manutenção da submissão por "não se encaixar na lógica do pensamento dualista ocidental que polariza o mundo entre razão e emoção, superior e inferior" desconsiderando a voz que destoa tentando silenciá-la (p. 7). Neste trecho, já adianto as contemplações de D' Ambrósio²⁰, parece que alguns seres podem ser considerados inúteis, ameaçadores, perigosos. Então, fora com eles!

19 Sá, R. L. (2023). Dall'Etica della cura all'Ospitalità incondizionata: Per una filosofia della migrazione. *Rivista Pedagogia più Didattica*, 9(1), aprile, 4-21. DOI <https://doi.org/doi:10.14605/PD912301>.

20 D'Ambrosio, U. (1997). *Transdisciplinaridade*. Palas Athena.

JUNTAS E MEDULA: SER MULHER

Como é difícil separar juntas e medula. Na Sagrada Bíblia, encontramos no livro de Hebreus "...a palavra de Deus é viva e eficaz, e mais afiada que qualquer espada de dois gumes; ela penetra até o ponto de dividir alma e espírito, juntas e medulas". Nessa referência bíblica, entendemos o quão difícil é separar juntas e medula e é dessa forma que podemos perceber como é difícil, também, separar ser mulher de subjetividades e de sub julgamentos.

É difícil se libertar de uma criação machista. Fui educada a esperar o marido com a janta feita e as crianças asseadas. Era assim que minha mãe nos ensinava! Éramos seis irmãos, duas meninas e somente as meninas tinham a função de ajudar na organização da casa e na cozinha. Os meninos podiam assistir TV e jogar bola. Eu gostava de empinar pipa, mas não era permitido pelos meus irmãos. Esse jugo de ser mulher já começou em casa, na família. Sempre quis empinar pipa, brincar de correr, subir nos muros e nas árvores. Eu queria dirigir e sabia que tudo isso não influenciaria na minha feminilidade. (Ana Paula).

Nossas experiências como mulheres são pintadas de cores mais fortes, pois carregamos um fardo de sermos subjugadas e culpadas se algo não der certo com a família, com a casa, com os filhos, com os pais, no trânsito, na escola, na feminilidade.

Nas escolas que trabalhei sempre escutei: vou chamar a mãe para conversar. Se algo estivesse errado com a criança a culpa era da mãe. Ninguém quer saber se a mãe trabalha o dia todo, se está doente... Sempre a culpa é da mãe. Se tudo está certo o mesmo não se menciona, são méritos da boa família que a criança tem! (Ana Paula).

Para Dantas e Brito²¹, no Brasil já foram superados alguns preconceitos como estudar e dirigir:

É bastante ilustrativo pensarmos nas mudanças em relação ao que se espera das mulheres ou o que se permite a elas em diferentes culturas e épocas. Se algumas décadas atrás, no Brasil, as mulheres eram proibidas de estudar, atualmente isso é muito comum e até esperado. Guiar um automóvel também é algo comum para as mulheres brasileiras de hoje, mas na Arábia Saudita esse direito só foi conquistado em 2017 (Reuters, 2019) Nascemos diferentes biologicamente, mas às diferenças biológicas são atreladas ideias do que caracteriza cada sexo (p. 61).

Mas ainda no Brasil acreditamos que ainda temos muito o que dialogar com mulheres e nos posicionar como suas defensoras.

Pude pensar que na minha cidade, São Vicente, há muito tempo não vejo na Câmara de Vereadores uma mulher para me representar. Não há uma representatividade feminina. Segundo IBGE, 51,98% da população vicentina são mulheres! Diante desse dado como nós, mulheres não temos uma representatividade e, além disso, houve a descoberta que nas últimas eleições, em um certo partido político, fraudou violação à cota de gênero (figura 6). E fico me perguntando como pode essas mulheres terem se submetido a isso! (Ana Paula).

21

Dantas, S., & Brito, G. (2022) Gênero e migração. In S. D. Dantas, C. L. A. Santana & M. Zaia (Orgs). *Guia em saúde mental e atenção psicossocial para população migrante e refugiada no Brasil*. OIM.

Figura 6 - Representatividade



Fonte: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2023/06/02/>.

Entendemos ser imprescindível que haja uma representatividade feminina no legislativo, pois somente nessa posição se entende as necessidades de uma mulher estando no mesmo universo, trazendo pautas de acordo com situações ocorridas na cidade. Assim, inscreve-se um caminho mais eficaz para prevenir violência doméstica, orientando mulheres, pensando em abrigos, refletindo sobre uma delegacia para mulheres acolhedoras. Para os autores Dantas e Brito²²,

a violência doméstica é, muitas vezes, silenciada em função não apenas da pressão social sobre a mulher para que não desfaça a família e do sentimento de culpa que a acompanha, mas também medo de represálias (p. 61).

A disciplina nos fez refletir sobre essas condições das mulheres na sociedade e as formas de luta dessa classe de gênero. Como a sociedade capitalista exige das mulheres uma padronização e um

22

Dantas, S., & Brito, G. (2022) Gênero e migração. In S. D. Dantas, C. L. A. Santana & M. Zaia (Orgs). *Guia em saúde mental e atenção psicossocial para população migrante e refugiada no Brasil*. OIM.

tipo de beleza que, por vezes, nós, mulheres, não queremos pertencer, carregar essa culpa por ser mulher e toda represália não é tarefa fácil para um ser denominado frágil.

Recordei-se de uma literatura que li um tempo atrás, *Ciranda da Mulheres Sábias* da escritora Clarissa Pinkola Estés, na qual a autora compara a mulher com uma árvore que possui por baixo da terra uma versão primeva de si, ou seja, a árvore abriga uma árvore oculta feita de raízes vitais e nutridas por águas invisíveis.

Hoje, parafraseando Paulo Freire compreendemos que nosso espaço na sociedade é um texto para ser constantemente “lido, ‘interpretado’, ‘escrito’ e ‘reescrito’” (p. 97)²³.

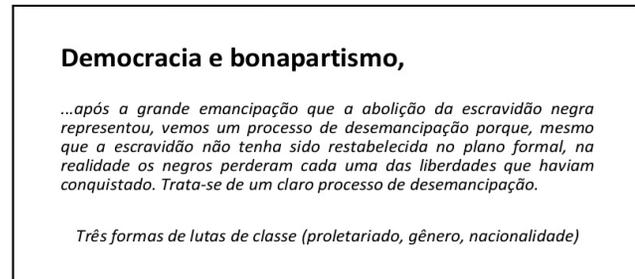
Os chamados papéis tradicionais ou conservadores em culturas patriarcais supõem que a função significativa da mulher está vinculada ao cuidado da casa e dos filhos e ao espaço privado, enquanto cabe ao homem prover financeiramente a família e estar presente no espaço público. Às diferentes esferas dos papéis conservadores estão relacionadas características e traços de personalidade: ao homem é associada racionalidade, independência, individualidade, autoconfiança, agressividade, lógica, assertividade e dominação. À mulher, emotividade, dependência, cuidado do outro, intuição, expressividade e submissão. Dois temas básicos são centrais à ideologia conservadora em relação aos papéis de gênero: a divisão de tarefas, na qual as atividades domésticas, como cozinhar, limpar a casa, lavar roupa e louça, e cuidar dos filhos e idosos, são atribuídas às mulheres e consideradas de menor valor; e o domínio masculino, comumente refletido na crença de que o marido é o “cabeça”, o chefe da família, que deve liderar as decisões (p. 61)²⁴.

23 Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.

24 Dantas, S., & Brito, G. (2022) Gênero e migração. In S. D. Dantas, C. L. A. Santana & M. Zaia (Orgs). *Guia em saúde mental e atenção psicossocial para população migrante e refugiada no Brasil*. OIM.

A seguir outro slide de apresentação de uma das autoras (figura 6) que traz um momento de reflexão provocado a partir das leituras realizadas.

Figura 6 - Slide de apresentação



Fonte: Autoras.

Pudemos entender durante a disciplina qual o nosso papel como mulher lutadora por menos discriminação e mais respeito diante de um cenário colonizado e patriarcal: no combate por meio de estratégias diferentes e diversas aos arroubos arcaicos e conservadoras do *status quo* de qualquer preconceito ou dominação²⁵.

Sempre acreditamos na luta contra os preconceitos e contra qualquer forma de opressão e nessa perspectiva da Educação Crítica que buscamos ensinar e aprender nas unidades escolares as quais passamos. No entanto, após reflexões nas literaturas lidas e discutidas na disciplina, essa postura ficou ainda mais latente em nossos corações. Como mencionado por Rivera Cusicanqui (*op. cit.*) temos que derrotar os que insistem em preservar o passado, colocando por terra os privilégios ilícitos e, assim, revertendo o colonialismo.

25

Rivera Cusicanqui, S. (2010). *Ch'ixinakax utxiwa: Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Tinta Limón.

INTERNO E EXTERNO: PENSAMENTO ANTICOLONIAL

Antes que a experiência nos aconteça, o impacto, inquietação, o afastamento do pensamento ingênuo e o gesto de interrupção é crucial para, como Bondía²⁶ expõe, abrir os olhos e os ouvidos e parar para pensar suspendendo a opinião cultivando a atenção e a delicadeza com o desejo de entender o que nos acontece.

Um sentimento crescente que tem dominado o comportamento humano é de que umas pessoas podem ter mais valor que as outras, daí o moderno comportamento social e ambiental tem sua origem²⁷. Em suas reflexões D' Ambrosio (*op. cit.*, p. 45) observa:

É frequente, na sociedade dos homens, a aceitação de que algumas formas de vida têm menos valor que outras, são consideradas não somente inúteis mas em alguns casos ameaçadoras. Algumas espécies são perigosas. Então, fora com elas! Na mesma linha alguns exemplares de uma dada espécie são menos produtivos, nos dão menos benefícios do que os desejados. Então, fora com eles! Alguns, na verdade, nos aborrecem, como os pernilongos no meio da noite. Então, fora com eles!

Não mais ignoramos a nossa própria ignorância. Entendemos que o modo singular de ser e de estar no mundo implica o reconhecimento do outro, suscitando o desenvolvimento de uma ética consoante com D'Ambrósio (*op. cit.*) e Sá²⁸ considerando estar no mundo, com a humanidade e pela humanidade. No íntimo do pensamento Freire e Levinas proferido por Sá (*op. cit.*), sendo gente mais

26 Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Bras. de Educação*, 19, 20-28. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>.

27 D'Ambrosio, U. (1997). *Transdisciplinaridade*. Palas Athena.

28 Sá, R. L. (2021). Ética, decolonialidade e migração à luz do pensamento freireano. *Revista Práxis Educacional*, 17(47), 44-65. DOI <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i47.8739>.

gente em busca de extrapolar a relação de alteridade na direção de sentir-se responsável pelo outro, distendendo a percepção de si e do universo do qual fazemos parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Participar da disciplina “Educação e Saúde Migrante em Perspectiva Anticolonial” nos fez refletir sobre nossa situação como mulher na sociedade, como migrante em algumas situações e nos migrantes que encontramos em nosso país/cidade. Ademais, atesta ainda mais que “Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra” (p. 77)²⁹. Como mulheres, acreditamos no equilíbrio da sociedade, uma sociedade mais justa, mais igualitária e menos preconceituosa.

Como professoras, tentamos levar para os/as estudantes que vivemos em um mundo capitalista, patriarcal e que devemos nos desvencilhar dos preconceitos impostos nele com luta por direitos, seja do proletariado, seja por gênero ou por classe. Uma luta contra o colonialismo e capitalismo que escraviza e traz privilégios aos mais favorecidos.

Como pesquisadoras no contexto da educação estatística, direcionamos nossos estudos a levar compreensão aos participantes da pesquisa o quão libertador é o letramento estatístico, pois, por meio deste, não nos deixamos enganar por números, tabelas e gráficos mal intencionados.

Como cidadãs, passaremos a olhar com outros olhos e sermos ainda mais vigilantes na luta a favor dos direitos das mulheres e dos menos privilegiados. Essa posição traz reflexões sobre em quais

29

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.

mãos está o legislativo de nossas cidades/residentes, haja vista que temos o dever de pensar e cuidar nossos e nossas estudantes a refletir criticamente sobre quem propõem leis para nós mulheres e que leis são essas. Para Gonçalves³⁰, a “organização social explica por que as mulheres continuam à margem da política e, numa relação de causa e efeito, são percebidas como menos cidadãs”.

Já como migrantes e nosso olhar para os migrantes será sempre de acolhimento e de fraternidade, pois passamos a nos colocar no lugar dessas pessoas que estão em busca de uma oportunidade para si e para sua família e que sofrem por estarem longe de seus amigos, sua parentela e sua cultura.

Participar desta disciplina nos fez perceber que estamos no mundo com o mundo, antes pensávamos de forma superficial sobre os assuntos discutidos e estudados, estávamos de forma ingênua acomodadas e em conformidade com a realidade vivida por algumas pessoas. Pudemos perceber que a consciência ingênua prejudica o pensar criticamente. Ao término dos encontros, entendemos que saímos deste pensamento superficial e pobre sobre os temas e, ainda, que podemos colaborar para a transformação das nossas realidades, pois o sistema não é estático.

Não estamos no mundo de forma neutra, não somos mais manipuladas pelo complexo sistema que nos é apresentado e nem somos mais escravas ou alienadas a este sistema que se apresenta complexo. Estamos libertas!

11

*Rubens Lacerda de Sá
Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos*

**REFLEXÕES SOBRE A
MIGRAÇÃO NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-340-0.11

PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

O estrangeiro é, antes de tudo, estranho à língua do direito na qual está formulado o dever de hospitalidade, o direito ao asilo, seus limites, suas normas, sua polícia etc. Ele deve pedir a hospitalidade numa língua que, por definição não é a sua, aquela imposta pelo dono da casa, o hospedeiro, o rei, o senhor, o poder, a nação, o Estado, o pai etc. Estes lhe impõem a tradução em sua própria língua, e esta é a primeira violência. A questão da hospitalidade começa aqui: devemos pedir ao estrangeiro que nos compreenda, que fale nossa língua, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de poder acolhê-los entre nós?¹.

A reflexão proposta por Jacques Derrida sobre a hospitalidade e a figura do estrangeiro² é de fundamental importância para a compreensão dos desafios enfrentados pelos migrantes no contexto contemporâneo. Derrida argumenta que o migrante na condição de estrangeiro³ é intrinsecamente marcado, por exemplo, por uma desigualdade linguística e cultural, que se manifesta quando esse migrante é compelido a se comunicar na língua do país anfitrião, que não é sua língua nativa.

1 Derrida J. (2000). Hospitality. *Journal of Theoretical Humanities*, 5(3), 3-18.

2 Jacques Derrida utilizou para termo "estrangeiro" para destacar a complexidade e as nuances envolvidas na relação entre o indivíduo que chega de outro lugar e a sociedade ou nação que o recebe. Derrida está abordando questões profundas de hospitalidade, direitos, linguagem e poder.

3 Usaremos o termo estrangeiro em respeito à linha de raciocínio de Derrida, embora não concordemos com a utilização desse vocábulo para se referir aos chegantes de outros territórios. A recusa pelo termo parte inicialmente de uma postura filosófica que parte da etimologia do vocábulo estrangeiro [Do lat. *extranēus*]: «externo, que é de fora, alheio, sem qualquer ligação com, esquivo, impróprio, repreensível, ser estranho, que não pertence a»; e, em segundo lugar, baseia-se em uma postura epistemológica e linguística que trata a concepção e a operação da linguagem na sociedade por um viés inclusivo e livre de quaisquer marcas discursivas de estereotipação, preconceito e discriminação, bem como pela aderência à proposta anticolonizante encontrada na obra de Anzaldúa, Palermo, Curiel, Castro-Gómez, Hooks, Butler, Hall, Fanon, Freire, Dussel, Foucault, Bhabha, Walsh, Rajagopalan, Canagarajah, Makoni, Kubota, etc.

O desafio apresentado envolve a capacidade dos Estados-nação, concebidos como entidades soberanas, de estabelecer e gerenciar espaços acolhedores que efetivamente reconheçam e respeitem a diversidade característica da população migrante. Esta questão, conforme elucida Jacques Derrida, não deveria estar condicionada à assimilação forçada ou à submissão aos paradigmas de uma cultura e língua predominantes. Ao invés disso, é imperativo buscar um equilíbrio que indique o respeito tanto pela língua e pela cultura do país anfitrião quanto pela preservação da identidade linguística e cultural dos migrantes. Tal equilíbrio, essencial para incondicionalidade da hospitalidade⁴, implica em um esforço mútuo de compreensão e respeito entre o estado soberano e o migrante com vistas à promoção de uma interação enriquecedora e respeitosa entre as culturas envolvidas.

A concepção de hospitalidade incondicional, defendida por Derrida⁵, embora possa ser percebida como utópica, estabelece um ideal aspiracional para as sociedades modernas. Esta noção não apenas desafia as normativas vigentes de acolhimento, mas também propõe uma ação equitativa no tratamento dos migrantes. Ao adotar tal perspectiva, as sociedades estariam não apenas reconhecendo a dignidade inerente de todos os indivíduos, independentemente de sua origem, mas também promovendo um *ethos* global de solidariedade e empatia.

Este ideal de hospitalidade incondicional implica na superação de barreiras linguísticas, culturais, sociais e políticas, encorajando uma compreensão mais profunda e respeitosa das diversas subjetividades migrantes que compõem o tecido social global. Ao se esforçar para alcançar esse ideal, as sociedades acolhedoras podem cultivar um ambiente onde a tolerância, o respeito mútuo e a inclusão não sejam apenas valores proclamados, mas praticados de forma tangível e efetiva⁶.

4 Sá, R. L. (2023). *Internacionalização, Hospitalidade, Ideologia*. Diálogos; Lupa Editora.

5 Derrida, J. (2000). Hospitality. *Journal of Theoretical Humanities*, 5(3), 3-18.

6 Eco, U. (2019). *Migrazioni e intolleranza*. La Nave di Teseo Editore.

Assim, embora possa parecer um objetivo distante, a visão de Derrida sobre a hospitalidade incondicional oferece um diretriz ética e moral, incentivando as sociedades a reavaliarem e a reformularem suas políticas e práticas de acolhimento. Nesse sentido, a busca por esse ideal não se trata apenas de uma mera aspiração filosófica, mas de um compromisso ético com a construção de um mundo mais justo, inclusivo e acolhedor⁷.

Neste diapasão, ao observar os processos migratórios e a saúde dos migrantes, é possível ver um ganho crescente de reconhecimento e visibilidade em prestigiados fóruns de comunicação no âmbito da saúde coletiva. Isso se reflete não apenas no aumento do número de publicações acadêmicas já consolidadas neste campo, mas também na crescente frequência de eventos científicos relevantes no Brasil e no Cone Sul. Esta expansão vai além da simples multiplicação de eventos e publicações; ela simboliza a evolução e o fortalecimento de um corpo de trabalho acadêmico que se concentra na migração internacional na região do Cone Sul.

As referências aqui evocadas são testemunhos da maturidade alcançada neste campo de estudo. Eles exemplificam como perspectivas teóricas e metodológicas diversas contribuem ao entendimento mais profundo e abrangente dos desafios enfrentados pelos migrantes em relação à saúde, além de implicações políticas e sociais.

A RELAÇÃO DO BRASIL COM O FENÔMENO MIGRATÓRIO

O estudo das dinâmicas migratórias e seus impactos na saúde dos migrantes apresenta-se como um campo de investigação cada

7 Sá, R. L. (2023). Dall'Etica della cura all'Ospitalità incondizionata: Per una filosofia della migrazione. *Rivista Pedagogia più Didattica*, 9(1), aprile, 4-21. DOI <https://doi.org/doi:10.14605/PD912301>.

vez mais crucial na atualidade, dada a complexidade e a diversidade dos fluxos migratórios globais. As migrações, motivadas por uma variedade de fatores econômicos, políticos e ambientais, resultam no deslocamento transnacional de indivíduos e famílias, que são vulnerabilizados ao longo de suas jornadas. Esse fenômeno demanda um olhar rigoroso sobre os cenários migratórios, abrangendo conceitos como migração e suas implicações na saúde pública⁸.

Pretendemos, neste ensaio, considerar tais processos focando nas especificidades regionais e nacionais, como no caso do Brasil, que tem sido um destino significativo para migrantes no século XXI. Esse fluxo diversificado de migrantes, incluindo haitianos, bolivianos e paraguaios, representa uma mudança nas características da migração no continente sul-americano, destacando a importância de compreender as novas dinâmicas de mobilidade humana na América do Sul^{9 10 11 12 13 14}.

Particularmente, a migração haitiana para o Brasil, intensificada após o devastador terremoto de 2010, revela tanto as complexidades da migração desse povo em busca de oportunidades de trabalho quanto as respostas políticas e sociais a esses movimentos, como os acordos bilaterais facilitadores e as políticas de

- 8 Zimmerman, C., Kiss, L., & Hossain, M. (2011). Migration and health: A framework for 21st century policy-making. *PLoS Med*, 8(5), s/p.
- 9 Baeninger, R. (Org.) (2012). *Imigração boliviana no Brasil*. Unicamp.
- 10 Silva, S. A. (2005). A migração dos símbolos: Diálogo intercultural e processos identitários entre os bolivianos em São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, 19(3), 77-83.
- 11 Granada, D. et al. (2017). Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 21(61), 285-296.
- 12 Leão, L. H. C. et al. (2017). Migração internacional, saúde e trabalho: Uma análise sobre os haitianos em Mato Grosso, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(7), p. 1-7.
- 13 Santos, F. V. (2016). A inclusão dos migrantes internacionais nas políticas do sistema de saúde brasileiro: O caso dos haitianos no Amazonas. *História, Ciências, Saúde*, 23(2), p. 477-494.
- 14 Silva, S. A. (2017). Imigração e redes de acolhimento: O caso dos haitianos no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 34(1), p. 99-117.

acolhimento¹⁵ ¹⁶. Da mesma forma, a presença de sul-americanos, principalmente bolivianos e paraguaios, no sudeste do Brasil, ressalta a necessidade de abordagens de saúde pública que considerem as especificidades culturais e socioeconômicas desses grupos.

Além disso, a movimentação de migrantes de diversas partes do mundo, como América Central, África, Ásia, Europa e Oriente Médio, para o Brasil, destaca a interconexão entre diferentes regiões e a necessidade de políticas públicas que abordem em profundidade as complexidades destes fluxos. A região metropolitana de São Paulo, por exemplo, tornou-se um ponto focal para migrantes bolivianos¹⁷ na indústria de confecção e para haitianos buscando novas oportunidades de trabalho, refletindo as rápidas transformações socioeconômicas e as políticas de migração¹⁸ ¹⁹.

O fluxo de venezuelanos para a região norte do Brasil, em resposta à grave crise econômica e política vivenciada na Venezuela, apresenta novos desafios para a compreensão e gestão dos processos migratórios²⁰. A situação dos Warao²¹, uma etnia indígena venezuelana, ilustra a complexidade das questões interculturais e a necessidade de respostas humanitárias e políticas públicas sensíveis a essas particularidades.

- 15 Bogus, L., & Fabiano, M. L. (2015). O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. *Ponto & Vírgula*, 18, 126-145.
- 16 Granada, D. et al. (2017). Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 21(61), 285-296.
- 17 Sá, R. L. (2016). *Imigração boliviana em mares paulistanos dantes navegados: Inclusão dos (in)visíveis e (des)construção identitária*. Novas Edições Acadêmicas.
- 18 Cavalcanti, L., Oliveira, A. T., & Tonhati, T. (Org.). (2015). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais.
- 19 Mota, A., Marinho, M. G. S. M. C., & Silveira, C. (Org.).(2014). *Saúde e história de migrantes e imigrantes: direitos, instituições e circularidades*. FMUSP.
- 20 Silva, J. C. J., Villaça, G., & Boson, V. P. (2024). Espacialidade e controle dos corpos: Boa Vista e a mobilidade humana venezuelana. *Cad. Metrop.*, 26(61), e6166412. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2024-6166412-pt>.
- 21 Egas, J., Martínez, F., Asencio, C., & Mattos, P. (2021). *Los Warao en Brasil: Contribuciones de la antropología para la protección de indígenas refugiados y migrantes*. UNHCR/ACNUR.

Por isso, reiteramos a necessidade de utilização de abordagens transdisciplinares para compreender a complexidade dos processos migratórios e seus impactos na saúde pública. O fenômeno migratório não é apenas um movimento físico de pessoas através de fronteiras, mas também envolve o intercâmbio de culturas, experiências e desafios de saúde. Portanto, é essencial considerar os aspectos socioculturais, econômicos e políticos que moldam as experiências dos migrantes.

No contexto brasileiro, a diversidade dos grupos migrantes exige uma resposta multifacetada das políticas de saúde e de inclusão social. Por exemplo, as necessidades de saúde dos migrantes haitianos podem diferir significativamente daquelas dos venezuelanos ou dos bolivianos, cada grupo trazendo consigo desafios únicos relacionados à saúde mental, doenças crônicas, barreiras linguísticas e acesso a serviços de saúde. Além disso, as condições de vida precárias e a marginalização social aumentam a vulnerabilidade dos migrantes a problemas de saúde, exigindo uma resposta de saúde pública que seja tanto inclusiva quanto adaptável.

Além disso, a análise das políticas de saúde voltadas para migrantes no Brasil deve ser situada dentro de um contexto global mais amplo. As tendências globais de migração estão sendo influenciadas por uma série de fatores, incluindo conflitos, mudanças climáticas e desigualdades econômicas. Assim, o Brasil, como parte do sistema global, enfrenta desafios semelhantes aos de outros países na gestão dos impactos da migração na saúde pública. Isso sugere a necessidade de soluções colaborativas e abordagens compartilhadas no nível internacional.

Neste diapasão, a inclusão de perspectivas dos próprios migrantes nas discussões sobre políticas de saúde e inclusão é crucial. Compreender as experiências vividas, as percepções e as necessidades dos migrantes podem oferecer informações valiosas para a formulação de políticas mais eficazes e humanitárias. Isso também

implica a necessidade de uma maior sensibilização dos profissionais de saúde para lidar com a diversidade cultural e linguística, garantindo que os cuidados de saúde sejam acessíveis e apropriados às necessidades dos migrantes.

Assim, a migração contemporânea apresenta desafios complexos e multifacetados para a saúde pública no Brasil. Uma abordagem holística, transdisciplinar e culturalmente sensível é essencial para responder eficazmente a esses desafios e garantir que os direitos e o bem-estar dos migrantes sejam adequadamente protegidos e promovidos. A legislação brasileira vigente que rege as políticas de refúgio é codificada na Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997²². Esta lei estabelece critérios rigorosos para a determinação do status de refugiado. Conforme o Artigo 1º desta lei, o reconhecimento da condição de refugiado é conferido ao indivíduo que, por razões de perseguição relacionadas a fatores como raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinados grupos sociais ou opiniões políticas, encontra-se incapaz ou não disposto a buscar proteção em seu país de origem ou residência. Além disso, a legislação também considera circunstâncias de grave e generalizada violação de direitos humanos como fundamentos válidos para o refúgio²³.

O *status* jurídico de refugiado no Brasil é uma concessão do governo federal, gerenciada pelo Comitê Nacional para os Refugiados

22 Cabe dizer, que que no próprio corpo da lei é possível observar problemas entre como se nomeia os migrantes e como se enquadram eles nos termos da lei. A divergência na Lei Nº 9.474 de 1997, que rege as políticas de refúgio no Brasil, surge principalmente da discrepância entre a terminologia comum utilizada para nomear os migrantes e as definições legais específicas estabelecidas pela lei. Enquanto termos como "refugiados", "imigrantes" e "asilados" são frequentemente usados no discurso público, eles podem não corresponder exatamente às categorizações legais, levando a desafios na interpretação e aplicação da lei. Esta ambiguidade pode afetar tanto a avaliação dos pedidos de asilo quanto a inclusão dos migrantes na sociedade, destacando a necessidade de uma compreensão clara das definições legais e de atualizações periódicas da legislação para refletir as dinâmicas migratórias contemporâneas.

23 Brasil. (1997). *Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997*. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. D.O.U., 23 jul.

(Conare), que inclui representantes de órgãos governamentais, entidades da sociedade civil e organizações internacionais dedicadas à questão dos refugiados, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). O cenário migratório no Brasil é caracterizado por sua heterogeneidade sociocultural e múltiplas trajetórias. Enquanto grupos de migrantes europeus, provenientes de países como Itália, Portugal e Espanha, têm historicamente estabelecido redes de conexão sólidas, garantindo uma inserção social mais robusta, outros grupos, como os haitianos, bolivianos, etc. têm enfrentado desafios significativos.

O Fluxo migratório no Brasil foi de 2,3 milhões de pessoas em 14 anos²⁴. Esta população diversificada contribui significativamente para o mosaico cultural do país. O estado de Roraima, devido à sua localização geográfica, tornou-se um dos principais pontos de entrada para migrantes venezuelanos, que fogem da crise social, política e econômica em seu país. Este influxo maciço apresenta tanto oportunidades quanto desafios. Essa migração em massa também exerce pressão sobre os recursos e infraestruturas locais, como saúde, educação e habitação²⁵.

A situação em Roraima também levanta importantes questões sobre políticas migratórias no Brasil. Enquanto o país tem uma longa tradição de acolher migrantes e refugiados, o aumento substancial no número de chegadas requer uma avaliação contínua e atualização das políticas para garantir que tanto os interesses dos migrantes quanto os da população local sejam adequadamente atendidos. Isso inclui garantir a proteção dos direitos dos refugiados, ao mesmo tempo em que se promove o bem-estar das comunidades de acolhida²⁶.

24 Brasil (2024). *Migração no Brasil: Boletim Informativo*. Secretaria Nacional de Justiça; Ministério da Justiça.

25 Vasconcelos, I. (2021). *"Desejáveis" e "indesejáveis": Diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de São Carlos.

26 Zuzarte, A. (2023). *As fronteiras da cidade: A integração de refugiados no espaço urbano*. Editora da PUC-Rio.

Assim, a situação dos migrantes e refugiados no Brasil, especialmente dos venezuelanos em Roraima, é um reflexo das dinâmicas globais de migração e oferece uma oportunidade valiosa para o Brasil reafirmar seu compromisso com a solidariedade internacional e os direitos humanos, enfrentando os desafios de maneira pragmática.

A SAÚDE DOS MIGRANTES: UMA PAUTA URGENTE

Fitando o Sistema Único de Saúde (SUS) no município de São Paulo, observa-se uma iniciativa voltada para a inclusão dos migrantes em programas de saúde. Esta ação se manifesta na contratação de agentes comunitários de saúde oriundos de diversas comunidades de migrantes, representando países como Bolívia, África do Sul, Congo, Cuba, Espanha, Nigéria, Portugal e Serra Leoa. Esta estratégia, documentada por Goldberg e Silveira²⁷ e pelo Boletim CEInfo²⁸, evidencia um esforço consciente do poder público para promover a inclusão e o acesso à saúde para populações migrantes.

Em 2016, as ações implementadas em São Paulo culminaram na Lei Municipal para migrantes, consolidando uma série de iniciativas prévias voltadas para essa população. Esta legislação estabeleceu o Conselho Municipal de migrantes e o Fórum Permanente de migrantes, fortalecendo a estrutura de apoio e representação para essas comunidades²⁹.

27 Goldberg, A., & Silveira, C. (2013). Social inequality, access conditions to public health care and processes of care in Bolivian immigrants in Buenos Aires and São Paulo: A comparative inquiry. *Saúde e Sociedade*, 22(2), 283-297. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000200003>.

28 CEINFO. (2015). Boletim. *Prefeitura do Município de São Paulo*, X(13), dez.

29 São Paulo. (2016). *Projeto de Lei 01-00142/2016*. Institui a Política Municipal para a População Imigrante e dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes. D.O São Paulo, 15 abr. 2016, Secretaria Geral Parlamentar.

As pesquisas conduzidas sobre a situação dos migrantes no Brasil revelam um panorama descritivo e analítico complexo sobre as condições de saúde e as políticas direcionadas a esses grupos. Silva³⁰, por exemplo, oferece uma análise crítica das políticas de trabalho e saúde na cidade de Uberlândia-MG, destacando a necessidade de abordar as adversidades enfrentadas pelos trabalhadores migrantes, como aqueles vindos de Bangladesh para a indústria frigorífica.

A complexidade das ações de cadastramento e acompanhamento de migrantes nos serviços de atenção primária também é evidente. Em Chapecó-SC, Risson, Matsue e Lima³¹ destacam a necessidade de combater práticas preconceituosas nos serviços de saúde, incluindo racismo e inclusão precária no sistema. Em contrapartida, estudos como os de Aguiar e Mota³² e Foster³³ ressaltam experiências positivas de inclusão em São Paulo, enquanto Leão *et al.*³⁴ descrevem as condições desafiadoras enfrentadas por trabalhadores haitianos em Cuiabá-MT.

Além das questões físicas, a saúde mental dos migrantes no Brasil é uma área de preocupação crescente³⁵. O estresse associado à migração, adaptação cultural, barreiras linguísticas e experiências de discriminação podem levar a problemas significativos de saúde mental.

- 30 Silva, S. A. (2017). Imigração e redes de acolhimento: O caso dos haitianos no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 34(1), p. 99-117.
- 31 Risson, A. P., Matsue, R. Y., & Lima, A. C. C. (2018). Atenção em Saúde aos Imigrantes Haitianos em Chapecó e suas Dimensões Étnico-Raciais. *O Social em Questão*, 41, 111-130.
- 32 Aguiar, M. E., & Mota, A. (2014). O programa Saúde da Família no bairro do Bom Retiro, SP, Brasil: A comunicação entre bolivianos e trabalhadores de saúde. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 18(50), p. 493-506.
- 33 Foster, N. S. (2017). *O cuidado aos imigrantes bolivianos e bolivianas no contexto da atenção primária em saúde: Uma aproximação etnográfica*. [Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva]. Universidade Federal de São Paulo.
- 34 Leão, L. H. C. *et al.* (2017). Migração internacional, saúde e trabalho: Uma análise sobre os haitianos em Mato Grosso, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(7), p. 1-7.
- 35 Knobloch, F. (2015). Impasses no atendimento e assistência do migrante e refugiados na saúde e saúde mental. *Psicol. USP*, 26(2), May-Aug. DOI <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140015>.

A acessibilidade e adequação dos serviços de saúde mental no SUS para essas populações são questões importantes e que exigem atenção. A inclusão de serviços de saúde mental culturalmente sensíveis e acessíveis é essencial para atender às necessidades específicas dessas comunidades³⁶.

A aprovação da nova Lei de Migração em 2017³⁷, apesar dos vetos presidenciais, representa um passo significativo na direção de uma política mais inclusiva e abrangente. No entanto, ainda há necessidade de discussão contínua e desenvolvimento de políticas que abordem de maneira eficaz os desafios complexos enfrentados pelos migrantes, tanto em termos de saúde física quanto mental. Portanto, enquanto as iniciativas descritas anteriormente representam avanços importantes, é crucial continuar explorando e implementando estratégias que garantam o bem-estar integral dos migrantes, respeitando sua dignidade e direitos fundamentais em um contexto de saúde pública.

A saúde mental dos migrantes é intensamente impactada pelo estresse dos choques culturais, um processo multifacetado e intrincado. Tal processo envolve a adaptação a uma nova cultura, o que pode incluir aprender uma nova língua, entender normas sociais diferentes, e se ajustar a novos sistemas sociais e legais. Esse processo pode ser desafiador, pois os migrantes frequentemente enfrentam barreiras linguísticas, discriminação, isolamento social e desafios econômicos. Além disso, há também o esforço pela manutenção de suas próprias raízes culturais, que pode gerar mais conflitos. Tais desafios podem resultar em estresse significativo, ansiedade

36 Ferreira, A. V. S., Borges, L. M. (2021). Longe de casa: Atendimento psicológico e indicadores de saúde mental de imigrantes universitários. *Psicol. educ.*, 52, jan./jun. DOI <https://doi.org/10.23925/2175-3520.2021i52p54-63>.

37 Brasil. (2017). *Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017*. Institui a Lei de Migração. D.O.U., 25 maio 2017.

e até depressão, afetando assim a saúde mental dos migrantes³⁸. É crucial reconhecer e abordar essas questões para apoiar efetivamente os migrantes em sua jornada na terra que os acolhe.

Este estresse engloba diversos aspectos, como solidão, luta pela sobrevivência, desafios com alimentação e moradia, medo, sentimentos de fracasso e desesperança, especialmente quando as oportunidades esperadas não se materializam. Essas condições podem predispor os migrantes a diversos quadros clínicos, afetando significativamente sua saúde física e mental. Tal fenômeno é reconhecido como um problema emergente de saúde pública nos países anfitriões.

No contexto da migração, ocorre frequentemente uma ruptura da estrutura familiar tradicional. A família migrante se vê distante da comunidade de origem, reduzindo-se ao seu núcleo e assumindo sozinho responsabilidades que antes eram compartilhadas com a família ampliada e a comunidade. Essa transição impõe um peso adicional sobre os indivíduos e pode exacerbar o estresse da aculturação. Pesquisas recentes, como as de Monteiro Neto *et al.*³⁹, evidenciam a relação entre dificuldades sociais pós-migratórias e problemas de saúde mental. Fatores como desemprego, condições de moradia inadequadas e isolamento social estão associados a níveis elevados de ansiedade e depressão. Assim, pode-se inferir que migrantes vivendo em condições adversas são mais suscetíveis a sofrimentos psíquicos e problemas de saúde física e mental.

A jornada do migrante, repleta de sacrifícios, exige uma resiliência considerável para superar obstáculos. A migração não se limita à transição física de um país para outro; envolve um processo contínuo de busca por acomodação. Os riscos à saúde, física e mental,

38 Ferreira, A. V. S., Borges, L. M. (2022). Metamorfoses interculturais: O impacto da imigração na saúde mental de imigrantes latino-americanos. *Educ. Rev.*, 38, DOI <https://doi.org/10.1590/0102-469825665>.

39 Monteiro Neto, F. F., Oliveira, E.N., Félix, T.A., Lima, G.F., & Almeida, P.C. (2017). Qualidade de vida de imigrantes brasileiras vivendo em Portugal. *Saúde Debate*, 41(114), Jul-Sep. DOI <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711412>.

estão presentes desde a chegada do migrante e tendem a evoluir com o prolongamento da estadia e o processo de adaptação.

Portanto, é crucial que políticas de saúde pública e práticas clínicas nos países de acolhimento levem em conta essas dinâmicas complexas. A criação de programas de saúde mental culturalmente sensíveis e acessíveis, que abordem especificamente as necessidades dos migrantes, é essencial para mitigar os impactos negativos do estresse migratório e promover uma inclusão saudável e produtiva dessas populações.

Compreender por exemplo, a fome não apenas como uma questão física, mas também como um componente crítico da saúde mental é fundamental, especialmente no contexto dos migrantes. A fome, como uma condição primária de privação, estabelece o cenário para outras complexidades humanas, afetando profundamente o bem-estar psicológico. No caso dos migrantes, essa situação é frequentemente exacerbada pelas circunstâncias de sua jornada e pelo desafio de se estabelecer em um novo ambiente.

Para os migrantes, a insegurança alimentar é frequentemente uma realidade pungente. A falta de acesso consistente a alimentos nutritivos não é apenas uma questão de saúde física; também incide sobre a saúde, gerando ou exacerbando condições como estresse, ansiedade e depressão. A insegurança alimentar e a fome crônica podem levar a um ciclo vicioso de desesperança e desmotivação, dificultando a capacidade do indivíduo de buscar oportunidades de melhorar sua situação⁴⁰.

Além da alimentação, outras necessidades básicas, como higiene, segurança, moradia e sustento, são igualmente cruciais para a saúde do migrante. A ausência dessas necessidades básicas contribui

40

Barcelos, T. N., Cavalcante, J. R., Faerstein, E., & Damião, J. J. (2023). Migração forçada, refúgio, alimentação e nutrição: Uma revisão integrativa da literatura na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. *Physis* 33. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333026>.

para um estado de vulnerabilização contínua⁴¹, em que o migrante luta constantemente para sobreviver. Isso pode ter implicações de longo alcance, afetando sua capacidade de socialização, desempenho no trabalho e até mesmo a capacidade de cuidar de suas famílias.

A condição de migrante implica frequentemente em enfrentar barreiras adicionais, como a dificuldade de acesso aos serviços básicos devido a barreiras linguísticas, falta de conhecimento sobre os recursos disponíveis, ou medo de exposição devido ao seu *status* legal. Estas barreiras podem agravar a situação de insegurança e outras necessidades básicas, intensificando a experiência de isolamento. Portanto, é imperativo que políticas públicas e intervenções de assistência social levem em consideração a complexidade das necessidades dos migrantes. Programas de apoio devem ser desenhados não apenas para atender às necessidades físicas imediatas, como alimentação e moradia, mas também para proporcionar apoio psicológico e emocional. Isso inclui a criação de redes de apoio comunitário, acesso facilitado aos serviços de saúde mental e programas que promovam a inclusão social e econômica dos migrantes.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao refletir sobre a migração no Brasil, observamos avanços significativos nos processos de inclusão desses grupos. Exemplos notáveis incluem a contratação de agentes comunitários de saúde oriundos das comunidades de migrantes, uma prática inovadora na atenção básica em saúde. Tais iniciativas, juntamente com o incremento de políticas específicas para os migrantes, tanto em âmbito

41

Sá, R. L., & Magalhães, H. V. (2022). Rizoma e racismo: Por um ensaio. *Revista Letra Magna*, 18(30), 22-33. DOI <https://doi.org/10.47734/lm.v18i29.2052>.

local, como a Lei Municipal da migração em São Paulo⁴², quanto em âmbito nacional, com a Lei Nacional da Migração⁴³, refletem um progresso substancial no campo legislativo em prol da implementação de políticas inclusivas. No entanto, é importante reconhecer as alterações decorrentes dos vetos presidenciais na lei nacional, que potencialmente impactam sua efetividade.

Os serviços de saúde frequentemente se tornam a porta de entrada para os migrantes no sistema público, onde buscam alívio para sofrimentos diversos. Esta situação destaca a necessidade de compreender as especificidades próprias desses grupos, que muitas vezes permanecem desconhecidas para os profissionais de saúde nos diferentes níveis de atenção. Há, portanto, uma lacuna entre o conhecimento e as práticas de saúde dos migrantes e o modelo de atenção adotado pelos profissionais de saúde. As diferenças culturais, linguísticas e de cosmovisões, frequentemente, são simplificadas ou negligenciadas, tanto na prática clínica quanto na pesquisa.

Essa realidade aponta para desafios adicionais para os profissionais de saúde, que muitas vezes carecem de recursos para abordar efetivamente essa complexidade. As reflexões propostas neste texto, inspiradas pelas contribuições de Menéndez⁴⁴, são fundamentais para uma compreensão mais aprofundada desse fenômeno.

Este trabalho procurou trilhar um caminho reflexivo, destacando que as limitações identificadas na interação entre profissionais de saúde e migrantes são igualmente pertinentes aos pesquisadores que atuam nas interseções dos processos migratórios e das políticas de saúde. A complexa rede de relações que se forma nos serviços de

42 São Paulo. (2016). *Projeto de Lei 01-00142/2016*. Institui a Política Municipal para a População Imigrante e dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes. D.O São Paulo, 15 abr. 2016, Secretaria Geral Parlamentar.

43 Brasil. (2017). *Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017*. Institui a Lei de Migração. D.O.U., 25 maio 2017.

44 Menéndez, E. L. (2016). Salud intercultural: Propuestas, acciones y fracasos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(1), p. 109-118.

saúde envolve as demandas dos migrantes, as ações dos trabalhadores e gestores de saúde, e a participação ativa dos pesquisadores.

Buscamos oferecer uma contextualização breve sobre as migrações internacionais e a saúde dos migrantes, propondo uma base para reflexões futuras em diversas áreas acadêmicas, como demografia, epidemiologia, política, políticas públicas e de saúde.

Encerramos este artigo com um poema dedicado ao migrante:

Na terra que acolhe com braços abertos,
Sob o céu de esmeralda, o migrante desperta.
Sonhos de um novo lar, em mares incertos,
Buscando esperança, onde a vida se oferta.

Longe de sua terra, sob o sol brasileiro,
Com a saudade tecendo seu manto noturno,
O migrante semeia com coração verdadeiro,
No solo fértil, seu futuro inoportuno.

Na dança das línguas, um sotaque se ouve,
Histórias de vida, em cada olhar se percebe.
Na força que move, na luta que comove,
No Brasil, o migrante, novo lar concebe.

Entre o café e a cana, em campos e cidades,
Cada rosto, uma história, cada história, uma lição.
Nas múltiplas identidades, nas diversas realidades,
O migrante tece a rica tapeçaria da nação.

Na mistura de culturas, um Brasil se refaz,
Nessa terra de todos, sob o mesmo céu azul.
Cada passo, um recomeço, cada dia, uma paz,
No coração do migrante, o Brasil se faz mais sul.

— *Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos*

12

*Cristiano Rodineli de Almeida
Regina Pinheiro Pereira*

ÉTICA UNIVERSAL NO SERVIÇO SOCIAL, PSICOLOGIA E SOCIOEDUCAÇÃO

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-340-0.12

INTRODUÇÃO

O atendimento a adolescentes em conflito com a lei e a privação de liberdade tensionam os profissionais envolvidos nessa prática, por vezes, sem a oportunidade de um arcabouço teórico anterior. Nos cursos de serviço social e psicologia não há, até onde sabemos, disciplinas ou estágios que apresentem, mesmo que de forma incipiente, esse conhecimento aos alunos. Se considerarmos as especificidades da Medida Socioeducativa (MSE), de Internação, menor ainda é o conteúdo transmitido na graduação. Mesmo que haja cursos de pós-graduação nessa área, eles oferecem apenas um lampejo do que os esperam na prática. Compreendemos, assim, que o aprendizado se dá na relação, na experiência do profissional com o campo.

A constituição do socioeducador é árdua, justamente por lidar com uma temática de difícil manejo. Isso porque os caminhos que trouxeram esses adolescentes à privação ensejam um longo processo de desumanização, permeado por violências, discriminações, aliciamentos e estigmas. O ser adolescente, pobre, via de regra, preto já desperta olhares de apreensão no social¹. Quando marcados por suas ações, na vulgar substituição de seus nomes próprios por *menor, nóia, trombadinha, ladrão, traficante*, há um processo ainda maior e potente de destituição de seus lugares enquanto humanos. Esse desengajamento social permite toda sorte de perseguições, discriminação e violências praticadas contra esses sujeitos².

Não é à toa que, destituídos da condição de humanos, esses jovens facilmente sejam assassinados sem que haja a devida comoção pública, ou que exista um desejo enorme pela equiparação

- 1 Tardivo, L. S. L. P. C., Almeida, C. R., & Sá, R. L. (2025). Adolescentes migrantes internacionais na Socioeducação: o Desenho-estória temático enquanto método. *22º Jornada Apoiar*. Universidade de São Paulo, no prelo.
- 2 Bandura, A., Azzi, R. G., & Tognetta, L. (2015) *Desengajamento moral: Teoria e pesquisa a partir da teoria social cognitiva*. Mercado de Letras.

da Socioeducação ao Sistema Penal, tal como preconiza inúmeras Propostas de Emenda à Constituição, em destaque o nº 32, de 2019³. Em tramitação no Senado Federal, essa PEC sugere a redução da maioridade penal para 16 anos e, em casos de atos infracionais equiparados a crimes hediondos, 14 anos. Dentre eles, está o tráfico de drogas. Na instituição responsável pela realização das MSE restritivas e privativas de liberdade, no estado de São Paulo, essa modalidade corresponde a cerca de 40% dos adolescentes privados ou restritos de liberdade⁴. No cenário proposto pela PEC, em números atuais, seriam em torno de 1.700 adolescentes com 14 anos, ou mais, sendo direcionados ao Sistema Penal!⁵. Em consulta pública, realizada no Portal e-cidadania, 65% dos votos são a favor da proposta⁶.

Percebemos um desejo de parte da sociedade para que a política pública do encarceramento lide com o fenômeno do adolescente em conflito com a lei. Venhamos e convenhamos, o Sistema Penal e sua sistemática da desesperança, ao impossibilitar acesso a outros lugares que não a identificação maciça com o crime, não é a melhor saída. O Sistema Penal não é exemplo para nada!

A Socioeducação, por sua vez, tende a um caminho diferente, ao realizar um atendimento mais específico ao adolescente, conferindo tempo, celeridade e cuidados de toda ordem a esses sujeitos. Importante frisar que não celebramos a privação de liberdade. Entendemos que as políticas públicas e o modo de agir da sociedade poderiam ser mais empáticos, cuidadosos e eficientes, redirecionando a trajetória ilícita para lugares de oportunidade e

3 Brasil (2019) *Proposta de Emenda à Constituição n. 32, de 2019*. Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal, a fim de reduzir a maioridade penal para dezesseis anos.

4 São Paulo (2024a). *Boletim estatístico quinzenal 26.01.2024*. Fundação Casa. Recuperado de <https://fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/janeiro-2024/>.

5 São Paulo (2024b). *Total de adolescentes com idade igual ou acima de 14 anos, custodiados na Fundação CASA, por ato infracional equivalente a tráfico de drogas*. (Obtido via Lei de Acesso à Informação).

6 Senado Federal (2024) Consulta Pública - Proposta de Emenda À Constituição nº 32 de 2019. *e-Cidadania*.

proteção a esses adolescentes. A despeito da privação de liberdade, e de tudo o que a acompanha, ela consegue, ainda, oferecer possibilidades de construção de caminhos alternativos.

Diante de tudo isso, os profissionais implicados no desenvolvimento humano, como o assistente social e o psicólogo, têm papéis de extrema importância, na identificação desses processos e nos enfrentamentos necessários. Tomamos, aqui, a ideia da ética universal, defendida por Paulo Freire como um movimento ético ao humano, sem distinções ou interesses excludentes. A ética universal pressupõe o cuidado mútuo, a responsabilização coletiva. Esse movimento é condição para superação das desigualdades e tem na educação um lugar potencial para acontecer, desde que seja transmitida de modo autêntico, e promova a autonomia e a emancipação⁷.

A Socioeducação é uma modalidade da educação. Assim, apresenta-se também como lugar promissor ao cuidado e desenvolvimento humano, tal como rege a ética universal. Nela, *auscultamos* o sujeito, seus afetos, história, medos e desejos sem que os vieses de uma trajetória marcada pela política de perseguição e morte interrompam esse encontro. Nesse trabalho, tal como descrito brilhantemente pelo psicanalista suíço Carl Gustav Jung, precisamos ser “apenas uma alma humana tocando outra alma humana”, sob risco de atualizarmos em nossas práticas, ao molde *lombrosiano*, os estereótipos da discriminação, periculosidade e patologização desses adolescentes. Cesáre Lombroso, foi um psiquiatra italiano que viveu na virada do século XIX para o XX, e fundou a Antropologia Criminal, a qual se sustentava na tese de que haveria características físicas, psicológicas, sociais e comportamentais compartilháveis

entre pessoas criminosas, havendo, assim, a possibilidade de prever ou identificar esses sujeitos⁸.

Discorreremos, neste texto, aspectos básicos da Política Socioeducativa para contextualizar o lugar de atuação do assistente social e psicólogo, de modo a refletir sobre suas atuações com base na ética universal. Consultamos alguns pontos dos códigos de ética do Serviço Social e da Psicologia, a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e os documentos normativos institucionais, com intuito de produzir tensões entre teoria e práticas profissionais. A experiência empírica dos autores também compõe a metodologia para a construção deste texto, no que compete a reflexão sobre a atuação do assistente social e do psicólogo em Centros de Atendimento Socioeducativo. Esperamos compartilhar não apenas o campo de trabalho, mas a potência que esses profissionais podem exercer na condução de casos e na relação com os adolescentes.

A SOCIOEDUCAÇÃO

A Socioeducação é uma política pública que tem como base a Lei 12.594, de 12 de janeiro de 2012, Lei do SINASE⁹. Prevê a regulamentação, tipificação e aplicação de Medidas Socioeducativas a adolescentes sentenciados pela autoria de ato infracional. Tem como fundamentação a garantia de direitos e a compreensão do atendimento prioritário às crianças e adolescentes, por entender que se encontram em fase peculiar do desenvolvimento humano. Tem por base documentos anteriores, como a Resolução do SINASE, de

8 Almeida, C.R., & Marino, A.S. (2019). Minority Report da Negritude: Um levantamento histórico sobre a exclusão social da população negra no Brasil. Em: A.A.S. Kunz (Org.) *Direitos humanos e emancipação* (pp. 11-24). Culturatrix.

9 Brasil (2012). *Lei do SINASE*, nº 12.594 de 18/01/2012. Presidência da República.

2006, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, e a Constituição Federal de 1988.

Anterior ao ECA, os Códigos de Menores se ancoravam na concepção da doutrina da situação irregular. Tratavam-se de políticas exclusivamente punitivas e higienistas, com funções sociais às épocas de vigência, trancafiando os ditos *menores* nas então Fundações do Bem-estar do Menor (FEBEM). Os dois Códigos de Menores, a saber o Código Mello Mattos, de 1927, e o 2º Código de Menores, de 1979, foram elaborados sem participação popular, visando a situação irregular de crianças e adolescentes, com caráter de vigilância e punição e servindo de instrumento de controle, pontos completamente diferentes do ECA, elaborado, por seu turno, a partir de movimentos e participação social, com caráter universal e protetivo, marcando especificidades de direitos e deveres às crianças e adolescentes¹⁰.

De lá para cá tivemos um caminho longo de lutas e adequações. Hoje, embora a concepção menorista seja oficialmente ultrapassada, apresenta-se como um fantasma na aplicação das atuais Medidas Socioeducativas (MSE). Ora, conforme aponta os dados estatísticos da Fundação CASA, 70% dos adolescentes inseridos em Medidas de privação e restrição de liberdade são declarados pretos e pardos. Isso se repete no novo Levantamento Anual da SINASE¹¹. Sim, a socioeducação tem cor! Esses dados nos levam a pensar que há algo da concepção da doutrina de situação irregular, a qual elege a vulnerabilidade social como alvo e, dessa forma, acaba por influenciar a aplicação das MSE¹².

10 Marino, A. S. (2013). *Crianças infratoras: Garantia ou restrição de direitos? Um estudo psicanalítico sobre as medidas de proteção no campo do ato infracional infantil*. Juruá.

11 Brasil (2023). *Levantamento Nacional dados do SINASE - 2023*. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

12 Campos, D. C. A. (2020) Cor: Preto, suspeito padrão! A seletividade racial no Sistema de Justiça Juvenil da capital paulista. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, 11(1), 13-32.

Há especificidades importantes na compreensão das MSE. O primeiro aspecto se refere ao caráter sancionatório e pedagógico, ou seja, não tem como premissa a punição pela punição. Quanto à tipificação das Medidas, são seis as possíveis de serem aplicadas, considerando gravidade do ato, reincidência da prática e capacidade de assimilação do adolescente:

- Advertência: o Juiz dá um *puxão de orelha* no adolescente e responsáveis.
- Obrigação de reparar o dano: Verificada condição financeira e habilidade para tal, estabelece-se a reparação do objeto ou bem danificado.
- Prestação de serviço à comunidade: O Judiciário determina a execução de serviços possíveis com retorno social à comunidade, em contrarturno ao horário escolar.
- Liberdade assistida: há um acompanhamento sistemático do adolescente por equipe de profissionais vinculados à rede municipal.
- Semiliberdade: É uma modalidade de Medida que restringe a liberdade do adolescente à escola e, em alguns casos, o trabalho. Nela, os adolescentes moram coletivamente em uma casa administrada e acompanhada tecnicamente por uma equipe. Aos finais de semana, os adolescentes regressam para suas famílias com o compromisso de voltarem para que, no início da semana, possam retomar a rotina.
- Privação de liberdade: como o nome diz, essa Medida prevê a restrição total da liberdade do adolescente, sendo assim, considerada a mais gravosa entre todas as outras. A indicação dessa MSE se dá, somente, quando as anteriores não se mostram mais adequadas ao caso.

Outro ponto, é que, pelos dispositivos legais, as MSE não apresentam um tempo pré-definido para execução, podendo ser aplicadas até no máximo 3 anos ou até que o adolescente complete 21 anos. Dessa forma, quando o adolescente entra em uma MSE não sabe, de antemão, o tempo que ficará nela. Como a tópica da MSE é de base técnica e pedagógica, são as respostas às metas estipuladas no Plano Individual de Atendimento (PIA) que darão o recorte temporal à Medida¹³. O PIA é um relatório de construção coletiva elaborado logo no início da Medida. Envolve o adolescente, sua família, equipe e rede. Nele são descritas metas a serem cumpridas no ínterim da MSE. Trata-se de um relatório personalizado e que contribui para “a evolução pessoal e social do adolescente e para a conquista de metas e compromissos estabelecidos no decorrer da medida e adequação às necessidades do adolescente e sua família” (p. 382)¹⁴.

Nesse sentido, a figura dos profissionais envolvidos no acompanhamento dos adolescentes se apresenta de extrema relevância. Desse modo e com base na experiência dos autores na MSE de internação, discutiremos o trabalho do assistente social e do psicólogo na Socioeducação, mais especificamente, na privação de liberdade do Sistema Socioeducativo paulista.

13 Almeida, C., & Kunz, S. (2019) O Princípio de Brevidade e a atuação profissional frente ao tempo de privação de liberdade. *RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade*, 3(5), 275-303.

14 Costa, L. F., Penso, M. A., Sudbrack, M. F. O., & Jacobina, O. M. P. (2011). Adolescente em conflito com a lei: O relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento. *Psicologia em Estudo*, 16(3), 379-387.

O ASSISTENTE SOCIAL NA SOCIOEDUCAÇÃO

O Serviço Social é uma profissão marcada por seu caráter interventivo e compreendida por ações que implicam no reconhecimento e garantia de direitos. Historicamente, efetiva-se em diversos contextos nos quais se posiciona no enfrentamento às desigualdades socioeconômicas, na efetivação das políticas públicas e no engajamento às diversas manifestações culturais¹⁵.

A atuação profissional se sustenta em princípios fundamentais da categoria, como o “reconhecimento da liberdade enquanto valor ético central”, de uma austera defesa de direitos, da “ampliação e consolidação da cidadania” e “aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”, no enfrentamento, sem concessões, a “todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. A consolidação desses princípios necessita do amadurecimento intelectual contínuo desses profissionais, de modo a preservar suas capacidades crítica e técnica, ambas imprescindíveis a atuação do assistente social (p. 23)¹⁶.

No âmbito da Socioeducação, mais especificamente na MSE de internação, o serviço social se ampara nos mesmos valores éticos. Obviamente, há uma especificidade do trabalho marcada pela privação de liberdade. Nela, o assistente social exerce papel de facilitador junto ao adolescente, família e rede socioassistencial, no resgate da trajetória de vida, com a finalidade de ressignificá-la, construindo novos caminhos; promovendo qualidade nos vínculos afetivos e nas

15 Conselho Regional do Serviço Social de Goiás (2017) *A profissão do assistente social*.

16 Conselho Federal de Serviço Social (2012). *Código de Ética Profissional*.

relações estabelecidas, tensionando mudanças na dinâmica sociofamiliar, de modo a se perceberem como sujeitos de direitos e deveres¹⁷.

Nas Medidas Socioeducativas de internação, desempenha função ímpar ao oferecer em sua prática, aos adolescentes e demais profissionais, o reconhecimento das relações de poder existentes não apenas no contexto da internação, mas também em todo curso de vida desses adolescentes. Nesse contexto, desempenha inúmeras funções, tais como atendimentos individuais e grupais aos adolescentes e suas famílias, visitas domiciliares, elaboração de documentos escritos ao judiciário, discussões de casos com a equipe de profissionais da instituição e articulação com a rede socioassistencial e intersetorial.

Em destaque, no trabalho com a rede socioassistencial e intersetorial compreendemos que se trata da articulação com os equipamentos de serviços do município de origem do adolescente de modo a promover integração com as demandas do adolescente e sua família. Tem como base a noção de incompletude institucional da MSE de internação, exigindo participação de agentes e serviços externos no desenvolvimento das Medidas, no que tange o cumprimento do Princípio da intersetorialidade.

Além disso, o assistente social pode colaborar na desconstrução da ideia estereotipada do adolescente em conflito com a lei junto à comunidade na qual vive, por meio da articulação com a rede de serviços local:

(...) a ação articuladora do/a assistente social colabora na desmistificação da visão estigmatizada que a sociedade possui do/a adolescente e sua família, como também pode favorecer o acesso aos centros de atendimento para conhecimento da dinâmica de funcionamento, colaborando no arejamento institucional e na formação de parcerias (*op. cit.*, p. 267).

17

São Paulo (2015). *Caderno Base de Apoio Técnico Para o Serviço Social* – Superintendência de Saúde. Fundação CASA.

Nesse sentido, o trabalho não se dá, somente, na articulação com os serviços para a efetivação de direitos do adolescente e sua família. Ele ocorre, também, na sensibilização dos entes familiares para os devidos acompanhamentos e responsabilidades com o adolescente custodiado. A vinculação da família aos acompanhamentos da rede é prerrogativa para o fortalecimento dos vínculos familiares, sobretudo, com o adolescente privado de liberdade, pois denota a ele cuidado e proteção. O ato infracional, ou o adolescente em conflito com a lei, são fenômenos multifacetados, sendo um possível agravo a fragilização ou, até mesmo, o rompimento dos vínculos familiares. Assim, o espaço da socioeducação se apresenta como um lugar potencial para o reencontro e reestabelecimento de papéis¹⁸.

Considerando que a prática do Serviço Social na socioeducação tem a perspectiva da ressocialização e emancipação do adolescente, é recomendado que esse profissional, em sua imersão no cotidiano tenso e complexo da privação de liberdade, busque, permanentemente, a criatividade como escopo de suas atuações, de modo a atrelar o conhecimento teórico metodológico, político ético ao exercício profissional. Trata-se de ações em defesa e garantia dos direitos humanos e sociais para a efetivação da proteção aos adolescentes e suas famílias.

O PSICÓLOGO NA SOCIOEDUCAÇÃO

A Psicologia tem importante papel na socioeducação, no que condiz à garantia de direitos dos adolescentes custodiados pelo Estado. Garantia de direitos envolve, também, cuidados e proteção em saúde mental. Assim, torna-se imprescindível falarmos sobre saúde mental, no sentido ampliado do termo, esmiuçando esse conceito com o propósito de sustentar as discussões que seguirão.

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), a definição de saúde mental envolve uma série de fatores, como capacidade no uso das próprias habilidades, resiliência frente as tensões do dia a dia, e o envolvimento ativo e produtivo com sua comunidade¹⁹. Já o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), oferece-nos uma compreensão mais apurada desse conceito:

Saúde mental é a capacidade de tomar decisões em relação à própria vida. Saúde mental é a capacidade de se organizar interiormente e organizar o que está em volta. Saúde mental envolve acessos à moradia digna, à educação de qualidade, à participação política, a escolhas de caminhos de vida (p. 02)²⁰.

Desse modo, compreendemos que a definição de saúde mental é complexa, ponderando, sobretudo, os aspectos subjetivos e objetivos da relação de cada pessoa com o mundo no qual vive. Esses pontos têm relevância ampliada quando consideramos o contexto da privação de liberdade, o qual, por si só, enseja prejuízos na saúde mental dos adolescentes em razão do processo abrupto de corte com a vida comunitária do sujeito e seu encaminhamento para uma rotina que restringe comportamentos e expressões de afetos, com práticas que se repetem e tentam normatizar o sujeito, na busca pelo controle de seus corpos, via institucionalização²¹.

Esses são aspectos que Goffman²², teorizou como elementos da *mortificação do eu*, processo no qual o sujeito se distancia, sobremaneira, da vida comum, da rotina tida como natural. A mortificação

19 Brasil (2024). *Saúde mental*. Ministério da Saúde.

20 Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2010). *Bem-querer é o melhor remédio: Série comunicação popular CRP SP. A psicologia e sua interface com o atendimento integral à saúde mental*. CRP-SP.

21 Almeida, C. R. (2015) Sofrimento psíquico e o mal-estar institucional: Reflexões sobre a prática do psicólogo no contexto das Medidas Socioeducativas de Internação. *Pathos: Rev. Bras. Prát. Públicas e Psicopatologia*, 2(1),23-32.

22 Goffman, I. (1974). *Manicômios, Prisões e Conventos*. Perspectiva.

do eu implica em um processo de degradação da subjetividade, via de regra, com o propósito de condicionar os corpos e desejos a uma rotina institucional e massificada.

Nesse sentido, cabe não somente ao psicólogo, mas sobretudo a ele, por sua formação acadêmica no campo da saúde mental, perceber e, em alguns casos, predizer, os possíveis agravos emocionais que a privação de liberdade causará aos adolescentes. Perceber implica olhar o outro, idiosincrasias, afetos e demandas. Por vezes, a privação de liberdade é palco para que sofrimentos anteriores se atualizem. Somadas a outras dores vividas no ínterim da Medida, podem ensejar a produção de uma série de sintomas, como processos ansio-gênicos, depressivos, agressivos, inclusive, elegendo como alvo o próprio adolescente, na forma de autolesão, ideação ou ação suicida²³. É nesse ponto que o predizer entra, ao considerar cada caso com base em seus fatores de riscos e protetivos, internos e externos ao adolescente. Com esse prognóstico, o psicólogo deve se posicionar diante da equipe, família, rede e, em especial, Judiciário, quanto aos possíveis agravos de saúde mental que se manifestam na privação de liberdade.

Enquanto lugares de trabalho, tomando o Sistema Socioeducativo paulista como referência, o psicólogo pode desempenhar inúmeros papéis, tanto numa relação mais direta com acompanhamento sistemático dos adolescentes, quanto em ações indiretas em cargos de supervisão ou gestão. Independentemente do lugar que se ocupa, todos exigem enquanto premissa básica, os princípios fundamentais da categoria, com atuação responsável, ancorada no respeito e promoção da liberdade, dignidade, igualdade humana, considerando “as relações de poder nos contextos em que atua e

23

Vicentin, M. C. G. (2016) Saúde mental no contexto de privação da liberdade. Em Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. *Caderno de debates: visitas institucionais à Fundação CASA São Paulo*. CRPSP.

os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica” (p. 7)²⁴.

Uma das atuações mais comuns que esse profissional pode desempenhar na instituição é o de psicólogo que acompanha os adolescentes durante a Medida, tendo o Aconselhamento Psicológico como estratégia dialógica com os adolescentes no reconhecimento e encaminhamento de conflitos inerentes à própria vida. Nesse sentido, esse atendimento pode problematizar os fios condutores que encaminharam o adolescente à privação de liberdade, ligados não apenas a própria responsabilização do ato infracional mas, também, às vulnerabilidades sociais, comunitárias, familiares e emocionais vividas, além de toda trama de aliciamento, poder e sedução exercidos por pessoas ou grupos ilícitos²⁵.

Nessa posição, o psicólogo tem o compromisso técnico e ético de perceber os afetamentos e mobilizações emocionais decorrentes da MSE, bem como as demandas de saúde mental já existentes, de modo a articular com os demais profissionais da equipe, rede de serviços públicos e Judiciário possibilidades de cuidados a esses sujeitos. Cabe ao psicólogo, nessa articulação, participar de discussões técnicas, promover encaminhamentos e elaboração de documentos, em especial, ao Judiciário.

Dando ênfase aos documentos escritos ao Judiciário, cada um apresenta periodicidade específica, sendo o primeiro, já na MSE de internação provisória, intitulado de Diagnóstico Polidimensional, oportunizando uma primeira e ligeira compreensão do adolescente, devendo ser encaminhado até a data da audiência. Em caso de alteração de Medida para internação, tem-se até 45 dias a contar da data da sentença para a elaboração do PIA - já descrito anteriormente -, e

24 Conselho Federal de Psicologia (2005) Código de Ética Profissional do Psicólogo. CFP.

25 São Paulo (2020). *Caderno Técnico - Superintendência de Saúde. Conceitos, diretrizes e procedimentos*. Fundação Casa.

os Relatórios de Desenvolvimento do Plano Individual de Atendimento (RDPIA) - informa o andamento da MSE -, e o Relatório de Avaliação de Medida (RAM) - sugere a finalização da MSE de internação, justificando a conclusão das metas estipuladas no PIA. Ambos relatórios podem ser encaminhados a qualquer tempo. Os RDPIA e RAM não seguem, necessariamente, uma ordem pré-definida, podendo haver confecção do relatório de conclusão da Medida logo após o PIA, ou da elaboração de vários RDPIA antes que seja escrito o RAM.

Entendemos que esses documentos escritos não podem atender, somente, ao Poder Judiciário, de modo a balizar suas decisões acerca dos adolescentes custodiados pelo Estado. Eles precisam, antes de tudo, assumir uma dimensão ética, social e política, considerando o adolescente como seu maior beneficiário. Nesse sentido, precisa reconhecer, nessa escrita, as implicações das desigualdades sociais, associações ao sistema político econômico do capitalismo, concentração de renda e estigmatização de grupos historicamente afetados na compreensão do ato infracional. O ato infracional é um fenômeno complexo, que está para além do próprio sujeito, ligado, também, a histórias de vulnerabilidades e de falhas nas provisões ambientais: “o adolescente privado de liberdade é uma declaração aberta de que as políticas públicas anteriores, inerentes ao cuidar e proteger, falharam, restando o encarceramento como alternativa derradeira” (p. 02)²⁶.

Do contrário, sem esse posicionamento ético, a prática do psicólogo poderá servir a outros interesses que não aqueles ancorados na garantia dos direitos humanos, mas sim, em práticas higienistas e perspectivas patologizantes. Nesse *front*, outras batalhas demandam atenção da categoria, como a *psiquiatrização* dos adolescentes, com empuxo a contenção química, e a juventude observada pela lente

26 Tardivo, L. S. L. P. C., Almeida, C.R., & Sá, R. L.(2025). Adolescentes migrantes internacionais na Socioeducação: o Desenho-estória temático enquanto método. 22^o Jornada Apoiar. Universidade de São Paulo, no prelo.

da periculosidade, entre outras²⁷. Os desafios são diversos, mas não devemos, em hipótese alguma, perder a ternura de nossa atuação, sob risco de embrutecermos no exercício profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos, nesse texto, espaço para pensar a prática do assistente social e do psicólogo no contexto das Medidas Socioeducativas de internação. Como dito, a privação de liberdade é um *locus* de possível atualização e produção de sofrimento nos adolescentes. Lidar com esses afetos que se cruzam e, por vezes, se chocam com outras demandas, seja do social, das instituições ou dos próprios trabalhadores não é tarefa fácil, exigindo de todos os envolvidos a necessidade de se reconhecerem, constantemente, enquanto profissionais implicados no desenvolvimento humano. A identificação com esse lugar permite-nos, sempre que necessário, lembrar a todos o porquê do nosso fazer.

Embora seja um campo de intensas mobilizações afetivas, considerando a especificidade da privação de liberdade, há a necessidade de contínuo amadurecimento intelectual desses profissionais para que, na labuta do dia a dia, possam ser a diferença na vida desses meninos e meninas. A ética universal pressupõe cuidado, entrega e, sobretudo, esperança. Nesse sentido, precisamos cuidar, nos entregar e cativar a esperança com esses meninos e meninas.

Que esses valores possam *sulear* nossas ações, sempre!

27

Vicentin, M. C. G., Gramkow, G., & Matsumoto, A. E. (2010) Patologização da adolescência e alianças psi-jurídicas: Algumas considerações sobre a internação psiquiátrica involuntária. *Boletim Inst. de Saúde*, 12(3), 268-272.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Alexandre Massashi Hirata

Mestrado em Ciências Aplicadas à Pediatria.

E-mail: alexandre.hirata@fmabc.net

Ana Paula Gonçalves Pita

Doutorado em Educação Matemática.

E-mail: anapaulapita@gmail.com

Carlos Roberto Faustino

Mestrado em Educação.

E-mail: crfaustino.adv@gmail.com

Cléia Maria Silva de Carvalho

Especialização em Neuroeducação.

E-mail: cleiascarvalho@yahoo.com.br

Cristiano Rodineli de Almeida

Mestrado em Educação & Saúde.

E-mail: cristiano.rodineli@unifesp.br

Danilo Bonfim de Queiroz

Graduação em Nutrição.

E-mail: danilo.bonfim@unifesp.br

Débora Rocha de Abreu

Especialização em Direito Internacional.

E-mail: deborarochedeabreu@gmail.com

Derlis Ortiz Coronel

Pós-Doutorado em Educação e Saúde.

E-mail: dortiz294@eco.una.py

Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos

Mestrado em Educação.

E-mail: douglas.pestana@unifesp.br

Elismara Vânia Figueiredo Barros

Especialização em Educação e Relações Étnico-Raciais.

E-mail: elismara.barros@sme.prefeitura.sp.gov.br

Gabriela Cristina Monteiro de Moura

Especialização em Psicopedagogia e Psicomotricidade.

E-mail: gabriela.moura@ifsp.edu.br

Gabriela Genizele Souza dos Santos

Graduação em Psicologia.

E-mail: gabriela.genizele@unifesp.br

Graziani França Claudino de Anicézio

Mestrado em Linguística.

E-mail: graziani@ifto.edu.br

José Henrique Lima Santos

Pesquisa na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

E-mail: lima.santos@unifesp.br

Karyne Gleyce Zmf Oliveira

Mestrado em Atenção à Saúde.

E-mail: karyne.zmf@unifesp.br

Katia Cristina Deps Miguel

Mestrado em Educação.

E-mail: katiacdm@terra.com.br

Lauren Gabriele Mallmann

Especialização em Alfabetização e Letramento.

E-mail: gabymallmann1@gmail.com

Letícia Vitória de Sousa Florentino

Graduação em Letras.

E-mail: v.florentino@aluno.ifsp.edu.br

Lilian Fuhrmann Urbini

Mestrado em Neuroengenharia.

E-mail: urbini.lilian@gmail.com

Pedro Henrique Franco Becker

Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.

E-mail: pedrohfrbecker@gmail.com

Regina Pinheiro Pereira

Especialização em Saúde Mental.

E-mail: reginapinheiropereira2@gmail.com

Roseli Rosalino Dias da Silva Angelino

Mestrado em Educação Matemática.

E-mail: roselirds@gmail.com

Rosemeire Rodrigues de Oliveira

Mestrado em Educação e Saúde.

E-mail: rosemeire.rodrigues@unifesp.br

Rubens Lacerda de Sá

Pós-Doutorado em Educação e Saúde.

Contato: rubens.pro.br

Thaisy Bentes

Mestrado em Estudos da Tradução.

E-mail: thaisy.souza@ufopa.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Américas 13, 43, 44
anticolonial 13, 14, 15, 20, 26, 56, 67, 71, 72, 76, 77, 198, 202, 203, 204, 218
articulação 14, 45, 47, 51, 52, 71, 247, 248, 251

B

bem-estar 14, 15, 75, 77, 86, 90, 95, 96, 97, 104, 113, 228, 229, 232, 234
bullying 9, 14, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 125, 127, 128, 129, 131, 132

C

colonialidade 13, 99, 100, 114, 199
colonização 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 71, 99, 100, 101, 102, 185, 186, 187
contemporaneidade 101, 107, 198
Covid-19 25, 164

D

desigualdades 13, 14, 15, 67, 68, 78, 114, 121, 165, 166, 200, 227, 241, 246, 252
dignidade 14, 61, 64, 99, 114, 194, 223, 232, 250
direitos humanos 15, 16, 53, 179, 182, 183, 228, 230, 248, 252
diversidade 9, 14, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 68, 75, 88, 95, 114, 163, 184, 195, 223, 225, 227, 228, 246
doenças 14, 50, 102, 107, 172, 227

E

educação 13, 14, 15, 16, 54, 55, 57, 58, 61, 64, 68, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 93, 95, 104, 106, 107, 109, 111, 112, 190, 195, 219, 229, 241, 249
emancipação 13, 108, 114, 241, 242, 248
emancipation 19, 30, 31, 32, 33, 38
ethics 19, 21, 22, 24, 25, 35, 36, 41
ética 13, 16, 123, 124, 127, 132, 177, 198, 218, 224, 241, 242, 252, 253

étnico-racial 69, 77, 121
exclusão social 53, 69, 108, 165, 242
experiência 13, 16, 70, 76, 88, 107, 179, 185, 190, 198, 199, 201, 208, 218, 235, 239, 242, 245

F

Freire 13, 19, 20, 21, 26, 70, 72, 74, 76, 80, 109, 111, 121, 122, 123, 127, 134, 206, 216, 218, 219, 222, 241

H

hegemonic 30, 31, 32, 33, 34, 35
higienismo 14, 100, 102, 103, 113, 114
hospitality 18, 19, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 41

I

identidade 14, 58, 60, 68, 69, 80, 88, 91, 94, 103, 165, 183, 184, 201, 211, 223
igualdade 58, 69, 77, 111, 179, 182, 194, 200, 250
imigração 73, 166, 180, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 225, 226, 233
inclusão 13, 15, 16, 20, 55, 67, 68, 69, 70, 71, 77, 80, 83, 101, 169, 170, 198, 223, 225, 227, 228, 230, 231, 232, 234, 235
indígenas 13, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 184, 185, 190, 226

J

justiça social 14, 99, 114

L

LDB 111, 116, 117, 120
liberdade 16, 61, 179, 182, 196, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253
livros 43
luta 12, 14, 45, 48, 49, 52, 81, 99, 114, 172, 202, 203, 204, 215, 217, 219, 233, 235, 237

M

migrantes 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 181, 182, 186, 189, 194, 195, 197, 200, 210, 211, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 252

migrants 19, 20, 21, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 85, 166

modernidade 13, 14, 24, 100, 101, 104, 113, 114

N

necropedagogia 9, 14, 98, 109, 112, 114

necropolítica 14, 100, 104, 114

O

OMS 165, 249

opressão 14, 77, 99, 113, 114, 203, 204, 217

orientação sexual 165, 210, 211

P

Paraguai 13, 16, 49, 53, 54, 56

perspectiva anticolonial 15, 198

políticas públicas 15, 55, 66, 75, 77, 81, 94, 121, 124, 129, 130, 132, 168, 175, 226, 235, 237, 240, 246, 252

preconceito 61, 68, 69, 84, 121, 174, 189, 190, 203, 217, 222, 246

R

racismo 22, 84, 103, 121, 174, 231, 235

refugiados 83, 84, 85, 88, 90, 91, 92, 117, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175, 199, 200, 210, 226, 228, 229, 230, 231

resistência 14, 48, 50, 52, 78, 99, 109, 113, 114, 173, 181

S

saúde mental 14, 43, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 106, 173, 201, 207, 209, 210, 214, 215, 216, 227, 231, 232, 233, 234, 235, 248, 249, 250, 251

Saúde Migrante 15, 16, 202, 219

saúde pública 15, 16, 102, 104, 193, 225, 226, 227, 228, 232, 233, 234

segregação 70, 100, 102

surdos 14, 15

SUS 15, 166, 171, 173, 174, 230, 232

T

territorialidades 44, 46, 50, 51

V

violência 13, 46, 68, 69, 71, 78, 99, 103, 114, 173, 215, 222

X

xenofobia 84, 118, 121, 174

WWW.PIMENTACULTURAL.COM

EDUCAÇÃO E SAÚDE MIGRANTE EM PERSPECTIVA ANTICOLONIAL

